

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**TRAÇOS DE UM PAÍS EM TRANSIÇÃO:  
NARRATIVAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988  
EM CHARGES JORNALÍSTICAS**

**PAULO HENRIQUE SOARES DE ALMEIDA**

**BRASÍLIA - DF**

**2020**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**TESE DE DOUTORADO**

**TRAÇOS DE UM PAÍS EM TRANSIÇÃO:  
NARRATIVAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988  
EM CHARGES JORNALÍSTICAS**

Paulo Henrique Soares de Almeida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Comunicação.

Linha de Pesquisa: Jornalismo e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Célia Maria Ladeira Mota.

Coorientador Doutorado Sanduíche: Prof. Dr. Paulo Jorge Fernandes.

**BRASÍLIA  
2020**

**PAULO HENRIQUE SOARES DE ALMEIDA**

**TRAÇOS DE UM PAÍS EM TRANSIÇÃO:  
NARRATIVAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988  
EM CHARGES JORNALÍSTICAS**

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Jornalismo do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Jornalismo.  
Área de concentração: jornalismo/comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Célia Maria Ladeira Mota.  
Coorientador Doutorado Sanduíche: Prof. Dr. Paulo Jorge Fernandes.

Banca Examinadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Célia Maria Ladeira Mota (UnB)  
Orientadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Dione Oliveira Moura (UnB)  
Avaliadora Titular

---

Prof. Dr. Alberto Marques Silva - Universidade Católica de Brasília (UCB)  
Avaliador Titular

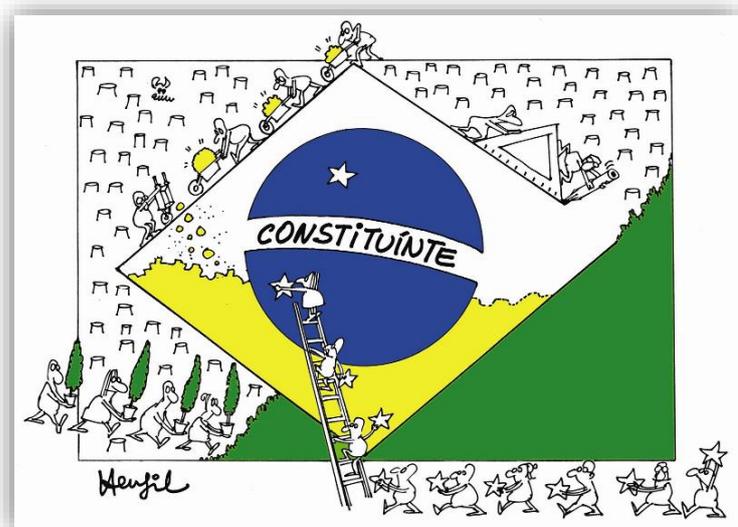
---

Prof. Dr. Marco Antônio Ramos Vieira - Universidade Federal de Uberlândia (UFU)  
Avaliador Titular

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Liziane Soares Guazina (UnB)  
Avaliadora Suplente

Aprovado em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## AGRADECIMENTOS

Obrigado a todos que compartilharam comigo a caminhada do doutorado.

À Universidade de Brasília, por me acolher com tanto carinho.

À minha orientadora, professora doutora Célia Maria Ladeira Mota, sempre interessada, exigente e incansável.

Ao professor doutor Paulo Jorge Fernandes, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal, pela acolhida em meu Doutorado Sanduíche e suas contribuições a essa pesquisa. Sempre serei grato por ter me recebido prontamente em seu país e por ter aberto as portas do Instituto de História Contemporânea da Nova.

Ao querido Lutero Leme, que me incentivou nesta conquista e na realização do Doutorado Sanduíche em Portugal.

À amiga Silvia Tiecher e família, pelo carinho e suporte à distância.

Ao grupo Rindo é o Melhor Remédio, que, assim como Freud (1927), percebe o riso como uma potência terapêutica. Obrigado pela ajuda de vocês nessa travessia.

À minha mãe Reni Divina Soares de Almeida, que, sozinha, nunca mediu esforços para que eu me tornasse um doutor.

Aos professores da minha banca examinadora, pela disponibilidade de tempo para avaliarem essa pesquisa e pelas contribuições.

Agradeço também o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

## RESUMO

A presente tese consiste em analisar, por meio da Análise Crítica da Narrativa em abordagem hermenêutica, as charges publicadas nos jornais Correio Braziliense e Folha de S. Paulo sobre a tramitação e promulgação da Constituição Federal de 1988. A proposta é investigar essas imagens como narrativa e documento histórico para compreendermos, não só como a sétima Constituição brasileira foi elaborada, como também os significados e efeitos de sentido produzidos em um momento histórico de transição entre a ditadura e a redemocratização brasileira. Como objetivos específicos, verificamos ainda como essa história foi construída por meio do humor, os recursos utilizados para criar o efeito de real, os personagens principais e as críticas que aparecem. Ao traçar o caminho proposto neste estudo, vimos que as charges nos contam muito sobre o que realmente aconteceu durante a elaboração da Constituição Federal de 1988, fornecendo elementos importantes para compreendermos os bastidores, as representações, posições e ideias durante o processo histórico de redemocratização. Apesar de a nova Constituição ter sido, muitas vezes, representada como um símbolo de esperança ou uma nova chance de transformação do Brasil, o estudo revela que as charges vão muito além do humor ao evidenciarem as manobras políticas da época. Percebe-se que a intensa memória de um Estado autoritário, intolerante e violento teve forte influência nos traços dos chargistas, que pouco retrataram as virtudes das leis que estavam sendo elaboradas ou os direitos civis e sociais adquiridos. Por meio de um humor engajado, áspero e inteligente, os autores carregaram na tinta a representação de uma constante disputa política partidária, com interesses próprios e atitudes patrimonialistas. Alertaram e revelaram a frustração que o processo de transição democrática provocava em muitos cidadãos.

**Palavras-chave:** Constituição Federal de 1988. Charge. Narrativa jornalística. Representação.

## ABSTRACT

The present thesis consists of analyzing, through the Critical Analysis of the Narrative in a hermeneutic approach, the political cartoons published in the newspapers *Correio Braziliense* and *Folha de S. Paulo* about the processing and promulgation of the 1988 Federal Constitution. The proposal is to investigate these images as a narrative and historical document to understand, not only how the seventh Brazilian Constitution was elaborated, but also the meanings and effects of meaning produced in a historical moment of transition between the Brazilian dictatorship and redemocratization. As specific objectives, we also verified how this story was constructed through humor, the resources used to create the effect of reality, the main characters and the criticisms that appear. In tracing the path proposed in this study, we saw that the cartoons tell us a lot about what really happened during the drafting of the 1988 Federal Constitution, providing important elements to understand the background, representations, positions and ideas during the historical process of redemocratization. Although the new Constitution has often been represented as a symbol of hope or a new chance for transformation in Brazil, the study reveals that the political cartoons go far beyond humor in showing the political maneuvers of the time. It is clear that the intense memory of an authoritarian, intolerant and violent state had a strong influence on the characteristics of the cartoonists, who little portrayed the virtues of the laws that were being drafted or the civil and social rights acquired. Through an engaged, harsh and intelligent humor, the authors carried in ink the representation of a constant political party dispute, with their own interests and patrimonialist attitudes. They alerted and revealed the frustration that the process of democratic transition provoked in many citizens.

**Keywords:** 1988 Federal Constitution. Charge. Journalistic narrative. Representation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Capa da Constituição Federal de 1988.....	39
Figura 2: Charge de Carlos Latuff exposta na Câmara dos Deputados.....	52
Figura 3: Charge de Carlos Latuff de 2010. ....	
Figura 4: Charge de Carlos Latuff de 2012. ....	55
Figura 5: Collor anuncia que será candidato a presidente em 2018. ....	56
Figura 6: Charge de Angeli publicada no jornal Folha de S. Paulo em 17.12.2013. ....	60
Figura 8: Charge de Chico Caruso publicada no jornal O Globo em 1/06/2002.....	62
Figura 9: Charge de Glauco sobre a presença do então candidato à presidência .....	66
Figura 10: Charge de Marco Aurélio com a errata publicada no jornal Zero Hora, em 18/01/16.....	72
Figura 12: O Carcundão, publicada em 25/04/1831. Autoria desconhecida. ....	83
Figura 14: Charge de Henrique Fleiuss publicada em 25/06/1865 na Semana Illustrada. ....	88
Figura 15: Charge de Ângelo Agostini, publicada na edição 500 da Revista Illustrada, .....	88
Figura 16: Charge de Pereira Neto na Revista Illustrada, edição 615, publicada em março de 1891. ....	92
Figura 17: Charge de J. Carlos em O Tagarela, no dia 21 de abril de 1904, edição N. 113. ...	94
Figura 20: Charge de Glauco, publicada na Folha de S. Paulo, 2 de fevereiro de 1987. ....	121
Figura 21: Charge de Spacca, publicada na Folha de S. Paulo, 5 de fevereiro de 1987. ....	126
Figura 22: Charge de Spacca, publicada na Folha de S. Paulo, 7 de fevereiro de 1987. ....	128
Figura 24: Charge de Spacca, publicada na Folha de S. Paulo, 10 de fevereiro de 1987. ....	134
Figura 25: Charge de Spacca, publicada na Folha de S. Paulo, 24 de fevereiro de 1987. ....	136
Figura 26: Charge publicada no Correio Braziliense em 2/2/1987. Autor: Kácio. ....	139
Figura 27: Charge de Kácio, publicada no Correio Braziliense, 3 de fevereiro de 1987.....	141
Figura 28: Charge de Lopes, publicada no Correio Braziliense, 15 de fevereiro de 1987.....	145
Figura 29: Charge de Lopes, publicada no Correio Braziliense, 17 de fevereiro de 1987.....	147
Figura 30: Charge de Lopes, publicada no Correio Braziliense, 26 de fevereiro de 1987.....	149
Figura 31: Charge de Lopes, publicada no Correio Braziliense, 27 de fevereiro de 1987.....	151
Figura 32: Charge de Lopes, publicada no Correio Braziliense, 15 de novembro de 1987...	154
Figura 33: Charge de Lopes, publicada na Folha de S. Paulo, 16 de novembro de 1987. ....	158
Figura 34: Charge de Glauco, publicada na Folha de S. Paulo, 7 de dezembro de 1987.....	160
Figura 35: Charge de Lopes, publicada no Correio Braziliense, 6 de dezembro de 1987. ....	162
Figura 36: Charge de Spacca, publicada na Folha de S. Paulo, 31 de dezembro de 1987. ....	164
Figura 37: Charge de Glauco publicada na Folha de S. Paulo, 23 de março de 1988.....	166
Figura 39: Charge de Glauco, publicada na Folha de S. Paulo, 3 de junho de 1988.....	173
Figura 40: Charge de Kácio, publicada no Correio Braziliense, 4 de junho de 1988. ....	174
Figura 41: Charge de Kácio, publicada no Correio Braziliense, 22 de junho de 1988. ....	176
Figura 42: Charge de Glauco, publicada na Folha de S. Paulo, 27 de julho de 1988. ....	179
Figura 43: Charge de Kácio, publicada no Correio Braziliense, 27 de julho de 1988. ....	181
Figura 44: Charge de Glauco, publicada na Folha de S. Paulo, 5 de outubro de 1988. ....	184
Figura 45: Charge de Spacca, publicada na Folha de S. Paulo, 6 de outubro de 1988. ....	186

Figura 46: Charge de Kácio, publicada na Correio Braziliense, 5 de outubro de 1988. ....	188
Figura 47: Capa do Correio Braziliense, publicada em 4/10/1988.....	189
Figura 48: Charge de Kácio, publicada no Correio Braziliense, 9 de outubro 1988. ....	191
Figura 49: Charge de Kácio, publicada no Correio Braziliense, 21 de outubro de 1988. ....	191
Figura 50: Charge de Kácio, publicada no Correio Braziliense, 19 de outubro de 1988. ....	193
Figura 51: Charge de Glauco, publicada na Folha de S. Paulo, 21 de outubro de 1988. ....	194
Figura 52: Charge de Glauco, publicada na Folha de S. Paulo, 27 de outubro de 1988. ....	197
Figura 53: Charge de Kácio, publicada no Correio Braziliense, 28 de outubro de 1988. ....	199

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>1. O CONHECIMENTO HISTÓRICO: COMPREENDER PARA DECODIFICAR.....</b>	<b>25</b>
1.1.UM ESBOÇO DO BRASIL EM 1988 E SUAS CONSTITUIÇÕES.....	26
1.2.CONSTITUIÇÃO CIDADÃ.....	37
<b>2. CHARGE: TRAÇANDO UM CONCEITO.....</b>	<b>41</b>
2.1. A CHARGE COMO NARRATIVA.....	43
2.2. O TEMPO NA NARRATIVA SATÍRICA GRÁFICA.....	50
<b>2.2.1. Narrativa-transporte.....</b>	<b>53</b>
<b>2.2.2. A influência Pathosformel.....</b>	<b>54</b>
<b>2.2.3. O recurso do flashback em charges.....</b>	<b>56</b>
2.3. CHARGE POLÍTICA E O CAMPO JORNALÍSTICO.....	58
2.4. PENSE ANTES DE RIR: O HUMOR NA CHARGE.....	67
2.5. REALIDADE AUMENTADA PELO TRAÇO: O IMAGINÁRIO E A CRIATIVIDADE NAS CHARGES.....	70
<b>3. A CHARGE COMO DOCUMENTO HISTÓRICO.....</b>	<b>76</b>
3.1. A HISTÓRIA DA CHARGE NO BRASIL.....	82
3.2. ENTREVISTA EDGAR VASQUES.....	99
3.3. ENTREVISTA NANI.....	102
<b>4. CHARGE NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE CRÍTICA DA NARRATIVA.....</b>	<b>106</b>
4.1. O MATERIAL DE PESQUISA.....	110
<b>4.1.1. Folha de S. Paulo e os chargistas Glauco e Spacca.....</b>	<b>111</b>
<b>4.1.2. O Correio Braziliense e os chargistas Lopes e Kácio.....</b>	<b>114</b>

<b>5. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 NAS CHARGES DA FOLHA DE S. PAULO E CORREIO BRAZILIENSE.....</b>	<b>118</b>
5.1. EPISÓDIO 1: A INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA NACIONAL	
CONSTITUINTE.....	120
<b>5.1.1. Folha de São Paulo .....</b>	<b>121</b>
5.1.1.1. 1º charge da Folha de S. Paulo.....	121
5.1.1.2. Análise da linguagem verbal e visual.....	124
5.1.1.3. Significados construídos.....	125
<b>5.1.2. 2º Charge da Folha de S. Paulo.....</b>	<b>125</b>
5.1.2.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	126
5.1.2.2. Significados construídos.....	128
<b>5.1.3. 3ª charge da Folha de S. Paulo.....</b>	<b>128</b>
5.1.3.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	129
5.1.3.2. Significados construídos.....	131
<b>5.1.4. 4º charge da Folha de S. Paulo.....</b>	<b>132</b>
5.1.4.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	132
5.1.4.2. Significados construídos.....	133
<b>5.1.5. 5ª charge da Folha de S. Paulo.....</b>	<b>134</b>
5.1.5.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	134
5.1.5.2. Significados construídos.....	135
<b>5.1.6. 6º charge da Folha de S. Paulo.....</b>	<b>136</b>
5.1.6.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	136
5.1.6.2. Significados construídos.....	138
5.2. CORREIO BRAZILIENSE.....	139
<b>5.2.1. 1º charge do Correio Braziliense.....</b>	<b>139</b>
5.2.1.1. Análise da linguagem visual.....	140
5.2.1.2. Significados construídos.....	140
<b>5.2.2. 2º charge do Correio Braziliense.....</b>	<b>141</b>
5.2.2.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	142
5.2.2.2. Significados construídos.....	143
<b>5.2.3. 3ª charge do Correio Braziliense.....</b>	<b>144</b>
5.2.3.1. Análise da linguagem visual.....	145
5.2.3.2. Significados construídos.....	146

<b>5.2.4. 4ª charge do Correio Braziliense.....</b>	<b>146</b>
5.2.4.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	147
5.2.4.2. Significados construídos.....	148
<b>5.2.5. 5ª charge do Correio Braziliense.....</b>	<b>158</b>
5.2.5.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	149
5.2.5.2. Significados construídos.....	150
<b>5.2.6. 6º charge do Correio Braziliense .....</b>	<b>150</b>
5.2.6.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	151
5.2.6.2. Significados construídos.....	152
<b>5.3. EPISÓDIO 2: VOTAÇÃO NA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DO SUBSTITUTIVO DO RELATOR BERNARDO CABRAL (PMDB- AM).....</b>	<b>152</b>
<b>5.3.1. 7ª charge do Correio Braziliense.....</b>	<b>154</b>
5.3.1.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	154
5.3.1.2. Significados construídos.....	157
<b>5.3.2. 7ª charge da Folha de S. Paulo.....</b>	<b>157</b>
5.3.2.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	158
5.3.2.2. Significados construídos.....	159
<b>5.4. EPISÓDIO 3: CENTRÃO IMPÕE MUDANÇA NO REGIMENTO INTERNO.....</b>	<b>159</b>
<b>5.4.1. 8ª charge da Folha de S. Paulo.....</b>	<b>160</b>
5.4.1.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	161
5.4.1.2. Significados construídos.....	162
<b>5.4.2. 8ª charge do Correio Braziliense.....</b>	<b>162</b>
5.4.2.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	162
5.4.2.2. Significados construídos.....	163
<b>5.4.3. 9ª charge da Folha de S. Paulo.....</b>	<b>163</b>
5.4.3.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	164
5.4.3.2. Significados construídos.....	165
<b>5.5. EPISÓDIO 4: APROVAÇÃO DO PRESIDENCIALISMO.....</b>	<b>166</b>
<b>5.5.1. 10ª charge da Folha de S. Paulo.....</b>	<b>166</b>
5.5.1.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	167
5.5.1.2. Significados construídos.....	167

<b>5.5.2. 10ª charge da Folha de S. Paulo.....</b>	<b>168</b>
5.5.2.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	169
5.5.2.2. Significados construídos.....	171
5.6. EPISÓDIO 5: APROVAÇÃO DO MANDATO DE CINCO ANOS PARA O PRESIDENTE JOSÉ SARNEY.....	172
<b>5.6.1. 11ª charge da Folha de S. Paulo.....</b>	<b>172</b>
5.6.1.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	173
5.6.1.2. Significados construídos.....	174
<b>5.6.2. 10ª charge do Correio Braziliense.....</b>	<b>174</b>
5.6.2.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	175
5.6.2.2. Significados construídos.....	176
<b>5.6.3. 11ª charge do Correio Braziliense.....</b>	<b>176</b>
5.6.3.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	177
5.6.3.2. Significados construídos.....	177
5.7. EPISÓDIO 6: PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY EM CADEIA NACIONAL DE TV TECENDO CRÍTICAS AO PROJETO FINAL DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	178
<b>5.7.1. 12ª charge da Folha de S. Paulo.....</b>	<b>179</b>
5.7.1.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	179
5.7.1.2. Significados construídos.....	180
<b>5.7.2. 12ª charge do Correio Braziliense.....</b>	<b>180</b>
5.7.2.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	181
5.7.2.2. Significados Construídos .....	181
5.8. EPISÓDIO 7: A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	182
<b>5.8.1. 13ª charge da Folha de S. Paulo.....</b>	<b>183</b>
5.8.1.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	184
5.8.1.2. Significados construídos.....	185
<b>5.8.2. 14ª charge da Folha de S. Paulo.....</b>	<b>185</b>
5.8.2.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	186
5.8.2.2. Significados construídos.....	187
<b>5.8.3. 14ª charge do Correio Braziliense.....</b>	<b>188</b>
5.8.3.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	188
5.8.3.2. Significados construídos.....	192

5.9. EPISÓDIO 8: EFEITO IMEDIATO PÓS-PROMULGAÇÃO.....	192
<b>5.9.1. 14ª charge do Correio Braziliense.....</b>	<b>192</b>
5.9.1.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	193
5.9.1.2. Significados construídos.....	194
<b>5.9.2. 15ª charge da Folha de S. Paulo.....</b>	<b>194</b>
5.9.2.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	195
5.9.2.2. Significados construídos.....	195
<b>5.9.3. 16ª charge da Folha de S. Paulo.....</b>	<b>196</b>
5.9.3.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	197
5.9.3.2. Significados construídos.....	198
<b>5.9.4. 15ª charge do Correio Braziliense.....</b>	<b>198</b>
5.9.4.1. Análise da linguagem verbal e visual.....	199
5.9.4.2. Significados construídos.....	200
<b>6. ANÁLISE DO RESULTADO: A SÍNTESE NARRATIVA .....</b>	<b>201</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>211</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>217</b>

## APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa estuda a charge como narrativa e sua importância como documento histórico, tendo como tema a elaboração da Constituição Federal de 1988 e suas representações nos traços do humor.

Sempre gostei de histórias, tanto que, com 10 anos de idade, fui convidado pelos meus professores do Ensino Fundamental a participar de um curso de “Contaço” na Universidade Federal de Goiás. De lá pra cá, me formei em Jornalismo, fiz Pós-Graduação em Leitura e Produção de Textos e me aprofundei em *storytelling*. Fiz reportagens, escrevi livros acadêmicos e infantis, aprendi sobre a jornada do herói, a lidar com a construção dos personagens e suas emoções. Aos poucos, aprendi a entender a importância da narrativa na apresentação e representação da realidade social.

“Mas por que estudar as narrativas?” Minha carreira como pesquisador na Universidade de Brasília (UnB) teve início em 2012, quando ingressei no Mestrado da Faculdade de Comunicação da instituição. Desde o início, me chamou atenção essa pergunta que o professor Luiz Gonzaga Motta fez em uma de suas aulas. Estudar as narrativas, na concepção de Motta, é importante para compreendermos quem somos e entendermos o porquê de às vezes tentarmos representar fielmente o mundo e em outras imaginativamente. É importante para compreendermos como representamos o tempo e como as narrativas estabelecem consensos a partir de dissensos. Portanto, é importante estudá-las para melhor contá-las. Acrescento que analisar as narrativas é também reviver a memória, o passado e compreender nossa cultura e identidade. É observar a percepção de mundo do ângulo do enunciador e como ela é interpretada pelo leitor. Percebe quantos motivos temos para mergulharmos nos significados e sentidos desses objetos?

Estudar as narrativas é algo que me fascina. Treinar a técnica é como aprender a retirar as vendas dos nossos próprios olhos e enxergar além de uma simples mensagem. É entender os artifícios da linguagem e o poder que a comunicação nos oferece. Isso porque, na narrativa, a realidade é sempre construída e sua apresentação é sempre intencional.

Motta (2013) nos lembra que, nas últimas cinco décadas, assistimos ao que alguns filósofos chamam de virada linguística. Uma guinada rumo à linguagem, fazendo dela o seu objeto principal. Acredito que fui seduzido por esse mesmo percurso, pois desde 2012 tenho usado a Análise Crítica da Narrativa em minhas pesquisas. São livros, capítulos e inúmeros artigos científicos nacionais e internacionais, os quais estudo a linguagem de diferentes objetos para compreender melhor seus significados e sentidos. Foi assim também na minha dissertação

de Mestrado, na qual utilizei a Análise Crítica da Narrativa para compreender os significados predominantes das histórias contadas pelos europeus sobre o Brasil durante a Copa do Mundo de 2014. Portanto, por quase uma década dediquei-me a analisar as narrativas.

No entanto, percebi que faltava um importante movimento, o qual decidi trazê-lo para ser aprofundado no doutorado: a narrativa da imagem. Essa percepção surge a partir dos meus estudos na obra de T. Mitchell (2015), que defende a ideia de uma virada pictórica (*pictorial turn*) nas últimas décadas. Esse termo, cunhado em resposta à famosa virada linguística a qual mencionei acima, visa a delimitar uma nova abordagem nos estudos da imagem, que não parta de um enfraquecimento de sua consistência sensível em favor de transformá-la em mero veículo de sentidos. Filósofos como Peter Burke, Georges Didi-Huberman, Jean-Luc Nancy, Jacques Rancière, Emanuel Alloa, Marie-José Mondzain, entre outros, defendem que as imagens possuem uma vida mais sólida do que as meras aparências e, ao mesmo tempo, não veiculam sentidos do mesmo modo que o texto faz.

Parece incontestável que nossas vidas estejam definidas atualmente pela visualidade. Basta olhar em volta para percebermos que o mundo contemporâneo é, mais do que nunca, determinado por artefatos visuais. E mais: quando escrevo essa apresentação, em setembro de 2020, percebo que essa virada pictórica tornou-se ainda mais acelerada pela pandemia da Covid-19. Para ter uma ideia, entre as consequências, citando aqui apenas o cenário do jornalismo, o isolamento social fez com que o testemunho ocular dos fatos, muitas vezes, tivesse que ceder a importância do “estar presente” no local do acontecimento, para se contentar apenas com apurações mediadas por computador. Estamos diante de uma valorização da cultura visual em um nível inimaginável até pouco tempo atrás?

Dessa forma, não percebo melhor hora para dedicar-me a essas histórias contadas por imagens, a fim de compreendê-las como narrativas, reais intenções, representações e valor como documento histórico. E já que este é o campo da comunicação, minha proposta é começar o estudo tendo como objeto de análise uma das primeiras representações iconográficas nos jornais brasileiros: a charge. Manifestação artística, social e cívica, que chega ao nosso país e ganha notoriedade no período pré-fotográfico, quando a nação era ainda uma colônia, com mais de 80% dos habitantes analfabetos. A proposta dessa tese é aproveitar a oportunidade da “virada pictórica” proposta por Mitchell (2015) e reconhecer a charge como alteridade, sugerindo uma nova perspectiva na forma de pensar essas narrativas satíricas gráficas, tão importantes como fontes de pesquisa.

Tendo o objeto definido, escolhi como tema estudar a elaboração da Constituição Federal de 1988. Eu tinha cinco anos de idade quando a Assembleia Nacional Constituinte foi instalada. Entretanto, o assunto me chamou atenção quando fui convidado a escrever a biografia de D. Sarah Abrahão, primeira mulher a ocupar o cargo de secretária-geral da Mesa do Senado. O livro, editado pela gráfica do Senado e com prefácio do ex-presidente José Sarney, me proporcionou mergulhar em documentos valiosos e me fizeram perceber o quanto a maioria dos brasileiros, não só desconhece os bastidores da elaboração do nosso sétimo texto constitucional, como também não sabem o difícil caminho que tivemos para conquistar nossa democracia, da qual não podemos abrir mão. Pedir a volta da ditadura nas redes sociais, como muitas vezes temos visto, por exemplo, é um equívoco que apenas a compreensão da consciência histórica pode evitar.

Portanto, essa apresentação, na verdade, é uma advertência. Por meio da narratologia, os leitores encontrarão duas importantes discussões nas páginas a seguir: a valorização da charge como narrativa e documento histórico, bem como os significados da Constituição brasileira de 1988 construídos por meio do humor e críticas. Objeto de pesquisa e tema importantes para compreendermos nossa atual realidade: um presente cada vez mais imerso em uma cultura visual e uma política cada vez mais desfocada aos olhos de muitos cidadãos.

## INTRODUÇÃO

As imagens são importantes fontes de informação, exploradas pelas mais diversas disciplinas acadêmicas. Por meio delas, cientistas e pesquisadores têm acesso a dados que complementam textos, contestam ou apontam para novas formas de conceber e perceber fenômenos sociais. Neste vasto campo de estudo, muitas metodologias vêm sendo desenvolvidas para analisar as informações disponíveis nessas fontes. Como contribuição a esse trabalho, trataremos nesta tese de um tema recente, ainda carente de estudos e desenvolvimento, principalmente no campo da Comunicação: o reconhecimento do potencial da charge como narrativa imagética e sua importância como documento histórico.

O que mostra e o que esconde uma narrativa satírica gráfica? Do que rimos quando olhamos para essas ilustrações? Que relações esses desenhos possuem com a narrativa jornalística? Como essas imagens, com traços predominantes de humor e exagero, podem servir de fontes para a compreensão da realidade?

Além de ser uma prática de construção de significados sobre os acontecimentos, consideramos a charge também como um rico gênero argumentativo que nos possibilita reflexões sobre um determinado tempo, suas notícias e representações, sejam elas culturais, políticas, econômicas ou sociais. Como interpretação de um acontecimento, nela é possível encontrar os mitos, as fábulas, a cultura, o modo de vida e toda a representação de uma sociedade e sua época. Isso porque, assim como ocorre com as notícias, ao compreender uma realidade para narrar e representar um episódio, o chargista expressa sua visão de mundo e constrói um discurso que trabalha sempre a representação e a significação. Elementos esses que informam e contribuem para moldar a memória coletiva.

Ao contrário dos textos jornalísticos escritos que, a princípio, tendem a ser objetivos e apresentar os diversos lados de um acontecimento, a charge é retórica, mostra um argumento dominante, impõe críticas, revela as relações de poder e o jogo de persuasão. Ela se posiciona, fere, punge, denuncia e, muitas vezes, aponta, por meio do humor e da intertextualidade, a linha editorial e ideológica do veículo de comunicação em que ela foi produzida ou do próprio autor. Essas raízes argumentativas estão presentes no pensamento de Aristóteles, que analisa a retórica ainda por sua relação assimétrica entre autor e receptor, sempre voltada para um fim. Nela, o orador é um agenciador político e seu raciocínio é um meio para sua ação. Logo, recuperar e confrontar os sentidos produzidos por essas imagens que se aproximam e se afastam da realidade é fundamental para compreendermos suas reais intenções e ideologias, muitas vezes, percebidas apenas como uma piada.

Partindo desta introdução, esta pesquisa consiste em analisar, por meio da Análise Crítica da Narrativa em abordagem hermenêutica, as charges publicadas nos jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo* sobre a tramitação e promulgação da Constituição Federal de 1988. A proposta é investigar os significados e efeitos de sentido produzidos nas imagens divulgadas em um momento histórico de transição entre a ditadura e a redemocratização, para entendermos não só como a sétima Constituição brasileira foi elaborada, mas também a importância da charge como parte desta narrativa. Entre as perguntas do estudo, destacam-se: nos desenhos analisados, foi criado o sentido de que a Constituição de 1988 marcou o início de um novo Brasil? Quais foram os personagens principais? Que mensagem predomina como documento histórico? O que as charges podem acrescentar como conhecimento além da análise textual? As charges reforçam a crítica da mídia à classe política?

As justificativas da pesquisa incluem o tema e o objeto. Sobre o tema, acredita-se que olhar para o processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, mais de três décadas depois, se torna necessário e atual, especialmente com as profundas crises políticas e econômicas que o Brasil tem atravessado após este período, resultando em pelo menos na destituição de dois presidentes. Em um momento mais próximo à elaboração dessa pesquisa, as manifestações de junho de 2013, ocorridas pouco antes do maior evento esportivo no país, a Copa do Mundo FIFA de 2014, levaram milhares de brasileiros às ruas, em revolta contra os gastos excessivos com o Mundial; contra a má qualidade de serviços básicos como saúde, transporte e educação; e contra a falta de representatividade no sistema político. A Operação Lava Jato, iniciada em março de 2014, teve como consequência a divulgação de diferentes escândalos de corrupção política, a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a eleição do presidente Jair Bolsonaro, episódios que dividiram o país, causando uma intensa sensação de não representação entre eleitos e eleitores, para quem a democracia exige sempre acordo e negociação.

Neste cenário brasileiro, cada vez mais, a palavra democracia vem sendo questionada. Sua origem vem do grego *demos* (povo) e *kratos* (poder), significando poder do povo. Conforme argumenta Ribeiro (2013), não quer dizer governo pelo povo, mas que o povo escolha o indivíduo ou grupo que governa e que acompanhe o processo. É o regime do povo comum, em que todos são iguais. O cidadão, por meio dos direitos humanos, se torna parte da decisão sobre a coisa pública e seu governante. A ideia surge na Grécia antiga e ganha terreno no mundo moderno, especialmente nos séculos XVII e XVIII, com o fortalecimento do parlamento inglês, a independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa, sendo a forma

predominante de governo nos nossos dias, na maior parte do mundo. “Hoje a democracia é inseparável do respeito pelos direitos individuais, do pluralismo político, do respeito a proteção das minorias, da participação dos cidadãos nas eleições de suas autoridades, da garantia do poder arbitrário dos governantes e, cada vez mais, da introdução dos direitos sociais” (SCHWARTZMAN, 2014, p. 3).

Entretanto, não é bem isso o que ocorre no Brasil, onde a insatisfação da sociedade com a política atinge um patamar cada vez mais elevado, mesmo após a sua redemocratização. Para ter uma ideia, segundo Pesquisa realizada pela *Pew Research Center* (WIKE; SILVER; CASTILLO, 2019), 30 anos após a promulgação da última Constituição, em 2018, o Brasil era o terceiro país mais descontente com a democracia, em um total de 27 nações analisadas. Com 83% de insatisfeitos, o índice brasileiro só perdia para o México (85%) e a Grécia (84%). De acordo com os dados, o descontentamento estaria relacionado, principalmente, à frustração econômica, ao status dos direitos individuais e à percepção de que as elites políticas são corruptas e não se importam com os cidadãos comuns. A pesquisa realizada pela *Pew Research Center*, em 2018, também mostrou que o desempenho dos sistemas democráticos está sendo percebido negativamente ao redor do mundo. Nos 27 países analisados, uma média de 51% está insatisfeita com o funcionamento da democracia em seu país e apenas 45% estão satisfeitos.

O sociólogo Manuel Castells (2018) também defende a ideia que não só o Brasil, mas o mundo todo está vivendo uma crise da democracia liberal, esta que havia representado a tábua de salvação para superar naufrágios históricos de guerras e violências. Segundo o autor, as consequências deste cenário, influenciado pelo avanço da globalização, incluem uma crise econômica que se prolonga em muitos países, com altas taxas de desemprego, terrorismo, violência crescente contra as minorias, sociedade sem privacidade e transformada em dados, cultura dominada pelo entretenimento e uma crise ainda mais profunda: “a ruptura da relação entre governantes e governados” (CASTELLS, 2018, p. 7), uma dissociação entre o Estado e a nação, onde o lema “não nos representa!” aparece, diariamente, nas amplas mobilizações populares contra o atual sistema de partidos políticos.

Contudo, para entendermos melhor a atual democracia brasileira, faz-se necessário olharmos para sua origem. Será que a Constituição de 1988, apelidada de “Cidadã” na tentativa de garantir direitos de cidadania, liberdade e representatividade do Estado, já teria nascida desacreditada? Como era o cenário político na época de sua elaboração? Ou ainda: em que circunstâncias ela foi promulgada? Essas são algumas inquietações discutidas nessa tese.

Além do tema, a pesquisa se justifica também pela importância da charge, muitas vezes negligenciada como ciência, principalmente na área do jornalismo. Para ter uma ideia, no banco da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), desenvolvido e coordenado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), quando pesquisamos a palavra “charge” como assunto, em português, aparecem apenas 70 dissertações e 11 teses entre 2000 e 2019, sendo essas últimas no campo da Educação, Linguística, Ciências Sociais e História. Na mesma fonte, quando buscamos pela expressão “charge jornalística” aparecem apenas 10 dissertações e duas teses. Já no banco de dados digitais do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), disponível no site da UnB por meio do Repositório Institucional, quando pesquisamos a palavra “charge” por assunto, entre 2007 a 2019, aparece apenas uma dissertação de mestrado e nenhuma tese. Portanto, faz-se necessário chamar a atenção da academia para este objeto e reforçar seu reconhecimento.

Na trajetória de pesquisas, a charge é compreendida como uma modalidade das linguagens iconográficas e do humor gráfico. Entre os livros de autores brasileiros que se dedicam ao tema, Lima (1963), Teixeira (2001) e Magno (2012) recuperam a história dessa imagem; Riani (2002) mergulha no humor e explica do que rimos quando realizamos a leitura desses traços; Lustosa (2001) marca a presença dos estereótipos culturais na imprensa ilustrada; e Romualdo (2000) acrescenta a importância de compreendermos a polifonia e intertextualidade desses desenhos. E o que trazemos de novo? Nossa proposta é aprofundarmos o conceito e a importância de observarmos a charge como narrativa e seu valor como documento histórico. Para isso, trilhamos o caminho hermenêutico, tão discutido nas aulas de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Esse referencial teórico-metodológico é apresentado pelo sociólogo inglês John B. Thompson, a partir dos estudos de Heidegger, Gadamer e Ricoeur, como hermenêutica de profundidade, na qual a interpretação das formas simbólicas deve ser feita tendo como ponto de partida a análise do contexto em que elas emergem. Thompson defende que, embora as formas simbólicas sejam construções significativas dialógicas, isto é, interpretadas e compreendidas pelas pessoas que as produzem e as recebem, “elas também são construções estruturadas de maneiras definidas e que estão inseridas em condições sociais e históricas específicas” (THOMPSON, 1995, p. 365).

A investigação hermenêutica de profundidade é um referencial teórico-metodológico amplo, que não trabalha apenas com a interpretação dos dados, mas, principalmente, na relação desses símbolos com a análise sócio-histórica; análise discursiva e reinterpretção. Dentro de

cada fase desse enfoque, diferentes métodos são capazes de conduzir a pesquisa propriamente dita. Neste trabalho, usaremos a Análise Crítica da Narrativa, metodologia proposta pelo professor Luiz Gonzaga Motta (2013). O autor orienta a trabalhar a narratologia além do estruturalismo, isto é, olhar, não apenas para o funcionamento interno do objeto, mas também para uma relação mais ampla entre o narrador e o destinatário, compreendendo, inclusive, a rotina produtiva do objeto: etapas como pauta, agenda de cobertura, coleta de informações e outros processos até chegar aos leitores.

É esse o caminho que buscamos seguir para a decodificação das charges aqui selecionadas. Isso porque, ao contar a história da tramitação da Constituição de 1988, entendemos que os chargistas são historiadores do presente, ou seja, eles não só descrevem como também são testemunhas e participam do período analisado. Logo, suas narrativas estão repletas de vestígios significantes (CAVALCANTI-CUNHA E MOTTA, 2017, p. 114), nas quais o presente contado pelo chargista se relaciona com suas experiências e visão de mundo. Valores e ideias preconcebidas, presentes na memória do autor, permeiam a interpretação do acontecimento que ele imprimirá em seu desenho.

Portanto, compreender a linguagem verbal e visual da charge é um processo hermenêutico que não se limita a uma decodificação linguística: busca observar as relações implícitas e explícitas do traço com a história, a política, a cultura e o social. Neste sentido, para percorrermos o caminho metodológico e compreendermos melhor nosso objeto, o ponto de partida é justamente uma imersão no contexto sócio-histórico em que as ilustrações selecionadas foram construídas. Para isso, é imprescindível recuperarmos o cenário de 1988, o sentido de democracia no Brasil pós-ditadura, a história das Constituições brasileiras e o sonho do país do futuro, que reaparece sempre quando a política e a sociedade entram em confronto. Esse é o nosso objetivo no primeiro capítulo dessa tese.

No segundo capítulo, a proposta é apresentar o conceito de charge como narrativa e ampliar a noção de tempo nessas imagens, vistas, na maioria das vezes, apenas como algo efêmero e imediato. Explicamos ainda os diferentes tipos de sátiras gráficas e a relação dessas ilustrações com o jornalismo. Analisamos o humor nas suas múltiplas formas e variações; e a importância do que chamamos de realidade aumentada pelo traço, um recurso que mistura o real com a criatividade para causar o efeito de sentido pretendido pelo autor, reforçar sua argumentação e o ponto de vista sobre o acontecimento. Aqui, mostramos como cada traço e elementos colocados em cena são portadores de uma infinita multiplicidade de sentidos e códigos culturais. É onde percebemos com mais nitidez o olhar do chargista sobre o mundo,

sua ironia, sarcasmo e juízo na representação da realidade, mostrando, muitas vezes, o que as palavras ou as fotografias não conseguem captar.

No terceiro capítulo, o objetivo é discutir a importância da charge como documento histórico. Para isso, fizemos uma introdução ao conceito de imagem e recuperamos como a narrativa satírica gráfica se originou e desenvolveu no Brasil, desde o século XIX até os dias atuais, destacando alguns dos principais representantes de cada período e a importância dessas ilustrações contra o poder dominante na luta pela cidadania, liberdade e direitos no país. Duas entrevistas, uma com o cartunista Edgar Vasques e outra com Ernani Diniz Lucas, conhecido como Nani, encerram esta parte. Além de terem vivido a experiência da ditadura em grandes jornais brasileiros e a reabertura democrática nos anos 80, sendo fontes importantes para nossa melhor compreensão sobre o momento analisado, os nomes dos ilustradores foram escolhidos por estarem inclusos na lista do Memorial da Democracia, um museu virtual produzido com o objetivo de contribuir para o resgate da memória das lutas do povo brasileiro.

A apresentação da metodologia e o corpus da pesquisa estão no quarto capítulo. Nesta etapa, recortamos para análise 15 charges do *Correio Braziliense* e 16 da *Folha de S. Paulo*, seguindo a proposta da Análise Crítica da Narrativa (MOTTA, 2013). Para isso, selecionamos as imagens que retrataram os principais acontecimentos políticos que compõem a história da elaboração da Constituição Federal de 1988, desde a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, no dia 1 de fevereiro de 1987, até sua promulgação, em 5 de outubro de 1988, desvendando a teia principal da intriga, o enredo, o clímax, os protagonistas e viradas de cena.

A análise de cada charge é feita no capítulo 5, seguindo o estudo do plano de expressão, conteúdo e metanarrativa. Aqui, observamos a notícia matéria-prima do desenho, o tipo de charge, a linguagem visual e verbal, os personagens, a crítica principal, o humor e os significados construídos.

Na sequência, a síntese da história é apresentada no capítulo 6. Nessa parte, buscamos conexões inerentes de cada imagem e juntamos as peças para revelarmos a essência da história: o poder de voz da charge, a jornada dos personagens principais, a intriga, o jogo de poder nos bastidores da Constituinte, os pontos positivos e as críticas em relação às novas leis.

Por fim, na conclusão, mostramos o significado final da Constituição Federal de 1988 nas ilustrações analisadas, o sentido que predomina como documento histórico e o que essas fontes podem acrescentar ao leitor sobre o marco da redemocratização brasileira. Há quem veja nesse período de transição, momentos de alegria, ira, revolta, choro e dor, enquanto para os outros o sentido foi de esperança. Pois, como diz Eça de Queiroz (1871, p. 10): “o riso é castigo,

o riso é filosofia e também salvação. Na política constitucional, pelo menos, o riso é uma opinião”. Nesta pesquisa, uma coisa é certa: o humor é levado a sério. Parte-se dele para conhecermos ainda mais a charge e o que essa expressão artística, cívica e de cidadania nos tem a dizer sobre a origem da recente democracia brasileira.

## 1. O CONHECIMENTO HISTÓRICO: COMPREENDER PARA DECODIFICAR

Conhecer ao máximo o acontecimento que será caracterizado é o primeiro passo para a construção de uma charge. Observando atentamente o seu objeto, o tema e o personagem, o chargista definirá quais traços serão destacados ou diminuídos, as analogias utilizadas, as cores, os símbolos, se a mensagem visual precisará de legenda, se haverá diálogo, qual o tom de humor necessário e demais artifícios que levarão o leitor a compreender a mensagem. Da mesma forma acontece com o público. O sentido pretendido pelo chargista só terá efeito e alcance se o receptor tiver conhecimento sobre o acontecimento e estiver familiarizado com a história e o contexto. No entanto, a busca por esse conhecimento ou familiaridade com o tema se torna ainda mais complexa à medida que o observador se afasta no tempo. Surge então o processo de consciência histórica discutido por Gadamer (2006), ou seja, o talento do observador, analista ou historiador para compreender o passado a partir do próprio contexto em que ele emerge, a fim de verificar os significados e os valores relativos que lhe são próprios.

A construção do senso histórico é fundamental para a análise de todas as narrativas, pois permitirá ao pesquisador compreender como sua percepção de realidade difere do modo pelo qual o passado se apresentava a um povo ou uma época. Esse caminho, portanto, é o primeiro passo da nossa pesquisa, pois ajudará a entender todo o contexto das imagens em estudo: o enredo, os personagens, as críticas, as denúncias, inclusive a maneira como o humor é trabalhado nos traços, já que, muitas vezes, o que era aceito nessas imagens ou fazia rir na década de 1980 pode não fazer mais sentido em 2020. Neste sentido, Gadamer reforça que:

Ter senso histórico é superar de modo consequente a ingenuidade natural que nos leva a julgar o passado pelas medidas supostamente evidentes de nossa vida atual, adotando a perspectiva de nossas instituições, de nossos valores e verdades adquiridos. Ter senso histórico significa pensar expressamente o horizonte histórico coextensivo à vida que vivemos e segundo vivemos (GADAMER, 2006, p. 18).

Compreender, no sentido orientado pelo autor, é ir além do ato de interpretar. É trabalhar com a hermenêutica, se envolver com a influência das representações atribuídas aos momentos históricos e as experiências temporais humanas. É entender como um povo ou Estado veio a ser o que é, como todas as coisas aconteceram e se encontram aí. Isso significa dizer que estudar as notícias, é sempre percorrer o longo caminho de resgate da memória coletiva e seu contexto, pois precisamos ter em mente a maneira como a narrativa foi contada, a situação em que ela foi publicada, bem como as ideologias, a cultura e o jogo político presente no momento de sua construção.

Com as charges não é diferente. Aliás, pode ser ainda mais trabalhoso porque uma charge não é autoexplicativa. Como resultado de uma interpretação particular do autor sobre um acontecimento, ela está inserida em uma trama de narrativas que se entrecruzam, como editoriais e reportagens, que fornecerão ao leitor as ferramentas que serão utilizadas para sua leitura, decodificação, identificação dos personagens, as críticas, as denúncias e a piada. Ao ser publicada, a charge traz informações, significados e sentidos da atualidade, mas que logo se perpetuam no tempo e passam a ganhar importância documental. É aqui que temos um impasse, pois esse valor histórico não é o mesmo para todos. Ele se relaciona com a experiência, a cultura, com a visão de mundo e o conhecimento de cada indivíduo. E quanto mais esses elementos são fortalecidos na análise, melhor será a compreensão do objeto.

É por isso que começamos esse trabalho pelo contexto histórico, ponto que acreditamos ser essencial para entendermos nosso longo caminho de estudo e conseguirmos aproveitar ao máximo o material que temos em nossas mãos. É ele que nos fornecerá as peças-chaves do quebra-cabeça para compreendermos os significados e sentidos que as charges dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Correio Braziliense* nos revelam sobre a Constituição Federal de 1988.

Lembramos ainda que percorrer esse contexto é muito mais que reviver o cenário brasileiro de 1987 e 1988 ou entender o campo político, econômico e social da época. É entrar em uma máquina do tempo, conduzida pelos símbolos e sentidos que essas ilustrações evocam. São eles os principais guias desse percurso, no qual o analista deverá se afastar por um instante e deixar o objeto ter o seu próprio lugar de fala. É esse o real sentido do senso histórico: a busca pelo conhecimento sobre a totalidade que o material em análise revela, a fim de compreendê-lo e decodificá-lo da forma mais completa possível.

### 1.1. UM ESBOÇO DO BRASIL EM 1988 E SUAS CONSTITUIÇÕES

Nossa viagem histórica começa recuperando o cenário brasileiro às vésperas da promulgação da Constituição de 1988. No dia 30 de setembro, cinco dias antes do grande evento, a *Folha de S. Paulo* trazia a seguinte manchete: “Polícia abate sequestrador do 737”. Era a história do maranhense Raimundo Nonato Alves da Conceição, de 28 anos, que, armado, tomou um voo da Viação Aérea São Paulo (VASP) com o objetivo de atingir o Palácio do Planalto, em Brasília. Desempregado, culpando o governo por sua situação e pela crise econômica que o país enfrentava, pretendia matar o Presidente da República, na época, José Sarney, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), lançando um avião contra

o gabinete presidencial. O voo fazia o trajeto Porto Velho-Rio de Janeiro, com escala em Belo Horizonte, onde Raimundo entrou no avião com 135 passageiros e oito tripulantes a bordo. Naquela época não existia a inspeção de bagagens por raio-X. O sequestro não teve êxito e a aeronave acabou pousando em Goiânia, capital de Goiás, mas um dos copilotos, Salvador Evangelista, foi baleado e acabou morrendo. Raimundo Nonato foi levado ao hospital e foi encontrado morto quatro dias depois. A causa oficial da sua morte foi infecção por anemia falciforme.

A notícia ilustra como se vivia no Brasil em 1988, com sucessivas crises econômicas, hiperinflação e desemprego. Na televisão, a novela *Vale Tudo* convidava o país a “mostrar a sua cara”. Escrita por Gilberto Braga, Aguinaldo Silva e Leonor Bassères e exibida pela Rede Globo, a trama abordava a corrupção, o jeitinho brasileiro e discutia até que ponto valia ser honesto no país. Na vinheta de abertura, a música cantada por Gal Costa e escrita por Cazuzza, Nilo Romério e George Israel, perguntava ao Brasil “qual o teu negócio? O nome do seu sócio? Confia em mim”, acompanhando um mosaico de imagens da bandeira brasileira que buscavam formar um retrato do país. A novela durou de 16 de maio de 1988 a 6 de janeiro de 1989, dez meses antes da primeira eleição direta presidencial desde 1960, e foi substituída pela trama *O Salvador da Pátria*. Já pelos títulos, notamos que nem mesmo os programas de entretenimento, como as novelas, ficavam fora do debate político: *Vale Tudo*, no auge dos trabalhos da Constituinte e *O Salvador da Pátria*, como era chamado naquele momento o próximo presidente do Brasil, primeiro eleito pelo voto direto após a promulgação da Constituição de 1988.

No rádio, fazia sucesso *Que País É Este?* da banda Legião Urbana, que levava os brasileiros a cantarem em coro “nas favelas, no Senado. Sujeira pra todo lado. Ninguém respeita a Constituição, mas todos acreditam no futuro da nação”. A música, escrita em 1978, só foi lançada em 1987 porque, segundo a banda, sempre havia a esperança de que algo iria realmente mudar no país, tornando a canção obsoleta.

Exemplos como esses esboçam as crises e as discussões políticas que tomaram conta do país na década de 1980. O período marcou a transição entre a ditadura militar, instalada com o golpe em 1964, e a abertura política no Brasil, alavancada com o movimento “Diretas Já”. A campanha começou em 1983, incentivada pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 05/1983, elaborada pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), com o objetivo de reinstaurar as eleições diretas para presidente e vice-presidente da República no Brasil. Em pouco tempo, o movimento se espalhou pelo território nacional em grandes comícios, passeatas

e manifestações jamais vistas no país, com a participação de civis, políticos, jornalistas, artistas, intelectuais, líderes sindicais e dirigentes de associações. Entretanto, no dia 25 de abril de 1984, a PEC foi rejeitada pelo Congresso Nacional e o movimento só conquistou uma vitória parcial em 15 de janeiro de 1985, quando Tancredo Neves foi eleito presidente do Brasil pelo Colégio Eleitoral, com a missão de articular a redemocratização. Entretanto, antes de tomar posse, faleceu por sérios problemas de saúde no dia 21 de abril de 1985. Seu vice, José Sarney, assumiu a presidência interinamente em 15 de março daquele mesmo ano e depois definitivamente até 15 de março de 1990, sendo um dos principais personagens nesse processo de reabertura política.

José Murilo de Carvalho explica que após o fim da ditadura militar, em 1985, a democracia no país começava a ganhar ímpeto. No dizer do mesmo autor, uma das marcas desse esforço é a voga que assumiu a palavra cidadania. “Mais ainda, ela substituiu o próprio povo na retórica política. Não se diz mais ‘o povo quer isto ou aquilo’, se diz ‘a cidadania quer’. Cidadania virou gente. No auge do entusiasmo cívico, chamamos a Constituição de 1988 de Constituição “Cidadã” (CARVALHO, 2014, p. 13).

O autor usa o mesmo sentido de cidadania proposto por T. A. Marshall, que a divide em três dimensões: direitos civis, políticos e sociais. “Se os direitos civis garantem a vida em sociedade e os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito a educação, trabalho, saúde e aposentadoria” (CARVALHO, 2014, p. 16). Assim, tem-se que uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível, mas que tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico.

No cenário brasileiro, Carvalho (2014) aponta para um caminho tortuoso de cidadania, que não conseguiu grandes mudanças e desenvolvimento entre a independência (1822) e a Primeira República (1930). Entre as causas, estão os efeitos do processo de colonização do país, que se caracterizou por fomentar uma população basicamente analfabeta, uma sociedade escravocrata, economia baseada na monocultura e latifundiária, e um Estado absolutista, onde não existia, nem mesmo à época da independência, o sentido de pátria ou cidadãos brasileiros, atavismos que não foram erradicados de forma eficaz pelo sistema político brasileiro pós-independência.

Para falar de cidadania e democracia no Brasil e principalmente da Constituição de 1988, faz-se necessário olharmos antes para a história das leis brasileiras. Entendemos por

Constituição o conjunto de normas que rege o Estado, responsável por limitar e organizar os poderes políticos. Representa a identidade de um povo. Qualquer pessoa que queira entender as políticas públicas de uma nação deve olhar para o texto constitucional. Nele estão previstos os pilares sobre os quais o Estado deverá se erguer, a organização estatal, os poderes públicos, os direitos e garantias fundamentais, a soberania nacional e a proteção da população. As principais ideias atreladas à Constituição são de separação dos poderes, de garantia dos direitos fundamentais dos indivíduos e de princípio do governo limitado (isto é, todo governo constitucional é um governo limitado).

Cada país tem uma Constituição diferente. Mas ao contrário dos norte-americanos, que até hoje mantiveram sua primeira Constituição, a de 1787, pois delegou a Suprema Corte a função de adaptar o texto ao desenvolvimento de sua sociedade, o Brasil tem alterado sua lei fundamental a cada mudança estrutural. Foram sete até 1988. No mundo, 53,5% dos Estados independentes tiveram mais de uma Constituição desde a Segunda Guerra Mundial. Ou seja, “dois terços das 160 Constituições em vigor ou foram adotadas ou revisadas depois de 1970. Só 14 delas, menos de 10%, são anteriores a 1945” (NOGUEIRA, 2012, p. 6).

A primeira Constituição do Brasil foi outorgada por D. Pedro I, em 1824, dois anos após a independência do país, durante o período de transição entre a colônia e o império. Durou 65 anos e teve apenas uma emenda. Quando foi revogada pelos republicanos, em 1889, era a segunda Constituição escrita mais antiga do mundo, superada apenas pela dos Estados Unidos. Ainda que outorgada, sua importância reflete esse longo tempo em que ela permaneceu em vigor, sendo a base para a evolução da monarquia e superação de crises, como a Guerra do Paraguai (1864–870).

Sua Assembleia Constituinte foi instalada em 3 de maio de 1823, no Rio de Janeiro, reunindo 84 dos 100 deputados, que representavam a elite política e intelectual da época, composta de magistrados, membros do clero, fazendeiros, senhores de engenho, altos funcionários, militares e professores. Era o início do poder legislativo no país e a fundação da vida jurídica brasileira pós-independência.

De acordo com dados no site da Câmara dos Deputados (CONHEÇA A HISTÓRIA DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823, 2018), o Brasil tinha à época cerca de 4,5 milhões de habitantes, assim distribuídos: 800 mil índios, 1 milhão de brancos, 1,2 milhão de negros escravizados e 1,5 milhão de mulatos, pardos, caboclos e mestiços. Como integrá-los em um só povo? Como transformar todos em cidadãos brasileiros com iguais direitos e deveres?

O desafio não era fácil. Uma das principais preocupações naquele momento era ainda impor a ordem e garantir a consolidação da independência da ex-colônia.

É nesse contexto que a primeira Constituição brasileira era discutida. Seu projeto, elaborado por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, antigo deputado nas Cortes Constituintes de Lisboa de 1821-22, tinha, a princípio, 272 artigos, influenciados pelas ideias do Iluminismo no tocante à soberania nacional e ao teor liberal. Estabelecia-se a divisão dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e a contenção do poder do monarca. No texto, os representantes seriam eleitos pelo voto censitário, isto é, baseado na renda de cada indivíduo, o que impedia a participação política das camadas pobres. Essa renda era medida em alqueires de farinha de mandioca, o que levou o projeto a ser apelidado de Constituição da Mandioca. O esboço também previa o afastamento de portugueses que ocupavam cargos no governo e até sua expulsão do Brasil, fato que contribuiu para que esse texto não saísse do papel. Ou seja, o projeto constitucional não agradou o imperador. Era muito liberal para um autocrata. Impedia, por exemplo, que ele pudesse dissolver a Câmara e colocava o poder nas mãos de uma oligarquia terratenente, os produtores e fazendeiros, em choque com o imperador.

Em 10 de novembro a tensão chegou no auge. Entrou em pauta na Assembleia um projeto sobre liberdade de imprensa e a sessão ficou ainda mais agitada. Em meio a discussão entre radicais e conservadores, a Constituinte foi dissolvida na madrugada de 12 de novembro de 1823, quando D. Pedro I mandou o Exército invadir o plenário, prendendo e deportando vários deputados, entre eles os irmãos Andradas: José Bonifácio, o Patriarca da Independência; Martim Francisco e o relator da constituinte, Antônio Carlos de Andrada. O episódio ficou conhecido como a Noite da Agonia. Uma Carta foi outorgada no dia 25 de março de 1824, desencadeando rebeliões por todo país, como a Confederação do Equador, movimento republicano e separatista que ocorreu em Pernambuco, em 1824.

Entre as suas características, a primeira Constituição brasileira manteve o regime monárquico, estabelecendo os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, entretanto criou o Moderador, que garantia ao imperador poder absoluto e ainda o direito de não responder na justiça pelos seus atos. Os senadores tinham cargo vitalício; a igreja católica estava subordinada ao Estado; as eleições eram indiretas e o voto era censitário, ou seja, baseado na renda, o que excluía a maioria da população brasileira do processo eleitoral.

A dissolução da Constituinte repercutiu mal também na imprensa, que teve sua liberdade cerceada, pois embora a Carta de D. Pedro I se dizia liberal, na prática, a realidade era outra. O art. 179, por exemplo, ao afirmar que “nenhum cidadão podia ser obrigado a fazer

ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei”, deixava de lado os escravos, que só foram libertos pela Lei Áurea, em 1888. “O país já nasceu com uma organização política antidemocrática e o poder nunca se reconheceu como arbitrário. Ao contrário, D. Pedro I inaugurou o arbítrio travestido de defensor das liberdades – a esquizofrenia de um discurso liberal e uma prática repressiva” (VILLA, 2011, p. 16).

Veremos no decorrer desse escrito, que o efeito negativo dessa relação entre o Estado e a sociedade brasileira, logo após a sua independência, continuará ao longo da história política do país, sobretudo no que diz respeito à aplicabilidade das leis, causando dúvidas e insegurança também no cenário de 1988. Desde o início da primeira Carta, em 1824, o que se percebe é que o sistema jurídico brasileiro não foi feito para atender às necessidades ou proteger o povo, mas sim, a vontade daqueles que detêm o poder:

A Constituição começava com uma afirmação falsa, logo no primeiro artigo: “O Império do Brasil é a associação política de todos os cidadãos brasileiros”. Todos, para o imperador, era uma ínfima minoria: os livres e que tivessem renda mínima, que, naquela época, não era desprezível. O conceito de “cidadão”, em vez de ser geral, como representante do povo com direitos democráticos, serviu para restringir. Esse desvirtuamento permaneceu ao longo do tempo, tanto que acabou virando vocábulo policial. É comum ouvir um policial falando que o “cidadão se evadiu”; aqui o conceito democrático, numa cruel inversão, virou sinônimo de meliante. Democracia para o imperador, era boa desde que controlada (VILLA, 2011, p. 14).

A Carta de 1824 teve consequências negativas inclusive no âmbito da comunicação. O inciso quatro do mesmo artigo - o qual dizia que “todos podem comunicar os seus pensamentos, por palavras, escritos e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura; contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos, e pela forma, que a lei determinar” - levou muitos jornalistas com ideias contrárias às do imperador a serem perseguidos e torturados. O registro desse autoritarismo no início do Brasil independente foi feito por Sodré, durante sua pesquisa sobre a história da imprensa brasileira:

Os avanços progressivos eram respondidos com o súbito e total recuo: a classe dominante apoderava-se do comando, exercendo-o em sua plenitude. Para isso, teria de, tomando medidas violentas, suprimir todas as manifestações de liberdade, inclusive e principalmente a de imprensa. Era o primeiro retrocesso no longo e tortuoso processo de independência (SODRÉ, 1999, p. 82).

Apenas a partir de 1825, com o reconhecimento da independência do Brasil por Portugal, por meio do Tratado de Paz e Aliança, e com a instalação da Assembleia Legislativa, em 1826, é que a imprensa começou a construir seu espaço no período imperial, ganhando

destaque no Segundo Reinado, com D. Pedro II, entre 1840 a 1889, quando, inclusive, proliferaram no país, inúmeras revistas de humor e charges.

Influenciada pelo modelo de constitucionalismo inglês, no qual apenas é pauta constitucional aquilo que diz respeito aos poderes do Estado e os direitos individuais, a Carta Constitucional de 1824 foi a de maior vigência até hoje não exatamente por suas qualidades, mas pelas características do regime imperial (NOGUEIRA, 2012). É, inclusive, o texto que vai originar a Constituição de Portugal de 1826, também outorgada por D. Pedro I após a morte de seu pai, o rei D. João VI.

A segunda Constituição brasileira foi promulgada legalmente em 24 de fevereiro de 1891. Marcou a transição da monarquia para o regime republicano e espelhou o momento político e social que o país vivia com o fim da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889). Inspirada na Constituição dos EUA e no positivismo, corrente filosófica criada por Auguste Comte na França, foi a primeira a usar a frase “Todos são iguais perante a lei”. Entre as suas características, introduziu modificações profundas no regime político e nas práticas jurídicas, como a instituição do regime presidencialista; a exclusão do poder moderador, a ampliação do direito de voto com idade mínima do eleitor para 21 anos, mas impedindo ainda o voto aos analfabetos e as mulheres; permitiram as eleições diretas e mandato de quatro anos para o presidente; a separação entre o Estado e a Igreja; o fim do mandato vitalício no Senado; a criação da denominação Supremo Tribunal Federal (STF) e a instituição do habeas corpus (garantia concedida sempre que alguém estiver sofrendo ou ameaçado de sofrer violência, ou coação em seu direito de locomoção – ir, vir, permanecer –, por ilegalidade ou abuso de poder).

A Constituição ressaltou ainda os direitos individuais, garantindo a inviolabilidade à liberdade, à segurança e à propriedade. Como na lei de 1824, a de 1891 afirmava promover a liberdade de imprensa e o fim da censura, desde que cada um fosse responsável por abusos cometidos. Há, portanto, com relação ao texto da Constituição do Império, acréscimo de proibição expressa do anonimato, uma forma de viabilizar a aplicação da lei a quem cometesse o abuso dessa liberdade.

A edição 615 da *Revista Illustrada*, de Ângelo Agostini, publicada em março de 1891, definiu a Constituição de 1891 como a mais adiantada e mais livre do que todas as constituições até então outorgadas ou decretadas:

Após três meses e dez dias de árduo trabalho, o Congresso Nacional dotou a República Brasileira com uma Constituição que é um modelo de previdência e de arrojo patriótico. Mais adiantada e mais livre do que todas as constituições até hoje outorgadas ou decretadas, a nova lei fundamental de nossa pátria recomenda-se pelo seu espírito altamente democrático, pela sua forma concisa

e pela magnitude das concepções, que, de princípio ao fim, garantindo o pleno uso da liberdade, equilibram os interesses gerais com os individuais, assegurando o brilhantismo de um futuro de paz e de prosperidade. O Congresso Nacional, recebido com prevenções, soube, dia a dia, conquistar para si o título de uma das mais notáveis Constituintes que o mundo tem visto, tornando-se credor da gratidão nacional (REVISTA ILLUSTRADA, 1891, p. 2.).

Entretanto, se na aparência a Constituição de 1891 era justa, liberal e equilibrada, com algumas liberdades individuais e o fim do poder moderador, na prática, a realidade era outra. Foi excludente com as minorias, favoreceu os cafeicultores paulistas e sustentou o coronelismo, grupo importante para a derrubada da monarquia, ao lado dos militares. Esses últimos, fortalecidos moralmente pela vitória da Guerra do Paraguai (1864-1870), passaram a almejar uma representação política que não possuíam no Império e a controlar a transição para a República, com a participação dos militares Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, o primeiro e o segundo presidente do Brasil, respectivamente. A exaltação política entre os grupos partidários contra e a favor da nova República está registrada na imprensa, que foi cerceada e atacada no início do novo regime.

Após a Revolução de 1930, com o fim da Primeira República Brasileira (1889-1930), o presidente eleito Júlio Prestes foi impedido de tomar posse e, em seu lugar, Getúlio Vargas assumiu a presidência do país, em 1930, exigindo a convocação de uma nova Assembleia Constituinte. Neste contexto, o Brasil ficou quatro anos em "governo provisório" e a promulgação de uma nova Constituição foi realizada em 16 de julho de 1934. Entre as principais características do texto estão o voto obrigatório e secreto a partir dos 18 anos e estendido às mulheres (quando estas exerciam função pública remunerada), mas mantendo a proibição do voto aos mendigos e analfabetos; a criação de leis trabalhistas, com jornada de trabalho de oito horas diárias; pluralidade sindical; e o direito à livre expressão.

Porém, Getúlio Vargas não comungava dos valores democráticos. Além disso, a conjuntura mundial, na época, sob influência do Nazifascismo, representado por Hitler na Alemanha e Mussolini na Itália; a forte concentração de poder no Executivo; a aliança militar; e a justificativa de conter o avanço comunista no país criaram condições para um golpe político de Vargas, em 10 de novembro de 1937, inaugurando um dos períodos mais autoritários da história do Brasil, conhecido como Estado Novo.

Outra Constituição foi feita – a Carta de 1937 –, desta vez com inspiração fascista e centralista. Foi novamente outorgada e trazia os fortes elementos do autoritarismo que marcaram a Europa nesse período, inclusive a adoção da pena de morte, prisão e exílio de

opositores ao governo. Muitos direitos foram suspensos, como a liberdade de expressão do pensamento e de organização. O Congresso nacional foi fechado, assim como as Assembleias Legislativas e as câmaras Municipais.

A Carta foi apelidada de Polaca, por ser parecida com a Constituição da Polônia (1935). Vale recordar o sentido que a palavra “polaca” representava naquele contexto histórico. Era o termo para designar as judias pobres da Rússia, Galícia e Polônia, que vieram para o Brasil em busca de melhores condições de vida e promessas de casamento, mas que, sem dotes e sem o domínio da língua, acabaram exercendo a prostituição. Vender sexo pelas ruas das cidades brasileiras significava para essas mulheres judias muito mais que um modo moralmente reprovável de sobrevivência. Era a marginalidade até o último suspiro, com inúmeras consequências, inclusive, a proibição de elas serem enterradas em cemitérios da religião. Portanto, o termo “polaca” que a Carta de 1937 evoca, remete tanto ao sentido pejorativo da palavra naquele contexto, como também sua relação com a discriminação ao outro e o autoritarismo nazista que crescia na Europa e alcançava o Brasil.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e a derrota da Alemanha, o mundo foi novamente tomado pelas ideias democráticas e o regime autoritário brasileiro entrou em colapso, levando o general Eurico Gaspar Dutra a ser eleito presidente do país pelo voto popular. Com a promulgação da quinta Constituição, em 18 de setembro de 1946, tem início uma nova tentativa de democracia no Brasil, buscando reinstaurar as garantias perdidas com a Carta de 1937. Entre as características, o texto constitucional buscava assegurar os direitos básicos de liberdade, propriedade e segurança individual; restituiu as eleições diretas para presidentes, governadores, deputados federais, senadores e assembleias legislativas; promoveu o fim da censura e pena de morte e ampliou a participação do voto feminino, antes restrito às mulheres apenas com cargo público remunerado.

Foi o auge do nacionalismo e populismo no Brasil, onde os políticos legitimavam a crença de uma nação promissora. Getúlio Vargas, que assumiu novamente o poder entre 1951 e 1954, se transformou em grande unanimidade política. Jânio Quadros, eleito em 1961, usou a vassoura como símbolo de combate à corrupção. Juscelino Kubitschek, presidente entre 1956-1961, foi reconhecido pela liderança de um país moderno e a construção de Brasília como a capital do Brasil, sendo o empreendedurismo o símbolo principal de seu governo.

Era o sonho do *Brasil: um país do futuro*, defendido pelo escritor austríaco Stefan Zweig, em seu livro homônimo, publicado em 1941. A começar pelo título, a obra trata de uma terra que caminha para a civilização e devia se tornar uma grande potência nos próximos anos.

O Brasil, nas palavras do autor, é tão gigante, que “não deveria ser chamado de país e sim de continente” (ZWEIG, 2013, p. 15). Ao longo do livro, o autor confessa sua paixão pela nação brasileira e critica a atitude de superioridade do outro, o estrangeiro, que muitas vezes vê e faz relatos sobre o país com olhares preconceituosos. O livro foi escrito no auge da Segunda Guerra Mundial. Nesta época, enquanto os países do primeiro mundo guerreavam entre si, o Brasil abrigou muitos perseguidos pelo nazismo e manteve um posicionamento neutro até 1941, ano em que o livro de Zweig foi publicado. Contra as consequências e o terror que a guerra causava ao mundo, o autor oferece a paz brasileira como esperança de um mundo melhor:

Como conseguir em nosso mundo uma convivência pacífica entre as pessoas apesar da diversidade de raças, classes, cores, religiões e convicções? Esse é o problema com que toda comunidade, todo país sempre volta a se defrontar. E a nenhum outro país senão no Brasil ele se impôs em uma constelação tão complicada, e nenhum outro país - e é como grato testemunho que escrevo este livro - conseguiu resolvê-lo de maneira tão feliz e exemplar como o Brasil. Uma maneira que, na minha opinião, não requer apenas a atenção, mas a admiração do mundo. [...] Enquanto, no nosso velho mundo, prevalece a loucura de se querer criar pessoas de raça pura, como se fossem cavalos de corrida ou cães, a nação brasileira se baseia há séculos unicamente no princípio da mistura livre e sem entraves, a total equiparação entre negros e brancos, morenos e amarelos (ZWEIG, 2013, p. 17-18).

O fato é que o olhar de Zweig realmente mostrava infinitas possibilidades de um desenvolvimento político, econômico e social brasileiro. Para ele, bastava uma boa administração. No entanto, a experiência promissora se encerra em 1964, quando os militares intervieram mais uma vez e implantaram uma ditadura no país, que durou até 1985.

Em 1967, o Brasil presenciou sua sexta Constituição, que estabeleceu novamente a centralização do poder e o fim das eleições diretas para Presidente da República. Nenhuma Constituição deu tantos poderes ao Presidente da República como a de 1967, incluindo o direito amplo à iniciativa de leis através de emendas, projetos de lei sobre qualquer matéria e decretos-leis.

Durante a ditadura militar, 17 importantes decretos foram emitidos, sendo o Ato Institucional Número Cinco (AI-5) o mais duro deles. “A própria Carta foi vítima dos poderes presidenciais, pois praticamente ficou revogada com o AI-5” (FURTADO, 1988, p. 6). Emitido pelo presidente Artur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968, o AI-5 trouxe importantes consequências como o fechamento do Congresso Nacional por quase um ano; suspensão de qualquer reunião de cunho político; censura aos meios de comunicação, estendendo-se à música, ao teatro e ao cinema; suspensão do habeas corpus para os chamados crimes políticos;

decretação do estado de sítio pelo presidente da República em qualquer dos casos previstos na Constituição; e autorização para intervenção em estados e municípios. Os efeitos e cenário da ditadura militar após 1964 são registrados em inúmeros trabalhos acadêmicos, filmes, músicas, novelas, exposições e livros, como o de Carvalho ao estudar o contexto:

Os governos militares podem ser divididos em três fases. A primeira vai de 1964 a 1968 e corresponde ao governo do general Castelo Branco e primeiro ano do governo do general Costa e Silva. Caracteriza-se no início por intensa atividade repressiva seguida de sinais de abrandamento. Na economia, foi período de combate à inflação, de forte queda do salário mínimo e de pequeno crescimento. Foi o domínio dos setores mais liberais das forças armadas, representados pelo general Castelo Branco. No último ano, 1968, a economia retomou os altos índices de crescimento da década de 50. A segunda fase vai de 1968 a 1974 e compreende os anos mais sombrios da história do país, do ponto de vista dos direitos civis e políticos. Foi o domínio dos militares mais truculentos, reunidos em torno do general Garrastazu Médici, escolhido presidente após o impedimento de Costa e Silva por motivo de doença. O período combinou a repressão política mais violenta já vista no país com índices também jamais vistos de crescimento econômico. Em contraste com as taxas de crescimento, o salário mínimo continuou a decrescer. A terceira fase começa em 1974, com a posse do general Ernesto Geisel, e termina em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves. Caracteriza inicialmente pela tentativa do general Geisel de liberalizar o sistema, contra a forte oposição dos órgãos de repressão. A liberalização continua sob o general João Batista de Figueiredo (1979-1985). As leis de repressão vão sendo aos poucos revogadas e a oposição faz sentir sua voz com força crescente. Na economia, a crise do petróleo de 1973 reduz os índices de crescimento, que no início dos anos 80 chegam a ser negativos (CARVALHO, 2014, p. 161-162).

Após a ditadura militar, a esperança e o significado do Brasil como o país do futuro são retomados nos anos 1980, com a reabertura política e a promulgação da Constituição de 1988. No entanto, de acordo com Carvalho (2014), havia ingenuidade no entusiasmo e a crença de que a democratização das instituições traria rapidamente a felicidade nacional. Pensava-se que o fato de termos reconquistados o direito de eleger nossos prefeitos, governadores e presidente da república seria uma garantia de liberdade, de participação, de segurança, de desenvolvimento, de emprego, de justiça social:

De liberdade, ele foi. A manifestação do pensamento é livre. De participação também. O direito de voto nunca foi tão difundido. Mas as coisas não caminharam tão bem em outras áreas. Pelo contrário. Anos passados desde o fim da ditadura, problemas centrais de nossa sociedade, como a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a má qualidade da educação, a oferta inadequada dos serviços de saúde e saneamento, e as grandes desigualdades sociais e econômicas, ou se agravaram, ou, quando melhoram, é em ritmo muito lento. Em consequência, os próprios mecanismos e agentes do sistema democrático, como as eleições, os partidos, o Congresso, os políticos, se desgastam e perdem a confiança dos cidadãos (CARVALHO, 2014, p. 14).

Carvalho (2014) registra que a Nova República começou em clima de otimismo, embalada pelo entusiasmo das grandes demonstrações cívicas em favor das eleições diretas. O otimismo prosseguiu no início de 1987, com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte.

## 1.2. A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

O Brasil recebe hoje a sua nova Constituição em dúvida sobre que direitos já podem começar a praticar. Novamente estão em confronto os grupos que brigaram por eles, ou contra eles, na Constituinte, desta vez com fogo centrado na oportunidade em que entram em vigor. [...] Ninguém acredita que o *Day after* seja mágico a ponto de instalar, por si mesmo, a democracia brasileira, mas de acordo com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos, esse caminho estará aberto (LAFETA, 1988, p. 1).

Aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988, a Constituição do Brasil de 1988 foi promulgada em 5 de outubro, sendo a sétima do país desde sua independência. Ficou conhecida como “Constituição Cidadã” por ter sido concebida no processo de redemocratização, iniciado com o encerramento da ditadura militar no Brasil (1964–1985). Na edição especial do jornal *Correio Braziliense*, publicada no dia 5 de outubro de 1988, a jornalista Caldas afirmava: “depois de promulgada, a Constituição devolverá ao Legislativo suas prerrogativas perdidas com o golpe de 1964. Não haverá mais decretos-leis. E essas conquistas mudam o perfil da nação brasileira” (CALDAS, 1988, p. 2).

O novo texto constitucional foi promulgado com 245 artigos e 70 Atos de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), com o objetivo de garantir os direitos sociais, econômicos, políticos e culturais que haviam sido perdidos durante a ditadura. É a Constituição mais democrática que o país já teve, tanto pela participação popular quanto pelo seu conteúdo. Por ser detalhada e inclusiva, é também fácil de mudar, o que vem promovendo alterações ao longo dos anos. “Desde 1992, quando foi aprovada a primeira emenda constitucional, a Carta foi modificada 105 vezes até 2017” (ARANTES; COUTO, 2019, p. 29). Ao destacar essa expansão constitucional, Arantes e Couto explicam que em 2018, ano em que ela completou 30 anos, o texto da Constituição de 1988 já era 44% maior do que quando a lei foi promulgada, por conta de emendas para modificar aspectos da estrutura institucional do país, estabelecer ações de governo e novas políticas públicas.

Terceira mais longa do mundo em número de palavras, atrás apenas da Índia e da Nigéria, segundo o estudo *Comparative Constitutions Project* de 2016, a Constituição de 1988 ocupa a décima posição em quantidade de direitos (ARANTES; COUTO, 2019). Ela não só

restabeleceu as eleições diretas para presidente da república, governadores de estados e prefeitos, como pretendeu restabelecer a inviolabilidade de garantias e liberdades básicas e instituir preceitos progressistas, como a igualdade de gêneros, a criminalização do racismo, a proibição total da tortura e direitos sociais como educação, trabalho e saúde para todos.

A Constituição de 1988 também garantia que todo cidadão brasileiro tivesse direito a saúde e a educação, trazendo para a sociedade uma nova fase em que o povo tinha direitos que, pelo menos no papel, fazia com que todos fossem iguais perante a lei. Ampliou os direitos trabalhistas das Constituições de 1946 e 1967, reduzindo a jornada semanal de 48 horas para 44 horas, restituiu o direito de greve e instituiu a liberdade de associação sindical, décimo terceiro salário, direito ao abono de férias, seguro desemprego e proteção à maternidade. Restituiu o direito a manifestação de pensamento (vedado o anonimato) e a liberdade de expressão intelectual. Também o direito de habeas data, que garante a todo cidadão acessar qualquer dado a seu respeito em arquivos do governo. Quanto às eleições, essas voltaram a ser diretas e universais, sem distinção de classe ou gênero, com voto obrigatório para todos os maiores de 18 anos e facultativo para jovens com idade entre 16 e 18 anos aos analfabetos.

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, para explicar as mudanças e as novidades da Constituição à população, a Voz da Constituinte veiculou 650 programas de cinco minutos pelas rádios AM e FM e pelas emissoras de televisão de todo o país.

O ar saudável e vivificante das liberdades públicas e civis hoje restauradas – como define o relator-geral da Constituinte, deputado Bernardo Cabral – terá desintoxicado os pulmões da nação brasileira. O longo jejum da democracia imposto pelo golpe militar de 1964 será uma lembrança amarga do passado para cidadãos novamente habituados ao exercício do voto. O primeiro encontro com as urnas da nova ordem constitucional acontece ainda este ano, com a eleição para prefeitos e vereadores em todo país. Depois, em 89, é a vez do brasileiro escolher seu presidente, de forma direta e secreta e dentro do sistema de dois turnos, que garante a representatividade do eleito. Enfim, em 90 será a vez dos governadores, senadores e deputados. Bom caminho para a participação política da sociedade, a urna não será o único a partir e agora. A Carta também assegura à população atuação direta no processo legislativo. Desde que respaldado por 700 mil assinaturas, o equivalente a um por cento do eleitorado nacional, projetos de lei podem ser apresentados pelo povo. Uma mudança para a qual as pessoas não acordaram, segundo a avaliação do deputado Ulysses Guimarães (LAFETA, 1988, p. 2).

O autor da capa escolhida para o livro da Constituição (Figura 1), entre as nove criadas pelos artistas da gráfica do Senado Federal, foi Cosme Rocha, piauiense que se mudou para Brasília em 1961. Cosme desenhou a bandeira brasileira pela metade na posição vertical, ocupando todo o espaço da capa. Segundo o artista, a ideia era mostrar que a Constituição era

uma novidade que surgia no horizonte, sendo que a outra metade da bandeira deveria ser construída pelo próprio povo. “Com o triângulo amarelo daquela forma, quis dar a ideia de algo que estava nascendo, estava começando a subir, a crescer. Tinha um sentido de esperança’, afirma Rocha” (MENDONÇA, 2013).



Figura 1: Capa da Constituição de 1988.  
Fonte: Biblioteca Digital do Senado Federal.

O simbolismo de cidadania e pertencimento representava também a própria história de vida de Rocha. Em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, publicada em 5 de outubro de 1988, o artista contou que, em 1968, angustiado com a situação política no Brasil, deixou os estudos no colégio Elefante Branco, na capital federal, para fazer um curso de desenho na Inglaterra. Voltou em 1970 com a certeza que o Brasil iria transformar sua ordem política e institucional e queria participar dessa mudança. “A gente tem que modificar o lugar em que vive e eu sabia que um novo sol ia raiar”, contou Rocha durante a entrevista (GUERRA, 1988, p. 2).

Assim que a Constituição de 1988 foi promulgada, a gráfica do Senado colocou nos Correios 40 mil exemplares do novo texto, enviados às câmaras municipais de todo o país, bibliotecas, assembleias legislativas, universidades e autoridades. Em 50 dias, outros 700 mil exemplares foram impressos. “O trabalho envolveu 800 funcionários da gráfica, divididos em três turnos de trabalho, durante 24 horas por dia e 187 toneladas de papel com o custo de Cz\$ 46 milhões de cruzeiros, pagos pelo Legislativo” (GUERRA, 1988, p. 2).

Além da nova Constituição, outros fatos marcantes estamparam o noticiário e as charges no Brasil em 1988. Entre eles, a situação política do Chile, que durante um plebiscito disse não a mais um mandato para Augusto Pinochet, ditador que governava o país com mãos

de ferro desde 1973. Terminava, depois de oito anos, a Guerra entre Irã e Iraque, com um saldo de mais de um milhão de mortos. No esporte, enquanto os fãs da Fórmula 1 vibravam com o primeiro título mundial de Ayrton Senna no Grande Prêmio (GP) do Japão, as Olimpíadas de Seul destacavam o escândalo de *doping* do velocista Ben Johnson, flagrado e pego por usar esteroides anabolizantes. O *doping*, que manchou a credibilidade do evento e a carreira do atleta, punindo-o com a perda da medalha de ouro, foi também um dos temas que os chargistas usaram como analogia na representação da disputa do ex-presidente José Sarney para garantir o maior tempo de mandato possível. Enquanto Johnson perdeu sua medalha, Sarney, como veremos mais à frente neste trabalho, perdia um ano na presidência. Dos seis anos que tinha direito pelo texto constitucional anterior, garantiu cinco. Mas poderia ter ficado com quatro. Decidido o impasse, a Constituição de 1988 foi liberada para ser promulgada.

O que fizemos neste capítulo foi iniciar a primeira fase do procedimento hermenêutico, utilizado para análise do nosso objeto de pesquisa, trazendo à tona o contexto histórico e as principais referências pelas quais as charges sobre a tramitação da Constituição Federal de 1988 foram construídas e ressignificadas. Símbolo de uma transição, isto é, um movimento de mudança, no qual o novo ainda está em processo de transformação, veremos a seguir que os acontecimentos descritos acima são como mapas culturais (HALL, 2009) que servirão como referência aos chargistas para a interpretação da elaboração da Constituição de 1988 e dar a ela um sentido. Isso porque, da mesma forma que o jornalismo nunca participa isoladamente da produção da realidade, mas está em diálogo permanente com os demais atores sociais (MOTA; ALMEIDA, 2017), assim são as charges ao darem significados à vida cotidiana. Ao fazer isso, elas carregam não só a informação sobre o presente o qual elas emergem, mas também a memória, a experiência e a visão de mundo de quem as criam.

Neste sentido, quanto mais conhecemos o passado e o contexto histórico, melhor será nosso movimento metodológico. Essas informações nos possibilitam irmos além de uma análise da narrativa puramente estruturalista para trabalharmos com a interpretação da cultura e da sociedade nas quais essas ilustrações estão inseridas. No mais, este movimento nos dá ferramentas para discernirmos com mais precisão os argumentos utilizados pelos autores na exposição de suas ideias, opiniões e artifícios linguísticos para seduzir e fisgar a atenção do leitor, alcançando o objetivo da comunicação. Entender melhor como esta relação se potencializa no âmbito da representação e no conceito de charge como narrativa é o que faremos no capítulo a seguir.

## 2. CHARGE: TRAÇANDO UM CONCEITO

A cultura da mídia fornece material importante com que muitas pessoas constroem valores, como o senso de classe, sexualidade, nacionalidade e pertencimento. Nas palavras de Kellner (2001), ela ajuda a modelar a visão prevalecente de mundo e estimas mais profundos da sociedade, definindo o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral e imoral. E, se de acordo com o autor, as narrativas veiculadas pelas mídias fornecem os símbolos, os mitos e os recursos que ajudam a constituir uma cultura comum compartilhada em grupo, a imagem tem um papel importante como referência e índice de um significado dominante que vai contribuir para o que conhecemos de cultura visual, “uma prática de olhar o mundo mediado que nos cerca, compartilhando sentidos e narrativas sobre nós mesmos” (MOTA, 2012, p. 197).

Ladeira Mota afirma que uma imagem simplesmente não se transforma em cultura visual até que seja visualizada. Visualizar, segundo a pesquisadora, não é simplesmente produzir objetos visíveis, mas comprometer a vida cotidiana em uma cultura de *commodity* que demanda o nosso olhar para gerar valor. Visualizar, portanto, está ligado à experiência e à maneira como interpretamos ou somos impactados pelo que estamos vendo. “Com isso, a visualização se apropria do fazer histórico e se transforma na principal referência dos significados que vamos construindo sobre o mundo em que vivemos” (MOTA, 2012, p. 199).

A cultura visual está intensamente mediada, em todos os lugares: no cinema, nas telas da televisão ou do computador, nos *Ipads*, nas inúmeras câmeras de segurança instaladas nas ruas das cidades, nos games digitais, no *Facebook*, *Instagram*, vídeos do *YouTube* e outras infinitudes de meios, inclusive nosso objeto de estudo: as charges. Elas são produções midiáticas complexas que, ao interpretar uma realidade específica ou acontecimento, incorporam discursos sociais e políticos que ajudam a constituir a visão de mundo do indivíduo, pensamentos e ações. Suas análises devem ser observadas dentro de uma leitura crítica, capaz de articular relações, não só com a economia e política, mas com todo o contexto social em que ela foi produzida. Suas imagens escancaram a história, o mito, o exagerado, elementos esses que perpetuam e se cristalizam na memória coletiva. Pesquisar o conteúdo dessas obras nos leva a compreender a representação do mundo a nossa volta, a cultura onde elas são criadas, veiculadas e recebidas.

Neste estudo, usamos o conceito de cultura tal como proposto por Raymond Williams (2001). Um dos fundadores dos Estudos Culturais, o autor explica que, embora o termo “cultura” tenha recebido ao longo dos anos diferentes definições – ideia de cultivar alguma coisa, conhecimento erudito, desenvolvimento e progressos sociais – hoje ele se explica por

meio de uma definição antropológica. Cultura liga-se à noção de experiência, ou seja, às práticas e atividades relacionais vividas em sociedade. Isso leva a cultura a ser interpretada como um sistema de significações amplo, que inclui não apenas as artes e as produções intelectuais, mas todas as práticas significativas, como as narrativas, o jornalismo, a moda, a publicidade e tudo o que o homem acrescenta à natureza.

Stuart Hall, também um dos principais nomes dos Estudos Culturais, defende que “cultura *is about ‘shared meanings’*” (HALL, 2009, p. 2). Ou seja, processo de significar e compartilhar valores de um determinado grupo ou sociedade por meio da linguagem, operada pelo sistema de representação. Este sistema, segundo o autor, significa usar a linguagem para dizer alguma coisa com sentido sobre algo ou alguém a partir de símbolos, seja por palavras, músicas, imagens, fotos, entre outros. Em resumo, a representação conecta significado e linguagem com a cultura. “Dizer que duas pessoas pertencem à mesma cultura é dizer que elas interpretam o mundo e se expressam, aproximadamente, da mesma maneira” (HALL, 2009, p. 2).

Tais quadros de referência, de acordo com Hall (2009), funcionam como moldura ou enquadramento dos fatos. São como mapas culturais, que constroem significados e direcionam a forma como os códigos serão interpretados. “Nós damos às coisas significados pelo modo como as representamos, as palavras que usamos, histórias que contamos, emoções que a elas associamos e imagens que produzimos” (HALL, 2009, p. 3). Um ponto importante ao estudar o tema é perceber que nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. Apesar de, com muito esforço, muitas vezes tentarmos escapar dessas percepções e preconceitos, não conseguimos nos libertar sempre de todas elas, já que as representações são históricas e se impõem sobre nós com a força da tradição. “Enquanto essas representações, que são partilhadas por tantos, penetram e influenciam a mente de cada um, elas são re-pensadas, re-citadas e re-apresentadas” (MOSCOVICI, 2011, p. 37).

O registro impresso de costumes, práticas, lendas e mitos nos ajuda a construir identidade e, conseqüentemente, nos orienta sobre o que sabemos de uma nação ou uma época. Quando a história de um povo é contada nas literaturas, na mídia e cultura popular, por exemplo, essas narrativas vão construindo uma imagem na mente do interlocutor e a nação torna-se representada por meio de imagens mais ou menos coerentes e memórias que perpetuam no tempo e espaço. Isso também acontece com as histórias que as charges revelam.

## 2.1. A CHARGE COMO NARRATIVA

Encontrar um conceito de charge não é uma tarefa fácil. A própria nomenclatura utilizada no Brasil não é a mesma em outros países. Em inglês, por exemplo, o sentido mais próximo é o de *political cartoon* e *editorial cartoon*, quando o mesmo é publicado em jornais e revistas. Mas apesar de os nomes parecerem sinônimos, eles têm outros significados, já que cartum e charge, como veremos a seguir, podem ser tratados de formas diferentes. No Brasil, o termo charge ganhou o mesmo sentido do francês *charger*, que significa carga, carregar ou exagerar, embora esse não seja o mesmo nome utilizado na França, a qual prefere a designação *dessin satirique* ou desenho satírico, em português.

Muitos estudiosos brasileiros definem a charge na percepção de Fonseca (1999): “uma forma de representação pictórica de caráter burlesco e caricatural em que se satiriza um fato específico, tal qual uma ideia, situação ou pessoa, em geral, de caráter político e do conhecimento público” (FONSECA, 1999, p. 26). Ao fazer a representação de algo, ela tende a destacar o estereótipo, o excessivo, permeando, normalmente, as figuras de linguagem como metáfora, ironia e hipérbole para levar o receptor a fazer uma reflexão. É, portanto, como completa Miani (2012), “um instrumento de crítica e arma retórica de combate, bem como na defesa e divulgação de ideologias, princípios e programas políticos” (MIANI, 2012, p. 39). Usada em diferentes mídias, como revistas, jornais, televisão e internet, Melo (2003) analisa a charge no campo do jornalismo opinativo, compreendendo-a como “uma crítica humorística de um fato ou acontecimento específico. Reprodução gráfica de uma notícia já conhecida do público, segundo a ótica do desenhista” (MELO, 2003, p. 167).

Os estudos da professora Onici Flôres (2002) também contribuem para considerarmos a charge dentro do campo jornalístico. Segundo ela:

O caráter híbrido da linguagem presente na charge, a constância de sua publicação, o fato de manter espaço fixo nos jornais, além de ser um texto presente praticamente em todos eles, levou-nos a investigar o caráter sistêmico de seu modo de produção – as marcas nela identificáveis como distintas das de outros gêneros textuais (FLORES, 2002, p. 15).

Embora muitos autores ainda usem os termos charge, caricatura e cartum como sinônimos, no Brasil há um consenso de que há particularidades em cada uma dessas ilustrações, devendo ser tratadas de formas diferentes. Edson Carlos Romualdo (2000) é um dos pesquisadores que fazem essa distinção. No seu livro *Charge Jornalística: intertextualidade e polifonia*, o autor aponta essa diferença tendo como base a temporalidade. Para ele, enquanto a charge se prende ao momento, por realizar uma crítica a uma personagem,

fato ou acontecimento político específico, o cartum é atemporal e focaliza uma realidade genérica. Já a caricatura, derivada do italiano *caricare*, é focada na pessoa, sendo compreendida como o desenho que destaca propositalmente as características marcantes de um personagem:

compreenderemos a charge como texto visual humorístico que critica uma personagem, fato ou acontecimento político específico. Por focalizar uma realidade específica, ela se prende mais ao momento, tendo, portanto, uma limitação temporal. Como cartum, entenderemos todo desenho humorístico no qual o autor realiza a crítica de costumes. Por focalizar uma realidade genérica, ao contrário da charge, o cartum é atemporal, desconhece os limites de tempo que a crítica a personagens, fatos e acontecimentos políticos impõe. A caricatura será compreendida como desenho que exagera propositalmente as características marcantes do indivíduo (ROMUALDO, 2000, p. 21).

Riani (2002) é outro pesquisador brasileiro que propõe diferenciar a charge das demais ilustrações. O autor, assim como Romualdo (2000), caracteriza as charges pelo aspecto temporal atual:

*Caricatura* - desenho humorístico que prioriza a distorção anatômica, geralmente com ênfase no rosto e/ou em partes marcantes/diferenciadas do corpo do retratado, revelando também, implícita ou explicitamente, traços de sua personalidade; *Charge* – desenho humorístico sobre fato real ocorrido recentemente na política, economia, sociedade, esportes etc. Caracteriza-se pelo aspecto temporal (atual) e crítico; *Cartum* – desenho humorístico sem relação necessária com qualquer fato real ocorrido ou personalidade pública específica. Privilegia, geralmente, a crítica de costumes, satirizando comportamentos, valores e o cotidiano (RIANI, 2002, p. 34).

As definições de charge, caricatura e cartum, portanto, são muito próximas, levando muitos pesquisadores a confundi-las. Herman Lima (1963), em seu clássico *História da Caricatura no Brasil*, por exemplo, não faz essa distinção e utiliza os termos caricatura e charge para se referir às mesmas coisas. Ao nosso ver, a problematização é maior quando simplificam a diferença entre essas ilustrações apenas pela temporalidade, pois acreditamos que, apesar de comentar criticamente fatos atuais, o tempo na charge não está limitado apenas ao momento em que ela emerge, mas também às camadas de significações mais densas e profundas, enraizadas na tradição, cultura e memória. Portanto, nesse estudo, sugerimos pensar a charge como uma narrativa satírica gráfica, que tem como matéria-prima o acontecimento jornalístico.

Acontecimento, segundo Maurice Mouillaud (2012, p. 97), “é a sombra projetada de um fato, que detém características de relevância e interesse”. Para o pesquisador Adriano Duarte Rodrigues (1993), ele “é tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história, entre uma multiplicidade aleatória de fatos virtuais” (RODRIGUES, 1993, p. 27). Ou seja, são as ocorrências do dia a dia que mais se destacam e merecem ser notícia, onde a tarefa do *habitus*

jornalístico é farejá-las, selecioná-las e então narrar. “O acontecimento que precede a notícia é escolhido pelo jornalista e construído em função do seu potencial de noticiabilidade, como atualidade, socialidade e imprevisibilidade” (CHARAUDEAU, 2007, p. 101).

Ao se tornar acontecimento jornalístico, o fato é recontextualizado e seus significados sociais ganham novos significados a partir do discurso jornalístico materializado em novas narrativas. Portanto, um fenômeno social e histórico. França (2012) lembrará que um acontecimento não é independente, nem autoexplicativo, nem são suas características intrínsecas que fazem o seu destaque, mas o poder que ele tem de afetar um sujeito, uma pessoa ou uma coletividade:

O acontecimento o é porque interrompe uma rotina, atravessa o já esperado e conhecido, se faz notar por aqueles a quem ele acontece. Uma ocorrência que não nos afeta não se torna um acontecimento no domínio da nossa vida. É simples fato, do qual até podemos tomar conhecimento, mas pelo qual não somos tocados. Este primeiro aspecto nos permite uma conclusão importante: os acontecimentos se inserem em nossa experiência, na experiência humana, no âmbito de nossa vivência. (...) Nessa perspectiva, o acontecimento é instância de conhecimento – ele faz pensar, ele intriga, ele promove buscas e investigações. O acontecimento é dotado de um poder hermenêutico. É capaz, inclusive, de modificar o passado; desvelar o não visto, iluminar o opaco, estabelecer distinções que não haviam sido percebidas (FRANÇA, 2012, p. 13-14).

Por isso, em nossa concepção, usar as palavras “narrativa e acontecimento jornalístico” na definição de charge é fundamental para evitarmos confusões sobre seu conceito. Como narrativa, a charge não é apenas uma caricatura ou um personagem estático, mas ela conta uma história, que também não é algo abstrato e fictício, mas uma história que afeta o sujeito e que toca uma coletividade. Uma narrativa ancorada no real, no acontecimento, na notícia do dia a dia e diz respeito àqueles fatos que merecem ser noticiados.

No entanto, devemos deixar claro que a charge não é a reprodução transparente dos acontecimentos e sim a articulação discursiva deles. É uma representação, uma percepção, interpretação ou ponto de vista do autor, que participa da produção da realidade. É o relato de um acontecimento representado em uma atividade mimética, que não se limita a copiar, mas a reinventar criativamente o real em um diálogo permanente com os demais atores sociais. Essa narrativa será construída em condições tais que envolvem etapas de produção, seleção do que será noticiado, pesquisa das características dos personagens, cenário e demais traços que se relacionam com a história, desenvolvimento do desenho, etc. Portanto, ao narrar, o chargista não é responsável apenas pela transmissão de informação, mas também pela recontextualização, já que, ao atribuir significações aos acontecimentos, esse artista também ressignifica. Ele

recorta uma parte da realidade, enfoca um ponto de vista e o transforma em algo novo. O resultado final é a charge e seus sentidos.

Logo, deve-se ter em mente que, apesar de ser um desenho, a charge não é meramente ilustrativa. Como narrativa, ela assume um papel informativo. Cria um significado da realidade, que pode ser interpretado de várias formas, dependendo do olhar de quem vê. Portanto, ao contar sua versão dos fatos, a charge vai além do sentido meramente opinativo e argumenta. Suas posições surgem de análise, reflexões críticas, raciocínio lógico e informações a respeito do assunto, com objetivos específicos e ideologias.

Sendo a charge uma produção simbólica por representar pela linguagem aspectos da realidade social, observa-se que os sentidos produzidos estão além do fato manifesto, mas sempre ancorado na cultura. É para facilitar essa decodificação, que a teoria das representações sociais destaca a ancoragem como aquilo que classifica e nomeia, tornando familiar o que lhe é apresentado. A ancoragem funciona como os mapas culturais observados por Hall (2009), conforme explicamos no início do capítulo. Esses mapas, visões de mundo ou ainda bagagem de conhecimentos vão direcionar tanto o chargista a interpretar o acontecimento e transformá-lo em uma narrativa satírica gráfica, quanto o leitor, ao interpretar esses códigos.

O elo entre o ilustrador, o desenho e o observador é resgatado por demais pesquisadores, como Gawryszewski (2008). Segundo o autor, “só existirá o riso, o prazer de ver/ler a imagem se houver certa cumplicidade, uma possibilidade de acordo entre o desenhista e o leitor” (GAWRYSZEWSKI, 2008, p. 16). Por conta desses símbolos, dizemos que a charge está intrinsecamente ligada à cultura, ou seja, eles são os instrumentos por excelência da integração social. “Enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social” (BOURDIEU, 2016, p. 6). Para que a charge seja compreendida, o emissor e o receptor precisam ter em comum acordo as normas e os códigos da cultura em que o desenho está inserido ou não haverá decodificação. Para evitar falhas nesse processo, muitas vezes, o autor dá pistas por meio de textos que ajudam o receptor a entender de forma clara o objetivo proposto na imagem, como uso de legendas e títulos.

Todavia, devemos observar que, ao relatar um acontecimento, essa narrativa satírica gráfica tem características diferentes dos demais textos jornalísticos. Ao contrário da notícia tradicional, a charge tem como essência uma narrativa visual que, ao contar uma história e construir socialmente a realidade, mistura o real com elementos criativos para atingirem o efeito argumentativo pretendido e conquistar o receptor. Entre esses efeitos, se destacam a sátira, a

paródia, o cômico, as figuras de linguagem - especialmente a ironia e a hipérbole - e a própria caricatura, que dentro da charge, deixa de ter uma posição estática para ganhar vida, roteiro, status de personagem ou eixo do conflito em torno do qual gira a intriga. É aí que a charge se mistura com a caricatura e muitas vezes causa confusão entre as definições. Mas embora a caricatura possa existir fora da charge, o contrário não acontece. Como narrativa, a charge deriva da caricatura e dependerá sempre desse personagem grotesco, figura central em que sua história é contada.

Mas o que é narrativa e por que consideramos a charge como tal? De acordo com Motta (2013), narrar é uma experiência enraizada na existência humana. Elas são mais que representações, são estruturas que dão sentido e significação à vida humana. São relatos de acontecimentos. Elas recriam o passado, vivem o presente e o futuro. Para o autor, narrar é explorar na imaginação possíveis desenvolvimentos. É a metáfora ou releitura da realidade:

Quando narramos algo, estamos nos produzindo e nos constituindo, construindo nossa moral, nossas leis, nossos costumes, nossos valores morais e políticos, nossas crenças e religiões, nossos mitos pessoais e coletivos, nossas instituições. Estamos dando sentido à vida. Aquilo que incluímos ou excluímos de nossas narrações depende da imagem moral que queremos construir e repassar. Através das narrativas recobrimos nossas vidas de significação. Elas reiteram e confirmam o canônico, nomeiam e explicam o desviante, legitimam e estabilizam o mundo. Na narrativa, imitamos a vida; na vida, imitamos as narrativas (MOTTA, 2013, p. 18-19).

Segundo Motta (2013), ao narrar, alguém está explorando na sua imaginação possíveis desenvolvimentos (reais ou ficcionais) das condutas e comportamentos humanos, que os teóricos chamam de atividade mimética ou imitação. É a recriação de algo já existente ou já explorado. “Quando escutamos, assistimos ou lemos uma estória, estamos na estória e recriamos a sua significação a partir da relação que fazemos com os nossos próprios valores e nossa memória cultural” (MOTTA, 2013, p. 73). Motta classifica as narrativas como factuais e imaginárias:

Popularmente, narrativas fictícias são aquelas imaginárias ou ilusórias, inventadas e não verdadeiras, como as lendas, a literatura, a tragédia teatral e a grande maioria dos filmes. Em contraposição, as fáticas são as narrativas realistas: pretendem ser verdadeiras, como no jornalismo, na biografia, na historiografia e na ciência. A primeira implica uma suspensão temporária da descrença: animas podem falar, monstros podem existir, o tempo pode retroceder, um morto retornar à vida, etc., e ninguém contesta porque o ficcional pressupõe que o universo descrito é ilusório, irreal: é o reino do como se. A segunda reivindica uma fidelidade ao real, à veracidade e autenticidade históricas (MOTTA, 2013, p. 36)

O texto jornalístico é um exemplo de narrativa objetiva baseada no real. São narrativas factuais porque se voltam para os fatos e buscam estabelecer relações lógicas e cronológicas das coisas físicas e das relações humanas reais. Ao buscar o conceito de fatos, Fonseca (2010) relaciona o termo com acontecimento e notícia. A autora parte do princípio que a matéria-prima do jornalismo é a informação: “Essa informação, no entanto, precisa apresentar determinadas características para ser transformada em notícia, e vários autores já se ocuparam de relacioná-las, podendo-se citar, por exemplo, as de veracidade, atualidade e interesse público” (FONSECA, 2010, p. 169).

Ladeira Mota (2012) completa a afirmação ao dizer que a notícia é uma porta de entrada para a cultura. Por isso, segundo a autora, não se pode atribuir às narrativas jornalísticas apenas sua relação com a realidade pura, verdadeira e objetiva. Ela está impregnada de subjetividade mesmo quando tem o propósito principal de relatar os acontecimentos. Por isso, a pesquisadora prefere a expressão “construções de significados sobre a realidade” para caracterizar uma narrativa jornalística. Essa característica é fundamental para entendermos a metodologia empregada neste estudo, já que o objetivo da Análise Crítica da Narrativa é ir além do estruturalismo, do que está no texto e ultrapassar os limites da produção, entrar no contexto da cultura, do processo histórico onde o fato está inserido, analisar os personagens, o discurso das falas, os sentidos e a intencionalidade do autor.

Ao responder o que é uma narrativa jornalística, Motta (2013) divide o jornalismo em dois gêneros de reportagens: *soft* e *hard news*. De acordo com ele, nas *soft news*, o repórter possui mais liberdade para escrever, criar e contar sua história em uma linguagem quase literária. No entanto, são nas *hard news* que as narrativas jornalísticas ganham destaque, ou seja, nas duras e cruas notícias do dia a dia. Entre suas características principais, Motta destaca: redação em terceira pessoa, linguagem descritiva e direta, tendência à objetividade e intenção em produzir o efeito de real. Além disso, o autor aponta o lead como a característica mais visível deste tipo de gênero. “A expressão mais visível desse estilo duro é o chamado lead jornalístico, onde o repórter relata em linguagem direta o quê, quem, onde, quando, como e o porquê do incidente reportado” (MOTTA, 2013, p. 96).

Segundo Motta, é preciso ainda observar como essas narrativas lidam com o tempo difuso, anárquico e invertido do relato jornalístico. Assim, quem for analisar uma narrativa deve prestar atenção na cronologia do enredo, já que muitas vezes a estória começa pelo final, e ainda “identificar os conflitos, posicionar as personagens, descortinar o clímax e o desenlace da intriga” (MOTTA, 2013, p. 97).

Sodré (2009) também explica que o acontecimento referido na notícia obriga a ser verídico e a obedecer à técnica corrente da prática do jornal. “O real da notícia é a sua factualidade, a sua condição de representar um fato por meio do acontecimento jornalístico” (SODRÉ, 2009, p. 27). Contudo, de acordo com o autor, cada jornal constrói uma identidade para chamar atenção do seu público, sendo que esta construção de relacionamento entre o jornal e o leitor permite uma diferenciação frente a outros modos jornalísticos de enunciar os fatos cotidianos e, ao mesmo tempo dá margem ao aparecimento de posições, como pontos de vista, doutrinas, preferências políticas e etc., chamadas de ideologias.

Partindo dos conceitos citados, compreendemos a charge como uma narrativa satírica gráfica que, ao contar uma história, percorre todo o caminho de uma narração com enredo, clímax, intriga e personagens. É um ato comunicativo, caracterizado pelo compartilhamento de experiências de grupos sociais. Sua comunicação é realizada por meio de um sistema de signos, que têm entre suas características a coesão, a coerência, a intencionalidade, a informatividade e a intertextualidade.

Utilizando as explicações de Motta (2013), podemos afirmar que, como narrativa, a charge representa não apenas a sociedade de que ela se constitui, como também as nações e o mundo. Ao narrar, ela conta tanto uma história em um único desenho, como também por meio de uma trama que constitui seus diversos episódios que, além de ligá-los entre si, os coloca em relação a um enredo mais amplo, que será trilhado de acordo com o desenrolar de novos acontecimentos. “A intriga de uma narrativa compreende e integra numa história inteira e completa os acontecimentos múltiplos e dispersos, esquematizando a narrativa como um todo” (RICOEUR, 2010, p. 2).

Em suma, vimos até aqui que a charge é uma narrativa satírica gráfica que reforça o texto jornalístico produzido nas *hard news*, gerando um produto cultural novo e diferente. Constituída de uma história ou histórias entrelaçadas, é um dos recursos midiáticos usados para produzir significados sobre um acontecimento, no qual o efeito real é o resultado da interação de dois códigos: o linguístico e o visual, situados no tempo e espaço.

## 2.2. O TEMPO NA NARRATIVA SATÍRICA GRÁFICA

“Sempre, diante da imagem, estamos diante do tempo”, afirma o filósofo e historiador francês Georges Didi-Huberman (2015, p. 15).

O tempo também é usado por Romualdo em sua definição de charge. Como vimos, segundo o autor, enquanto o cartum é atemporal, a charge, por “focalizar uma realidade específica, ela se prende mais ao momento, tendo, portanto, uma limitação temporal” (ROMUALDO, 2000, p. 21). No entanto, para nós, essa referência temporal é apenas a porta de entrada da análise, visto que os sentidos que essas imagens representam estão envolvidos em um universo muito maior que o momento em que elas ganham forma, mesmo que sua intenção seja retratar um fato particular. Isso nos leva a refletir que inserir a charge apenas em um tempo presente não abarca as conjunturas e estruturas relacionadas à consciência histórica, a memória, a cultura e identidade presentes nessas imagens, pois sabemos que os acontecimentos organizados pelo discurso jornalístico carregam significados sempre mais amplos do que aqueles que se mostram ao fenômeno imediato. “O jornalista, interpretando os acontecimentos ao seu redor, não entra em campo como uma tábua rasa. Seu olhar está marcado por coordenadas de tempo e espaço e, também, por variantes de cultura, gênero e formação profissional em sua história de vida” (CAVALCANTI-CUNHA; MOTTA, 2017, p. 118).

A charge é a interpretação de um acontecimento. Ela nasce da pauta jornalística, do burburinho, das manchetes e do que mais quente circula no cotidiano. São as tramas narrativas e histórias já existentes que fornecerão os códigos para a produção e interpretação dessas imagens. Sem conhecimento do passado ou contexto, o chargista não será capaz de produzi-la, nem o leitor conseguirá compreender a mensagem por completo.

Não podemos negar que o ponto de partida da notícia seja a atualidade, mas o que queremos dizer é que este tempo não é estático ou breve. Isso porque ao interpretar o acontecimento e narrar o que aconteceu, o jornalista articulará sempre o presente, o passado e o futuro. Ao descrever uma situação, ele explica não apenas o momento, mas, principalmente, o porquê e como aconteceu (passado) e provavelmente, o que isso acarretará (futuro). Logo, o enquadramento da notícia articula narrativas já existentes, expõe ideias, consenso social, revela culturas, identidades e expande todo o processo conceitual de notícia ligada ao presente específico. É uma atualidade prolongada, onde o factual sempre exigirá a articulação da memória para sua explicação ou representação. Sendo a notícia a matéria-prima da charge, o mesmo acontecerá nessas ilustrações.

Essa percepção de dilatação temporal nas narrativas é também observada por Santo Agostinho: “quem se atreveria a dizer-me que não há três tempos, conforme aprendemos na infância e às crianças o ensinamos: o passado, o presente e o futuro?” perguntou em suas Confissões:

O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei. Porém, atrevo-me a declarar, sem receio de contestação, que, se nada sobreviesse, não haveria tempo futuro, e se agora nada houvesse, não existiria o tempo presente. De que modo existem aqueles dois tempos — o passado e o futuro —, se o passado já não existe e o futuro ainda não veio? Quanto ao presente, se fosse sempre presente, e não passasse para o pretérito, já não seria tempo, mas eternidade. (...) Quem se atreveria a dizer-me que não há três tempos, conforme aprendemos na infância e às crianças o ensinamos: o pretérito, o presente e o futuro? Existirá somente o presente, visto que os outros dois não existem? Ou eles também existem, e então o tempo procede de algum retiro oculto, quando de futuro se faz presente? Entra o tempo noutra esconderijo, quando de presente se faz passado? Onde é que os adivinhos viram as coisas futuras que vaticinaram, se elas ainda não existem? Efetivamente, não é possível ver o que não existe. E os que narram fatos passados, sem dúvida não os poderiam veridicamente contar, se os não vissem com a alma. Ora, se esses fatos passados não existissem, de modo nenhum poderiam ser vistos. Existem, portanto, fatos futuros e pretéritos (AGOSTINHO, 1980, p. 265-268).

Ao trabalhar a noção de tempo nas imagens, Didi-Huberman (2015) também articula o presente, o passado e o futuro, esclarecendo que esses elementos não surgem de forma linear, mas de maneira complexa ou anacrônica. A noção de anacronismo aqui é trabalhada no sentido de imagem dialética, conforme proposta por Walter Benjamin (2009), conceito chave que completa nosso entendimento sobre a relação entre tempo, imagem e narrativa, desenvolvido a seguir nas charges.

De acordo com Benjamin, a imagem dialética é a apresentação da história no seu clímax. Ela constitui-se como uma interpretação crítica do passado e do presente, mas não de forma cronológica e separada, já que nada do que aconteceu historicamente é fixo no tempo ou pode ser dado por encerrado. Em vez disso, a imagem dialética evoca a memória, a experiência e o inconsciente, promovendo um encontro entre o outrora e o agora. O que surge deste encontro é uma imagem que salta, uma explosão ou ainda um lampejo, como afirma o autor:

Não é que o passado lança sua luz sobre o presente ou que o presente lança sua luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação. Em outras palavras: a imagem é a dialética na imobilidade. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal e contínua, a relação do ocorrido com o agora é dialética — não é uma progressão, e sim uma imagem, que salta. Somente as imagens dialéticas são imagens autênticas (isto é: não arcaicas), e o lugar onde as encontramos é a linguagem (BENJAMIN, 2009, p. 504).

Na concepção de Benjamin, esse lampejo causado pela imagem dialética faz com que a luz do presente ilumine o passado, constituindo-se como um elemento crítico capaz de desmontar a história, no sentido de compreender melhor como ela funciona, clareando os fatos e os acontecimentos. Em suma, é a partir desse encontro dialético dos tempos que a imagem evoca a lembrança e torna visível o conteúdo histórico das coisas. Nesta hora, como afirma o autor, é o momento de despertar. É quando o historiador assume o papel de interpretar tais imagens, equilibrando os rastros do passado, que insiste em reaparecer, com todo o conhecimento do presente.

Essas observações e conceitos são fundamentais para esclarecermos nossa compreensão de tempo na charge. É aqui que os defensores de uma “temporalidade relacionada a um momento específico” mais encontram fôlego para defenderem a tese de que essas ilustrações, por exigirem previamente a compreensão de um fato para entendermos a piada, estão sempre presas a “uma limitação temporal”. No entanto, em nossa concepção, assim como no conceito de imagem dialética de Benjamin, o que percebemos nas narrativas satíricas gráficas é um tempo em movimento, onde o passado e o presente duram e nunca deixam de se reconfigurar. Veja no exemplo a seguir:



Figura 2: Charge de Carlos Latuff exposta na Câmara dos Deputados em homenagem ao Dia da Consciência Negra.

Fonte: *IstoÉ*.

No dia 19 de novembro 2019, o deputado federal Coronel Tadeu (PSL-SP) arrancou uma charge do cartunista Carlos Latuff de uma exposição sobre a Consciência Negra no Congresso Nacional. O desenho (Figura 2) mostra um brasileiro negro, morto, algemado com

as mãos para trás e um policial segurando um revólver, deixando o local. É uma crítica ao fato de a maioria das vítimas da violência policial no país ser negra, 75,4%, de acordo com dados de 2019 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

Ao observarmos a imagem, logo percebemos que os signos e as mensagens presentes já reforçam nosso argumento sobre dilatação temporal dessas narrativas. Isto porque nas entrelinhas do traço compreende-se não só a realidade de 2019, mas também estão implícitos símbolos e informações presentes na história política, social e cultural brasileira, entre eles: o Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão; 53% da população brasileira em 2019 é negra (IBGE) e esse grupo tem 2,7% mais chance de ser assassinado que a branca; sempre tiveram pouca representatividade no governo, visto que, mesmo em 2019, são apenas 4% dos parlamentares na Câmara dos Deputados.

Dito isso, chamamos atenção para outra informação importante: a charge que desencadeou o episódio de 2019 foi feita em 2013, ano das manifestações de julho no Brasil, quando tivemos uma avalanche midiática de notícias sobre violência policial contra minorias, inclusive O Caso Amarildo, que também repercutiu nos protestos. Trata-se da história de Amarildo Dias de Souza, inicialmente dado como desaparecido após ser levado por policiais militares para a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha, bairro onde ele morava. O caso não teria sido investigado como assassinato se não fosse uma campanha iniciada nas redes sociais e difundida pela imprensa. A pergunta "Cadê o Amarildo?", escrita em faixas, ganhou as ruas do Rio de Janeiro, várias cidades do país e até no exterior. A charge de Latuff, portanto, emerge desses acontecimentos em 2013, mas permanece no tempo, sendo notícia de outros episódios, como no caso do deputado federal Coronel Tadeu (PSL-SP). Logo, como podemos dizer que todas as charges se prendem a um tempo específico? Como podemos apontar uma limitação temporal a essa narrativa?

### **2.2.1. Narrativa-transporte**

Uma charge pode tanto participar de diferentes acontecimentos e ressignificar seu sentido, como nos levar a uma viagem para conhecermos outra realidade. Concordamos, por exemplo, que uma sátira gráfica publicada em 1988 sobre a Constituição brasileira pode não ser compreendida facilmente anos depois, mas ela tem um valor documental que vai além do momento em que ela foi publicada e isso não pode ser ignorado. O leitor de 2020, por exemplo, pode não saber exatamente no primeiro olhar quem é o personagem, o contexto ou a piada

relacionada a uma narrativa satírica gráfica publicada na década de 1980, mas essa imagem, mesmo com ajuda de outros textos, permitirá que ele faça uma digressão histórica, na qual os símbolos presentes conduzirão o observador a uma viagem no tempo, levando-o a descobrir os personagens, as ideologias, as principais críticas, o jogo político e entender como se vivia em uma determinada época. Não estamos falando aqui apenas das lembranças-imagens, como esclarece Bergson (1999) ao se referir sobre os acontecimentos que experimentamos, conhecemos, registramos em nossa consciência e revisitamos quando olhamos uma imagem. É ainda mais amplo. Isto é, mesmo se o indivíduo desconhece o contexto da charge, ele poderá ser estimulado a visitar o tempo histórico dessas imagens e buscar esse conhecimento que talvez ele não tenha. Essas narrativas, portanto, também expandem a temporalidade ao funcionarem como motor, tanto para o resgate da memória e experiência (lembranças), como para impulsionar a busca por novas descobertas, transportando o espectador para um tempo histórico diferente do seu. O que queremos dizer é que a charge tem o poder de levar o observador a transitar em diferentes épocas (já conhecidas ou não), basta que o espectador esteja motivado a seguir esse percurso. Esse artifício que as narrativas têm de nos levar a um tempo histórico que vai além das nossas lembranças ou do nosso conhecimento, de nos transportar para um universo desconhecido e nos fazer descobrir esse outro tempo, denominaremos aqui de narrativa-transporte.

Em resumo, ao promover esse deslocamento para outra época, a charge funciona como uma narrativa-transporte, uma máquina do tempo capaz de nos levar tanto para um plano já conhecido que ficou no passado, como também para um período histórico que será apresentado pela primeira vez, nos revelando personagens, as críticas, a arquitetura, a moda, o cotidiano e os valores de uma determinada sociedade, que passam então a fazer parte do conhecimento do leitor.

O que queremos aqui é defender a dilatação temporal dessas imagens, destacando as diferentes possibilidades que elas nos oferecem em conhecer não só o presente, mas também o passado. Entretanto, a proposta aqui é apontar ainda outros elementos que essas ilustrações evocam quando se trata da temporalidade, passamos agora a observar outra característica dessas ilustrações que pode se prolongar no tempo: a linguagem gestual.

### **2.2.2. A influência Pathosformel**

Muitas vezes, os traços e os movimentos utilizados nos desenhos se repetem durante anos e se fixam no tempo, criando significados que se perpetuam nas narrativas

contemporâneas. É o que conhecemos como *Pathosformel* (fórmulas de emoções), instrumento analítico de unificação proposto por Aby Warburg (2015) há mais de 100 anos, ao encontrar, nas imagens renascentistas, gestos importados da iconologia pagã antiga e arcaica.

O conceito é apresentado por Warburg para explicar a transmissão de uma memória coletiva através das imagens. Figuras com pouquíssimas variações da mesma ação, traços e, principalmente, gestos que percorrem a narrativa da história e ajudam a construir os símbolos e fixar representações. Emoções caracterizadas pela intensidade e permanência, que vão contribuir para o que o autor chama de *Nachleben*: continuidade ou sobrevivência do antigo. De acordo com a ideia de Warburg, essas imagens são absorvidas pelo observador por representarem cenas profundamente registradas na memória coletiva através dos mitos. Essas repetições da linguagem gestual acontecem porque há uma memória cultural que transporta ao longo do tempo - mesmo inconsciente - certos elementos de uma determinada época, percebidos por meio da imagem. Ou seja, uma passionalidade que se encarna e manifesta na forma do gesto. Uma conexão entre o passado e o presente por meio da representação.

Entretanto, ao estudar o conceito warburgiano, Didi-Huberman (2015) nos esclarece que não basta identificar algumas analogias entre diferentes representações de um mesmo tipo de gestualidade para fazer emergir sua ligação genealógica e compreender o processo de marca corporal de tempo sobrevivente. Segundo este autor, para dar conta das relações culturais que esses objetos estabelecem, essas observações pressupõem, no mínimo, uma articulação filosófica, história e antropológica (DIDI-HUBERMAN, 2015).

Um exemplo do conceito *Pathosformel* de Warburg em charges pode ser visto entre outros desenhos de Latuff (Figura 3 e 4):

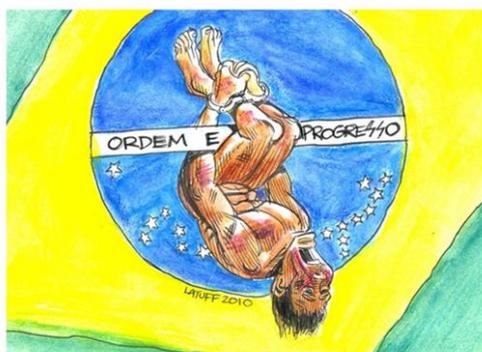


Figura 3: Charge de Carlos Latuff de 2010.  
Fonte: Instagram.com/carloslatuff



Figura 4: Charge de Carlos Latuff de 2012.  
Fonte: Instagram.com/carloslatuff.

Em 31 de março de 2019, com a proposta de lembrar os 55 anos do golpe de estado instalado no país, o chargista reproduziu em seu Instagram uma série de charges denunciando as torturas que ocorreram no Brasil durante a ditadura. Em duas delas, publicadas em datas diferentes (2010 e 2012), chama atenção a fórmula *pathosformel* de Warburg, por registrar, com pouquíssimas variações, os mesmos traços, movimentos e gestos: um homem sendo torturado no pau de arara, uma das formas mais comuns de tortura durante o regime militar e também muito utilizada no Brasil desde a escravidão. Traços e gestos arcaicos que permanecem ou reaparecem, no sentido de continuidade e são usados em diferentes tempos da produção simbólica, cruzando mensagens e informações.

### 2.2.3. O recurso do flashback em charges

Há ainda outro ângulo do fator tempo nas narrativas satíricas gráficas que justifica nossa inquietação com os autores que as conceituam apenas com referência ao tempo presente. Assim como muitas vezes as reportagens usam o flashback para explicar e contextualizar a história, isso também pode ocorrer na charge. Tomamos como exemplo a ilustração de Mário Tarcitano, publicada em 22 de janeiro de 2018, no site *Humor Político* (Figura 5).



Figura 5: Collor anuncia que será candidato a presidente em 2018.

Charge de Mário Tarcitano.

Fonte: Humor Político

A cena mostra o ex-presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello, dizendo que seria pré-candidato à presidência em 2018. O inusitado e o cômico da imagem faz referência a dois

acontecimentos do passado. Para entender a crítica e ironia da imagem, o leitor precisa ter conhecimento de dois fatos importantes: primeiro que Collor estava tentando se candidatar em 2018 mesmo tendo sido presidente da República entre 1990 e 1992, quando sofreu um processo de impeachment. Depois, pela expressão do repórter “ai, minha poupança!”, é fundamental que o leitor saiba, 30 anos depois, que durante o governo Collor, logo após a sua posse, foi anunciado um confisco por 18 meses do dinheiro depositado nas cadernetas de poupança com mais de Ncz\$ 50 mil (Cruzados Novos). A medida fazia parte do pacote econômico chamado Plano Brasil Novo ou Plano Collor.

Portanto, como analisar a temporalidade na charge? Buscando uma alternativa para essa problemática, compreendemos o tempo nessas imagens mais próximo das observações de Paul Ricoeur (2010). Como narrativa, o tempo não corresponde necessariamente apenas ao cronológico, quantitativo e lógico aristotélico. Mas ele também está relacionado com o tempo da alma, do vivido e histórico, podendo deslocar-se para frente, ultrapassando certo horizonte de expectativas ou deslocar-se para trás, explorando um determinado campo de experiências em múltiplas direções e profundidade. É o tempo qualitativo, que pode ser imediato, mas também histórico, de curta ou longa duração. Isso porque, “para nós, o acontecimento não é necessariamente breve e nervoso. Ele é variável da intriga. Como variável, não pertence apenas ao terceiro nível, mas a todos, com funções diversas” (RICOEUR, 2010, p. 359).

Nessa concepção, o evento não corresponde necessariamente ao “tempo curto” e pontual da chamada “história factual” ou da pequena narrativa cotidiana que é contada para um ouvinte. Ele não é algo isolado, pois a narrativa é sempre constituída de uma trama com diferentes episódios ligados entre si, dentro de um enredo mais amplo. Desta forma, como nos ensina Ricoeur, o evento é, na verdade, tudo aquilo que produz algum tipo de mudança no interior de uma narrativa: pode assinalar o início de um processo, demarcar o seu fim, produzir uma mudança de curso, agregar mais movimento a um processo em andamento, estancar este processo ou acrescentar ao relato um novo elemento informativo. O autor acrescenta que não é a extensão de tempo que define o evento, mas sim a sua qualidade, o seu poder de transformação ou de intensificação no interior da narrativa que o inclui.

Em resumo, por mais que entendemos quando muitos autores afirmam que a charge é temporal e está ligada ao momento, sugerimos ampliar essa noção de temporalidade. Ao narrar, o chargista ressignifica, mergulhando essas ilustrações não apenas nos planos de expressão e conteúdo, mas também na metanarrativa, aquilo que está enraizado na cultura. Tudo isso eleva também o seu valor histórico. A primeira charge publicada no Brasil, em 1837, é uma denúncia

à corrupção e ao jornalismo subserviente no início do século XIX. A imagem teve tanto o poder de revelar essas críticas a sociedade da época, quanto tem de informar aos leitores seguintes, como os do século XXI, sobre o que aconteceu. Um passado que não podemos negar, uma denúncia que continua atual.

Portanto, o tempo da charge não é fixo ou estático. Ele é móvel e se completa. Pode ir para frente, para trás, ser presente, evocar o passado ou apontar o futuro. Isso acontecerá porque a charge é uma narrativa e, como já dissemos, existem planos mais densos de análises, que estão envolvidos na experiência, lembranças, na cultura e identidade. Isso vale para todas as subdivisões de charges: as do tipo política, político-social, de costumes e eventos. As diferenças entre essas características serão explicadas a seguir.

### 2.3. A CHARGE POLÍTICA E O CAMPO JORNALÍSTICO

Ao estudarmos o conceito de charge e separá-lo de caricatura e cartum, vimos que a palavra política, muitas vezes, aparece ao lado desses conceitos. Mas podemos considerar subdivisões nesse tipo de imagem? No início da pesquisa tivemos dificuldade em aceitar a ideia por considerarmos que toda charge tem um viés político e ideológico. Entretanto, como muitos pesquisadores sobre a caricatura apontam essa variação, consideramos refletir também sobre a diferença entre charge política e mais três subdivisões: evento; social ou de costumes; e político-social.

O termo política tem sua origem no grego, na ideia de polis, a cidade-estado. Ela ocupa os cidadãos enquanto membros de uma determinada sociedade, na qual a comunicação é o meio pelo, qual a informação política circula e contribui para manter a relação entre eleitos e eleitores, e as tomadas de decisões. Gonçalves (2005) explica que essa dimensão da comunicação política integra não apenas a retórica, mas também diferentes sinais como a linguagem corporal, a maneira de se vestir, a entonação da voz, os logotipos partidários, os cenários dos comícios e outros gêneros. “Assim, a comunicação política envolve as declarações verbais ou escritas e também todo o conjunto de sinais visuais que possuam significados quando procuramos entender a totalidade da mensagem política. Em suma, todos os elementos de comunicação que permitam construir uma imagem ou identidades políticas” (GONÇALVES, 2005, p. 36). Esse processo, de acordo com o autor, ocorrerá em diversos suportes, seja em uma reportagem impressa, televisão, rádio, blog, twitter e demais redes sociais, como também nas narrativas de humor. Isso quer dizer que o fator determinante que conduz à classificação de uma determinada comunicação como política não é a fonte ou o meio da mensagem, mas o seu propósito ou

objetivo. É isso que irá caracterizar uma charge como política. Não é sua forma, o tipo de riso que ela evoca ou o meio de divulgação, mas o seu engajamento, a luta e conteúdo voltado para a relação entre governantes e governados.

Ao estudar a caricatura colombiana sobre política e caudilho para sua tese de doutorado na Universidade de Huelva, Espanha, o pesquisador Darío Acevedo Carmona (2003) faz uma reflexão importante sobre a diferença entre caricatura social e política, que vamos utilizar no âmbito da charge. Vale dizer que a própria definição de caricatura usada pelo autor abrange a charge, pois, como dissemos, a expressão charge não existe fora do Brasil.

Para defender sua concepção, Carmona (2003) usa entre suas referências as análises de L. Streicher (1967), que se apoiou nos estudos de W. A. Coupe (1967) sobre a caricatura alemã durante a revolução de 1848 e nas pesquisas de Victor Alba (1967) sobre a caricatura na revolução mexicana de 1910:

Uma distinção adicional é útil entre caricatura social e política. Entende-se por caricatura política o que vai lidar com o ridículo, desmistificação ou exposição de pessoas, grupos e organizações engajadas em lutas pelo poder na sociedade. Por outro lado, pode-se dizer que a caricatura social lida com os costumes, os assuntos não políticos, ou seja, aqueles que não possuem poder ou consequências para afetar a distribuição de poder na sociedade. Caricaturas, especialmente caricaturas políticas, são uma classe única de representação pictórica em comparação com jornais, fotografias e pinturas (STREICHER apud CARMONA, 2003, p. 157)

Carmona (2003) potencializa as charges políticas por elas serem, antes de tudo, ideológicas e terem relação direta com o poder. Para o autor, a charge política é muito mais que um simples complemento ou ilustração da linha editorial de um meio de comunicação, não foi feita simplesmente para fazer rir e não é apenas um exagero. Como arma de ataque e defesa, ela não tem posicionamento neutro e traz consequências mais sérias que a caricatura social, podendo agredir ou satisfazer, dependendo de como ela será interpretada pelo receptor. Se ela ataca um partido, por exemplo, ao mesmo tempo que ela agrada aqueles que não simpatizam com o grupo, ela também desperta a fúria dos que estão do outro lado.

A charge política, portanto, pode ter intencionalidade positiva ou negativa. Nem sempre ser agressiva, mas criará mitos e identidades ainda mais fortes e consequentes que as caricaturas sociais ou demais subdivisões. Ela se inspira nos fatos da atualidade política, seja nacional ou internacional, nos quais as histórias, as imagens, metáforas e alegorias constituem sínteses de simplificações de uma situação ou personagem, dizendo muito em tão poucos traços. “A queda do rei Luís Felipe na Revolução de 1848, na França, se atribui as caricaturas. Ali

nasceu o mito de que o humor é uma arma que pode tombar governos” (GONZÁLES apud CARMONA, 2003, p. 156).

Até aqui trabalhamos o conceito de charge como uma narrativa satírica gráfica que tem como matéria-prima o acontecimento, a notícia. Entretanto, adotaremos a subdivisão de charge política quando essa imagem tiver relação direta com o campo político seja por meio de personagens – as figuras e autoridades políticas – ou seus produtos, como programa de governo, partidos, problemas, análises e comentários, entre os quais os cidadãos, como consumidores, devem conhecer e participar. Acreditamos que fazer a subdivisão, como sugerem os estudiosos da caricatura, reforça a função política da charge em sua primeira essência: promover a reflexão sobre a realidade, revelar os poderosos, mostrar o que está por trás das máscaras que muitas vezes os eleitores não conseguem ver, apontar, não só o lado positivo, mas também o ridículo do acontecimento, o interesse velado, o feio que parece bonito, as segundas intenções, a rede de intriga e toda a trama de uma história política que afeta diretamente o rumo de um país e seu povo, provocando consequências não só políticas, mas também econômicas e sociais.

Além do tipo político, sugerimos três outras principais subdivisões de charge: evento, social ou de costumes e político-social.

a) *Político-social*: narrativa satírica gráfica em que a sociedade é o personagem principal, mas o acontecimento que a desencadeia tem relação direta com problemas sociais e políticos que atingem tanto o governo, pela representação da ineficácia de seus programas, como trazem consequências para a sociedade. Entram no tema as políticas públicas destinadas ao bem-estar geral da população, principalmente às camadas de menor renda ou minorias. Acontecimentos que se relacionam com o desemprego, pobreza, violência, desigualdade social, educação e saúde estão inclusos nessa categoria. A charge de Angeli publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, em 17 de dezembro de 2013 (Figura 6) é um exemplo.



Figura 6: Charge de Angeli publicada no jornal Folha de S. Paulo em 17.12.2013.

Fonte: Folha de S. Paulo.

A imagem faz referência aos “rolezinhos”, termo usado quando jovens da periferia combinam, por meio de redes sociais, passeios em locais normalmente frequentados pela classe média e alta. A cena foi bastante noticiada pela imprensa brasileira no final de 2013 e início de 2014, especialmente em São Paulo, quando centenas desses adolescentes marcaram encontros em shoppings e foram duramente oprimidos pela polícia, mesmo sem casos de furto, roubo ou qualquer tipo de crime, apenas por incitar a tranquilidade das pessoas. A charge de Angeli critica ainda a Polícia Militar do Estado de São Paulo por fazer serviço de vigilância particular do shopping. Caso em que a discriminação e a desigualdade social se transformam em movimento e encontram no humor uma oportunidade de expressão contra o poder dominante.

O diálogo entre os policiais na cena reforça a ideia:

- Lembre-se: neste shopping é proibido deixar entrar aqueles tipos de pessoa.
- Quais tipos? Os parecidos com a gente?

b) *Social ou de costumes*: são ilustrações nas quais a sociedade é o personagem principal, mas o acontecimento não tem referência com a política. São ilustrações que evocam a cultura, o modo de vida ou estilo de um determinado grupo. A ilustração de Alpino publicada em 28 de janeiro de 2015 no site Tribuna da Internet (Figura 7) é um exemplo. A charge faz referência ao acontecimento em que a rede social *Facebook* esteve off-line durante quase uma hora no dia 27 de janeiro de 2015 e o problema estendeu-se a sites e aplicativos como o *Instagram*. Na imagem, a mãe lê a notícia no jornal durante o café da manhã enquanto o garoto, focado em seu celular, afirma ter sido “o momento mais difícil da sua vida”. Uma crítica à sociedade cada vez mais dominada pela internet.



Figura 7: Charge de Alpino publicada no site Tribuna da Internet em 28/01/15.

Fonte: Tribuna da Internet.

c) *Evento*: subdivisão da charge que representa eventos históricos e sociais, mas que não dizem respeito à política, como Carnaval, Oscar, Olimpíadas e Copa do Mundo. A charge de Chico Caruso, na qual os jogadores da seleção brasileira formam a bandeira do Brasil, celebrando a vitória do país na Copa do Mundo de 2002 como pentacampeão, é um tipo dessa categoria (Figura 8).



Figura 8: Charge de Chico Caruso publicada no jornal O Globo em 1/06/2002.

Fonte: O Globo.

Segundo Alberto Gawryszewski, a proposta em subdividir essas ilustrações de humor em diferentes eixos temáticos é pertinente e importante “pois facilita ao estudioso da imagem caricatural ou da charge uma visão mais clara de seu objeto de análise e de sua fonte” (GAWRYSZEWSKI, 2008, p. 10). O autor é um dos pesquisadores brasileiros que defende essa variação da charge em demais categorias. Entretanto, em vez do termo charge política, Gawryszewski sugere como conceito alternativo ainda expressão *charge ideológica*. “Imagens estas mais voltadas ao embate ideológico, de defesa de um ideal político, de transformações políticas, econômicas e sociais se encaixariam melhor em conceitos mais específicos, mais voltados para sua origem e criação” (GAWRYSZEWSKI, 2008, p. 24). Embora compreendamos as inquietações de Gawryszewski, preferimos usar apenas o termo charge política e não charge ideológica, como propõe o autor, para evitarmos confusões nos conceitos e também por considerarmos, assim como Carmona (2003), que essas ilustrações, sendo políticas, já possuem ligações intrínsecas com o poder dominante e, antes de tudo, um viés ideológico.

As charges políticas são os tipos mais comuns na mídia e também as que dominam nosso objeto de estudo sobre a Constituição de 1988, portanto, vamos aprofundar apenas nessa

categoria. Nelas observarmos claramente o conceito amigo-inimigo de Carl Schmitt. Para o autor, a política é uma guerra entre rivais, marcada pelo antagonismo, capaz de dividir os homens e fazer com que eles lutem até que um grupo finalmente resulte vencedor. De acordo com o conceito schmittiano, o sentido da distinção amigo-inimigo é marcar o grau máximo de intensidade de uma união ou separação entre grupos de poder, devido os conflitos não serem resolvidos de forma democrática ou passiva. “O que não se pode negar razoavelmente é que os povos se agrupam como amigos e inimigos, e que esta posição continua estando em vigor e está colocada como possibilidade real para todo povo que exista politicamente” (SCHMITT, 1999, p. 58).

Veremos no capítulo de análise que o conceito político de Schmitt é uma das características principais encontradas nas charges selecionadas. Desde a instalação da Constituinte, em fevereiro de 1987, até a promulgação da Constituição, em outubro de 1988, o que se viu durante a elaboração das novas leis foi um campo de batalha entre diferentes grupos de interesses, tanto políticos como da sociedade.

Entretanto, além de discutirmos as características principais de uma charge política, cabe avançarmos e refletirmos também sobre o seu modo de produção. Como dissemos, a comunicação é o meio pelo qual a informação política circula, portanto, não podemos falar da charge sem lembrar que ela faz parte de outro campo significativo no jogo: a mídia jornalística, instituição política e ideológica mais notável da contemporaneidade, onde as notícias, cada vez mais participam desse duelo amigo-inimigo e servem, não apenas aos interesses das classes que elas exprimem, mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem. Isso significa dizer que, para compreendermos completamente os discursos políticos que são oferecidos nesse mercado, devemos entender todo o contexto, não só do que pode ser visto e pensado em um determinado momento, mas também o jogo de interesse por trás da mensagem. Ou seja, é preciso analisar não só o produto, mas todo o processo do campo de produção ideológica, pois embora saibamos que a construção da opinião pública é algo que transcende os meios de comunicação de massa e o próprio controle das organizações, é inegável o papel relevante da mídia na formação da opinião pública ao oferecer dados e julgamentos que ajudam o consumidor a tomar suas decisões, tanto colocando luzes sobre um fato, como também silenciando sobre um acontecimento.

A relação entre jornalismo e política vem ao encontro das observações de Bourdieu (1997). Para o autor, em um universo dominado pelo temor de ser entediante e pela preocupação de divertir a qualquer preço, a política está condenada a aparecer como um assunto ingrato, que

se exclui tanto quanto possível dos horários de grande audiência. Um espetáculo pouco excitante e difícil de tratar, mas que é preciso tornar interessante. Nesta forma própria de relatar e observar a realidade, é que o drama aparece como elemento principal da narrativa midiática, inclusive com seus arquétipos básicos como vilões e mocinhos, o ápice e o desfecho de cada espetáculo.

Esse drama é percebido em várias linguagens da imprensa e na charge política ele se torna ainda mais nítido. Por meio dessas ilustrações, em vez de adotar a retórica da objetividade e a neutralidade, típicas do *habitus* jornalístico, a mídia não se coloca como um árbitro neutro no jogo e não há dois lados da história. Pelo contrário, por meio de uma narrativa satírica gráfica percebemos quando o jornal participa ativamente do campo, impõe sua opinião e argumenta sobre uma determinada ideia, fato ou autoridade, cumprindo, de forma extrema, sua relação de poder ou de legitimação da dominação, já que detém o poder simbólico da verdade.

Portanto, embora não podemos negar que muitas ações são atitudes intencionais e para benefícios próprios do veículo de comunicação – como comercial, sair na frente dos concorrentes, ganhar audiência e até atender a interesses de partidos ou dirigentes -, a charge política é uma das maneiras do jornal se posicionar, se colocar como o herói da história, aquele que denuncia publicamente, acusa, cobra posicionamentos, resultados e busca desmascarar o jogo, lançando seus personagens (homens políticos muitas vezes suspeitos de produzirem interpretações enviesadas e desacreditadas) na fogueira dos (e) leitores.

A charge política explora e expõe o lado mais fraco do político em seu *habitus* ou corpus de conhecimentos específicos, como trata Bourdieu (2016), porque o capital delegado à autoridade política, segundo esse autor, é como do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do funcionário, produto da transferência limitada e provisória de um capital detido e controlado pela instituição. Um capital simbólico de reconhecimento e fidelidade que não se admite erros, nem tropeços. Do governante espera-se o progresso de um país e o desenvolvimento de sua população em todos os sentidos.

E, devido ao seu capital específico ser um puro valor fiduciário que depende da representação, da opinião, da crença, da fides, o homem político, como homem de honra, é especialmente vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo, a tudo o que ameaça a crença, a confiança, fazendo aparecer à luz do dia os atos e os ditos secretos, escondidos, do presente e do passado, os quais são próprios para desmentir os atos e os ditos presentes e para desacreditar o seu autor (BOURDIEU, 2016, p. 194).

Portanto, a charge política é uma espécie de pichação e manifesto. Se não derruba o governo, nem muda a cabeça das pessoas, o seu papel é, no mínimo, apontar e reforçar

determinadas posições que levam a reflexão sobre o comportamento do político, seu plano de governo e o cumprimento do seu dever para o bem de uma nação. Porém, isso não quer dizer que esses atores sejam fantoches. Todos fazem parte do jogo de ataque e resistência, onde a concorrência pelo poder se faz pelo monopólio do direito de falar, agir e mobilizar coletivamente, já que a comunicação é uma condição de participação e possibilidade da legitimação da democracia. É por isso, como veremos logo mais no capítulo histórico, que a imprensa ilustrada é a primeira a ser atingida no duelo em que a liberdade de expressão é a arma mordaz. Ao reduzir no traço, situações políticas complexas, essas imagens conseguem resultados ou efeitos que, muitas vezes, a foto ou o texto não conseguem. São as coisas específicas de cada linguagem.

A descrição da charge política, seu contexto de produção e função nos permite ver que seu universo imaginário e simbólico é complexo. Nessas imagens, ideias, representações e comportamentos podem tanto serem reafirmados, como também desconstruídos. Se pensarmos sobre os políticos brasileiros, é possível perceber imediatamente como alguns mitos do discurso do poder – Getúlio Vargas, “o pai dos pobres”; Juscelino Kubistschek, “um homem à frente do seu tempo”; Fernando Collor de Mello como “o caçador de marajás”, para citar alguns – foram desconstruídos nas narrativas satíricas.

A charge de Glauco publicada na *Folha de S. Paulo*, em 30 de maio de 1989, é um exemplo da desconstrução do mito que o ex-presidente Fernando Collor de Mello construiu durante sua campanha à presidência da República, representado, muitas vezes, como um político moderno, renovador e preocupado em combater os marajás (funcionários do serviço público com altos salários e que desfrutam das mordomias do sistema). Collor esteve no dia 29 de maio de 1989 no programa de humor do SBT, *A Praça é Nossa*, levando a reprodução da charge em destaque no dia seguinte (Figura 9). Na imagem, a frase “putz! Outra de marajá” reforça que a política do governo Collor, ao contrário do que ele dizia, não tinha nada de nova, nem moderna, já que o jornal, no mesmo dia, afirmava que seus aliados eram os mesmos políticos de sempre, os mesmos marajás que ele dizia combater.



Figura 9: Charge de Glauco sobre a presença do então candidato à presidência Fernando Collor de Mello no programa de humor do SBT, A Praça É Nossa.

Fonte: Folha de S. Paulo.

Os conceitos discutidos até aqui já nos orientam para as primeiras reflexões sobre o objeto de estudo desta pesquisa. As charges sobre a Constituição de 1988 são do tipo político porque fazem parte de uma luta engajada de poder e ideologias. Produzidas em um contexto histórico de transição entre a ditadura e a democracia, essas narrativas satíricas gráficas constroem, reforçam e destroem mitos, resgatam o passado e apontam o futuro. Interpretam o acontecimento da transição em seu contexto e enfrentamento, divulgando imagens sintetizadas no traço de como foi a elaboração da Constituição os duelos entre as autoridades políticas e como esse processo foi sendo percebido pela opinião pública. Mas que significados foram esses? Que tipo de imaginário os artistas das charges analisadas evocaram sobre a Constituição de 1988? Qual valor histórico desse documento? Essas ainda são nossas inquietudes e apontamentos que serão respondidos ao longo da pesquisa.

Entretanto, antes de partirmos para análise propriamente dita do objeto, cabe estudarmos como o humor e a construção do imaginário, trabalhados nessas narrativas, refletem em seu valor como evidência histórica.

#### 2.4. PENSE ANTES DE RIR: O HUMOR NA CHARGE

Muitas vezes, ao criticar algo, a charge provoca o riso. Mas é preciso compreender os significados desse riso, situá-lo no tempo e espaço e identificar as sensações que tal

manifestação condensa. É preciso entender como a cultura promove esse humor, seja para rir nos estados de alegria e satisfação, subverter o medo e a angústia, ou ainda para ressignificar o que já é trágico.

Em seu ensaio sobre a significação do cômico, publicado no original *Le Rire*, em 1899, o filósofo francês Henri Bergson afirma que “o riso deve ter uma significação social” (BERGSON, 1983, p. 9). Para o autor, rir é do homem porque não há comicidade fora do que é humano. O homem é um animal que ri e faz rir. Se rimos de algo é pela semelhança com o homem ou pelo uso que o homem faz dela.

Bergson (1983) reforça três principais elementos para que o riso aconteça: insociabilidade do personagem; insensibilidade do espectador, ou seja, não pode haver comoção, pois só quando outra pessoa deixa de nos comover é que pode começar a comédia; e automatismo. “Só é essencialmente risível o que se faz automaticamente. Num defeito, até mesmo numa qualidade, a comicidade está no fato de que o personagem faz, à sua revelia, o gesto involuntário e diz a palavra inconsciente. Todo desvio é cômico” (BERGSON, 1983, p. 70).

No Brasil, um dos pesquisadores que vai estudar o humor nas charges é Romualdo (2000). O autor destaca dois principais tipos de riso provocados por essas imagens. O primeiro é o de zombaria, usado por Propp (1992) em sua obra *Comicidade e Riso*. De acordo com Romualdo, é o mais frequente na vida e na arte, suscitado por alguns defeitos daquilo ou de quem se ri. No entanto, os defeitos somente são risíveis se não adquirem o aspecto de vício e não provocam repulsão. “O riso surge, nesses casos, da natureza física do homem; das semelhanças e diferenças entre os indivíduos; do homem com aparência de animal ou coisa, da ridicularização das profissões; da paródia; do exagero; do malogro da vontade” (ROMUALDO, 2000, p. 43). Ao zombar, a charge busca expor aquilo que está oculto, dando, pelo humor, outra visão sobre um acontecimento ou pessoa.

A ideia de zombaria de Propp (1992), trabalhada por Romualdo, é muito próxima do conceito de riso desenvolvido por Bergson (1983), onde “o riso é, antes de tudo, um castigo. Feito para humilhar, deve causar à vítima dele uma impressão penosa. A sociedade vingam-se através do riso das liberdades que se tomaram com ela” (BERGSON, 1983, p. 92).

Mas, apesar de Romualdo acreditar que o riso de zombaria engloba a charge, o autor alerta que esse riso, na maneira como é tratado por Propp, não abarca a ambivalência e pluralidade dessas ilustrações, no qual é preciso observar pelo menos dois pontos principais: a seriedade do fato e, simultaneamente, a ridicularização. Portanto, embora com traços de

zombaria, Romualdo acredita que o riso da charge, especialmente a do tipo política, esteja mais próximo do “riso carnavalesco” proposto por Bakhtin (1981), onde a excentricidade e a profanação, assim como no carnaval, permitem que se expressem e revelem os aspectos mais ocultos e mascarados da natureza humana. O autor destaca que a concepção de carnaval que Bakhtin leva em conta não é a de nosso tempo, um carnaval de clubes e desfiles, mas como uma forma complexa ancorada em sua essência e origens: a festa da praça pública, marcada pelo livre contato entre os homens, organização das ações de massa, a excentricidade, a profanação, os rituais de coroação e, posteriormente, o destronamento do rei.

Conforme analisa Bakhtin (1981), o riso carnavalesco é ambivalente e profundamente universal. Está dirigido para a mudança dos poderes e verdades, combina a morte e o renascimento, a negação, a ridicularização, a afirmação e o riso do júbilo. “Na forma do riso resolvia-se muito daquilo que era inacessível na forma do sério” (BAKHTIN, 1981, p. 144). A ideia é muito próxima da expressão latina *Ridendo castigat mores*, que significa “rindo criticam-se os costumes”. O sentido é muito usado também na literatura por autores como Gil Vicente, poeta e dramaturgo português do século XV/XVI, que associa o cômico à crítica para escancarar as contradições na vida de seus personagens e moralizar os costumes, levando o público a refletir sobre os seus comportamentos.

Entretanto, devemos lembrar que a comicidade não pertence a toda arte, nem toda vida e muito menos a todas as charges. “Muitos desenhistas, inclusive, aceitam o riso em seus trabalhos, mas não visam exatamente tal ato humano. Sua produção estaria engajada em uma luta política, que buscava esclarecer seu próprio posicionamento frente aos fatos cotidianos e políticos da vida local e internacional” (GAWRYSZEWSKI, 2008, p. 14). A charge, de acordo com esse autor, por possuir uma carga de humor, pode divertir, mas também causar estranhamento, despertar a consciência, dar uma visão do político ou da situação que as pessoas desconheciam, desvendar uma realidade que talvez o personagem ou a própria mídia quisessem esconder. Ou seja, se por um lado a charge pode provocar o riso, esse não é o seu principal objetivo. O humor da charge é uma defesa, uma crítica social. Uma negação que está mais próxima da expressão “rindo de nervoso”, uma válvula de escape quando notamos que algo está errado. “Fazer rir é tarefa do cômico. O humor pretende levar as pessoas a pensar nos acontecimentos. O humor mais perfeito é aquele em que o espectador nem ri. Trata-se de um humor tão inteligente que espectador fica a pensar na mensagem” (FERNANDES, 2016, p. 9).

Travaglia (1990) não separa o humor do riso, mas suas considerações estão na linha das de Gawryszewski (2008) e Fernandes (2016) ao afirmar que “o humor não tem

compromisso com o riso audível, a risada e a gargalhada, que parece ser aquilo a que se referem quando se desvinculam riso de humor” (TRAVAGLIA, 1990, p. 66). Dessa forma, não pensamos todo ato de humor como ato de riso visível, mesmo porque muitas charges nem sempre surtirão o efeito de riso audível. Algumas vezes, essas imagens trazem o humor de maneira tensiva na representação de elementos trágicos e causam estranhamento. Nesses casos, a imagem alerta, envergonha, faz pensar, choca e abre espaço para denúncias mais severas. Para que o riso aconteça nesse caso é preciso esquecer por alguns momentos essa afeição ou emudecer nossa piedade.

Rimos de uma charge por que tal é o efeito que muitas vezes se produz no enunciado, mas não se espera o riso do mesmo fato discutido nas páginas de opinião ou noticiário. Nesse caso, também se observa um efeito moderador. Uma válvula de escape diante da triste situação em que se encontra e que não é possível mudar tão facilmente. É a mesma concepção de Freud (1927), que considera o humor como uma espécie de reforço do eu que anula algum sentimento doloroso através do riso. Para Freud, a arte – e aqui incluímos a charge – é uma compensação dos desejos humanos, de revelar as intenções e as vontades mais escondidas, a transformação do material latente em material manifesto.

Vimos, portanto, que estudar o riso da charge é uma análise complexa porque cada imagem terá um significado diferente. Crítica, zombaria, alegria, satisfação, prazer, humilhação, ser positiva ou negativa, do tipo política ou de costumes, poderá sempre causar estranhamento ou comoção em um grupo e ao mesmo tempo divertir outro, já que o riso é cultural e dependerá sempre do contexto inserido.

Por tudo isso, sugerimos que o humor da charge seja analisado a partir de cada ilustração, pois toda arte tem por mira o individual. Logo, neste trabalho, não usaremos o termo riso como sinônimo de humor, porque nem toda charge provoca o riso e só saberemos se à sua existência, seu sentido e significado ao olharmos particularmente cada imagem. Enquanto isso, enquanto não lançamos uma lupa para destrinchar o desenho, sugerimos apenas o uso da expressão humor. Esse sim é o traço das narrativas satíricas gráficas. Um humor justo e inteligente, que se completa quando essa imagem consegue provocar no leitor o seu principal objetivo: a reflexão.

## 2.5. REALIDADE AUMENTADA PELO TRAÇO: O IMAGINÁRIO E A CRIATIVIDADE NAS CHARGES

Em seu ensaio *Da Imagem na Linguagem*, Babo (2017) discorre sobre imagens mentais e imagens de percepção. Segundo a autora, embora muito próximas, elas não são da mesma ordem. Enquanto as primeiras não são da natureza óptica, nem exigem presença física do objeto, as imagens de percepção, como fotografias ou cinema, são da ordem da concretude dos objetos e determinadas pela exatidão óptica.

Isso nos leva a compreender a charge como uma representação mental, pois ela pode configurar aspectos não visíveis do objeto. Neste sentido, se considerarmos que há um abismo entre a imagem e a realidade, como em uma foto, na charge, por ser uma arte manual, esse *gap* sofre interferência artística do autor. Isso quer dizer que a narrativa satírica gráfica nunca será inferior ou superior à fotografia. São linguagens diferentes, mas, por ser de natureza mental e retórica, a charge pode ir além do consciente, do visível e aflorar significados que as imagens tradicionais, determinadas pela exatidão óptica, muitas vezes não conseguem revelar.

Mas se a charge está ancorada no acontecimento e explora a realidade, como pensar o imaginário nessas ilustrações sem que ela perca seu valor como fonte documental? A resposta é simples. Nesse caso, pensamos o imaginário não pela experiência subjetiva e individual, mas pela experiência coletiva. Não pode ser algo mentiroso ou que extrapole as barreiras normativas, mas algo que é mais próximo do sentido de prolongar a verdade de forma criativa. Deve ser um imaginário onde há um consenso estruturante, aceito no grupo e que se confirme como verdadeiro no espaço dos códigos coletivos e na cultura. Não é um fantástico extraordinariamente livre como as *sátiras menipeias*, que apesar de terem muito em comum com as charges - como o riso carnavalesco, o comportamento excêntrico, a ambivalência, a destruição do homem e dos poderosos, o escândalo, o confronto e as representações ideológicas - se afastam do nosso objeto justamente por permitir o imaginário elevado ao extremo, onde não há qualquer exigência de verossimilhança externa, mas sim, total liberdade de invenção do enredo.

Um dos estudiosos da *sátira menipeia*, Bakhtin (1981) explica que esse gênero deve a sua denominação ao filósofo do século II a.C. Menipo de Gádara e sua evolução continua até hoje em diferentes gêneros como novelas, cartas, discursos, etc. É reconhecida como uma forma de sátira escrita, geralmente em prosa, caracterizada pela crítica às atitudes mentais ao invés de a indivíduos específicos. Uma particularidade muito importante da *menipeia*, segundo Bakhtin,

é a combinação orgânica do fantástico livre, do simbolismo e, às vezes, do elemento místico-religioso com o naturalismo submundo extremado e grosseiro:

A menipeia está livre das lendas e não está presa a quaisquer exigências da verossimilhança externa vital. Se caracteriza por uma excepcional liberdade de invenção do enredo e filosófica. Isso não cria o menor obstáculo ao fato de heróis da menipeia serem figuras históricas e lendárias (Diogenes, Menipo e outros). É possível que em toda a literatura universal não encontremos um gênero mais livre pela invenção e a fantasia do que a menipeia (BAKHTIN, 1981, p. 131).

Ao contrário da menipeia, entendemos que o imaginário da charge está condicionado ao acontecimento jornalístico, em que a fantasia – por meio da sátira, do humor e das figuras de linguagens, principalmente a ironia, hipérbole e metáfora – serve apenas à materialização da verdade. Não é o lado fantástico, mirabolante ou surreal da realidade que o chargista vai mostrar, mas uma extensão do real, um olhar visto de um ângulo que muitas vezes o texto ou a fotografia não consegue captar. Nesse sentido, ao interpretar uma notícia ou argumentar uma ideia, espera-se que o chargista utilize sua liberdade criativa ancorada na informação, sem falsear a verdade.

Veja o exemplo: no dia 15 de janeiro de 2016, o jornal gaúcho *Zero Hora*, do Grupo RBS – afiliada da Globo no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina – protagonizou uma polêmica ao publicar uma inédita retratação por um erro cometido em uma charge, assinada por Marco Aurélio (Figura 10). No desenho, o autor ironizava o pagamento de US\$ 100 milhões em propina ao ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, mencionado pelo ex-diretor da Petrobras, Nestor Cerveró, em depoimento para a Procuradoria Geral da República. A notícia veio a público no dia 11 de janeiro de 2016. O problema foi que a caricatura que ilustrava a charge não era de Fernando Henrique Cardoso, mas do ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que nada teve a ver com o episódio. “O chargista Marco Aurélio trocou Fernando Henrique Cardoso por Lula na charge de sexta-feira. *Zero Hora* pede desculpas a seus leitores”, dizia o texto publicado no dia seguinte.



Figura 10: Charge de Marco Aurélio com a errata publicada no jornal Zero Hora, em 18/01/16.

Fonte: Zero Hora.

Ao comentar o episódio no site *Carta Maior*, o chargista e presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Celso Augusto Schröder, afirmou ser uma situação inusitada, um fato inédito no mundo: “o jornal pede desculpas por um erro em uma charge! Uma charge pode ser ruim, agressiva, equivocada. Mas não existe uma charge errada, porque não é possível um jornal errar a opinião”, avaliou Schröder. Procurado pela *Carta Maior*, o texto dizia que o grupo RBS não explicou a que se deveu o equívoco, nem por quantas pessoas o desenho passou antes de finalmente ser impresso no corpo do jornal (HOFMEISTER, 2016).

Curioso ainda foi que o Zero Hora não refez a charge com o personagem correto. Pelo contrário. Três dias depois, em vez de retificar o episódio, publicou novamente o desenho original junto com o texto indicando o equívoco, reforçando o erro e sua mensagem ideológica de que o alvo só poderia ser o Lula, mesmo que isso não fosse verdade. Ou seja, embora Marco Aurélio ocupasse um espaço de opinião no jornal, o desenho desinformava o leitor. Uma *fake news* que não deve ser permitida no texto escrito, nem mesmo na linguagem visual.

O exemplo acima nos evidencia que, assim como explora o factual, a narrativa da charge também usa a criatividade para criar efeitos de sentido, mas, ao contrário das definições negativas dadas pela tradição filosófica ocidental, esse imaginário do qual falamos não deve ser

algo falso, inventado, mentiroso, primitivo ou inferior ao pensamento racional. Ele tem relação intrínseca com a realidade, a consciência histórica, o mito, o passado, a memória e a cultura.

Legros, et. al., defendem o imaginário como tudo aquilo que se diz respeito a uma civilização, que circula através da história, das culturas e grupos sociais. “O imaginário é o produto do pensamento mítico, concreto que, funcionando sobre o princípio da analogia, se exprime por imagens simbólicas organizadas de maneira dinâmica” (LEGROS, et. al., 2007, p. 10). Os autores destacam três significados principais do imaginário: *Dimensão mítica da existência social*, que inspira as mitologias sociológicas e conduz ao esclarecimento dos mitos dominantes de uma determinada época, de uma cultura, de uma nação, geração ou classe social; *Imaginação de uma outra sociedade*: o imaginário da esperança, que está em marcha nas utopias, nos milenarismos, nas ideologias revolucionárias; e o *Imaginário cotidiano*, o que é visto nas práticas de todos os dias: paisagens urbanas, objetos familiares, encontros fortuitos, percursos usuais, distrações populares.

De acordo com Legros, et al., o imaginário costura o real e tem relação dialética com a consciência, com o mundo, cultura, passado, mito e memória. E se a imagem não condiciona, evidentemente, a existência do objeto, ela permite, por outro lado, sua presentificação, apesar de sua ausência, pois a consciência mental que imagina dá sentido ao implícito e ao latente. “Ela excede o real no que diz respeito às suas composições materiais e a sua contingência” (LEGROS, et. al., 2007, p. 20).

Ao discutir o tema, Legros, et. al. (2007) lembram ainda que Durkheim (1998) nunca mudou sobre um ponto importante a respeito do imaginário na representação:

uma representação não é um simples reflexo do real, uma cópia ou uma imagem oportuna, uma sombra inerte das coisas ondulantes na caverna do espírito. Ela impulsiona uma dinâmica de fenômenos orgânicos e psíquicos. E, quando a crença se cristaliza em um feixe de representações, a dimensão simbólica destas leva o real a um nível que proíbe negociar o seu valor, de comprometer sua pureza. Diferentemente dos conflitos que emanam das ideias abstratas ou das representações banais e acessórias, qualquer ofensa contra uma representação simbólica toca, com uma violência evidente, a crença que ela manifesta, e suscita quase sempre uma reação emocional (DURKHEIM apud LEGROS, et. al., 2007, p. 59).

Em relação ao nosso objeto de estudo, olhar para o imaginário e os traços criativos usados nas charges sobre a Constituição de 1988 é uma oportunidade para desvendarmos, não só o contexto, mas os significados e sentidos que essas imagens nos revelam sobre a nova lei. A representação da bandeira brasileira como o nascer do sol, para significar a esperança; o mapa do Brasil em ruínas, revelando a crise política, econômica e social no país na década de 1980;

ou a Constituição derrubando ministérios, representando seus efeitos nas estruturas do governo e sociedade, são exemplos da articulação imaginária do autor que passamos a referir a partir de agora como *realidade aumentada pelo traço*.

A ideia tem como referência o que entendemos hoje por realidade aumentada mediada pelo computador. No campo tecnológico, diferente da realidade virtual, que busca inserir o usuário em um cenário distinto, sintético e fabuloso, a realidade aumentada, por outro lado, quer mantê-lo atento ao mundo real, permitindo ao usuário ver o mundo em sua volta com objetos sobrepostos ou compostos com o mundo real. Dessa forma, “a realidade aumentada complementa a realidade, em vez de substituí-la completamente” (AZUMA, 1997, p. 356). Isso contribui para que o usuário receba mais informações de conhecimento ao seu universo, com mensagens diretas e relevantes.

Embora esse truque seja conhecido no século XXI por conta dos avançados programas de computadores, acreditamos ser possível pensar essa ideia, mesmo que de forma simples e modesta, ao que acontece com as charges. Para nós, essas narrativas satíricas gráficas são uma espécie dessa realidade aumentada de forma analógica, ou seja, não pelos efeitos mirabolantes e tecnológicos, mas por meio do traço criativo do chargista, onde o simbólico, o psíquico e o imaginário se fundem com o objetivo de completar o mundo real, levando, por meio da sátira e recursos de linguagens, mais informações e conhecimento ao leitor.

Na realidade aumentada pelo traço, a charge evoca metáforas que estruturam a percepção de mundo pela memória coletiva, assimilando o inconsciente e o consciente. Por meio desse artifício, o chargista dribla as normas, vai além do campo visual, evoca o discurso do cotidiano, a cultura, a contracultura e a ideologia para revelar, não só os mitos dominantes, mas também aquilo que está escondido. Ao satirizar e promover delirantes performances, o chargista brinca criativamente com o real, mas sem deixar de lado a verdade, sem levar o usuário para um mundo diferente ao seu redor, pois na narrativa satírica gráfica, que tem como matéria-prima o acontecimento jornalístico, não é permitido inventar, mentir ou equivocar-se. O papel do autor é estruturar a história a partir de sentidos e símbolos que contribuirão para que ele atinja o seu alvo: informar, reforçar uma ideia, chamar atenção e fazer o receptor refletir.

Em resumo, vimos neste capítulo que compreender a charge como narrativa valoriza ainda mais o poder dessa imagem como cultura visual, referência e índice de um significado dominante. São histórias que, compartilhadas em grupo, fornecem um determinado ponto de vista sobre a realidade, contribuindo para a percepção da memória coletiva sobre um acontecimento, cultura, época ou comunidade. Neste sentido, os significados produzidos por

essas ilustrações se movimentam no tempo, espaço e não apenas a um momento específico ou limitado. Mostramos a importância de pensar o humor não como objetivo principal do riso, mas como forma de debate social e caminhos de reflexão. Por fim, discutimos como a exploração do imaginário e a performance criativa que a charge evoca e permite não contaminam sua valorização como documento histórico. Pelo contrário. Tendo como ponto de partida e chegada à realidade e o semelhante, esses elementos completam o real, trazendo à tona informações que afloram, se fundem e revelam a totalidade da mensagem e o contexto. Entender melhor o papel dessas narrativas satíricas gráficas como registro de um acontecimento, sociedade, época ou cultura, é o que faremos no próximo capítulo.

### 3. A CHARGE COMO DOCUMENTO HISTÓRICO

Compreender a charge como elemento iconográfico produtor de sentido, requer pensá-la, primeiramente, como imagem e o modo como ela se comunica com os signos e símbolos. O primeiro pensamento conhecido sobre imagem remonta a Platão: “por imagens (*eikona*) entendo em primeiro lugar, sombras (*skias*), em seguida, reflexos na água (*phantasmata*) em todas as superfícies de textura densa, lisa e reluzente, e tudo desse gênero” (PLATÃO apud GERALDO, 2014, p. 94).

A palavra imagem tem origem no latim *imago*, que significa máscara mortuária. Um artifício que as civilizações antigas utilizavam nos rituais de enterro para reproduzir o rosto dos mortos. Como descreve Maria Kern ao pesquisar a pintura e conhecimento, “a imagem tinha o papel de recompor o homem, cujo corpo se decompõe pela morte. Ela teve um caráter mágico e emergiu tendo a função de tornar presente o ausente e dar continuidade à existência terrena” (KERN, 2006, p. 16). Desde sua definição, a noção de imagem como imitação ou mimese assumiu o papel de representação vinculada à reprodução do real.

Baseado na teoria do idealismo, Platão irá conceber dois tipos de *mimesis*. A primeira como uma projeção da mente onde a partir do modelo ideal plasmava-se a ideia; e a segunda como imitação da aparência, um reflexo da realidade em que uma ilusão é criada, mas não como sua essência. Nesse sentido, do ponto de vista platônico, a imagem seria uma projeção da mente e da ideia. Um processo de mediação, representação de um referente. Já Aristóteles, por meio da teoria do realismo e raciocínio lógico, acreditava que a imagem era a representação do objeto real. Essas duas concepções, de imagens pictóricas e conhecimento, acabaram tendo repercussões sobre as teorias da arte no mundo moderno e geraram intensos debates entre artistas, teóricos de arte e filósofos.

Jacques Aumont (2011), em sua obra *L'image*, explica que ela é um dos objetos mais velhos e mais constantes da antropologia. Fonte riquíssima de informações, tem papel simbólico e transmite conhecimentos sobre o mundo desde os seus primeiros registros, com as imagens pré-históricas e desenhos rupestres, datados no período paleolítico (100.000-10.000 a.C). Tudo o que sabemos sobre a pré-história, por exemplo, é resultado da pesquisa de antropólogos e historiadores, que reconstruíram a cultura do homem da Idade da Pedra a partir de objetos e pinturas encontradas no interior de grutas e cavernas em várias partes do mundo.

Ao explicar as funções da imagem, Aumont irá ressaltar ainda o uso religioso – em destaque na Idade Média – os símbolos profanos e seu valor documental, que nos ajuda a

compreender a realidade, inclusive moldando-a. É sobre esta função que apoiamos parte da justificativa deste estudo sobre as charges.

A imagem é um documento quando ela nos conta uma história, narra e registra o gênero, a arquitetura, a vida social, comportamentos, cotidiano, moda, estilo de vida e hábitos de uma época. “A imagem documenta e fala com poder de convencimento, pois mostra aquilo de que nos está a informar, de maneira próxima da realidade” (AUMONT, 2011, p. 134). Ou seja, ela não é uma pura duplicação das aparências visíveis, mas demonstra – sobretudo a imagem feita à mão, como as charges – um desígnio explicativo pela oposição entre o mapa (o que nos orienta e torna a representação mais clara) e o espelho (imitação da realidade).

A imagem é hoje um dos principais recursos utilizados pela mídia para concretizar suas estratégias de comunicação. Uma linguagem que conecta o significado à cultura por meio da representação. Ao produzi-la, seu criador coloca elementos de sua visão de mundo e realidade que vão contribuir para o maior objetivo da imagem: chamar a atenção do espectador. É esta também a concepção de Mitchell em seu célebre texto “O que as imagens realmente querem?”. Ao responder à pergunta, o autor afirma que o desejo das imagens não é serem interpretadas, decodificadas, adoradas, rompidas, expostas ou desmistificadas por seus espectadores. O que elas querem é “simplesmente serem perguntadas sobre o que querem” (MITCHELL, 2015, p. 186). Elas desejam a nossa atenção e o nosso olhar, especialmente em uma cultura cada vez mais imagética e tecnológica, que surge a partir do final do século XX e explode no século XXI. É esta a proposta que vai ocasionar o que Mitchell chama de virada pictórica, quando a imagem retorna à matriz do pensamento e vira o centro do debate.

Ao estudar iconografia, Miani nos mostra que, até bem pouco tempo, a pesquisa histórica relegou as imagens, bem como as obras de arte de uma maneira geral, a uma condição secundária na hierarquia das fontes históricas. Segundo o autor, superada a questão sobre a validade de fontes visuais, o problema agora é quanto ao dimensionamento valorativo atribuído a tais produções sociais. “A iconografia ainda padece pela falta de ‘confiabilidade’ por parte de alguns historiadores que se revelam conservadores quando se trata do reconhecimento da imagem como fonte privilegiada para o estudo de determinados objetos e/ou temas históricos” (MIANI, 2014, p. 135).

O historiador inglês Peter Burke também repercute essas observações. De acordo com o autor, as imagens, assim como os textos literários, jornalísticos e testemunhos orais, têm o seu lugar no campo da investigação:

O uso de imagens, em diferentes períodos, como objeto de devoção ou meios de persuasão, de transmitir informações ou de oferecer prazer, permite-lhes testemunhar antigas formas de religião, de conhecimento, crença, deleite, etc. Embora os textos também ofereçam indícios valiosos, as imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais nas vidas religiosas e políticas de culturas passadas (BURKE, 2017, p. 24).

Burke (2017) considera que as imagens podem ser tanto evidência da história como a própria história, visto que a produção das mesmas envolve, muitas vezes, um comportamento próprio dentro de uma ampla escala social. No entanto, como acrescenta Aumont, as problemáticas mais revisitadas são a possibilidade de propaganda, de visões estereotipadas do 'outro', e das convenções visuais aceitas em uma determinada cultura, época ou gênero artístico, já que as imagens refletem algo da cultura e valores do grupo social onde nascem, sem deixar de acrescentar sua própria força.

A imagem nunca deixa de se manifestar como uma imagem, isto é, como artefato carregado de intenções. Logo, o mais das vezes, ela não se comporta verdadeiramente como um espelho, e torna bem visível o lado convencional da representação que propõe: há sempre algo de mapa no espelho. A imitação deliberada da natureza implica sempre um desejo de criação concomitante ao desejo de reprodução e essa imitação passa sempre por um vocabulário da pintura (e da fotografia, cinema...) que é relativamente autônomo. Assim se explica, por exemplo, que o mundo jamais se assemelhe completamente a um quadro, ao passo que um quadro pode tomar a aparência do mundo, que é modelada por esquemas de fazer compreender (AUMONT, 2011, p. 135).

Ao estudar a imagem, Aumont (2011) ressalta que, como tal, ela pode tomar aparências variadas, sendo provável que ainda se inventarão outras modalidades para a sua aparição. No entanto, segundo o autor, essa grande variedade de aparências não impede que possamos sempre falar delas no singular: a imagem.

O termo inclui a charge, uma variação do desenho e da pintura, que se torna popular e ganha destaque a partir do século XIX na Europa. Sua característica própria de levar ao espectador, críticas e denúncias - sobretudo do campo político, por meio da sátira - é tão forte, fez que ela atravessasse os séculos nos jornais, sobrevivendo à utilização da fotografia pela imprensa e até mesmo às novas tecnologias.

Diferentemente da fotografia e do vídeo, onde existe uma imagem percebida da realidade, a charge deriva do desenho, uma das primeiras modalidades de comunicação em que o homem se viu para expressar o seu tempo (BELTRÃO, 1992). Foi o desenho, muito antes da escrita, o coadjuvante das demais línguas por promover uma interpretação rápida e sintética do mundo.

O surgimento do desenho aliado ao texto na imprensa escrita precede a fotografia e era o recurso mais viável na época para ilustrar o que se contava, daí a ilustração ser a pioneira a representar o texto de forma icônica. Esta capacidade de ilustrar algo foi notada pelo Papa Gregório, o Grande (540-604), que justificava a finalidade das pinturas nas igrejas. Ele dizia que assim, as pessoas que não leem livros poderiam ‘ler’ olhando para as paredes (MAGGIONI, 2011, p. 25).

Como imagem, a charge é um documento histórico porque nos diz muito do que aconteceu em uma determinada época. Para citar alguns exemplos de pesquisas tendo como fonte as ilustrações satíricas no Brasil, Almeida e Mota (2016) mostram como a revista *Semana Ilustrada*, publicada no país entre 1860 a 1876, é capaz de descrever a sociedade do Rio de Janeiro do século XIX, as personalidades, os costumes, a moda, a arquitetura, as festividades, os problemas e desafios. Entre seus diversos trabalhos sobre o tema, Lustosa (1989) utiliza a *Revista Ilustrada* (1876 a 1898) de Ângelo Agostini para mostrar, por meio do humor, como foi a Primeira República no Brasil, enquanto Tavares (2016) analisa as iconografias publicadas pela imprensa durante a campanha eleitoral de Vargas e seu suicídio (1950-1954). Já Figueiredo (2012), em sua dissertação de mestrado, revela por meio das charges, como os autores da imprensa alternativa, como o *Pasquim* (1969-1991), burlavam a censura durante a ditadura militar com a contracultura.

Estudos fora do Brasil também têm buscado fortalecer a importância da charge como documento histórico. Em 2019, o seminário *Representations of the self and the other in the satiric image: From the French Revolution to today*, realizado pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, em Portugal, e coordenado pelo professor Paulo Jorge Fernandes, reuniu mais de 25 congressistas de diferentes países, como Chile, Irlanda, Itália, Brasil, França e Inglaterra, que defenderam a importância das ilustrações de humor para a história. São trabalhos, artigos, dissertações de mestrado e teses, entre tantos outros, que mostram, no Brasil e no mundo, cada um por uma perspectiva, o cotidiano e a representação de uma determinada época por meio das charges. Os pesquisadores Scully e Quarter (2009) também confirmam essas observações:

Os cartuns nos contam muito sobre o que realmente aconteceu nos diferentes mundos da política, religião e burocracia; e, mais recentemente, sobre atitudes políticas e sociais em relação a tudo isso, juntamente sobre guerra, fome, terrorismo e todos os tipos de desastres, além de eventos públicos mais felizes, como casamentos reais e vitórias esportivas (SCULLY; QUARTER, 2009, p. 5).

A obra *Drawing the Line: Using Cartoons as Historical Evidence*, organizada por Scully e Quarter (2009) e publicada na Austrália, é uma das mais recentes coletâneas na tentativa de abordar o importante papel desempenhado por caricaturistas e chargistas na documentação da história. Em suas pesquisas, Scully e Quarter (2009) lembram que esses ilustradores esclareceram por meio dessa arte os últimos três séculos, não só da Europa, mas de suas colônias e nações de todo o mundo, onde quer que fossem vendidos jornais e revistas. Entretanto, ao defenderem a valorização da pesquisa desse tipo de imagem, os autores alertam para a problematização das charges serem, muitas vezes, vistas apenas como uma espécie de decoração do jornal, artimanha para diagramar o texto na página ou dar impressão de historicidade, em vez de aumentar o argumento do historiador. “Os historiadores modernos aprenderam a ler documentos escritos como textos complexos, cujo significado raramente é autoevidente, mas os cartuns e outras fontes visuais ainda escapam à análise crítica” (SCULLY; QUARTER, 2009, p. 5).

Scully e Quarter (2009) advertem que um dos principais problemas que interfere na compreensão da charge como evidência histórica é a questão da amostra. Segundo eles, muitos pesquisadores cometem o erro de observar apenas a charge, deixando de lado as demais leituras e contextos sociais, políticos e culturais que moldam seu conteúdo, as condições de sua criação e de sua recepção. Charges do semanário alternativo *Pasquim* (1969-1991) produzidas durante a ditadura, como mostra Figueiredo (2012), nos revelam como o humor foi um recurso poderoso para os jornais da década de 60 e 70 exporem suas opiniões em meio a censura e vencerem a resistência. Em estudos como esse, por exemplo, é fundamental que o pesquisador recupere o contexto histórico e explore os principais conflitos da época para a compreensão ao máximo das imagens. Sem a contextualização hermenêutica da censura ou deixar de lado como era a repreensão aos jornalistas durante o regime ditatorial no Brasil pós 1964, dificilmente Figueiredo conseguiria compreender o real significado dessas imagens e registrá-las como evidência histórica. Esse entendimento é fundamental para qualquer leitura que um historiador faça porque, como já assinalamos, essas ilustrações são representações que ligam linguagem à cultura. Não são reflexos indiferentes da realidade, nem recebidos passivamente pelos leitores.

Scully e Quarter (2009) ressaltam ainda que a seleção do material deve ser feita com critérios. O pesquisador que pretende estudar os significados dessas ilustrações deve evitar selecionar imagens que apoiam apenas o posicionamento de um único autor, pois a riqueza de informações, em diferentes desenhos, é fundamental para condensar a valorização dessa arte como evidência histórica.

Carmona (2003) também valoriza as narrativas satíricas gráficas políticas como evidência histórica e adverte que elas não devem ser observadas apenas como um documento que permita reconstruir os acontecimentos ou como uma ferramenta para estabelecer uma realidade contingente ou positiva, como sugerem alguns comentaristas de ânimo leve. Como o autor se posiciona, para que essas narrativas sejam validadas e aproveitadas ao máximo como fonte de conhecimento, é preciso, e voltamos reafirmar, digerir o seu contexto e significados mais profundos. Entender que, ao mostrar o lado tênue de um discurso político, muitas vezes já enraizado, onde os fatos e figurões vacilam, essas imagens trabalham com o desacordo e com o ridículo. São como bombas relógio, ao mesmo tempo que são também fios condutores de humor que aliviam a tensão de uma atmosfera social ou política.

Para facilitar ao pesquisador que queira estudar essas imagens, sugerimos pensar a seleção da amostra por meio de alguns critérios principais: a) *biográfico-autoral*, quando a pesquisa se concentra no autor da charge, o estilo do traço, posição ideológica do chargista, influência, etc. b) *Estudo de personalidades*, a amostra se baseia em estudar a caracterização de um determinado personagem que de fato existiu, seus pontos positivos e negativos. É uma seleção focada, principalmente na caricatura e bastante comum para compreendermos a representação de figuras políticas, como D. João VI, D. Pedro II e Getúlio Vargas; c) *Análise temporal*, a seleção das charges é feita em um determinado período da história, como as ilustrações do Brasil imperial, da Primeira República, ditadura militar, entre outros; d) *Análise de acontecimentos*; podendo ser históricos – como a Guerra do Paraguai, a I e II Guerra Mundial, a Promulgação da Constituição de 1988 – ou fatos do cotidiano que despertem interesse do analista; e) *Análise de símbolos*, como os estudos do Tio Sam, um dos símbolos mais famosos do mundo, criado em 1870 pelo cartunista Thomas Nast como a personificação dos Estados Unidos; a figura de John Bull como a personificação nacional da Grã-Bretanha, criado por John Arbuthnot em 1712; Zé Povinho, criado por Rafael Bordalo Pinheiro, em 1875, como personificação nacional portuguesa, entre outros.

Vale lembrar que esses recortes de amostra não se esgotam, nem são independentes ou levam a um único objetivo. Uma charge que estuda a figura do Zé Povinho, por exemplo, pode ser usada para aprofundar a história desse símbolo como referência aos portugueses, mas também a evolução dos traços de Rafael Bordalo Pinheiro e sua visão sobre um determinado período histórico de Portugal. Todavia, acreditamos que expor essas diferentes categorias acima mostra a variedade do objeto e tão quanto extenso é o campo de análise que se pode aprofundar

o estudo da charge e sua contribuição como documento. Há ainda a história da própria charge, como veremos a seguir, com ênfase no Brasil.

### 3.1. A HISTÓRIA DA CHARGE NO BRASIL

No Brasil, um dos principais livros sobre o tema é de Herman Lima, *História da Caricatura no Brasil*, publicado em 1963, em quatro volumes. Poucos estudiosos traçaram um perfil dessas narrativas de humor no país com tanto detalhe como Lima (1963). Em continuidade ao seu trabalho, a maioria das pesquisas seguintes sobre esse objeto traz como novidade o contexto da ditadura, que acontece no Brasil após a publicação de *História da Caricatura no Brasil*, cuja análise termina em meados de 1950.

Em sua obra, Lima (1963) explica que a charge como conhecemos hoje é uma representação moderna e descende da caricatura egípcia. Já Isabel Paraíso (1997), ao estudar a caricatura, considera que ela tenha surgido na Itália, no final do século XVI, pelos irmãos Ludovico e Annibale Carracci. Segundo a pesquisadora, a caricatura aparece nesse período e não antes porque é no final do século XVI que surge uma nova função para a fantasia do artista: construir uma realidade própria. “Enquanto o retratista revelava o caráter, a essência do retratado, o caricaturista revela o verdadeiro homem atrás de sua máscara” (PARAÍSO, 1997, p. 99). A partir de então, a perspectiva aristotélica é substituída pela perspectiva neoplatônica, na qual a imitação deixa de ser apenas um princípio pictórico, para tornar-se um valor que guia as intenções e a mente de quem produz a imagem.

Logo adiante, no século XVIII, as caricaturas são introduzidas aos jornais e, no século XIX, tem-se um prodigioso surto dessas ilustrações, principalmente por conta do caricaturista francês Honoré-Victorien Daumier. Aos poucos, essa arte incorpora a crítica, o humor e a denúncia, até chegar ao que hoje se compreende como charge. Foi agrupada ao jornalismo por volta de 1830, quando o francês Charles Philipon fundou o jornal humorístico *La Caricature*.

Se a caricatura é o ponto de partida para a charge, no Brasil, essa manifestação artística chega a partir do século XIX, com o surgimento da imprensa no país. Alguns pesquisadores consideram que a primeira caricatura brasileira tenha surgido em 25 de julho de 1822, no jornal pernambucano *O Maribondo*. Já outros afirmam que foi em 1831, também em Recife, no jornal *O Carcundão*, que teve apenas três edições, entre abril e maio de 1831. Enquanto a primeira imagem retratou um corcunda pulando acossado por um enxame de marimbondos (Figura 11), a segunda era uma vinheta xilografada, cuja imagem era de um burro corcunda tentando evitar que o império e a igreja (sustentados pela coluna) ruíssem de vez (figura 12).

As duas ilustrações são sátiras. No contexto histórico, o termo “marimbondo” era usado para descrever os que defendiam a independência brasileira e “corcunda” representava os que se curvavam para o imperador e aos interesses do absolutismo português.



Figura 11: Ilustração em O Maribondo, publicada em 25/07/1822. Autoria desconhecida.  
Fonte: Acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.



Figura 12: O Carcundão, publicada em 25/04/1831. Autoria desconhecida.  
Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Acervo Hemeroteca.

No entanto, embora publicadas em um jornal, às duas imagens eram anônimas e não estavam retratando fisionomicamente uma determinada personalidade ou um acontecimento noticioso. Com isso, percebe-se que o nascimento da imprensa de caricaturas implicava, pelo

menos, três condições simultâneas: regularidade de publicação, resultar de um acontecimento jornalístico e ter autoria reconhecida. Como essas imagens não tinham expressão caricatural, é, portanto, uma estampa avulsa, criada pelo pintor e poeta Manuel de Araújo Porto Alegre, em 1837, que leva o título da primeira charge brasileira (Figura 13).



Figura 13: Criada em 1837 por Manoel de Araújo Porto Alegre, a primeira charge no Brasil já retratava a corrupção.

Fonte: Herman (1963)

**A Campainha** - Quem quer; quem quer redigir  
O Correio Oficial!

Paga-se bem. Todos fogem?  
Nunca se viu coisa igual.

**O Cujo** - Com três contos e seiscentos,  
Eu aqui' stou, meu senhor;  
Honra tenho e probidade  
Que mais quer d'um redator?

A litografia, intitulada *A Campainha e o Cujo*, mostra um fidalgo elegantemente trajado, agitando com a mão direita uma campainha e com a esquerda entregando um saco de dinheiro a outro personagem, com traços característicos aos do jornalista Justiniano José da Rocha, que se ajoelha à sua frente para receber o dinheiro. Conhecido pelo seu papel bajulador ao poder, Justiniano foi contratado por grande salário para ser o redator do *Correio Oficial*, jornal do período regencial, publicado no Rio de Janeiro entre 1830 a 1840. É uma denúncia a

imprensa áulica, ao jornalismo subserviente e a corrupção. Uma crítica que, apesar de fazer referência ao fato descrito acima, não se limitou a um tempo específico, mas continua em destaque no noticiário dos dias atuais. Um problema crônico, enraizado na história da política brasileira.

O primeiro jornal a publicar charge no país com regularidade foi a *Lanterna Mágica*, entre 1844 e 1845. Circulava no Rio de Janeiro, sempre aos domingos, tendo Manuel Araújo Porto Alegre e Rafael Mendes de Carvalho como responsáveis. O jornal, que apresentava o primeiro sério avanço técnico na imprensa brasileira, fazia críticas aos costumes da época e dava início a uma iconografia simbólica da política, chamando atenção também dos analfabetos, excluídos desse meio de comunicação. A importância da introdução desses novos recursos nos jornais é registrada por Nelson Werneck Sodré, na obra *História da Imprensa no Brasil*. Segundo o autor, “o aparecimento da caricatura, de forma sistemática, traria à imprensa recursos cuja amplitude o meio iria começar a sentir e anunciava a mudança a que o processo político não ficaria imune” (SODRÉ, 1999, p. 179).

A caricatura chegou à imprensa brasileira numa de suas fases mais difíceis, realmente: quando a agonia liberal avançava depressa e logo, esmagada a rebelião Praieira, estaria consumada. A mudança política, embora os jornais de oposição não desaparecessem, embora continuassem a surgir, aqui e ali, esporadicamente, uns poucos pasquins, traria à imprensa sérios reflexos. Trata-se da fase intercalar, em que, vagarosamente, surgem alterações específicas e técnicas, preparando a imprensa dos fins do século, quando os problemas políticos voltam a primeiro plano e empolgam novamente a escassa opinião existente: a possibilidade do jornal diário e a introdução da caricatura são os dois dados mais importantes desse momento; virão em seguida, inovações na técnica de impressão e alterações no sistema de distribuição (SODRÉ, 1999, p. 179).

Não demorou muito para que outros jornais, como *Marmota da Corte* (1849), a *Ilustração Brasileira* (1854), a publicação bilíngue *L'Iride Italiana* (1854) e o *Brasil Ilustrado* (1855), começassem a publicar charges em suas edições. Em 1860, surge a revista *Semana Ilustrada*, primeira publicação brasileira especializada em humor. Criada por Henrique Fleiuss, alemão radicado no Brasil, a revista possibilitou ao público um contato inédito com a experiência de perceber criticamente seu próprio cotidiano, divulgando o descaso das autoridades com a precariedade dos serviços públicos e da infraestrutura do Rio de Janeiro, capital federal.

Quando Henrique Fleiuss lançou, em 1860, a *Semana Ilustrada*, tinha circulado já, como ficou explicado, pequenos e toscos jornais de caricaturas e havia litogravuras que tiravam estampas avulsas. O que não havia era uma

revista ilustrada. Nesse sentido, Fleuiss foi, realmente, pioneiro (SODRÉ, 1999, p. 205).

A *Semana Ilustrada* publicava poesias, crônicas, contos e tinha como figuras obrigatórias os personagens Dr. Semana e seu Moleque, um pequeno escravo que, segundo Sodré (1999), lembrava uma personagem da peça de Alencar, o *Demônio Familiar*. O periódico influenciou outra série de jornais e revistas com caricaturas, como *O Mosquito* (1869), com desenhos de Cândido de Faria; *A Comédia Social* (1870), desenhada por Pedro Américo e Aurélio Figueiredo; e *O Mequetrefe*, que começou a circular em 1875 por iniciativa de Pedro Lima e Eduardo Joaquim Correia, recebendo alguns mestres da caricatura brasileira da época: Cândido de Faria, Antônio Alves do Vale, Pereira Neto, Joseph Mill e Aluísio Azevedo, antes de entrar para a literatura.

Mas foi em 1876, com o lançamento da *Revista Ilustrada*, de Ângelo Agostini, que o humor gráfico ganhou notoriedade no Brasil, levando o artista a ser considerado o principal chargista na imprensa nacional neste período. A revista foi também a primeira publicação da América do Sul a ter uma tiragem de mais de quatro mil exemplares, influenciando inúmeros outros periódicos.

Sob o ponto de vista histórico, pela fixação da vida política do Brasil, justamente no mais vivo período de transição da monarquia para a República, assim como pela imensa repercussão que teve no desenvolvimento da nova geração de caricaturistas nacionais, de norte a sul do país, nenhuma publicação se equipara à *Revista Ilustrada*, como nenhum mestre estrangeiro foi mais decisivo do que Ângelo Agostini. A esse respeito, assinala Monteiro Lobato... “não havia casa em que não penetrasse a Revista, e tanto deliciava as cidades como as fazendas. Quadro típico de cor local era o do fazendeiro que chegava cansado da roça, apeava, entregava o cavalo a um negro, entrava, sentava-se na rede, pedia café à mulatinha e abria a revista. Os desenhos bem-acabados, muito ao sabor da sua cultura e gosto, desfiavam ante seus olhos os acontecimentos políticos da quinzena. O rosto do fazendeiro iluminava-se de saudáveis risos. ‘É um danado este sujeito!’” - dizia ele de Agostini (LIMA, 1963, p. 119).

Era a época do Segundo Reinado no Brasil (1840-1889), período marcado por intensas disputas políticas entre os grupos dos partidos Liberal e Conservador. As principais características desse contexto histórico governado por D. Pedro II incluem: a instauração do parlamentarismo como forma de governo; a reativação do comércio internacional; fim do tráfico de escravos, em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós; a expansão da cultura do café; a Guerra do Paraguai (1864-1870); a Questão Religiosa, conflito entre a igreja católica, o Estado

e a maçonaria; e a abolição da escravidão (1888). Esses acontecimentos fervilhavam o país e foram temas fundamentais para a proliferação das charges no Brasil.

Nascidas durante a regência da Constituição de 1824, que trazia a liberdade de imprensa no artigo 179 e a garantia de proibição de censura – ainda que com regime de responsabilidade repressivo, vez que o exercício dessa liberdade era punido caso houvesse abuso na forma da lei – as charges brasileiras começavam, aos poucos, a trilhar o exercício da crítica política, como percebemos nas ilustrações de Henrique Fleiuss sobre a Guerra do Paraguai (figura 14) e nas abolicionistas de Ângelo Agostini (figura 15). Esse último responsável por desenvolver e sofisticar o estilo da charge nesse período, com criatividade e vigor político consistente, transformando essas ilustrações em veículos de conscientização em uma sociedade onde mais de 80% eram analfabetos e ainda carentes de identidade, expressão e representação:

Em 1872, o primeiro censo brasileiro daria, para a população de cinco anos ou mais, uma taxa de analfabetismo da ordem de 82,3%. Pode-se estimar que, para a população de mais de 10 anos, essa taxa devia estar em torno de 78%. A situação permaneceu inalterada pelo menos até o censo de 1890, o qual acusou uma taxa de analfabetismo de 82,6% para a mesma população de cinco anos ou mais (FERRARO, 2004, p. 112).

Joaquim Nabuco, político, jornalista e um dos grandes diplomatas do Império do Brasil, chegou a se referir a Revista *Illustrada* de Agostini como a “bíblia abolicionista dos que não sabiam ler”, reafirmando a importância das charges nos veículos de comunicação. Capazes de condensar as notícias e críticas em imagens com mensagens inteligentes e de efeito, essas ilustrações tinham ainda, à época, a função de instruir o povo não letrado. Como muitas pessoas não sabiam ler, logo as charges se tornaram um importante meio de informação sobre as principais críticas políticas e sociais naquele tempo.

A *Revista Illustrada* de Ângelo Agostini é a grande revista da Monarquia, embora não seja, a rigor, a mais criativa. Imigrante italiano com sólida cultura cosmopolita, ele põe seu traço a serviço das principais questões que dilaceram a sociedade da época: as Campanhas Abolicionista e Republicana. Agostini é o primeiro chargista a se alinhar com um projeto consistente de mudança estrutural da sociedade, dotando a charge de função crítica e conteúdo ideológico, tendo como objeto de sua sátira os impasses institucionais do regime, a precariedade da saúde pública e o abandono geral da cidade. (...) Fleiuss já havia esboçado algo semelhante na *Semana Illustrada*, entretanto, sem a criatividade gráfica e o vigor político do italiano. Agostini desenvolve e sofisticada esse estilo da charge, e ocupa com seu traço páginas inteiras das revistas por ele ilustradas (TEIXEIRA, 2001, p. 11).

Havia também, nesses desenhos, a tentativa de construir no país uma identidade nacional, como se percebe na figura 13, de Henrique Fleiuss, publicada em 25 de junho de 1865, durante a Guerra do Paraguai. Na cena, o Imperador D. Pedro II aponta para Fortaleza de Humaitá, fortificação que controlava o acesso por via fluvial à capital do Paraguai, Assunção, constituindo-se no mais poderoso e temido complexo defensivo paraguaio na época. Além de conotação política, como mostra as duas balanças em referência a disputa entre os grupos dos partidos Conservador e Liberal, a frase “Quem não é pelo Brasil é contra o Brasil”, logo abaixo da imagem, destaca a identidade pela diferença, na tentativa de fomentar uma consciência nacional. É o, nós contra eles, que vai se destacar em muitas charges publicadas durante a Guerra do Paraguai, representando um importante sentimento de patriotismo, até então pouco existente no Brasil.



Figura 14: Charge de Henrique Fleiuss publicada em 25/06/1865 na Semana Illustrada.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Acervo Hemeroteca.



Figura 15: Charge de Ângelo Agostini, publicada na edição 500 da Revista Illustrada, em 9 de junho de 1888.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Acervo Hemeroteca.

De modo geral, como nas figuras 14 e 15, as charges brasileiras publicadas durante a monarquia tinha como inspirações as ilustrações produzidas na Europa, eram desenhos pesados e sem agilidade, com muitos detalhes e informações. Tinham engajamento político, com críticas principalmente ao governo, à igreja católica (que durante a Constituição de 1824 estava ligada ao Estado) e à burguesia, mas também denunciavam os problemas sociais, como a falta de água e a urbanização precária do Rio de Janeiro. Percebe-se nessas ilustrações que a reprodução dos personagens e as cenas eram muito próximas do real, sem muita criatividade ou fantasia, com abundância de textos, nos quais a imagem parece ainda não ser considerada como portadora de uma estrutura narrativa própria. “Essa valorização do texto como suporte do traço da charge corresponde a uma sociedade que subordina a imagem a discursos alheios a ela, uma cultura incapaz de imaginar representações do real que não passem pela gramática e pela escrita” (TEIXEIRA, 2001, p. 13). Com a revolução óptica do século XIX, à medida que a charge amadurece o traço, ela tende a abandonar esse texto.

Entre os chargistas importantes do período no país, além de Fleuiss e Agostini, incluem nomes como Pedro Américo, Luigi Borgomaneiro, Cândido Aragonês de Faria Flumen Junior, Pereira Neto, Pinheiro Guimarães e o português Rafael Bordalo Pinheiro, que, em 1875, substituiu Agostini na revista *O Mosquito* e traz inovações nas publicações ilustradas, como diagramação e anúncios comerciais.

Com o fim da Monarquia tem início a Primeira República, que se estendeu de 1889 até a Revolução de 1930. Logo após a transição, Lima observa certo desinteresse das charges pela crítica à política nacional. “Como que a longa tensão mantida pela imprensa no combate, na luta pela Abolição e pela queda da monarquia, havia, com a vitória, esgotado o vigor e a verve dos artistas do lápis” (LIMA, 1963, p. 131). Ou ainda, como adverte o autor, não era aquela a república dos sonhos.

Para nós, o motivo é outro. Logo nos primeiros anos pós-proclamação da República, o país se viu mergulhado entre escândalos financeiros, arrocho salarial, clientelismo, aumento de impostos, oligarquias, coronelismo, desvio de verbas, impunidade e fraude eleitoral, ingredientes e tanto para as narrativas satíricas. Porém, em meio a esse caos, com a mudança de governo houve também um período autoritário, com fechamento do Congresso, estado de sítio, crimes políticos, confrontos entre os governos civis, militares e cerceamento à imprensa. Episódios que deixaram o clima não favorável às atividades das revistas satíricas. Na então capital do país, Rio de Janeiro, apesar de o novo regime não ter alterado o desenvolvimento da imprensa, poucas revistas ilustradas aparecem entre 1891 e 1894, primeiros anos da República:

*A Vida Fluminense, O Mequetrefe e Revista Ilustrada* são as únicas que permanecem em circulação nesse período, monopolizado agora por jornais diários, monótonos e sisudos como os sólidos marechais que dominam a política nesse início de República. De fato, de 1891 a 1894 circulam no Rio de Janeiro os seguintes jornais: *A Notícia, Gazeta da Tarde, O País, Jornal do Comércio, Diário de Notícias, Gazeta de Notícias, Jornal do Brasil* e, com menos prestígio e menor tiragem, *A Rua, Folha Popular, A Tribuna, Cidade do Rio, O Brasil, Gazeta da Tarde, Gazeta Moderna, Correio do Povo, Jornal do Povo, Diário do Comércio e Diário Oficial*. Muita tinta, sem dúvida, para uma sociedade de poucas letras (TEIXEIRA, 2001, p. 19).

Na história, deposta a Monarquia, amplia-se o conflito entre os poucos que querem aprofundar as reformas e os muitos que são a favor de manter as coisas do jeito que estão. A nova Constituição, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, definiu as bases institucionais do novo regime – presidencialismo, federalismo e sistema bicameral – e implementou uma série de alterações nas regras do jogo para bem marcar a ruptura com a monarquia. Porém, antes que esse modelo pudesse ser colocado em prática, o marechal Deodoro da Fonseca, dado o prestígio que possuía entre os membros do Exército e os demais que proclamaram a República, governou o Brasil provisoriamente até as eleições de 1891, ocorridas em 25 de fevereiro, dia seguinte da promulgação das novas leis. Após as eleições (que foram indiretas – isto é, só os membros do Parlamento votaram), Deodoro continuou como presidente, sendo Floriano Peixoto o vice. Floriano, que também era marechal, assumiu a presidência do Brasil no dia 23 de novembro de 1891, após Deodoro da Fonseca renunciar ao cargo. Esses primeiros anos republicanos, conturbados e com alterações rápidas de poder, ficaram conhecidos como “República da Espada”, pelo fato de os dois presidentes terem sido militares e exercidos, cada um ao seu modo, um governo repressivo.

Outro problema que colaborou para fomentar o período autoritário foi o fato de muitas pessoas terem se posicionado contra a ascensão de Floriano Peixoto à presidência, pois na Constituição 1891 estava previsto que os mandatos interrompidos antes de dois anos deveriam ser sucedidos por novas eleições diretas. Neste sentido, Floriano não poderia ser empossado presidente porque marechal Deodoro da Fonseca não tinha cumprido esse prazo. Entretanto, o texto também dava margem ao entendimento de que isso não se aplicava ao primeiro mandato republicano, já que definiam que no primeiro período presidencial o presidente e o vice-presidente seriam escolhidos por eleição indireta. Mesmo assim, a oposição, baseada na constituição, exigia a deposição ou renúncia de Floriano à presidência. Contra a represália, o marechal instituiu no dia 12 de abril de 1892 o estado de sítio e a suspensão dos direitos constitucionais durante o período de 72 horas, depôs todos os governadores ligados ao antigo

governo e prendeu os militares rebelados. Por conta dessas medidas o então presidente ficou conhecido como o “Marechal de Ferro”.

Esse contexto é o que vai refletir na imprensa, bem como no desaparecimento ou sonolência das revistas ilustradas, cujo traço de humor político era, até então, sua própria razão de ser. A própria *Revista Illustrada*, símbolo do movimento abolicionista, perde sua veia crítica e se distancia da fibra oposicionista que a transformara. Para completar, nessa mesma época, em 1888, para escapar de um escândalo, Ângelo Agostini, que era casado, deixou sua revista nas mãos do cartunista Pereira Neto para fugir para Paris com sua aluna e amante, a pintora Abigail de Andrade, a qual tinha acabado de dar à luz a sua filha, Angelina Agostini.

Lustosa (1989) analisa esse período em seu artigo *Humor e Política na Primeira República*. Segundo ela, com a proclamação da República os vilões saem de cena e começa o ciclo dos heróis e, para estes, a caricatura não é a expressão mais adequada.

O marechal Deodoro da Fonseca por exemplo, se verá, nas páginas da Revista Ilustrada, glamourizado, rejuvenescido e cheio de vitalidade. Ora aparece separando a Igreja do Estado, ora ao lado de Benjamim Constant, a cortar as cabeças da hidra das intrigas. [...] Raras são as situações caricatas, raros os Deodoros de grande cabeça e corpo pequenino na forma típica da caricatura do tempo. [...] Mesmo a sequência de acontecimentos que vai arranhando a imagem dos heróis não altera a atitude da revista. [...] As crises ministeriais motivadas pela distribuição de empregos a parentes e protegidos de uns em detrimento de outros e, finalmente, o empastelamento do jornal monarquista Tribuna pelos sobrinhos de Deodoro não motivam a retirada do apoio da Revista ao marechal e ao seu governo (LUSTOSA, 1989, p. 54).

A edição 615 da *Revista Illustrada*, publicada em março de 1891, sobre a promulgação da segunda Constituição do Brasil e a primeira da República, representa esse período sem criatividade e humor das charges, trazendo uma ilustração de Pereira Neto, enaltecendo os republicanos e a nova Carta (figura 16), em uma imagem que mais se assemelha a uma pintura que uma charge política. A cena mostra o presidente Deodoro da Fonseca e o vice, Floriano Peixoto, em clima festivo entre os constituintes no Congresso. Na legenda: “O Brasil gloria-se de haver discutido e promulgado uma Constituição adiantada, com o concurso dos seus filhos mais diletos, terminando essa grande obra de dois dos principais fatores do dia 15 de novembro para as supremas magistraturas da pátria livre. Honra à América! Viva a República!”.

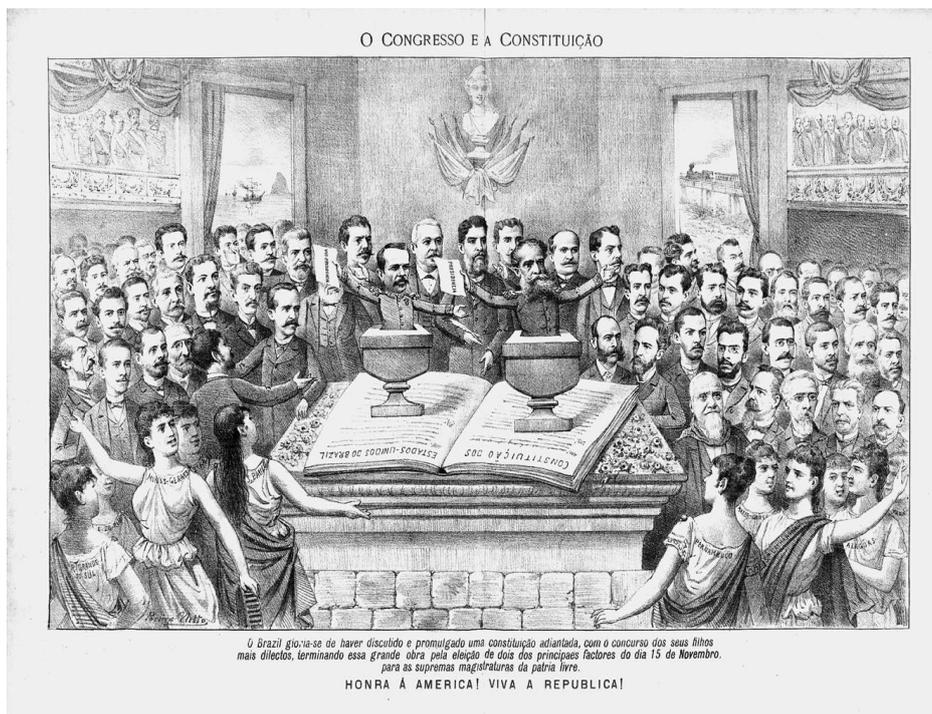


Figura 16: Charge de Pereira Neto na Revista Ilustrada, edição 615, publicada em março de 1891.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil/Hemeroteca.

A partir de 1894 os governos civis dos presidentes Prudente de Morais (que tinha sido o presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1891) e Campos Sales viabilizam a retomada de uma postura mais crítica da sociedade e o retorno progressivo das revistas ilustradas, que encontram no início do século XX um campo mais favorável para sua arte. Há, no entanto, uma alteração perceptível no tom de humor. Segundo Teixeira (2001), em vez das polêmicas sátiras de outrora, das críticas e denúncias que fizeram o sucesso das charges no período monárquico, a maioria dessas ilustrações nessa época se preocuparam em dialogar com a burguesia e acompanhar a *Belle Époque* promovida pela alta sociedade republicana. A partir de então, entram em cena as charges sociais e de costumes. Esses desenhos mudam a estrutura narrativa, a forma de seu traço, conteúdo e temática, passando a fomentar o luxo, a inventar personagens e criar tipos fictícios, como o coronel do interior, o burguês de cartola, tendo como finalidade a piada de salão, o humor passageiro e a graça ligeira.

Na República Velha – mas, sobretudo, nesses primeiros anos do século em que o Rio de Janeiro adota os bigodinhos *à la parisienne* como símbolo de sua modernidade – a charge funciona como o instrumento cultural que documenta sua restrita burguesia e a ascensão de sua incipiente classe média. Por todo esse período, ela mantém características diversas das que possuía na Monarquia, mas que ainda estão, por sua vez, distantes da grande transformação que sofre a partir de 1930: a ruptura entre a imagem e o texto que a “explicava”, “falava” por ela. A autonomia de seu traço como capaz de explicitar, por si só, seu conteúdo – não mais a imagem e o texto, mas a

imagem como texto – é conquista lenta, que acompanha e reflete o desenvolvimento da sociedade como um todo. É nesse período, contudo, com um traço, enfim, “brasileiro” que a charge inicia o processo de amadurecimento de sua linguagem e prepara o salto qualitativo posterior, quando abandona o texto verbal e rompe com a razão que limitava suas possibilidades expressivas. Em suma, o que caracteriza a charge na República Velha é o esvaziamento de sua postura crítica, a liberdade de traço e a temática ficcional, que possibilitam a invenção de tipos como representações simbólicas de nossa cultura e de nosso povo – ainda que de maneira equivocada, pouco verídica e socialmente excludente (TEIXERA, 2001, p. 39).

Entretanto, devemos ressaltar que a charge da maneira como conceituamos – uma narrativa satírica gráfica baseada na notícia ou acontecimento – não deixou de existir no início do século XX. Oscilando entre uma época com um pouco mais de liberdade de imprensa e outras nem tanto, onde havia cerceamento nas redações e perseguições civis, muitas revistas ainda tinham traços afiados, como *O Tagarela*, que em 1904, publica uma série de charges questionando a reforma urbana e sanitária realizada no Rio de Janeiro.

No contexto, no início do século XX, no intuito de modernizar a cidade que não mais cabia no planejamento urbano herdado do período da monarquia, o presidente Rodrigo Alves (1902-1906) iniciou uma série de reformas urbanas e sanitárias. As mudanças arquitetônicas da cidade ficaram a cargo do engenheiro Pereira Passos, nomeado prefeito do Distrito Federal, e a campanha de saneamento da cidade coube ao médico Oswaldo Cruz. Por conta das reformas de Passos, as camadas mais pobres da cidade tiveram seus casebres e cortiços demolidos, foram desalojadas e obrigadas a mudar para longe do centro da cidade, indo para os morros, incrementando a construção das favelas. Já ação de Oswaldo Cruz resultou na Lei nº 1.261, de 31 de outubro de 1904, que tornaria a vacinação obrigatória contra a varíola. A recusa popular à medida foi amplamente sentida, mesmo antes da Revolta da Vacina, ocorrida entre 10 e 16 de novembro de 1904. Com o título “Na higiene dando ordens”, a charge de J. Carlos, publicada em 21 de abril na revista *O Tagarela*, faz referência ao acontecimento com uma ilustração satírica de Oswald de Andrade carregando uma seringa como uma arma, dando ordens a funcionário da saúde (figura 17).

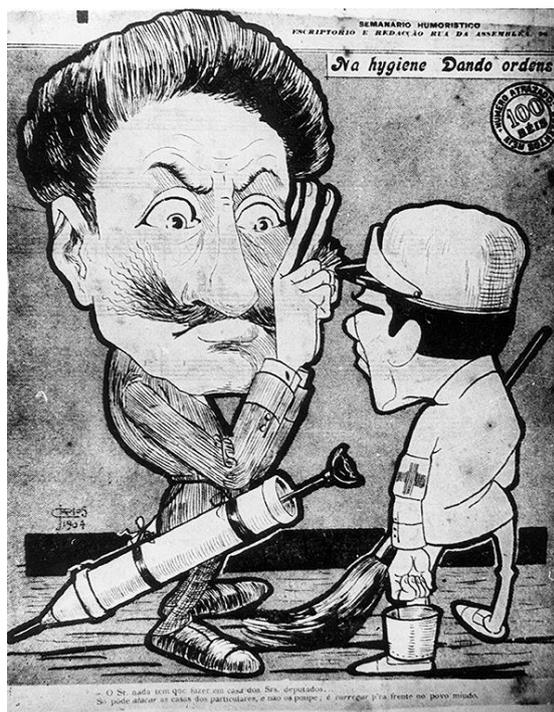


Figura 17: Charge de J. Carlos em *O Tagarela*, no dia 21 de abril de 1904, edição N. 113.

Fonte: Tagarela.

– O senhor nada tem que fazer em casa dos Srs. deputados.

Só pode atacar as casas dos particulares e não os poupe: é carregar pra frente no povo miúdo.

Além de *O Tagarela*, entre as revistas ilustradas que participam do início do período republicano, podemos incluir nomes como a *Revista da Semana* (1900), *O Malho* (1902), *Kosmos* (1904), *Fon-Fon* (1907) e a *Careta* (1908), que durante o estado de sítio de 1914, no governo de Hermes da Fonseca, chegou a ser proibida de circular por três semanas e teve seus diretores presos por alguns dias.

Já no campo dos personagens fictícios, embora muitos pesquisadores afirmam que não tivemos um desenho que mostrasse as características brasileiras e nossa cultura, assim como o Zé Povinho, criado em 1875 por Rafael Bordalo e adotado como personificação nacional portuguesa, não podemos esquecer da figura de Juca Pato, criado pelo cartunista Benedito Carneiro Bastos Barreto, conhecido como Belmonte. Sucesso entre 1920 a 1940, o personagem aparece pela primeira vez em 1925 no jornal *Folha da Noite*, atual *Folha de S. Paulo*. Baixinho e de óculos, Juca Pato representava o brasileiro. Era o homem comum, trabalhador, honesto e careca "por tanto levar na cabeça". Embora seja um personagem fictício, mais próximo do cartum, muitas vezes o autor representava o Juca Pato em meio a acontecimentos reais, tendo como matéria-prima a notícia. Em suas críticas, não faltava humor sobre a classe média, a

burocracia, a corrupção no país e até a Segunda Guerra Mundial, no qual satirizava de maneira obstinada o ditador alemão Adolf Hitler e o nazismo. O artista chegou a afirmar que, em janeiro de 1945, às vésperas da rendição alemã, o ministro da Propaganda da Alemanha Nazista, Joseph Goebbels, em uma das derradeiras transmissões pela Rádio de Berlim, atacou o conteúdo do seu livro de charges *A Guerra do Juca*, publicado em 1941, acusando-o de desenhar a serviço dos aliados.

Na imagem abaixo (Figura 18), Juca Pato aparece segurando uma arma ao lado do presidente Getúlio Vargas, com um livro intitulado *Política Internacional*. A charge faz referência a agosto de 1942, quando, após uma forte mobilização popular a favor da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro finalmente declarou guerra à Alemanha e à Itália. A contradição entre lutar a favor da liberal-democracia ao lado dos aliados na Europa e manter uma ditadura no país contribuiria para a queda de Vargas e o fim do Estado Novo em 29 de outubro de 1945.

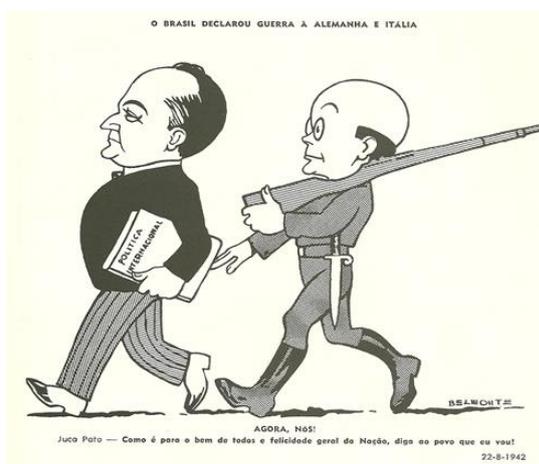


Figura 18

Fonte: Belmonte (1948, p. 73).

Na legenda da charge, o ilustrador escreve:

“O Brasil declarou guerra à Alemanha e Itália Agora, Nós!

Juca Pato - Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, digo ao povo que vou!”.

A partir da década de 1930 a charge entra em uma nova fase no Brasil, na qual Lima (1963) chama de moderna. Um dos nomes importantes nesse momento é o do paraguaio Andrés Guevara, que possibilita o salto qualitativo em direção à autonomia dessas imagens, superando os limites de forma e conteúdo que as mantinham presas ao estilo do século passado. A partir

de então, esses desenhos tendem a deixar de lado o texto verbal e sisudo que os acompanhava e ganham, de fato, as características de charge tal como conhecemos: uma narrativa satírica gráfica ancorada no acontecimento jornalístico e personagens centrais, com crítica, criatividade e agressividade em um traço mais limpo e objetivo. Características que começaram a ser delineadas no período monárquico, mas que pouco se desenvolveram durante a República e se destacam a partir da década de 30.

A partir desse período, os jornais, que já vinham se reestruturando desde o final da Monarquia e a República, aceleram a modernização de sua forma e conteúdo, ultrapassando a fase artesanal, a qual, na maioria das vezes, o próprio cartunista era o dono do veículo de informação, para se constituírem como empresa. Neste panorama de desenvolvimento, as charges também acompanham o progresso conduzido pelas inovações na tecnologia da imagem e métodos de impressão. De modo geral, é um período de avanço para a toda a comunicação no Brasil, que vê também a introdução do rádio, do cinema e da indústria fonográfica. É nesse cenário que o jornalismo se torna mais dinâmico, as redações se especializam e o fotojornalismo ganha espaço como documentação do cotidiano.

A proliferação de Revistas Ilustradas na Monarquia e República Velha se deve à peculiaridades de nossa sociedade, singularidades de nossa cultura e distorções de nossa economia. França e Inglaterra, pioneiras na impressão de revistas de humor gráfico, jamais publicaram tantas quanto as que proliferaram entre nós nesses dois períodos. De 1860 a 1889, circulam no Rio de Janeiro cerca de sessenta dessas revistas e, de 1889 a 1930, mais 145 aparecem na cidade. Do Segundo Reinado até o Estado Novo, portanto, cerca de duzentas Revistas Ilustradas satirizam setenta anos de nossa história política, econômica e cultural (TEIXEIRA, 2001, p. 49).

A lista de chargistas importantes desse momento no Brasil inclui nomes como J. Carlos, K. Lixto, Raul Pederneiras, Crispim do Amaral, Helios Seelinger, J. R. Lobão, Leônidas Freire, Gil, Alfredo Storni, Vasco Lima, Augusto Rocha, Seth, Alfredo Cândido, Yantok, Loureiro, Luís Peixoto, Théo, Del Pino e Guevara. Destacamos ainda Nair de Tefé, esposa do marechal Hermes da Fonseca e primeira-dama do Brasil de 1913 a 1914. Ela foi a primeira caricaturista mulher do mundo. Seu primeiro trabalho foi publicado na revista *Fon-Fon*, em 31 de julho de 1909, e a partir de então passou a colaborar em vários jornais nacionais, entre eles o *Binóculo*, *Careta*, *O Malho*, *Ken*, *Revista da Semana*, *Gazeta de Notícias*, e ainda nas revistas francesas *Le Rire*, *Excelsior*, *Fémina* e *Fantasio*.

Na segunda metade do século XX, trajetória mais recente da imprensa brasileira, a charge ganha outra intensidade no fim da década de 1960, durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Um dos principais jornais ilustrados dessa época é *O Pasquim*, criado

em 1969, em plena vigência do Ato Institucional número 5 (AI-5), o mais duro decreto emitido durante o regime autoritário. Editado por Jaguar, Tarso de Castro, Claudius, Sérgio Cabral e Carlos Prospero, o periódico desvendava as preocupações da sociedade da época e chegou a vender mais de 200 mil exemplares. No contexto da ditadura, foi perseguido inúmeras vezes, chegando até mesmo a ser enquadrado na Lei de Imprensa por "conter matéria ofensiva à moral pública e aos bons costumes" (O GLOBO, 2019). Com publicações até 1991, o jornal conquistou uma geração de jovens e intelectuais com sua linguagem coloquial, tom debochado, além das charges de Millôr, Henfil, Ziraldo, entre outros.

Enfrentando chuvas e trovoadas, bombas e ameaças, o Pasquim sobreviveu. E cunhou um padrão de jornalismo satírico que explodiu por todo o país, em pequenas publicações alternativas, editadas por cooperativas de jornalistas ou por movimentos populares. O modelo do Pasquim constitui uma síntese do jornalismo caricato: o traço e o texto, lado a lado, ironizam o cotidiano, satirizam os protagonistas da notícia, registram com humor a emergência de um novo projeto de sociedade (MELO, 2003, p. 171).

É interessante notarmos que, diferente do que ocorreu na transição entre a monarquia e a república, que resultou em um período repressor no Brasil, com os presidentes Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, a charge não se recua após o golpe militar de 1964. Pelo contrário, ela se rejuvenesce. No combate à ditadura, há uma exploração no plano de expressão dessas narrativas, com uso recorrente de figuras de linguagens – principalmente a ironia e a metáfora – e o jogo de palavras como forma de driblar a censura prévia, um dos temas principais desses desenhos. Entre uma cena e outra, o uso exacerbado da linguagem pluralista e ambivalente da charge é cada vez mais dotada de sentido político e ideológico, nem sempre redutível às intenções dos seus criadores.

Após a redemocratização brasileira, as charges vão continuar periodicamente nos grandes veículos de comunicação, geralmente nas páginas de opinião. Como exemplo das revistas ilustradas no século XXI, chama atenção o trabalho satírico realizado pela Piauí, lançada em 2006. Idealizada pelo banqueiro João Moreira Salles, editada pela Alvinegra e impressa pela Editora Abril, é um periódico que tem como estilo o jornalismo literário, oferecendo reportagens mais longas e opinativas, além de variadas charges e ilustrações que combinam humor e política. Entre elas, a edição de número 146, publicada em novembro de 2018, quando o Brasil comemorava 30 anos de sua sétima Constituição e Jair Bolsonaro era eleito o 38º presidente do país (figura 19), traz a capa da Constituição Federal de 1988, representada como um tubarão com os dentes afiados, pronto a atacar a presa distraída.



Figura 19: Capa da revista Piauí. Ilustração de Adão.

Fonte: Revista Piauí, n. 146. Nov. 2018.

Entre os chargistas que participaram da redemocratização política estão Claudius, Fortuna, Jaguar, Juarez Machado, Millôr Fernandes, Redi, Ziraldo, Angeli, Caulos, Ciça, Guidacci, Laerte, Lor, Luiz Gê, Miguel Paiva, Nilson, Nani e Edgar Vasques. Nomes também citados pelo Memorial da Democracia, um museu virtual produzido com o objetivo de contribuir para o resgate da memória das lutas do povo brasileiro pela democracia, igualdade e justiça social. Com base nessa lista, entramos em contato com os chargistas para compreendermos, na prática, a rotina produtiva desses artistas no momento da redemocratização. Nani e Edgar Vasques aceitaram o convite e nos concederam uma entrevista exclusiva para esta pesquisa, compartilhando, principalmente, suas experiências em relação ao humor e à liberdade de imprensa nesse período. Os dados são importantes e reforçam nossa percepção do contexto histórico sobre o jornalismo na época, contribuindo para a análise do nosso objeto de pesquisa.

### 3.2. ENTREVISTA EDGAR VASQUES

Nascido em Porto Alegre (1949), Edgar Vasques começou a trabalhar como chargista em 1968 no jornal *Correio do Povo* (RS). De lá para cá, foram milhares de obras. Suas tiras e charges foram publicadas em diferentes jornais de ampla circulação no Brasil, como *O Estado do Paraná*, *Correio de Notícias* (Curitiba), *Diário do Sul* (Porto Alegre) e também no exterior, como *Artes Visuales* (México) e o *Charlie Mensuel* (Paris), além da imprensa alternativa, *O Pasquim*, *Versus*, *Ovelha Negra*, *Coojornal* e outros. Entre suas obras, destacam-se as ilustrações de O Analista de Bagé e o personagem Rango, criado em 1970, em plena ditadura. Rango é um anti-herói: esfomeado, representante da pobreza brasileira, que observa ironicamente a miséria e a desigualdade social do país. No final dos anos 1980, Edgar Vasques foi um dos criadores da Associação de Artistas Gráficos do Rio Grande do Sul (Grafar).

#### **O que não pode faltar em uma charge?**

*Edgar:* Simplificando, pode-se dizer que a charge é composta de dois elementos: a piada (o *insight* humorístico) e o desenho. Mas este conjunto veicula um terceiro elemento indispensável na charge, que é a opinião, o ponto de vista do autor sobre o tema tratado. Isto é fundamental porque a charge é a forma mais jornalística do desenho de humor, comentando criticamente fatos presentes, do conhecimento do leitor.

#### **Quais as características principais do humor brasileiro, especialmente os que aparecem nas charges?**

*Edgar:* O humor publicado, seja gráfico ou não, tem origem na reação da população aos problemas gerais e cotidianos, e essa produção popular foi se adaptando às diversas mídias. Há um humor de rádio, um humor de televisão, de cinema etc. As características do humor brasileiro são as universais (o exagero, o recurso ao ridículo ou o que faz rir, a paródia, a metáfora, a “comparação”, a ironia e etc.) com ênfases específicas: a graça (comicidade), visando à cumplicidade do público, veiculando a cobrança crítica mais ou menos pesada. E o conteúdo desse humor crítico, tanto no nível popular quanto no profissional, muitas vezes funciona para reafirmar o “senso comum” (e os preconceitos) a favor do *status quo*, ou para denunciar os problemas deste *status quo*. Exemplos do primeiro caso são as recorrentes piadas ridicularizando minorias ou grupos marginalizados (o negro, a sogra, o português, o “veado”, etc.), e no segundo caso temos o humor “engajado”, que denuncia os preconceitos, cobra dos poderosos e busca a conscientização. No caso do Rio Grande do Sul (RS), território de guerras intermináveis até menos de um século (a última guerra civil sangrenta foi em 1923), o humor foi mais uma arma nessas disputas, principalmente usado na imprensa e na literatura para ridicularizar os adversários. Daí essa característica de cobrança pesada e irreduzível que chegou até a nossa charge e ao cartum. A verve “brasileira” também nos legou a sua comicidade. Além disso, o RS recebe, pela proximidade geográfica e cultural, o influxo da excelência gráfica do cartum e da HQ argentina e uruguaia. O resultado de todos esses fatores é um humor gráfico de alta qualidade visual, com a graça

brasileira e opiniões firmes e críticas. Ou seja, os três fatores da charge em nível muito alto.

### **Qual a importância do humor na democracia?**

*Edgar:* A importância do humor, além da óbvia relevância de toda a produção cultural para uma sociedade democrática, vem de características únicas: pode ser uma linguagem altamente popular ao ser sintética, direta e de fácil apreensão, e ao vir associada a um prazer que é o riso. E toda mensagem associada a um prazer, não só é facilmente assimilada, como também induz à disseminação, o boca a boca. Não é à toa que grande parte da propaganda atual busca associar sua mensagem ao riso. Portanto, o humor pode ser uma ferramenta popular e eficiente de propagação de ideias. Dependendo do uso que se faz, é instrumento importante (como mostra a história) nos embates democráticos.

### **O senhor sofreu algum tipo de censura no período da ditadura militar (1964-1985)?**

*Edgar:* Além do clima geral de medo implantado pelo regime, com dedurismo, cassações, listas negras e vigilância, pessoalmente fui vítima de dois episódios específicos. Em 1973, quando era chargista diário da Folha da Manhã (Porto Alegre), precisei dar explicações à Polícia Federal por conta de uma charge onde usei a imagem do brasão de armas da república. E embora não fizesse ali nenhuma crítica a ninguém, foi considerada ofensiva aos “símbolos nacionais”. Fui condenado ao pagamento de uma multa, recorri, e, anos depois, fui absolvido. Já em 1977, publicando minha tira do “Rango” no Pasquim (Rio de Janeiro), soube que o jornal fora retirado das bancas de todo o país por causa de uma das minhas tiras. Nela eu gozava os gimmicks, publicitários da campanha oficial da Semana da Pátria. Daí interrogatório na Polícia Federal em Porto Alegre, processo contra mim e contra o editor (o cartunista Jaguar). A acusação era ridícula: “denegrir o país por conta de potência estrangeira” ... Anos depois, quando a coisa chegou à fase judicial, os promotores das duas instâncias possíveis, Lei de Imprensa ou Lei de Segurança Nacional recusaram-se a levar adiante a ridícula denúncia e o processo foi arquivado. Na verdade, o prejuízo maior foi que fiquei anos na lista negra dos donos da mídia como “subversivo” e exilado do mercado profissional da grande imprensa. A partir daí, minha carreira tem transcorrido na mídia alternativa, segmentada ou como *freelancer*.

### **Como era fazer charge no período de transição entre a ditadura e a democracia? A censura ainda existia durante o processo de reabertura política? Havia liberdade de expressão durante a elaboração da Constituição Federal de 1988?**

*Edgar:* Ao contrário de outros países, o Brasil não rompeu com a ditadura, não puniu os ditadores e seus carrascos, nem fez o registro necessário dos fatos. O que houve aqui foi uma transição negociada “por cima”, que manteve os mesmos no poder, agora sem a farda. Um dos itens da negociação foi o fim da censura oficial à mídia (o que já vinha acontecendo paulatinamente), desde que os veículos vigiassem, por conta própria, seus profissionais para evitar “excessos”. De certa forma, a censura ficou mais sofisticada e específica, já que o padrão é melhor censor do que o policial da censura oficial. Afinal, é “do ramo” e passou a cuidar, especialmente, de censurar pautas econômicas (especialmente quanto aos patrocinadores da mídia) ou cobranças contra o arreglo da transição. Na verdade, isso segue acontecendo hoje: há uns três ou quatro anos, três colegas que se revezavam na charge do *Jornal do Comércio* (Porto Alegre) foram demitidos por

causa de charges sobre o sistema financeiro. Na época [da transição democrática] houve uma natural ampliação da possibilidade de opinar, refletindo as mudanças políticas no país, mas muitas vezes os chargistas precisaram negociar com os editores/censores o “tom” da sua charge.

**Qual era a sua posição ideológica neste período, expectativas e quais as suas principais críticas sobre a Constituição que estava sendo elaborada?**

*Edgar:* Em relação à charge, considero minha posição mais profissional do que ideológica. Como expliquei, acho que o humor em geral - e o humor gráfico (com destaque para a charge) em especial -, deve cumprir dois papéis na sociedade: o de ajudar a manter o equilíbrio psicológico através do riso e fazer pensar, ajudando na conscientização dos problemas e necessidades. Essas tarefas, aliás, embora possam ocorrer separadamente, não são excludentes nem estanques. Quanto à Constituição, percebo melhor hoje os avanços que ela trouxe e também a necessidade de dar consequência objetiva a muitas disposições que ela introduziu. Na época, considerava que ela tinha um pecado original: o arrego que presidiu a transição. Aliás, estamos hoje pagando caro esse pecado. Problemas que, sem a higienização histórica (que ficou faltando na época) voltam a assombrar o país.

**O que mudou na produção da charge após a Constituição de 1988 e a redemocratização no Brasil, principalmente em relação à liberdade de expressão e humor?**

*Edgar:* A charge, como não poderia deixar de ser, acompanhou a trajetória do país no aprofundamento (e nos limites) de sua vivência democrática e continua fazendo isso, com as possibilidades extraordinariamente amplas dos meios eletrônicos, para o bem e para o mal. A questão já não é tanto a oportunidade de expressão, mas a qualidade dessa expressão.

**Nossa pesquisa defende a charge como documento histórico e sua importância como fonte de pesquisa para compreendermos uma época. O Senhor também acredita nisso?**

*Edgar:* Não tenho nenhuma dúvida. A charge é a forma mais jornalística do desenho de humor. Sendo um comentário crítico pontual (sob uma situação ou fato específico), reflete uma visão presente no meio social naquele momento, funcionando, portanto, como registro. Mas, sendo visual, sintética e comportando no máximo um discurso curto, necessita, ao contrário de outros tipos de registro, como uma reportagem, por exemplo, de contextualização para ser compreendida na perspectiva da história.

**Na sua concepção, o que torna essas ilustrações diferentes dos demais documentos de pesquisa?**

*Edgar:* A charge, mesmo sendo veiculada em jornal, dispensa certas características do registro jornalístico por excelência, como a reportagem, que deve ser clara, objetiva e factual. A charge, por ser uma opinião, pode trazer um registro mais emocional e “longo”, antevendo, às vezes, até consequências remotas do tema abordado. Deixa para a história o depoimento do sentimento de pelo menos parte da sociedade sobre aquele assunto. Elementos que não aparecem em outras formas de registro, a não ser, talvez, na sua “prima” literária, a crônica. Mas esta não tem o apoio poderoso do humor gráfico.

### 3.3. ENTREVISTA NANI

Conhecido como Nani, Ernani Diniz Lucas nasceu em Esmeraldas, Minas Gerais, em 1951. Foi cartunista de O Pasquim, da revista Mad e de jornais como Última Hora, Tribuna da Imprensa e Diário de Notícias. Atualmente, publica a tira "Vereda Tropical" em vários jornais brasileiros. Foi redator do programa Chico Anysio desde os anos 1970. É autor de vários livros, entre eles Humor Politicamente Incorreto.

#### **Qual o papel do humor na política e democracia?**

*Nani:* o humor é sempre político porque é uma reação humana e tudo que se trata do ser humano em sociedade é político. O humor nivela, por isso que em uma democracia ele é necessário. No contrato social que vivemos, precisamos enfatizar que todos somos iguais. O clichê “o rei está nu” é um brado contra o opressor, contra os privilégios. O humor é uma forma de mostrar a verdade. A alegria da verdade revelada é que leva o riso. Faço charge para informar de uma maneira divertida. Mesmo que um assunto que me incomode, uma injustiça e uma desatenção dos governantes estejam sendo feitas e mesmo que esta charge não tenha graça ela vai mostrar e registrar a crítica que eu e outros estamos fazendo. Charge é contra, a favor não é charge, é cartilha.

#### **Como o senhor começou a desenhar e como aconteceu a sua aproximação com o Pasquim?**

*Nani:* Comecei aos 13 anos, quando vi um cartum em uma revista e pensei: isso eu também sei fazer. Eu morava em Esmeraldas, Minas Gerais e aos 20 anos comecei a publicar charges no O Diário, um jornal de Belo Horizonte. O Ziraldo, em 1972, foi ao jornal dar uma entrevista e eu, que curtia muito O Pasquim e tinha o sonho de ir para o Rio de Janeiro, mostrei a ele alguns desenhos. O Ziraldo foi para o Rio e publicou os desenhos no jornal. Em 1973 fui morar no Rio de Janeiro para ser o chargista do O Jornal. Passei a frequentar o semanário e fiquei no Pasquim até seu final. Ele foi importante e continua importante, pois ainda é referência para o jornalismo e para o humor.

#### **O senhor sofreu algum tipo de censura no período da ditadura militar (1964-1985)? Conte uma experiência.**

*Nani:* Comecei minha carreira sob a ditadura e o famigerado AI-5. A Censura era oficializada. Na época, o general Médici deve ter sido o presidente que menos teve sua caricatura feita nos jornais, pois era praticamente proibido. Acho que fiz só um desenho com caricatura do Médici. No Pasquim era pior porque tínhamos que mandar o material de todo o jornal para a censura. Os originais vinham rabiscados com pilot, como na figura 19-a, na qual eu tentava alertar a população sobre a epidemia de meningite que assolava o país no início dos anos de 1970. O jornal era feito com o que sobrava da sanha dos censores. Lembro-me que o Ziraldo chegou a entregar um cartão de um advogado para todos os cartunistas, pois poderíamos sumir de uma hora pra outra. A gente não desistia e continuávamos fazendo charges de militância. Os cartunistas foram importantes contra a ditadura, contra a censura e a favor da anistia.

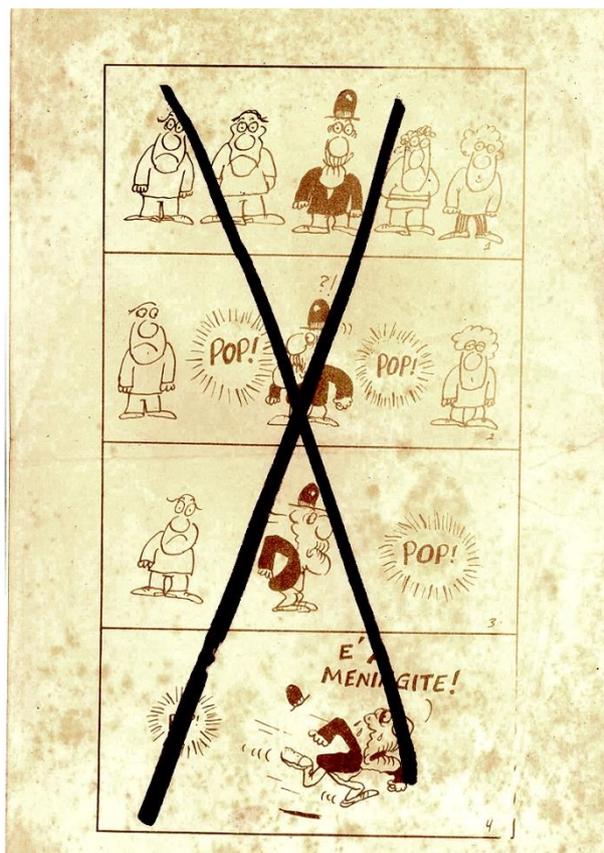


Figura 19-a: Durante os anos da ditadura, muitos temas foram proibidos de serem divulgados em jornais e revistas, rádios e TVs. A epidemia de meningite que castigou o Brasil na primeira metade da década de 1970 foi um deles. Sob o pretexto de não causar pânico na população, a censura proibiu toda e qualquer reportagem que julgasse "alarmista" ou "tendenciosa", inclusive essa charge de Nani, que não pôde ser veiculada no Pasquim.

Fonte: Acervo do chargista, cedido para esta pesquisa.

### **Em qual jornal o senhor trabalhava entre 1987 e 1988?**

*Nani:* Eu publiquei charges em vários jornais, como Pasquim, Última Hora, Jornal do Brasil, Tribuna da Imprensa e a tira que eu faço, Vereda Tropical, saía em vários jornais, em vários estados. Neste período, eu já trabalhava para a televisão, no programa Chico Anysio, a gente fazia muitas piadas políticas.

### **Como era fazer charge no período de transição entre a ditadura e a democracia? A censura ainda existia durante o processo de reabertura política? Havia liberdade de expressão durante a elaboração da Constituição Federal de 1988?**

*Nani:* Com o fim da censura pode-se fazer muita coisa que antes era proibido. O curioso é que na época da ditadura, o político era proibido e o pornográfico permitido. Auge da pornochanchada e das revistas de mulher pelada. Mas sem a censura, os grandes jornais puderam tratar de temas que antes só a imprensa alternativa tratava. Com isso, a imprensa nanica começou a decair. O Pasquim foi importante em todo o período durante a pós-ditadura porque entrevistou as cabeças mais inteligentes do país. Vários temas discutidos na Constituinte foram debatidos no jornal.

**Qual era a sua posição ideológica neste período e quais eram as suas expectativas e principais críticas sobre a Constituição que estava sendo elaborada?**

*Nani:* Nunca participei de partidos políticos. O humor vai na linha humanística, ou como diz o Mark Twain "o humor é um grande amor pela humanidade", ou como dizia o Vander Pirolli "quem não ri não presta". Pra não deixar de citar o Millôr, ele diz que "o humorismo é o ismo que ri por último". Do que se esperava do pós-ditadura, a não punição dos crimes da repressão foi a maior frustração, acho que estamos pagando por isso até hoje porque os militares não perderam o hábito de se imiscuir na política.

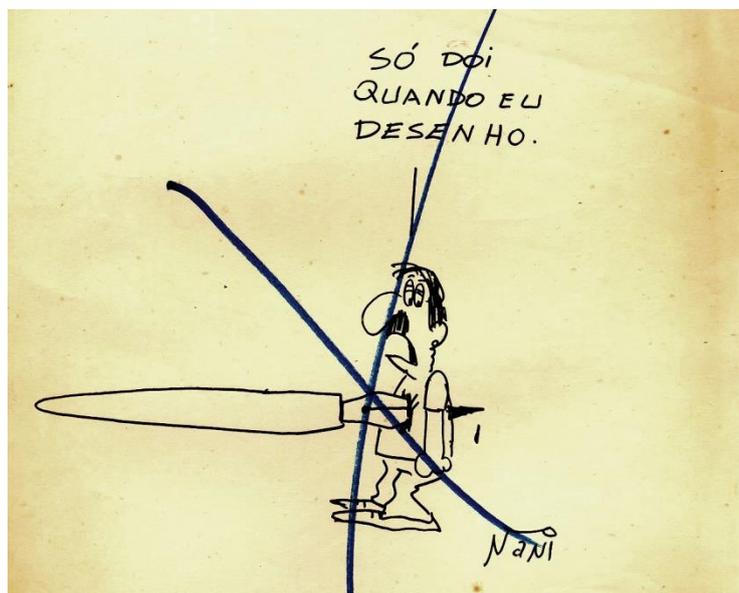


Figura 19 b: Charge de Nani censurada durante a ditadura. Uma crítica ao DOI-CODI: Destacamento de Operações de Informação e Centro de Operações de Defesa, órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro durante o regime inaugurado com o golpe militar de 1964.

**O que mudou na produção da charge após a Constituição de 1988 e a redemocratização no Brasil, principalmente em relação à liberdade de expressão e humor?**

*Nani:* Depois da ditadura tivemos liberdade quase total porque sempre houve a censura dos donos da mídia. Explico: não se podia falar mal dos anunciantes num grande jornal. No Pasquim não tinha essa proibição, podia-se tacar o pau em tudo. Na grande imprensa, temas tabus continuaram sendo tabus, como o sexo. Isso foi relaxando com o tempo. Aí veio a primeira onda do politicamente correto e certos assuntos começaram a ser proibidos. Hoje evito tratar de alguns temas, mesmo sabendo que é engraçado, mas sei que vai ter crítica, então evito. Não publico sobre alguns assuntos, mais por preguiça de brigar e ter que explicar uma piada. Não existe piada com bula.

**Em sua opinião, quais as características principais do humor gráfico brasileiro antes de 1988 e hoje, mais de 30 anos depois?**

*Nani:* O desenho gráfico fugiu do impresso e foi para o digital. O lado artesanal mudou. O Ziraldo dizia que levou anos para fazer um degradê com tinta e hoje com um clique se faz um degradê perfeito, em segundos. Creio que para quem curte desenhar, continua desenhando e curtindo, mesmo com ajuda do computador. Quando comecei a gente podia contar os cartunistas nos dedos porque eram os que publicavam na imprensa. Antes éramos poucos a publicar porque eram poucos os jornais e revistas, hoje são milhares de desenhistas na rede. Mas quem é bom sempre aparece. O Jaguar diz que o cartunista é uma espécie em extinção. Mas vamos, como o mico-leão-dourado, levando a vida, pulando de galho em galho, nos galhos que ainda existem.

Nesse capítulo, vimos a importância da charge como documento histórico e como esses desenhos estão diretamente relacionados à forma de governo e os modelos constitucionais que regem o país. Conhecemos a origem dessas imagens e fizemos um resgate histórico de suas principais características, principalmente em relação ao seu papel crítico à política brasileira. As entrevistas dos cartunistas Edgar Vasques e Nani nos ajudaram a compreender ainda mais a influência da ditadura e as mudanças que o processo de reabertura democrática trazia para essa forma de fazer jornalismo. Como essas ilustrações interpretaram a Constituição de 1988 e contaram a história da transição entre a ditadura militar para a democracia é o que veremos a seguir, na quarta parte desse estudo.

#### 4. A CHARGE NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE CRÍTICA DA NARRATIVA

Vimos na pesquisa até aqui que compreendemos a charge como uma narrativa satírica gráfica que tem como matéria-prima o acontecimento jornalístico. Muito além do humor, sua intenção nem sempre é fazer rir, mas denunciar, reforçar uma ideia, criticar, derrubar a máscara e fazer o espectador refletir sobre uma situação. Mostramos também que a charge está inserida em um contexto histórico baseado no real, mas também envolve recursos criativos ancorados na cultura e símbolos que se perpetuam no tempo e espaço, ligados pela experiência e memória. Mesmo tendo como referência as notícias, nessas imagens, o chargista se desvincula dos rigores da linguagem enxuta e objetivada do *habitus* jornalístico e ganha mais liberdade para imaginar, explorar figuras de linguagem, drama, humor, personagens caricaturados, pontos de virada, o inusitado e a metanarrativa. Portanto, analisar as charges não se limita apenas na descrição da cena, mas captar ao máximo todos os seus significados, sua forma de produção, ideologia, sentidos, símbolos e sua relação com a cultura. É percorrer não só o espaço e o tempo presente onde ela emerge, mas também mergulhar no passado que essas narrativas evocam. Logo, encontrar uma metodologia capaz de revelar todos esses níveis ou planos que a charge traz em sua essência é fundamental.

Nesse estudo, adotamos como caminho metodológico a Análise Crítica da Narrativa tal como proposta por Luiz Gonzaga Motta (2013). É um procedimento hermenêutico que inclui compreensão e interpretação. É o observar o produto final, mas também descortinar o “como se fala” e “o que está por trás” do que é narrado para entender como as relações de poder são construídas, tendo como referência o mundo real. Isso quer dizer que vamos examinar as ilustrações a partir da Narratologia, ou seja, o contexto da mensagem, seus personagens, enredos, conflitos, protagonismos e antagonismos, fatos históricos, política, ideologia, linguagem e significados, atendendo a polissemia do desenho da forma mais completa possível. Lançar luz a esses significados sobre as charges que contam os bastidores e a história da tramitação da Constituição Federal de 1988 é o que pretendemos fazer ao utilizar o método. Para isso, o pesquisador precisa ter em mente que ele deve fugir ao máximo da subjetividade e assumir, de fato, uma atitude analítica aguçada e compreensiva. “Lançar sobre o objeto um olhar escrutinador, sistemático e rigoroso, através de processos que permitam relacioná-lo ao seu contexto de produção e de recepção” (MOTTA, 2013, p. 19).

De acordo com Motta, ser crítico é compreender o poder da mensagem, o uso intencional da linguagem, dos fins e efeitos de sentido pretendido na relação entre quem fala e

quem recebe. É suspender juízos, evitar assertivas, duvidar, indagar a realidade histórica e questionar criativamente as verdades definitivas.

Análise crítica da narrativa é o estudo metódico, orgânico, rigoroso do processo de comunicação narrativa, que nasce da dúvida sobre o preestabelecido e persegue o conhecimento sistemático a respeito das relações históricas que configuram as histórias reais ou ficcionais. Criticar, como diz Ruiz (1980), é analisar, questionar, submeter a exame, julgar a validade e a fundamentação das soluções preestabelecidas. Para ele, é necessário que se estabeleça a distinção entre o espírito crítico e o espírito da crítica. Espírito crítico é a atitude que busca com seriedade a verdade, pondera razões, confronta motivos, situa concretamente o objeto analisado. Espírito de crítica nasce da inquietação pessoal, julga e define valorativamente, correndo o risco de levar ao ceticismo (MOTTA, 2013, p. 23).

O caminho tem como base o estruturalismo, usado desde os formalistas russos e defendido por Barthes (1976). Segundo esse autor, compreender uma narrativa não é seguir o esvaziamento da história, mas “conhecer nela os estágios, projetar os encadeamentos horizontais do fio narrativo sobre um eixo implicitamente vertical. Ler (escutar) uma narrativa não é somente passar de uma palavra para outra, é também passar de um nível para o outro” (BARTHES, 1976, p. 26). Para isso, é preciso que a significação e o caráter funcional dos segmentos da história sejam, desde o princípio, o critério da unidade narrativa. Ou seja, “tudo em uma narrativa é funcional e não há jamais uma unidade perdida” (BARTHES, 1976, p. 28).

Motta (2013) parte deste princípio, mas vai além do estruturalismo. Sua proposta de análise se desloca da teoria literária para se tornar um procedimento ainda mais amplo, fugindo à limitação da simples investigação textual para mergulhar também no nível das relações culturais, dos atos de fala e práticas sociais diversas. É um método que olha para o exterior e o contexto comunicativo, buscando como a narrativa se conecta com a cultura, as interpretações sugeridas pelo texto, os interlocutores, as relações de produção, consumo e interpretação, observando a maneira como as pessoas compreendem, representam e constituem argumentativamente o mundo. “A análise da narrativa deve partir da linguagem textual para identificar as pistas que revelam a intenção do autor, mas terá que remeter necessariamente ao contexto cognitivo e cultural” (MOTTA, 2013, p. 127).

O texto é o ponto de partida para análise, mas representa apenas o elo entre um narrador e um destinatário em contexto para produzir significado. As narrativas só existem em contexto e, para cumprir certas finalidades situacionais, sociais e culturais, não podem nunca ser analisadas isoladamente, sob pena de perderem o seu objeto determinante. Elas criam significações sociais, são produtos culturais inseridos em certos contextos históricos, cristalizam as crenças, os valores, as ideologias, a política, a cultura, a sociedade inteira. Como analisar narrativas sem considerar tudo isso? O texto

e suas significações são o nexos entre a produção e o consumo, entre o ato de enunciar e o ato de interpretar. Nesse rumo, como adverti antes, a Narratologia desloca-se da teoria literária para tornar-se um procedimento de análise simbólica e antropológica mais ampla, adquirindo um caráter cultural e multidisciplinar. (MOTTA, 2013, p. 121).

Portanto, percorrendo a Análise Crítica da Narrativa tal como descrita acima, o estudo das charges nesta pesquisa segue três caminhos integrados entre si:

*Plano de expressão;* discurso e linguagem, onde a imagem se aflora e captura o olhar do espectador. É o modo como o autor apresenta o sentido de realidade que ele quer evocar. Aqui trabalhamos com a linguagem verbal e não verbal da charge, analisamos os traços, as distorções e o tipo de humor. Destaque para as figuras de linguagem presentes, principalmente a ironia, hipérbole e a metáfora, fórmulas bastante usadas na produção de determinados efeitos de sentido, comoção, medo, riso, etc. Segundo Motta (2013), é neste plano de análise que a intencionalidade do narrador e suas estratégias discursivas podem ser melhor observadas.

*Plano da história;* é o plano do significado, onde estudamos o conteúdo da narrativa. Aqui analisamos o enredo, o conflito, o drama e o contexto em que a charge foi construída. Neste campo, observa-se o dito e não dito e os personagens - os protagonistas, os antagonistas e suas características principais. Tratando-se de charge, incluímos também observar a ruptura narrativa ou o inusitado, articulações muito usadas nesse tipo de ilustração, cujo efeito surpresa para chamar atenção e impactar o leitor é comum.

*Plano da metanarrativa;* onde veremos como essas representações remetem à memória, cultura e identidade. É o terceiro nível e também o mais profundo. Aqui, não se permite a concepção de temporalidade efêmera da charge, mas sim um olhar para seu caráter histórico. É o que consideramos um simbolismo maior, algo enraizado na cultura, na ética, moral, no mito, que, ora líquido, ora sólido, se movimentará mais lentamente com o passar do tempo. É a etapa que mergulha nos significados e sentidos cristalizados pela tradição histórica, social e política do espaço em que a imagem foi traçada.

A partir desses três planos desenvolvidos por Motta (2013) e as características principais de uma charge, propomos neste estudo as seguintes categorias-chaves como caminho de análise:

- a) *Tipo de charge:* política, político-social, evento, social ou de costumes;
- b) *Autor:* ele não se manifesta diretamente, a não ser pela sua assinatura no desenho, mas é quem cria e dá rumo à narrativa, estabelecendo o modo como ela será construída, o estilo do texto, a temática e o enfoque assumido;

- c) *Linguagem verbal*: aparece nas charges com o objetivo de completá-las, reforçando a ideia ou ainda oferecendo os códigos interpretativos necessários para sua compreensão. Na maioria das vezes, está presente na fala dos personagens, balões ou pode estar ainda em um objeto de cena, como datas e nomes;
- d) *Linguagem visual*: é a ilustração propriamente dita. Aqui, observamos os traços, a forma, o cenário, o ângulo da imagem, o foco, ou seja, tudo que aparece na cena, buscando compreender o máximo sua estratégia de produção de efeito de real;
- e) *Recursos linguísticos*: como sátira, ironia, incongruência, metáfora, sarcasmo e hipérbole.
- f) *Enredo/intriga*: a charge se estrutura na notícia, portanto, conhecer o enredo que desencadeou a imagem e o contexto em que ela foi criada é fundamental para compreendermos os signos presentes, os pontos-chaves e o fio condutor que alinha a narrativa;
- g) *Significado/crítica*: destacar a crítica principal da imagem e a forma argumentativa utilizada pelo autor para expor suas ideias é fundamental para compreendermos a narrativa, o conflito dramático, a figura de linguagem, o sentido pretendido e o que está por trás da mensagem;
- h) *Personagem*: figura central da narrativa, de acordo com Motta (2013), é o eixo do conflito em torno do qual gira toda a intriga. Identificá-lo é um passo determinante para compreender toda a cena e história. Na retórica da charge, ou são heróis ou vilões; protagonistas ou antagonistas; amigos ou inimigos. Mergulhar em sua análise é observar seus traços, aparência, modo de representação, gestos, falas, roupas e etc. Na concepção de Motta (2013), a observação desta categoria pode revelar importantes dualidades dos conflitos e desvelar manipulações discursivas dos narradores com o propósito de posicionar as personagens no enredo, recobrando-se de significações, conforme desejos e intenções deles. “Nessa linha, muitas análises da narrativa concentram-se predominantemente na observação das personagens, sua construção ou caracterização, seu dinamismo funcional, seu discurso próprio etc.” (MOTTA, 2013, p. 175).
- i) *Número de cenas*: o sentido da charge é também reforçado pelas cenas retratadas, portanto, um recurso de análise é compreender a relação estabelecida entre elas;
- j) *Humor*: compreender que tipo de sentimento a charge em estudo desencadeia, como riso carnavalesco ou riso nervoso associado ao alívio de uma tensão;

k) *Metanarrativa*: quando a charge se desloca da notícia e emerge na cultura. Observamos, por exemplo, o não dito da imagem, as fábulas, os mitos, a moral da história e a identidade de sua representação.

#### 4.1. O MATERIAL DE PESQUISA

As charges selecionadas neste estudo foram publicadas nos jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo* entre fevereiro de 1987, durante a instalação da Assembleia Constituinte, e outubro de 1988, quando a Constituição Federal é promulgada. A escolha dos periódicos deve-se ao fato de todos publicarem, diariamente, a charge na página de Opinião; pela importância nacional dos veículos; e pelo fato de os dois jornais estarem inclusos como fontes de pesquisa no banco de dados do Diário da Constituinte, publicado no portal da Câmara dos Deputados.

Quanto à escolha das charges, o recorte do objeto segue a orientação proposta por Motta (2013). Segundo o autor, a fim de compreender como o narrador compôs sua história, o analista precisa encontrar os fios que alinham a trama e compreender como o enredo organiza a totalidade. Para isso, o pesquisador deve “decompor e recompor a história com rigor, identificar suas partes componentes, as sequências básicas, os pontos de virada ou inflexões essenciais, os limites dos episódios parciais, as conexões entre eles, os conflitos principais e secundários, o protagonista e o antagonista principal” (MOTTA, 2013, p. 141).

Sabemos que cada charge por si é uma narrativa. Entretanto, para contarmos a história da tramitação da Constituição Federal de 1988 e entendermos melhor os significados e sentidos dessas imagens como produtos culturais inseridos em um determinado momento histórico, juntamos as charges publicadas em datas importantes e reconstruímos uma narrativa maior – com início, meio e fim – pelo viés dos principais acontecimentos políticos. Ao fazermos esse recorte, surgem também os chargistas. Na *Folha de S. Paulo*, as charges analisadas foram produzidas por Glauco Villas Boas e João Spacca de Oliveira, conhecido profissionalmente como Spacca. Já no *Correio Braziliense*, as ilustrações selecionadas foram criadas por José Lopes da Silva, o Lopes, e Kácio Pacheco Vianna.

##### 4.1.1. A Folha de S. Paulo e os chargistas Glauco e Spacca

Fundada em 1921, a *Folha de S. Paulo* nasce com o nome *Folha da Noite*, dirigida para o leitor urbano paulista, em oposição ao principal jornal da cidade, *O Estado de S. Paulo*, que representava uma posição mais conservadora. Com formato pequeno de oito páginas, logo

o jornal conquistou o público, usando também o humor, as sátiras e a ironia como meio de burlar a rígida censura da República Velha. É aqui, como vimos no capítulo III desta tese, que o cartunista Belmonte criou o célebre personagem Juca Pato e fez sucesso criticando o Estado Novo.

Um olhar sobre a relação entre o jornal e o período de recorte da nossa pesquisa, uma linha do tempo publicada no site da empresa em comemoração aos seus 95 anos afirma que, na sombra da ditadura (1964-1985), a *Folha* apoiou o golpe de 1964, mas manteve distância do regime militar (DA CRIAÇÃO DO JORNAL AO FUTURO DIGITAL, 2016). Segundo o texto, com o AI-5, em 1968, a situação mudou. Neste período, o jornalista Claudio Abramo, identificado com a esquerda, assume a frente do jornal, que passa a mencionar denúncias de tortura e autoritarismo, levando a empresa a ser monitorada pela repressão e atravessar um período negro. “Não havia espaço político algum no jornal. Na verdade, o jornal não tinha condições de resistir a pressões do governo e por isso não provocava” (ABRAMO, 1988, p. 87).

A partir de 1974, atenta à distensão do governo presidido por Ernesto Geisel, a *Folha* abre as portas para intelectuais que voltavam à cena. Cria a seção Tendências/Debates e passa a reportar casos de violações de direitos humanos, entre eles a morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, vítima da ditadura. No período de reabertura política, o jornal adota a defesa das eleições diretas e apoio à democracia.

Na década de 80, Otavio Frias filho assume a Direção de Redação e implanta, em 1984, o primeiro Projeto Editorial com o Manual de Redação, estabelecendo não só as normas de estilo e gramática adotados pela empresa, mas a defesa de “um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno” (DA CRIAÇÃO DO JORNAL AO FUTURO DIGITAL, 2016). Na percepção de Silva (2011), essa normatização adotada pela *Folha*, o apoio à campanha das Diretas e a insistente propaganda de autopromoção na fixação de uma imagem ao jornal como democrático e plural, podem ser compreendidos como estratégias de esquecimento articuladas pelo jornal para eclipsar sua relação com os acontecimentos de 1964. “Memória institucionalmente pensada e comandada a fim de tornar a *Folha* um opositor histórico dos governos militares e espaço de defesa da democracia” (SILVA, 2011, p. 184):

Nesse aspecto, o elemento mais importante a ser superado pelo jornal, com a abertura política em princípio de 80, era a fragilidade de uma identidade atrelada aos militares, ressaltando assim a necessidade de refazer publicamente seus percursos em relação ao golpe. A grande questão sobre "quem somos nós" exigia a passagem da resposta "fomos apoiadores do regime" para "somos os porta-vozes da democracia". Tal empreendimento contou, direta ou

indiretamente, com a participação de teóricos e intelectuais que, após os anos 80, ajudaram a história do jornal praticamente eclipsando os primeiros 15 anos de regime ditatorial de sua trajetória política (SILVA, 2011, p. 185).

Silva (2011) esclarece que, durante a abertura política, a grande meta da empresa passou a ser tornar a *Folha* um jornal rentável e competitivo como produto de circulação nacional, e para isso, “aproveitou-se o momento no qual a questão da governabilidade e da cidadania eram pontos capitais a serem debatidos pela sociedade brasileira” (SILVA, 2011, p. 188). Para a pesquisadora, a partir dos anos 80, a participação de várias vozes dissonantes no jornal ajudou a construir o reconhecimento político que tanto o veículo almejava para falar aos grupos que até ali estiveram contra o regime e a outros ainda mais numerosos que reivindicavam mudanças. “A abertura se tornou o grande capital político que possibilitou apresentar o jornal quase como opositor histórico ao regime, como se não tivesse apoiado o golpe ou talvez como se o tivesse feito tão-somente para representar os anseios da população daquele momento” (SILVA, 2011, p. 188). Com o período de redemocratização, surge a possibilidade de a *Folha* elaborar outra narrativa de participação na história e termos como regime autoritário, censura e violência entram na narrativa cotidiana do jornal, inclusive nas charges, como veremos a seguir.

Em 1986, durante campanha pela redemocratização do Brasil, a *Folha de S. Paulo* tornou-se o jornal impresso de maior circulação em todo o país, liderança que mantém desde então. De acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC), em 2019, a soma de tiragem média diária e assinaturas digitais da *Folha* alcançava 327.959, enquanto O Globo (RJ) atingia em segundo lugar, com 320.972 (JORNAIS NO BRASIL, 2019).

No período da elaboração da nova Constituição, dois chargistas se destacam na *Folha de S. Paulo*: João Spacca de Oliveira e Glauco Villas Boas.

Nascido em São Paulo, em 1964, filho de pai desenhista, Spacca começou a trabalhar com 15 anos na agência de publicidade *Young & Rubicam*, fazendo layouts e ilustrações. Formou-se em Comunicação Visual pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP) e estreou como cartunista em 1985 no *Pasquim*, o qual criticava à direita e a ditadura militar. Logo depois, ganhou um concurso de novos talentos do jornal *Folha de S. Paulo*, para o qual passou a desenhar charges políticas, deixando o veículo em 1995. Em 2005, recebeu o primeiro prêmio de charge no Salão Internacional de Humor de Piracicaba e em 2006 conquistou três prêmios na 18ª edição do Troféu HQMix, evento que premia os melhores quadrinhos do último ano no Brasil e no exterior. O desenhista foi considerado o melhor cartunista, o melhor desenhista nacional e o melhor roteirista nacional. Entre seus livros publicados, em 2017 lançou

*Manifesto Cartunista: a esquerda na mira do humor*, criticando a postura e a hegemonia da esquerda nos meios culturais, apesar de afirmar que, nos anos 80, o tempo todo que esteve na *Folha*, era apoiador das ideias do grupo político. “Era inteiramente de esquerda e petista, bem nutrido de Henfil e MPB” (SPACCA, 2017).

Em 18 de agosto de 2017, durante divulgação do seu *Manifesto*, Spacca participou de uma entrevista no programa *The Noite com Danilo Gentili*, do SBT, o que também nos ajuda a compreender melhor suas ideias e posicionamento político durante a elaboração das charges analisadas nesta pesquisa:

Eu não mudei, sou o mesmo. Continuo criticando ditaduras. Agora, a minha formação de cartunista, quando eu comecei, quando eu quis aprender a ser cartunista, foi no último governo da ditadura, no Figueiredo, e tinha aquele envolvimento todo, a volta dos exilados... todas as minhas referências eram da esquerda, Henfil, Ziraldo... Eles me ensinaram que existia ditadura, tortura e tal. E na verdade, o tempo todo que estive na *Folha*, na década de 80 e 90, eu era petista, não no partido, mas a simpatia era toda (THE NOITE. SBT. 18 de agosto de 2017).

Glauco também foi premiado em 1977 no Salão do Humor de Piracicaba e no mesmo ano começou a colaborar com a *Folha de S. Paulo*, onde permaneceu até 2010 quando morreu vítima de um assassinato. O acusado, diagnosticado com esquizofrenia, frequentava a Igreja Céu de Maria, fundada por Glauco, que seguia a doutrina religiosa do Santo Daime. Autor de personagens como Dona Marta, Geraldão e Geraldinho (este último inspirado em seus filhos), Glauco tinha como referência um humor ácido com traços limpos. Junto com Spacca, colaborou com a modernização da charge na geração pós-ditadura.

#### **4.1.2. O Correio Braziliense e os chargistas Lopes e Kácio**

Já o *Correio Braziliense* aparece no IVC de 2019 em sétimo lugar nacional, com 20.256 tiragens impressas e 28.899 assinaturas digitais, somando 49.155. Foi escolhido para esta pesquisa porque além de trazer a charge periodicamente em sua página de opinião, é o jornal impresso sediado em Brasília com maior circulação na capital federal, cenário analisado, representando grande relevância na cobertura política nacional.

Fundado no dia 21 de abril de 1960 por Assis Chateaubriand, juntamente com a inauguração da cidade, o *Correio Braziliense* pertencente aos Diários Associados, inspirado no pensamento do criador do primeiro jornal do país, Hipólito da Costa. Sob a ditadura militar, “seguia uma linha conservadora e governista” (JUNIOR, 2009, p. 26), apesar de refletir em suas páginas as realidades políticas da época, inclusive ganhando o Prêmio Esso, em 1985, por

uma série de reportagens a respeito do assassinato do jornalista Mário Eugênio, em 1984, morto após denunciar a existência de um Esquadrão da Morte em Brasília, do qual participariam policiais civis e militares. Na perspectiva da narrativa satírica gráfica, o *Correio Braziliense* começou a utilizar desenhos de humor em 1967, com a modernização em suas formas de impressão (JUNIOR, 2009, p. 38).

As charges do *Correio Braziliense* selecionadas para esta pesquisa foram criadas pelos ilustradores José Lopes da Silva, o Lopes, e Kácio Pacheco Vianna, o Kácio.

Nascido em Piauí, Lopes entrou na Universidade de Brasília (UnB) em 1966, onde estudou artes gráficas, escultura e desenho, formando-se em Arquitetura, em 1971. Trabalhou no *Correio Braziliense* entre os anos de 1971 e 1988. “Seu traço direto e bruto com um humor ácido na crítica política, o teria levado, segundo colegas, a diversas situações de demissões próximas à demissão” (JÚNIOR, 2009, p. 53). Em 1988, deixa o *Correio Braziliense* e no mesmo ano, juntamente com Gougou e Oscar, outros desenhistas que também trabalharam no jornal, lançou o livro *Traçando a Carta*, feito no decorrer da elaboração da Constituição, com desenhos de humor que não puderam ser veiculados no *Correio Braziliense* por conta de críticas mais diretas e mordazes ao momento de reabertura política.

Nascido no Rio de Janeiro em 1961, Kácio mudou para Brasília aos nove anos de idade, acompanhando o pai militar. Iniciou a carreira de ilustrador em 1982, na Revista TEMA, do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), destacando os avanços da tecnologia e da administração pública do país. Começou a trabalhar no jornal *Correio Braziliense* em 1983, onde ficou até 2012, criando um estilo próprio de fazer charge. Em seu trabalho, “o desenho é claro, a fisionomia dos personagens aparece em detalhes que só o bom observador sabe atingir. Tem graça quando quer fazer, maldade quando deseja criticar e arte o tempo todo com ideias brotando aos borbotões”, afirmou Ari Cunha, vice-presidente do *Correio Braziliense*, no livro *Um Ano Cheio de Graça: a história de 2003 contada nas charges de Kácio* (VIANNA, 2003).

Ganhou vários prêmios como ilustrador, entre eles o 1º lugar no Salão Nacional de Humor Henfil, Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1994; Prêmio Esso de Criação Gráfica na categoria Ilustração com “O Homem que não estava lá”, em 2008; Prêmio Desenho de Imprensa, na categoria Desenho de Humor, para o jornal *Correio Braziliense*, em 2008; *The Best Design Digital*, em 2017, entre outros.

Fonte de pesquisa em dezenas de trabalhos acadêmicos, Kácio nos concedeu uma entrevista, realizada em julho de 2020, exclusivamente para esta tese de doutorado, na qual ele

compartilhou sobre seu trabalho e experiência como chargista durante a tramitação da Constituição Federal de 1988.

### **Quais as suas principais responsabilidades como chargista?**

*Kácio:* Estar atualizado com as matérias jornalísticas que estão em evidência diariamente para criticar ou satirizar uma situação ou acontecimento de forma correta. Estabelecer uma opinião crítica e, através dos elementos visuais e verbais, persuadir o leitor, influenciando-o ideologicamente. Contextualizar o tema com os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e históricos; despertar a reflexão no leitor; alcançar todas as classes sociais e diferentes faixas etárias; contribuir para o crescimento no número de assinantes do jornal ou número de visualizações; com a cultura; criar massa crítica na sociedade em geral; contribuir no entendimento do processo histórico do país e ainda chamar atenção. O chargista tem que ser o alto-falante do povo.

### **Como é o processo de produção da charge?**

*Kácio:* Não basta saber desenhar, tem que trabalhar o jeito de passar a informação ao leitor. Além disso, ter sutileza e habilidade para que a pessoa desenhada receba a crítica de forma leve. Quando eu faço a charge eu procuro ler muito. Como eu vou criticar o que eu não sei? Mas não é ler qualquer coisa: é saber ler. A informação é uma obra de arte e a verdade é como um ouro que você tem que peneirar para tirá-la da fonte. Ter uma visão crítica do acontecimento, desvendar o contexto da informação, ir atrás de fontes seguras e que são capazes de ajudar a esclarecer os fatos, procurar entender os bastidores... tudo isso são passos fundamentais para o processo de produção da charge. Porque se eu for atrás apenas das manchetes dos jornais, pela experiência que eu tenho, não funciona. A mídia é manipuladora e a verdade é apresentada como ela quer.

### **Qual o papel do humor?**

*Kácio:* O humor pode ser subdividido. Por meio dele você pode tanto enaltecer, como desmerecer uma pessoa. Você tem o humor por humor, do tipo - “Ah! Pegando essa rua aqui, onde você vai ‘dar’?”. O humor como mentira, como informação e por aí vai. Geralmente, o humor é sobre o tombo da pessoa ou zombaria. Um exemplo clássico são os Três Patetas, um batendo no outro. Tem relação com a cultura e a época.

Na charge, ele é um elemento muito importante. Ajuda a gravar e a memorizar as informações de forma muito rápida, pois o nosso cérebro é viciado em diversão, em dopamina, então ele gosta de humor. É usado ainda para deixar a informação mais palatável ou até alcançar um maior número de audiência. Mas ele é legal quando é inteligente, bem elaborado. Não é fácil. Tem que treinar. Chamar a mãe de um político de galinha, por exemplo, não é criativo, é ofensivo. Agora você jogar um ovo para o político e dizer “segura seu irmãozinho”, até ele ri e isso que é o barato. Mas trabalhar com o duplo sentido, elaborar uma crítica para ela ser arguciosa, perspicaz é muito difícil. Esta é a minha arte. A charge é uma situação social que eu identifico e expresso de um jeito bem-humorado.

**Como era fazer charge no período de transição entre a ditadura e a democracia? A censura existia no processo de reabertura política? Havia liberdade de expressão durante a elaboração da Constituição de 1988?**

*Kácio:* As liberdades são relativas. Quem é que tem liberdade plena para alguma coisa? É claro que nós jornalistas temos que seguir a linha editorial e política da empresa. Os bastidores não são tão simples assim. Se você é um funcionário você tem que funcionar para quem te contratou, caso contrário você está fora. Não vejo isso como censura, mas como um protocolo de trabalho o qual a empresa também tem que seguir se quiser se manter. Eu quero que meu trabalho tenha qualidade todo dia e que a empresa esteja satisfeita. É possível conciliar isso. Agora, o local onde eu trabalho sofreu ou sofre alguma censura externa? Eu não participo de toda a cúpula do veículo de comunicação, portanto posso não saber. Na época da tramitação da Constituição, período que você fala em ditadura, eu não sofri essa censura política, mas foi a minha realidade, não estou dizendo pelos meus colegas. Eu achava até muito mais fácil fazer uma charge nos anos 80, no sentido de elaborar uma crítica e ter mais repercussão, que nos dias atuais. É muito mais fácil a sua voz ser ouvida quando todo mundo está calado e muito mais difícil com todos falando ao mesmo tempo. E naquela época, quando as pessoas dizem que não podia fazer isso ou aquilo, que o governo ia lá fazer uma vistoria, um pouquinho de tempero na charge já fazia um barulho tremendo. Hoje em dia, para você ser ouvido, a crítica tem que ser muito mais elaborada.

**Qual era a sua posição ideológica no período de transição política e quais eram suas principais críticas sobre a Constituição que estava em tramitação?**

*Kácio:* Eu tinha o sonho adolescente que jornal só falava a verdade. Achava que o mundo podia ser melhor e trabalhava até de graça para partidos políticos que discutiam isso, que falavam de igualdade, achavam que todos deveriam ter a mesma coisa, que mundo não precisa ter muito rico, nem muito pobre. O socialismo utópico. Acreditava que se o jornalista me desse uma informação ele era meu amigo e estava me revelando um fato, mas depois percebi que eu deveria contextualizar, olhar nas entrelinhas. Eu era ingênuo, mas fui aprendendo. Achava que a Constituição que estava sendo construída era a melhor do mundo, a melhor do Brasil e lutava por isso. Mas com o tempo fui percebendo que as coisas não eram bem assim. Hoje sou membro do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

**Como era a linha editorial do Correio Braziliense nessa época?**

*Kácio:* Difícil eu me lembrar... o *Correio* dá voz à sociedade, busca ser pluralista, mas também dialoga com o governo local, o grande fornecedor de anúncios. E o jornal precisa disso mesmo, caso contrário não existe. É muito caro fazer mídia.

**Na sua opinião, o que mudou na produção da charge após a Constituição de 1988 e a reabertura democrática, principalmente em relação à liberdade de expressão e o humor?**

*Kácio:* Hoje as charges estão mais liberais, mas o humor está banalizado. Eu vejo as frases e os traços como obras de arte, mas que, infelizmente, estão perdendo suas características principais para uma galera que estão fazendo humor gratuito. Compare as letras das músicas de antes com as de hoje, por exemplo, e veja o número de palavras grosseiras que existem nas canções atualmente. Quanto à liberdade de expressão, ela está mais difícil é em relação ao Supremo Tribunal Federal (STF).

**Nossa pesquisa defende a charge como documento histórico e sua importância como fonte de pesquisa para compreendermos uma época. Você também acredita nisso?**

*Kácio:* Sim. A charge documenta uma época para as pessoas que sabem olhá-las. Se o leitor compreender o contexto, a história do jornal que a imagem foi veiculada,

o cenário político, econômico e social, ele vai entender. A charge é uma crítica. Não precisa ter piada, nem nada, mas é preciso olhar além do traço para conseguir enxergar os pontos.

**Na sua concepção, o que torna essas ilustrações diferentes dos demais documentos de pesquisa? Ou seja, o que a charge conta que outros documentos podem não mostrar?**

*Kácio:* A charge tem uma força visual incrível, um poder de comunicação muito forte. Entre uma matéria de texto, seja ela longa ou curta, por exemplo, a charge é mais perceptível por trabalhar uma comunicação rápida, objetiva e direta para diferentes classes sociais. Textos grandes as pessoas não gostam muito de ler. E quando você adorna esses elementos visuais com sarcasmo e humor fica ainda melhor, pois as pessoas gostam de ver a caveira do outro. A charge mexe com sentimentos a flor da pele e isso a torna um objeto mais fácil de transmitir a informação. Já houve situações de eu estar em reunião de pauta e os colegas falarem que todos poderiam trabalhar aquela notícia, menos eu. Quando é um tema delicado para o jornal, por exemplo, a empresa não vai querer que ele seja discutido em uma charge porque a repercussão é muito forte. Para ter uma ideia, nos portais de notícias em que eu trabalho, elas são as páginas que mais têm cliques. Charge é barulho, crítica, denúncia e emoção. A palavra vem do francês e significa carga, exagero. É adrenalina e o nosso cérebro precisa disso.

## 5. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 NAS CHARGES DA FOLHA DE S. PAULO E CORREIO BRAZILIENSE

De fevereiro de 1987 a outubro de 1988, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou 163 charges sobre o tema Constituição Federal de 1988 em sua página de Opinião. Foram consideradas dentro da seleção, as ilustrações em que a palavra Constituição aparece, bem como a representação dos assuntos debatidos na Assembleia Constituinte. Ao fazer a análise dos dados, percebe-se que o tempo de mandato do presidente José Sarney é o enredo principal da história. Tanto que o assunto é tema de 54 das 163 charges, ocupando 33% do material do recorte. A discussão sobre o sistema de governo, parlamentarismo ou presidencialismo, aparece em 28 charges, ou seja, 17% das ilustrações. Apenas nove assuntos relacionados aos direitos sociais e civis surgem nos desenhos do referido jornal. São eles: igualdade de gênero, direito de greve, liberdade de expressão, leis trabalhistas, reforma agrária, saúde, divórcio, direito dos índios e habeas-data.

Já o *Correio Braziliense* publicou 150 charges sobre o tema Constituição Federal entre fevereiro de 1987 a outubro de 1988. Para o desenvolvimento desta pesquisa, a seleção do material segue a mesma metodologia da *Folha de S. Paulo*, ou seja, as ilustrações nas quais a palavra Constituição aparece, bem como as imagens com os temas principais discutidos na Assembleia Constituinte.

Como resultado, percebe-se que a discussão sobre o tempo de mandato do presidente José Sarney também é o enredo principal da história no *Correio Braziliense*, aparecendo em 45 charges, ou seja, 30% do material. O debate sobre o sistema de governo que seria adotado, parlamentarismo ou presidencialismo, aparece em 13 charges, 8,6% das ilustrações. Poucos tópicos sobre direitos sociais e civis ganham destaques. No entanto, sobre esse aspecto, ao contrário da *Folha de S. Paulo*, o qual foi possível identificar claramente qual tema estava sendo representado, as ilustrações do *Correio Braziliense* não têm um único assunto definido sobre os direitos sociais e civis, mas várias perspectivas em um só desenho, dando prioridade para o problema da desigualdade social.

Como o material é amplo, selecionamos as charges adotando como categoria as principais discussões políticas que formam a teia principal da intriga e viradas de cena da narrativa. Momentos que introduziram maior tensão e modificaram o percurso da história da Constituição Federal de 1988, contribuindo para interferir em sua aceitação ou reprovação pelo leitor. Desta forma, recortamos para análise 15 charges do *Correio Braziliense* e 16 da *Folha de S. Paulo* sobre os seguintes episódios:

***Fevereiro de 1987:*** Instalação da Assembleia Constituinte. Com o objetivo de entender melhor a expectativa sobre a Constituição de 1988, foram analisadas todas as charges publicadas neste mês nos jornais sobre o tema. Ou seja, seis imagens da *Folha de S. Paulo* e seis do *Correio Braziliense*. A partir de fevereiro, foram recortadas uma charge de cada veículo, seguindo as datas específicas dos acontecimentos.

***15 de novembro de 1987:*** votação na Comissão de Sistematização do substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Momento em que é aprovada a emenda do deputado Jorge Hage, propondo a redução do mandato do presidente José Sarney para quatro anos e a implantação do parlamentarismo.

***3 de dezembro de 1987:*** data em que o Centrão - grupo suprapartidário com perfil conservador de centro e direita, criado no final do primeiro ano da Assembleia Nacional Constituinte - impõe uma derrota à liderança do PMDB e partidos de esquerda ao aprovar, por 290 votos, o projeto do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), alterando o regimento interno da Constituinte. Em vez dos 280 votos anteriormente necessários no regimento para rejeitar um item do projeto, o Centrão instituiu uma regra pela qual havia necessidade de 280 votos para manter um determinado dispositivo da proposta na Comissão de Sistematização. A articulação com a inversão do ônus do quórum causou uma reviravolta no processo de elaboração constitucional;

***22 de março de 1988:*** aprovação do presidencialismo como sistema de governo, uma das principais votações durante o processo de elaboração da Constituição de 1988;

***2 de junho de 1988:*** aprovação do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, enredo este que, como veremos a seguir, é o eixo principal da intriga narrativa, ocupando o maior espaço de publicações na amostra geral.

***26 de julho de 1988:*** discurso do presidente José Sarney em cadeia nacional de rádio e televisão tecendo críticas ao projeto final da Constituição de 1988. Segundo o presidente, as novas leis deixariam o “país ingovernável” caso se mantivesse, sem alteração, o texto aprovado no primeiro turno. Por conta desse acontecimento, ocorreu uma das mais graves crises da Assembleia Nacional Constituinte;

***5 de outubro de 1988:*** data da promulgação da Constituição Federal de 1988. Examinamos uma charge de cada veículo sobre esse acontecimento para compreendermos como os chargistas interpretaram o resultado final dos trabalhos dos constituintes, os sentidos e significados dados a nossa nova Lei Maior.

**Efeito pós-promulgação:** Em seguida, como toda narrativa tem começo, meio e fim, nossa história termina com a análise das primeiras charges produzidas em outubro de 1988 sobre o efeito imediato da nova Constituição.

Traçado o panorama geral da coleta dos dados, seguimos para a análise de cada episódio nas charges selecionadas.

### 5.1. EPISÓDIO 1: A INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

A elaboração de uma nova Constituição teve como principal objetivo encerrar a transição entre a ditadura militar (1964-1985) e a redemocratização, processo que se inicia em meados dos anos 70, liderado pelos militares e o presidente da República Ernesto Geisel, após uma profunda crise política e econômica instalada no país. O estopim para alavancar o movimento civil em prol da democracia foi o Pacote de Abril de 1977, um conjunto de medidas autoritárias impostas pelo presidente Geisel, consideradas na época um grave retrocesso a transição que ele mesmo dizia promover.

Desde então, inúmeras organizações civis, entidades populares, órgãos de imprensa, estudantes, advogados, professores, trabalhadores e políticos de oposição intensificaram a luta contra a ditadura, exigindo um regime marcado pela confiança, credibilidade dos poderes de governo e na investidura legítima de seus titulares. Nessa batalha, duas campanhas foram importantes para a finalização desse processo: a luta pela instalação de uma nova Constituinte e o movimento Diretas-Já, que pedia o voto direto da população para eleger os seus governantes. As Diretas-já não ocorreram em 1985, como queria a Nação. Teve esta que resignar-se com o último colégio eleitoral da ditadura. Cumpria ele seu derradeiro ato de poder, depois de cair nas mãos da maioria democrática, elegendo Tancredo Neves presidente da República. Tancredo, por motivo de doença, não pode tomar posse na data prevista, que era 15 de março daquele ano, vindo a falecer algumas semanas depois. Ocupou a presidência da república, desde aquela data, na qualidade de vice-presidente eleito pela Aliança Democrática, o ex-senador e ex-governador do Maranhão José Sarney. Determinado a cumprir as mesmas promessas de Tancredo Neves, Sarney convocou uma Assembleia Nacional Constituinte por meio da Emenda Constitucional n.26, de 27 de novembro de 1985, a qual foi instalada em 1 de fevereiro de 1987, com 559 parlamentares constituintes (487 deputados federais e 72 senadores). É aqui que começa nossa história. Veremos a seguir, como cada jornal interpretou o acontecimento por meio das charges.

### 5.1.1. Folha de S. Paulo

#### 5.1.1.1. 1º charge da Folha de S. Paulo

**Data:** 2 de fevereiro de 1987

**Notícia matéria-prima:** a instalação da Assembleia Nacional Constituinte

**Autor:** Glauco

**Tipo de charge:** Política

**Personagens:** Presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães

**Crítica:** Improvisação e a falta de um anteprojeto para escrever a nova Constituição

**Humor:** riso carnavalesco

**Número de cenas:** duas



Figura 20: Charge de Glauco, publicada na Folha de S. Paulo, 2 de fevereiro de 1987.

Fonte: Folha de S. Paulo

#### 5.1.1.2. Análise da linguagem verbal e visual

A imagem (figura 20) apresenta em destaque os dois personagens principais da história: o presidente do Brasil, José Sarney; e o tripresidente, o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), presidente da Câmara dos Deputados; presidente Nacional do PMDB; e também presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Tanto por meio dos elementos verbais dentro dos balões, quanto da imagem, percebe-se que há uma disputa entre os dois políticos, sendo o primeiro indício de uma rivalidade que se tornará mais nítida no decorrer da narrativa.

Confirma-se o acontecimento jornalístico como matéria-prima da charge, pois a imagem tem relação intertextual com a manchete publicada no dia anterior, no mesmo jornal. Com o título *Crise marca a abertura da Constituinte*, a chamada de capa é fundamental para a interpretação do desenho:

O Congresso constituinte, que deverá elaborar a nova Constituição brasileira, será instalado hoje, às 16h, em Brasília, em meio a um quadro de crise e indefinição política. Os 559 deputados federais e senadores constituintes assumirão seus mandatos num momento em que o quadro econômico é marcado por divergências internas no governo; entre governo e empresários; entre sindicalistas e governo; e entre sindicalistas e empresários. Até ontem, os parlamentares ainda não haviam chegado a um acordo sobre o funcionamento do Congresso constituinte. Não está definido se a Constituinte será exclusiva (com câmara e Senado em recesso) ou se as duas casas vão funcionar normalmente (CRISE MARCA ABERTURA DA CONSTITUINTE, 1987).

A charge é composta por duas cenas, marcando a temporalidade cronológica da narrativa. A primeira prepara a situação cômica que terá desfecho na seguinte:

- “Como vamos escrever a nova Constituinte com essa crise?” – pergunta Ulysses ao entrar na sala do presidente José Sarney. A expressão do presidente no primeiro quadro é de susto, como se estivesse sendo pego em flagrante. Já o rosto do deputado Ulysses Guimarães, com os olhos para baixo e mãos na cintura, demonstra dúvida, mas também uma sensação de desânimo, que fica mais nítida na cena seguinte, após o presidente José Sarney mostrar-lhe o documento que ele escondia.

- “Pô, Ulysses! Se você não gostou da minha letra, fique frio que é só o rascunho”, afirma Sarney no segundo bloco da charge.

A expressão “não gostou”, revela o efeito negativo que o texto entregue por Sarney desperta em Ulysses. Logo, percebe-se que uma das mãos do presidente continua para trás, como se ele ainda estivesse escondendo algo. Por meio desse recurso de linguagem o chargista coloca estrategicamente os personagens um contra o outro. Mostra que Sarney “esconde algo” e tece astuciosamente a intriga. É a primeira pista de uma postura dúbia do presidente quanto a Constituição. Veremos no desenrolar dos episódios, que a jornada do presidente com relação a Constituinte se tornará o principal conflito e suspense da narrativa contada pela *Folha de S. Paulo*.

A palavra “rascunho”, em caixa, alta tem um significado importante. É um eufemismo, uma maneira de ridicularizar a situação e informar o leitor sobre um obstáculo que a

Constituinte recém-instalada já enfrentava naquele momento: a falta de um projeto para escrever as novas leis.

Na história, em junho de 1985, antes mesmo de mandar a convocatória da Constituinte ao Congresso, o presidente José Sarney criou, como pretendia Tancredo Neves, uma Comissão provisória de Estudos Constitucionais com 50 integrantes, encarregada de elaborar um anteprojeto para a nova Constituição. O grupo ficou conhecido como “Comissão dos Notáveis” e seu presidente foi o jurista Afonso Arinos de Melo Franco. A ideia era que, quando a Constituinte começasse, o ponto de partida já estivesse pronto, mas não foi o que aconteceu com o anteprojeto. “Ao invés de enviá-lo a futura Constituinte, Sarney simplesmente enviou-o, por despacho presidencial, datado de 24 de setembro de 1986, ao Ministério da Justiça, onde provavelmente ficou arquivado” (BONAVIDES; ANDRADE, 1991, p. 454).

Ulysses e os demais membros da Assembleia não aceitaram e resolveram partir do zero. “Majestosamente sem planos, nossa sexta Constituinte republicana foi, nos nada menos vinte meses que durou, um rodeio de fortes emoções” (CARVALHO, 2017, p. 21). Em entrevista 30 anos depois, o ex-presidente José Sarney explicou o fato:

O Ulysses me disse que não aceitava nem esse, nem nenhum projeto de Constituição. Se eu mandasse pra ele, ele devolveria. No fundo era porque o Ulysses queria fazer com a Constituição, como realmente ele tentou fazer e fez, uma campanha já da sua candidatura (CARVALHO, 2017, p. 49).

É esta interdiscursividade e crítica que a charge de Glauco carrega. A frase “Pô, Ulysses! Se você não gostou da minha letra, fique frio que é só o rascunho” é a resposta inusitada da cena, indicando, de forma bem humorada, a turbulência que tomava conta dos bastidores da Constituinte, no qual o presidente José Sarney não só queria participar diretamente, como estava disposto, conforme a ilustração sugere, a escrever o novo texto constitucional a sua maneira.

Ainda no plano de expressão, percebemos o quanto a linguagem verbal é importante para a decodificação dessa charge. Logo na primeira linha, percebe-se a palavra-chave de interpretação da imagem: crise. Ela não só informa o leitor sobre contexto brasileiro, como também contribui para que o chargista comece a história pelo suspense, segundo Motta, um recurso dramático popular, mas relativamente desprezado na narratologia. O suspense é a expectativa de um acontecimento. “Perguntas que se transformam em motivações para os espectadores seguirem assistindo à narrativa” (MOTTA, 2013, p. 157). Essa identificação de sedução dramática de temporalidade do tipo “o que vai acontecer agora?”, é muito útil em nossa análise, pois ela apresenta o primeiro obstáculo: uma Constituinte já instalada, mas sem rumo,

no meio de uma crise no país. Como isso pode dar certo? Conseguirá os parlamentares cumprirem com o dever de concluir a Constituição conforme prometeram à população brasileira? É esse o conflito que será desenvolvido nas charges da *Folha de S. Paulo*. Uma tensão dramática que vai crescendo, à medida que a história se desenvolve até chegar ao clímax.

A palavra “crise”, portanto, faz referência ao cenário em que o país mergulhava. No contexto da charge, a Assembleia Nacional Constituinte foi instalada no dia 1 de fevereiro de 1987, às 16h11, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Carlos Moreira Alves, em meio a um quadro de confusão generalizada nos planos econômicos, incluindo alta inflação, problemas sociais, negociação de dívida externa, FMI e moratória. Para ter uma ideia, só no ano de 1987, a *Folha de S. Paulo* publicou na página de Opinião mais de 150 charges relacionadas ao tema economia no país. Apenas durante o período Constituinte, 20 meses, o Brasil teve três diferentes ministros da Fazenda: Dilson Funaro (de 26 de agosto de 1985 a 29 de abril de 1987), responsável pela criação do Plano Cruzado, cuja principal marca foi o congelamento de preços e colapso da economia; o ministro Luiz Carlos Bresser (29 de abril de 1987 a 21 de dezembro de 1987), que instituiu o Plano Bresser, aumentando ainda mais a inflação; e Maílson da Nóbrega (6 de janeiro de 1988 a 15 de março de 1990).

A polifonia da charge nos remete ainda para outro tipo de crise que tomava conta daquele cenário: a política. Na Assembleia, os 559 constituintes não conseguiam se entender. Nem a respeito do funcionamento da Constituinte, nem sobre a suspensão ou não dos trabalhos na Câmara Federal ou Senado durante o período em que a Constituição estivesse sendo elaborada.

A discussão já começou durante a cerimônia de instalação da Assembleia. Isso porque, diferente dos senadores que juraram a Carta de 1969, o deputado Ulysses Guimarães modificou o juramento habitual e, em vez de jurar respeito à Constituição em vigor, ele e os demais deputados comprometeram-se a defender a nova lei fundamental, ainda que não soubessem que forma ela teria. “Um cheque em branco, que aumentava o poder de fogo da Constituinte”, como afirmou a reportagem publicada na *Folha de S. Paulo*, no dia 2 de fevereiro de 1987 (ROSSI, 1987, p. A7).

Para muitos parlamentares, essa manobra tinha como único objetivo uma mudança fundamental de última hora: transformar a Constituinte em exclusiva. Essa exclusividade, na visão do Palácio do Planalto e demais contrários a tese, daria a Constituinte uma forte soma de poderes capaz de rivalizar com os do executivo e, principalmente, interferindo no tempo do mandato do presidente Sarney. A crise relacionada a este acontecimento foi noticiada, não só

na *Folha de S. Paulo*, mas em muitos outros jornais, como o *Correio Braziliense*, no dia 2 de fevereiro de 1987, data da charge de Glauco.

#### 5.1.1.3. Significados construídos

A charge interpreta o acontecimento da instalação da Assembleia Constituinte de forma sarcástica. Com ironia, representa uma Constituinte desorganizada e sem planejamento. Expõe o mito do brasileiro em deixar tudo para a última hora, ao calor das emoções. É assim que a história sobre a Constituição começa a ser desenhada nas charges do jornal *Folha de S. Paulo*. Com traços leves e humor ácido, Glauco apresenta ao leitor a realidade aumentada por trás daquele momento de euforia e festa, que marcou a abertura da Assembleia Nacional Constituinte.

#### 5.1.2. 2º Charge da Folha de S. Paulo

**Data:** 5 de fevereiro de 1987

**Notícia matéria-prima:** a instalação da Assembleia Nacional Constituinte

**Autor:** Spacca

**Tipo de charge:** política

**Personagens:** O pres. José Sarney, os constituintes e o dep. Ulysses Guimarães.

**Crítica:** Falta de anteprojeto, lentidão nos trabalhos dos parlamentares e intromissão do executivo.

**Humor:** riso carnavalesco

**Número de cenas:** duas



Figura 21: Charge de Spacca, publicada na Folha de S. Paulo, 5 de fevereiro de 1987.

Fonte: Folha de S. Paulo.

#### 5.1.2.1. Análise da linguagem verbal e visual

Mas diante das câmeras, a Assembleia Nacional Constituinte ignorava os problemas internos apontados na charge anterior e deu sinal de largada enaltecendo o futuro, palavra que passou a ser muito utilizada na época. Apenas no discurso proferido no dia 3 de fevereiro de 1987, após ser eleito presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães citou a palavra futuro seis vezes, sempre enaltecendo a democracia, a liberdade, a soberania, o desenvolvimento da justiça, a modernização da economia, da educação e o papel do povo brasileiro para a construção de um país mais justo para o século XXI:

(...) Aos que se juntam a nós, trazendo o vigor da nação rejuvenescida pela esperança, quero saudar o grande **futuro** que o Brasil entremostra, nesta soleira do século vinte e um. (...) O compromisso maior da Carta que redigiremos é com o **futuro**. Esse **futuro** está aí, apresentando, chamando-nos e exigindo os nossos esforços urgentes para recebê-lo sem transtornos maiores. (...) Srs, Constituintes, esta é a grande hora de nossa geração. Devemos ocupá-la com o grave sentimento do dever e a consciência de que seremos responsáveis, diante do **futuro**, pelo que decidirmos aqui. Temos, em nossas mãos, a soberania do povo. Ele nos confiou a tarefa de construir, com a lei, o Estado Democrático, moderno, justo para todos os seus filhos. (...) Juntos não nos faltará a necessária competência. Haveremos de elaborar uma constituição contemporânea do **futuro**, digna de nossa Pátria e de nossa gente. Para isso, iremos vencer os desafios econômicos, políticos e sociais. Seremos os profetas do amanhã. A voz do povo é a voz de Deus. Com Deus e com o povo venceremos, a serviço da Pátria, e o nome político da Pátria será uma Constituição que perpetue a unidade de sua Geografia, com a substância de sua História, a esperança de seu **futuro** e que exorcize a maldição da injustiça social (ULYSSES GUIMARÃES. Diário Assembleia Nacional Constituinte. Nº 003. 4 de fevereiro de 1987, p. 20-23).

A contradição entre a realidade brasileira e o ideal enfatizado no discurso de Ulysses é o destaque na charge de Spacca. Também composta por dois quadros, a cena tem início com o presidente da República entrando sorridente na sala onde estão os constituintes e perguntando se eles já haviam começado a legislar o texto da nova Constituição. Ao respondê-lo, os parlamentares pedem que ele faça silêncio e dizem que estão vendo “a reprise do discurso do Dr. Ulysses!”:

- “O compromisso maior da Carta que redigiremos é com o futuro”, diz o presidente da Constituinte no vídeo do telão e em diversos televisores espalhados pela sala, enquanto é assistido por seus apoiadores. Na sequência, José Sarney observa com olhar desapontado.

A cena representa uma quebra de hierarquia e novamente o humor é trabalhado como o riso carnavalesco de Bakhtin (1981), onde ocorre o segundo “destronamento do rei”, no caso, a figura do presidente. Essa ideia é reforçada também nos traços dos personagens. Enquanto na primeira cena, a figura do presidente Sarney é maior e mais centralizada, no segundo bloco sua imagem é diminuída e o destaque passa a ser o deputado Ulysses Guimarães, ocupando maior espaço e atraindo o olhar do leitor. Este recurso visual criado pelo chargista evidencia a constante troca de posição de liderança entre os dois personagens naquele momento de transição. A expressão dos parlamentares com o dedo na boca e olhares de repreensão ao presidente da República, seguido da interjeição “Psssst!” em destaque no balão, também ressalta a perda de autoridade do presidente.

Observe ainda que, assim como na figura 20, a crítica sobre a falta de um anteprojeto aparece na charge. Após a inauguração dos trabalhos na Constituinte, não por acaso, o desenho mostra os parlamentares revendo o discurso de Ulysses. Na falta de um texto base, eles não sabiam por onde principiar. “Não tinha método por onde levar a cabo a difícil incumbência, encontrando-se, por conseguinte, numa situação muito mais desconfortável do que a de todas as Constituintes que a precederam” (BONAVIDES; ANDRADE, 1991, p. 455). Bonavides e Andrade lembram que o mesmo aconteceu em 1946, quando o plenário, paralisado enquanto aguardava da comissão a chegada do anteprojeto, “não tinha mais coisa que fazer senão desenvolver uma oratória parlamentar ociosa e estéril sobre fatos e acontecimentos estranhos à competência de suas atribuições naquela ocasião histórica” (BONAVIDES; ANDRADE, 1991, p. 455).

### 5.1.2.2. Significados construídos

Qual futuro teria o povo brasileiro se a Constituição que lhe foi prometida não tinha nem mesmo um ponto de partida bem estruturado para alcançar o tão almejado sonho da democracia? A mensagem é o Brasil como o país de um futuro que nunca chega. A narrativa denúncia e nos leva a essa reflexão. Promove um jogo enunciativo sarcástico entre o idealismo dito no discurso do deputado Ulysses Guimarães à nação e o que realmente estava acontecendo na Assembleia.

### 5.1.3. 3ª charge da Folha de S. Paulo

**Data:** 7 de fevereiro de 1987

**Notícia matéria-prima:** A falta de banheiro privativo para as mulheres da Constituinte.

**Autor:** Spacca

**Tipo de charge:** Política

**Personagens:** Dois constituintes anônimos

**Crítica:** A dificuldade dos constituintes lidarem com as ideias inovadoras pretendidas pela nova Lei, como no caso da igualdade de gênero e direitos das mulheres.

**Humor:** Riso carnavalesco

**Número de cenas:** duas



Figura 22: charge de Spacca, publicada na Folha de S. Paulo, 7 de fevereiro de 1987.

Fonte: Folha de S. Paulo.

### 5.1.3.1. Análise da linguagem verbal e visual

Ao iniciarmos a leitura do texto, já percebemos a riqueza de recursos polifônicos que ele apresenta. A imagem cria um efeito interessante ao mostrar dois políticos no banheiro masculino conversando:

- “Que falta de senso de coletividade, essas mulheres exigindo banheiro privativo!”, diz o primeiro homem a esquerda, com expressão de reprovação. A caricatura dos olhos e o modo como a boca é desenhada, com traços de quem não gostou da ideia, reforça essa observação. Ao lado, outro homem responde com o dedo levantado, como se estivesse explicando ao colega:

- “Mas ganharam a causa! Esta Constituinte é sobretudo democrática!”

A charge é composta por duas cenas, uma breve história com começo, meio e fim. Os traços no vaso sanitário, o andar dos políticos e a porta fechando dão movimento e temporalidade à narrativa. Ou seja, a conversa estava acontecendo naquele presente, durante uma reunião na Constituinte. Nota-se que os políticos não são a caricatura de nenhum personagem específico ou conhecido, o que sugere ser a opinião de qualquer homem.

Observe que se a cena tivesse apenas o primeiro quadro, talvez a charge poderia sugerir uma ideia de mudança. O primeiro político expressaria seu ponto de vista sobre as reivindicações femininas e o segundo argumentaria que a Constituinte era democrática, dando ideia que algo realmente estaria sendo feito para as mulheres. Mas se fosse assim, perderia o humor. Este só acontece no segundo quadro, quando o mesmo político que tentava explicar a causa, lembrando que a constituinte era democrática, responde:

- “Agora, se elas vetarem a nossa sauna eu vou chiar!”

- “Justo!”, concorda o colega que começou o assunto.

Embora o chargista explore o cômico por meio do exagero no que se diz com respeito à sauna, pois ela não existe no Congresso, a imagem pretende chamar atenção para o debate sobre a igualdade de gênero, utilizando como referência um importante acontecimento jornalístico. Naquele momento, a divisão de gabinetes entre os novos deputados estava criando um clima de guerra dentro da Câmara, com insultos e até mesmo invasões. Nessa briga, prejudicadas mesmo eram as mulheres parlamentares, pois poucas conseguiram se alojar no Anexo IV, onde os gabinetes tinham banheiros privativos. As que sobraram não aceitavam ir para o anexo III, onde os banheiros eram coletivos e sem separação por sexo. O problema tinha um simbolismo ainda maior: a casa não estava preparada para receber as mulheres. O plenário do Senado, por exemplo, embora tenha tido sua primeira senadora eleita em 1979, Eunice

Michiles, passou a ter um banheiro exclusivo para as mulheres apenas em 2016, 56 anos depois da inauguração do prédio do Congresso Nacional em Brasília. Antes, as senadoras tinham de deixar o plenário para usar o banheiro do restaurante ao lado.

Esse conhecimento histórico é fundamental para a interpretação da charge, cuja figura de linguagem predominante é a ironia, tanto pelo uso da palavra “coletividade” para defender um banheiro único para homens e mulheres, como pela opinião dúbia dos personagens em cena. O efeito crítico é reforçado no segundo bloco, quando o político que a princípio estaria de acordo com os avanços nas leis em prol das mulheres, logo coloca um limite a sua opinião. A mão do personagem fechando a braguilha da calça, apontando para o órgão genital masculino ao terminar a cena, é um forte signo e reforça a crítica ao pensamento machista dos parlamentares.

Mas se o episódio é importante para entendermos o que desencadeou a ilustração na época, devemos ter em mente que, naquele momento de elaboração da Constituinte, quando Spacca transforma em charge a discussão sobre ter ou não banheiro privativo no Congresso, ele eleva o acontecimento jornalístico para um plano muito maior que a própria discussão de repartição de gabinetes entre os parlamentares na Câmara. Por meio de uma realidade aumentada, construída com base no riso de zombaria, figuras de linguagens e expressões, o chargista nos leva a uma viagem histórica sobre as conquistas femininas nas constituições brasileiras e a desigualdade que sempre existiu sobre os direitos entre homens e mulheres no país.

Até agora trabalhamos o plano de expressão e conteúdo do terceiro desenho. Logo, para a mensagem ser completa, precisamos olhar também para a meta-narrativa entre as linhas do traço. Observe no desenho a palavra “democrática” em caixa alta para se referir a Constituinte. O Estado democrático de direito consagrado em nossa Constituição Federal de 1988 pretendia a igualdade entre todos os cidadãos e cidadãs, não excluindo nenhuma pessoa do acesso a quaisquer posições sociais e políticas ou do exercício dos direitos fundamentais, incluindo as mulheres. Para ter uma ideia da importância da discussão na época, de acordo com uma pesquisa publicada pela revista *Veja* na primeira semana de fevereiro de 1987, realizada pela *LPM Propaganda e Marketing* com 473 dos 559 parlamentares, para 95,8% dos constituintes entrevistados, as mulheres tinham, por meio da Constituição de 1988, a chance de conseguir a garantia de igualdade de direitos com os homens, barrando as diferenças existentes na legislação que estava em vigor. Isso era um ineditismo, visto que até então o tema teve poucos avanços significativos. Na Carta outorgada de 1824, por exemplo, nossa primeira Lei

Fundamental, as mulheres e os escravos não eram nem mesmo considerados cidadãos e nada se alterou na Constituição de 1891, com a República.

O primeiro avanço das conquistas femininas nas leis brasileiras ocorre com o Código Eleitoral de 1932, que finalmente definiu como eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, e as mulheres obtiveram o direito de votar e serem votadas. Nessa época, em maio de 1933, Carlota Pereira de Queirós foi a única mulher eleita deputada à Assembleia Nacional Constituinte, o que contribuiu para alguns avanços na Constituição de 1934, como a garantia do direito de voto às mulheres que exerciam função pública remunerada. As que não recebiam salário, entretanto, o voto era considerado facultativo e as casadas deveriam ser autorizadas pelos maridos para votar.

A Constituição de 1934 confirmou o direito ao voto feminino, que só ficou definitivamente livre de qualquer restrição com o Código Eleitoral de 1965, quando o igualou ao masculino. Depois, a Constituição de 1988 instituiu a isonomia e estendeu o direito de voto às mulheres analfabetas, para as quais é facultativo.

Para isso, durante a Constituinte de 1987 houve intensa mobilização social em busca dos direitos femininos. Entre os movimentos, o *Lobby do Batom* tinha representantes de partidos de diferentes vertentes, da direita à esquerda, e contribuiu para fomentar um sentido mais democrático as novas leis que estavam sendo construídas. Vale lembrar que, se na Constituinte de 1934 Carlota Queirós era a única deputada presente, na de 1987 o número já era 26. Representatividade ainda pouca se comparada ao número de homens, mas com grande capacidade de persuasão. Inclusive, todos os direitos assegurados pela Constituição de 1988 defendidos por elas já estavam presentes nas reivindicações da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes de 1987, feita por meio da campanha “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher”. O documento foi entregue ainda em agosto de 1986.

Dessa forma, a charge de Spacca (Figura 22) é uma imagem transporte que nos leva a conhecer não apenas o episódio da briga de gabinetes entre as mulheres constituintes no início da Assembleia, como também nos remete às lutas e conquistas femininas importantes nas leis brasileiras.

#### 5.1.3.2. Significados construídos

A dificuldade dos parlamentares em lidar com as ideias inovadoras pretendidas pela nova Lei, como no caso da igualdade de gênero e direitos das mulheres. Logo, a charge reforça no leitor o sentimento de dúvidas sobre o real avanço do novo texto constitucional.

#### 5.1.4. 4º charge da Folha de S. Paulo

**Data:** 8 de fevereiro de 1987

**Notícia matéria-prima:** Ulysses Guimarães começa a enfrentar pressões internas do PMDB para se licenciar da presidência do partido.

**Autor:** Spacca

**Tipo de charge:** política

**Personagens:** Dep. Ulysses Guimarães e um grupo de parlamentares do PMDB

**Crítica:** Disputa de poder político na Constituinte

**Humor:** Riso carnavalesco

**Número de cenas:** duas



Figura 23: Charge de Spacca, publicada na Folha de S. Paulo, 8 de fevereiro de 1987.

Fonte: Folha de S. Paulo

##### 5.1.4.1. Análise da linguagem verbal e visual

Na sequência narrativa, a charge publicada no dia 8 de fevereiro de 1987 (Figura 23) reforça a crítica do jornal em relação à disputa política que havia na Constituinte e confirma que ela não só ocorria entre partidos, como também dentro deles. A ilustração tem relação intertextual com a reportagem publicada no dia anterior, com o título *Ulysses pretende permanecer à frente do partido*:

O presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, 70, não demonstra a menor disposição em pedir licença da presidência do PMDB. “Quem está falando em licença? Nada sei sobre isso”, reagiu Ulysses ao ser perguntado se a licença era uma hipótese viável. Para o senador Mário Covas (PMDB-SP), Ulysses Guimarães tem de pedir afastamento do cargo, pois não será possível compatibilizá-lo com a presidência do Congresso Constituinte. (ULYSSES PRETENDE PERMANECER À FRENTE DO PARTIDO, 1987, p. A 5).

Na cena, Ulysses ironiza o conflito ao afirmar: “estão dizendo que vocês me querem fora do partido! Não é gozado? Não consigo imaginar por quê! Eu não fiz nada!”. O teor humorístico surge quando relacionamos os elementos verbais dentro dos balões com a imagem, na qual o grupo político do PMDB está puxando o tapete de Ulysses. Na cultura popular brasileira, puxar o tapete é uma expressão muito comum, usada principalmente no ambiente de trabalho para se referir a uma traição. O caráter cômico se revela justamente dessa oposição, novamente com o riso carnavalesco de Bakhtin (1981), onde se vê o destronamento do rei.

No contexto, depois de ser eleito presidente da Câmara dos Deputados e da Constituinte, Ulysses Guimarães começou a enfrentar pressões internas do PMDB para que, pelo menos, se licenciasse da presidência do partido. Por trás desse jogo de poder, estava a sucessão do presidente José Sarney, já que o político que passasse a presidir o PMDB teria fortalecida sua posição como candidato presidencial do partido.

#### 5.1.4.2. Significados construídos

Ao parodiar o acontecimento colocando os parlamentares do PMDB puxando o tapete de Ulysses, o chargista representa, por meio da ironia, uma disputa política interna, reforçando uma constituinte fragmentada pelo jogo de interesses. Do ponto de vista da narratologia, a cena é uma construção estratégica do chargista para provocar sentimentos de rejeições no receptor a respeito do jogo político amigo/inimigo que se formava em um momento que deveria ser de união em prol da democracia.

### 5.1.5. 5ª charge da Folha de S. Paulo

**Data:** 10 de fevereiro de 1987

**Notícia matéria-prima:** Indicação pelo presidente José Sarney de um líder do governo no Congresso Nacional.

**Autor:** Spacca

**Tipo de charge:** Política

**Personagens:** Presidente José Sarney e o deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo na Constituinte.

**Crítica:** Intromissão excessiva do executivo

**Humor:** Riso carnavalesco

**Número de cenas:** duas



Figura 24: Charge de Spacca, publicada na Folha de S. Paulo, 10 de fevereiro de 1987.

Fonte: Folha de S. Paulo.

#### 5.1.5.1. Análise da linguagem verbal e visual

Outro episódio que ganhava os holofotes da imprensa na primeira semana da Assembleia era a indicação pelo presidente José Sarney de um líder do governo no Congresso Nacional, como forma de viabilizar os projetos políticos do governo na Constituinte. No entanto, Ulysses via essa articulação com desconfiança. E apesar de nenhuma das tendências ideológicas que conviviam no PMDB fazer qualquer restrição ao nome de Sant'Anna, o que era questionado pelos setores minoritários, identificados como progressistas, era o cargo. No dia

10 de fevereiro de 1987, a charge de Spacca na *Folha de S. Paulo* (Figura 24) faz uma paródia sobre o acontecimento.

A charge é dividida em duas cenas. Na primeira, o presidente Sarney aparece colocando um broche em Sant'Anna, nomeando-o como seu representante na Constituinte. A expressão do deputado é de orgulho. No entanto, a instabilidade e o efeito cômico ocorrem no segundo bloco, quando Sant'Anna frustra ao olhar para o broche e vê escrito: Eu Sou Fiscal. Os traços fisionômicos marcados pelos olhos arregalados e as sobrancelhas levantadas contribuem para que o leitor entenda a mudança drástica na expressão do deputado. O humor da charge ocorre justamente nesse segundo bloco. É uma referência ao termo "Fiscal do Sarney", título popular conhecido na época, durante o lançamento do Plano Cruzado, plano econômico de 1986, que tentava controlar a inflação do país com um congelamento de preços. Os fiscais eram os cidadãos comuns, como muitas donas de casas, que tinham como função controlar os preços dos produtos no comércio. Com a tabela em mãos e muitas vezes usando um broche verde e amarelo com os dizeres: "Eu sou fiscal do Sarney" a população saía às compras e ao mesmo tempo fiscalizava se os comerciantes estavam praticando aumentos não autorizados (SCHELLER, 2007).

Ao caricaturar a nomeação de Sant'Anna e fazer referência a uma ação do presidente já conhecida pelo leitor, a charge leva essa informação ao público de forma mais simples e clara em relação aos demais textos jornalísticos. A analogia que o chargista faz entre a nomeação de Sant'Anna e os fiscais do Sarney sugere que o real papel do deputado não era apenas atender os interesses do presidente da câmara, mas controlar as novas leis.

#### 5.1.5.2. Significados construídos

Novamente, assim como nas imagens 20 e 21, a mensagem da charge da *Folha de S. Paulo* reforça uma tentativa de intervenção direta do executivo no trabalho da Constituinte, colaborando, por meio do riso carnavalesco, para uma construção negativa da imagem do presidente no processo de redemocratização. Se tivermos que já apontar um vilão da narrativa da *Folha de S. Paulo* sobre a Constituição de 1988, é possível dizer que essa ilustração marca o início de uma representação mais evidente do presidente Sarney como tal.

### 5.1.6. 6º charge da Folha de S. Paulo

**Data:** 24 de fevereiro de 1987

**Notícia matéria-prima:** Adiamento da votação do Regime Interno da Constituinte

**Autor:** Spacca

**Tipo de charge:** Política

**Personagens:** Ulysses Guimarães, o dep. Carlos Sant'Anna e demais parlamentares.

**Crítica:** Lentidão no trabalho dos constituintes

**Humor:** riso carnavalesco

**Número de cenas:** uma



Figura 25: Charge de Spacca, publicada na Folha de S. Paulo, 24 de fevereiro de 1987.

Fonte: Folha de S. Paulo.

#### 5.1.6.1. Análise da linguagem verbal e visual

A última charge da *Folha de S. Paulo* publicada no primeiro mês da Constituinte data de 24 de fevereiro de 1987 e faz referência ao Regimento Interno da Constituição (figura 25). Também com autoria de Spacca, a ilustração mostra uma cena na qual Ulysses Guimarães e o deputado Carlos Sant'Anna seguram uma “colcha de retalhos”, uma metáfora às inúmeras propostas de emendas para a nova Constituição.

A charge tem relação intertextual com a chamada de capa da *Folha de S. Paulo*, publicada em 23 de fevereiro de 1987, com a manchete *PFL adia votação do Regimento Interno*:

O Congresso Constituinte decidiu dar um novo prazo de 24h para a apresentação de emendas ao substitutivo de Regimento Interno elaborado pelo relator Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). A concessão de novo prazo foi a fórmula encontrada pelo PMDB para superar o impasse na discussão do Regimento Interno, devido à oposição do PFL ao substitutivo por prever a soberania do Congresso constituinte para alterar artigos da atual Constituição. Os pefelistas querem também derrubar a iniciativa popular de legislação e limitar o número de audiências públicas das comissões constitucionais (PFL ADIA VOTAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO, 1987, capa).

- “Então, podemos votar o regimento agora? Ou alguém ainda gostaria de acrescentar mais uma emenda?”, diz o presidente da Constituinte em sua mesa.

Destaque para a palavra “emenda” em caixa alta. Sua relação é convergente com o texto visual ao representar os papéis emendados para causar efeito de sentido com a palavra em negrito. A paródia faz uma crítica ao clima instável e a demora da votação do regimento por conta das manobras políticas que aconteciam naquele contexto, em que o PFL comandava uma rejeição ao substitutivo elaborado pelo relator Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). “O grupo classificou o substitutivo como tendencioso, excludente, antidemocrático, reacionário, castrador, ridículo, usando ainda muitos outros adjetivos antes da votação da prorrogação do prazo, que foi vitoriosa por 316 votos a 46” (REGIMENTO DESAGRADA A MAIORIA, 1987, capa.).

Nota-se que no segundo plano, abaixo da mesa de Ulysses, estão os parlamentares discutindo entre si e outros levantando as mãos, dando ideia de que estariam longe de um acordo. Tanto que o Regimento Interno da Assembleia só foi divulgado em 24 de março de 1987, quase dois meses depois da abertura da Constituinte.

Sobre as emendas, a charge estava certa ao prever tamanha quantidade. De acordo com o banco de dados Diário da Constituinte no site da Câmara dos Deputados, foram apresentadas mais de 62.000. Para ter uma ideia, a primeira proposta apresentada pelo relator do regimento da Constituinte, o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), teve 949 emendas (CARVALHO, 2017, p. 21).

#### 5.1.6.2. Significados construídos

A estratégia do chargista é provocar no público o efeito de real. Fazer com que o leitor interprete a realidade aumentada pelo traço, como se os fatos nos desenhos falassem por si. Logo, todo o cenário da charge, a linguagem verbal, a perfeita caricatura dos personagens, como os óculos do deputado Sant'Anna e outros recursos, são estratégias argumentativas estéticas que vão contribuir para ancorar a significação na realidade referente. A mensagem é de uma visão não muito próspera quanto ao desenrolar da Constituição. A charge critica a lentidão dos parlamentares e reforça a fragilidade dentro e fora dos partidos políticos.

## 5.2. CORREIO BRAZILIENSE

Antes de seguirmos com o desenrolar dos novos episódios na *Folha de S. Paulo*, observaremos a seguir como os chargistas do jornal *Correio Braziliense* interpretaram o mesmo acontecimento, ou seja, a instalação da Assembleia Nacional Constituinte.

### 5.2.1. 1ª charge do Correio Braziliense

**Data:** 2 de fevereiro de 1987

**Notícia matéria-prima:** a instalação da Assembleia Nacional Constituinte

**Autor:** Kácio

**Tipo de charge:** político-social

**Personagens:** casal abraçado com o filho

**Mensagem:** a Constituição como esperança

**Humor:** riso como efeito libertador

**Número de cenas:** uma

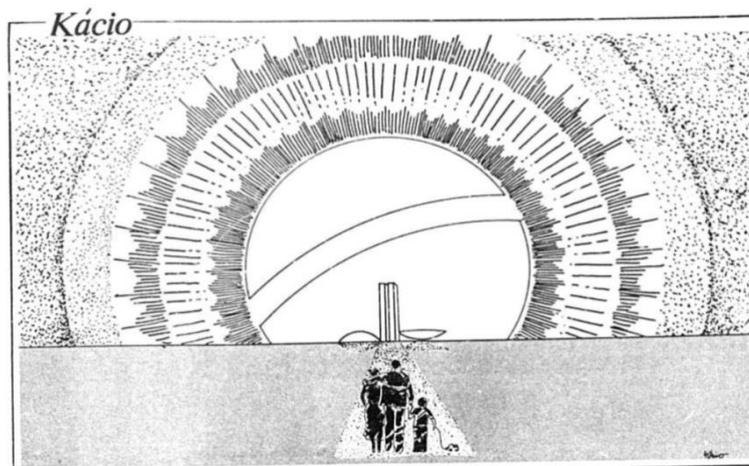


Figura 26: Charge publicada no Correio Braziliense em 2/2/1987. Autor: Kácio.

Fonte: Correio Braziliense

### 5.2.1.1. Análise da linguagem visual

Enquanto a *Folha de S. Paulo* observava o início desse momento histórico pelo viés de uma crise e desorganização política, também é verdade que a Constituição de 1988 fez crescer no país a esperança de um novo tempo. Tanto que o editorial do jornal *Correio Braziliense*, publicado em 2 de fevereiro de 1987, definiu o texto constitucional como “passaporte para o terceiro milênio”:

A nação será passada a limpo nos próximos meses. Todos os grandes questionamentos nacionais terão que ser apresentados, discutidos e votados. É longa a lista dos temas e problemas que deverão ser incorporados à lei básica do país. A distribuição da renda nacional, a presença do fisco, os direitos dos cidadãos, os desníveis regionais, a União, os Estados, os Municípios, o Congresso Nacional, os abusos do poder econômico são alguns grandes desafios a serem atualizados em nova versão constitucional (GARANTIAS INDISPENSÁVEIS, 1987, p. 4).

É esta, também, a mensagem principal da charge publicada no dia 2 de fevereiro de 1987 no *Correio Braziliense* (Figura 26), um dia depois da instalação da Assembleia Constituinte.

A imagem em preto e branco é a linguagem visual do editorial, sem a interferência do narrador ou qualquer fala dos personagens. A representação metafórica da bandeira do Brasil como o nascer de um novo sol é um importante signo, índice de esperança e renovação. Nota-se que o Congresso Nacional aparece pequeno diante dessa luz, mas como destino final de um caminho que será percorrido pelos brasileiros, em busca de novas leis, respeito e dignidade. A família, representada na charge por um casal abraçado com o filho e seu carrinho de brinquedo, compõe o *frame* dramático da cena e reforça o sentido de reencontro entre o povo e o Congresso, a busca por um futuro melhor entre as gerações.

### 5.2.1.2. Significados construídos

O sentido de esperança, destacado na imagem, contribui na construção da identidade nacional, onde a ideia é de que o brasileiro não desiste nunca e está sempre caminhando em busca de algo que ainda não chegou, mas está por vir. Narrativas da nação como essa, contada e recontada na mídia e cultura popular, simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação. No caso do Brasil, essa ênfase nos lembra a metáfora do país como “gigante deitado eternamente em berço esplêndido”, sempre pronto para se levantar e acordar nos grandes acontecimentos históricos. Observando ainda a estética da narrativa, tão perfeitamente planejada, chega a representar a frase “ordem e

progresso”. Esta não aparece na ilustração da bandeira, mas pode ser vista por toda a cena, tamanha a expressão de sua harmonia e ordenação.

### 5.2.2. 2ª charge do Correio Braziliense

**Data:** 3 de fevereiro de 1987

**Notícia matéria-prima:** Instalação da Assembleia Nacional Constituinte

**Autor:** Kácio

**Tipo de charge:** Política

**Personagens:** Pres. José Sarney e o dep. Ulysses Guimarães

**Crítica:** dificuldade de mudanças e avanços nas leis brasileiras

**Humor:** riso carnavalesco

**Número de cenas:** uma



Figura 27: Charge de Kácio, publicada no Correio Braziliense, 3 de fevereiro de 1987.

Fonte: Correio Braziliense.

### 5.2.2.1. Análise da linguagem verbal e visual

Composta por uma única cena, a ilustração cria um efeito de sentido interessante ao mostrar o presidente da Constituinte Ulysses Guimarães, e o presidente da República, José Sarney, escrevendo a nova Constituição vestidos com trajes do século passado. O humor se forma pela polifonia da imagem e a divergência entre a linguagem verbal e visual.

- “Anote: faremos uma Constituição... ampla, geral e moderna!”, diz Ulysses Guimarães.

A palavra moderna em destaque se contrapõe com as vestimentas usadas pelos personagens, caracterizados como na época da monarquia, usando perucas de cachos brancos no estilo Luís XIV, rei da França. O significado da palavra “moderna” também é oposto à sua tipografia no desenho, cuja escrita é de pena. Logo, nota-se que tanto no plano de expressão quanto no de conteúdo da imagem, tudo é antigo e remete a tradição: os móveis, os sapatos, os óculos, a maneira de escrever as leis... até o pergaminho segurado por Ulysses intensifica a temporalidade da charge e representa essa ligação do Brasil entre o passado e o presente, o arcaico e moderno.

O humor ou o sentido de reflexão construído pelo autor se dá justamente nessa dicotomia entre o que é dito e o que é visto. Isso porque uma das principais discussões naquele momento era se a Assembleia Nacional Constituinte cumpriria o objetivo a que foi designada: elaborar um novo texto Constitucional e não reformar a Constituição que estava em vigor. A charge de Kácio vai além dessa dúvida e faz uma crítica bem-humorada sobre as dificuldades de mudanças no Brasil, sugerindo que sempre quando há uma possibilidade de transformações positivas nas leis no país, há também retrocessos ou poucos avanços.

Com predominância da ironia, a charge resgata no traço que a história das leis brasileiras sempre foi mais uma derivação do sistema anterior que de fato uma ruptura. Isso ocorre desde nossa primeira Constituinte, em 1823. Instalada a pedido de D. Pedro I, filho do rei D. João VI, logo após o processo de independência brasileira, em 1822, a Assembleia foi dissolvida pelo imperador, que acabou outorgando uma Carta, em 1824.

Na segunda Constituição brasileira, a de 1891, que pretendia marcar o processo de ruptura entre o império e república, também foram poucas as alterações significativas. Basicamente, a introdução da república, da federação e da forma presidencial de governo. “Com efeito, as três inovações fundamentais levadas a cabo por inspiração do constitucionalismo norte-americano, foram de certa maneira decepcionantes e mais uma vez puseram em contraste

a diferença da forma à matéria, da ideia à realidade, da teoria à prática” (BONAVIDES, 2000, p. 169).

Essa dificuldade de ruptura com o passado segue nos demais momentos de transição no Brasil e vai ameaçar a Constituinte de 1987. Principalmente porque, como vimos, o processo de reconstitucionalização brasileiro foi pensado pelas forças políticas ligadas ao regime militar, fazendo com que muitas pessoas olhassem o movimento com desconfiança. Se a Constituição de 1988 pretendia, finalmente, realizar uma ruptura em nossa tradição constitucional, naquele contexto, eram também “muitos os que ligavam a legitimidade da Constituinte à ordem jurídica anterior, caracterizando a elaboração da nova Constituição como um mero processo de revisão constitucional” (BARBOSA, 2012, p. 355).

#### 5.2.2.2. Significados construídos

Além da esperança de um futuro melhor, como na figura 26, a segunda charge de Kácio alerta que o constitucionalismo brasileiro foi sempre de segundas intenções, sem originalidade e esteve continuamente amarrado ao seu passado.

Em geral, como observa Barbosa, essa preocupação ligava-se “à suposta ausência de um direito constitucional autêntico, condizente com o nosso contexto jurídico peculiar” (BARBOSA, 2012, p. 29). Ou ainda, como adverte Bonavides, “um dos graves problemas do Direito Constitucional decorre de que ele realiza os fins do Estado social de hoje com as técnicas do Estado de Direito de ontem” (BONAVIDES, 2004, p. 227). É esse, portanto, o significado principal da charge: a imagem é uma interpretação da pesquisa *Data Folha* publicada no dia 1 de fevereiro de 1987, no jornal *Folha de S. Paulo*, na qual dos 1.039 paulistanos entrevistados, 48% não acreditavam nas mudanças que o novo texto constitucional poderia oferecer.

Em suma, as imagens 26 e 27 do *Correio Braziliense* mostram duas opiniões diferentes que tomavam conta dos debates dentro e fora da Assembleia Constituinte. Seria o novo texto constitucional o passaporte para o novo milênio e garantias de mudanças para o Brasil ou apenas mais uma lei atrelada às constituições anteriores, visando atender meramente aos interesses políticos? Haveria, finalmente, uma ruptura com o passado? Que inovações a Constituição de 1988 poderia trazer ao país? Essas eram as principais dúvidas na época e que, como podemos ver nas imagens, também foram documentadas nas charges.

Ao representar o acontecimento com essa dicotomia, Kácio começa a desenhar nas charges do *Correio Braziliense* o conflito da narrativa sobre a tramitação da Constituição Federal de 1988. Motta (2013) explica que o conflito não provém de uma representação

dramática, nem mesmo é uma categoria originária do discurso. Ele origina-se no mundo fático da vida, é uma categoria específica da política, da psicanálise e de outros campos sociais, como observa Carl Schmitt (2009). “É o frame estruturador fundamental de qualquer narrativa porque é ele que dispõe as ações das personagens na história” (MOTTA, 2013, p. 169).

Na charge, assim como no jornalismo, esse conflito surge para fisgar o leitor e dura enquanto houver demanda por esclarecê-los até compor a realidade. “São essas pendências que mantêm as expectativas e tensões do discurso noticioso, criam o efeito de retardamento, geram nervosismo, inquietação e ansiedade, motores da construção diegética da estória jornalística” (MOTTA, 2013, p. 169). Na perspectiva do autor, o conflito só existe quando há sucessão integrada de acontecimentos. Ou seja, a partir de agora, observar como os chargistas do Correio Braziliense intercalam premeditadamente esse processo de olhar a Constituição de forma positiva e negativa nos revelará um importante jogo de estratégia na construção da história.

### **5.2.3. 3ª charge do Correio Braziliense**

**Data:** 15 de fevereiro de 1987

**Notícia matéria-prima:** Ditadura não! Crise na segunda semana da Constituinte

**Autor:** Lopes

**Tipo de charge:** Política

**Personagens:** a Constituição como deusa *Libertas* e militares.

**Crítica:** dificuldade de mudanças e avanços nas leis brasileiras. Início das frustrações do povo com a Constituinte e o fantasma da ditadura.

**Humor:** Riso como efeito libertador

**Número de cenas:** uma



Figura 28: Charge de Lopes, publicada no *Correio Braziliense*, 15 de fevereiro de 1987.

Fonte: *Correio Braziliense*.

#### 5.2.3.1. Análise da linguagem visual

Na sequência narrativa, a reflexão no *Correio Braziliense* sobre as dificuldades de mudanças na política brasileira se volta aos “entulhos ditatoriais” que ainda insistiam em continuar no país. A crítica aparece em destaque no texto publicado no dia 15 de fevereiro de 1987, com o título *Ditadura, não*, retratando o início das frustrações do povo brasileiro com a Constituinte e a falta de perspectivas na política:

Quando o povo veio às ruas para exigir a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, no contexto do maior movimento de massas já ocorrido no Brasil, seguramente não imaginava que a proposta, uma vez posta em prática, exibisse tantas contradições e desvio. Instalada precisamente há quinze dias, a Constituinte vai, a cada sessão, em um crescendo de ambições desmedidas e de posições inteiramente incompatíveis com os seus objetivos institucionais. A frustração popular já começa a transparecer em gestos e atitudes dos órgãos convencionais de organização da opinião pública, fenômeno indesejável e de índole perigosa. Como todos sabem, nada pode ser mais nocivo a uma nação de vocação democrática do que a falta de perspectivas políticas, que é a quanto correspondem as indecisões e, sobretudo, as propostas estapafúrdias até agora apresentadas ao plenário da Constituinte. (...) a Constituinte, por todos aguardada como um instrumento de estabilização política, até agora funcionou em direção oposta a essa aspiração, em razão de um debate estéril em torno de propostas aberrantes e perturbadoras. (...) A nação, contudo, não perdeu a confiança – e, mais que isso, a esperança - de que a Assembleia Nacional Constituinte vença as suas contradições internas e prodigalize a sociedade nacional com uma Constituição fraternalmente democrática, socialmente justa, portadora de instituições econômicas capazes de viabilizar um grande surto de prosperidade e propiciadora de um novo acordo nacional, na paz e na justiça social (DITADURA NÃO, 1987, p. 4).

O texto é fundamental para a decodificação da charge de Lopes (figura 28), publicada no mesmo dia. Sem nenhuma linguagem verbal, a imagem traz como personagem a deusa romana *Libertas*, conhecida como a Estátua da Liberdade dos Estados Unidos (EUA), que deixa de segurar sua tocha para apontar aos soldados militares que saiam de cena. E embora não haja nenhuma escrita na imagem, o título do texto logo abaixo em negrito, “Ditadura, não”, reforça o sentido pretendido pelo autor: a expulsão de vez do autoritarismo que ameaçava a construção do novo texto constitucional. Neste sentido, a imagem reflete essa dicotomia entre ditadura e a liberdade democrática que ameaçava o contexto da Assembleia Nacional Constituinte.

#### 5.2.3.2. Significados construídos

A deusa *Libertas* apontando a saída para os soldados tem um significado forte: pede ao leitor a não aceitação das ideias ou apoiadores militares que participavam do processo de redemocratização. Lembra que o poder constituinte é a manifestação máxima da soberania e não pode ser reduzido juridicamente, nem se mover no marco da ordem preexistente. Que o povo, como sujeito na democracia, estava sendo chamado a decidir coletivamente sobre sua forma política, buscar a regeneração, devendo dizer, de uma vez por todas, um não ao passado recente autoritário.

#### 5.2.4. 4ª charge do Correio Braziliense

**Data:** 17 de fevereiro de 1987

**Notícia matéria-prima:** indefinição do regimento interno da Constituinte.

**Autor:** Lopes

**Tipo de charge:** Política

**Personagens:** Constituintes anônimos

**Crítica:** desinteresse e lentidão no trabalho dos constituintes

**Humor:** Riso carnavalesco

**Número de cenas:** uma

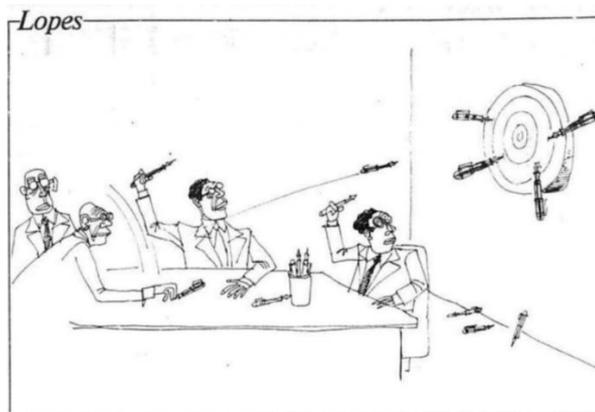


Figura 29: Charge de Lopes, publicada no Correio Braziliense, 17 de fevereiro de 1987.

Fonte: Correio Braziliense.

#### 5.2.4.1. Análise da linguagem verbal e visual

A charge é uma crítica a lentidão do trabalho na Constituinte. A cena mostra quatro parlamentares jogando dardo para passar o tempo, com expressão de que estão mais se divertindo, em vez de se preocuparem com o trabalho. Como não são caricaturas de ninguém conhecido, podemos interpretar a representação como a de qualquer político da Assembleia.

A história do entretenimento retratado na charge tem um significado interessante e se relaciona ao contexto. Segundo o site *Jogo de Dardos*, a atividade ganhou popularidade como um passatempo adotado pelos soldados na antiguidade. Uma teoria é que, quando seus exércitos estavam acampados, sem nada o que fazer entre uma batalha e outra, os guerreiros atiravam as lanças curtas nos barris de vinho emborcado como distração. Desde então, o jogo é muito associado a ideia de diversão e tempo livre no trabalho. É justamente essa a mensagem. Ela critica o vazio do plenário das sessões da Constituinte. Na época, essa percepção não aparece somente nas charges, mas em outros veículos de comunicação que decidiram enfrentar a Assembleia Nacional Constituinte. Em alguns casos, houve até tentativa de silenciamento por parte dos parlamentares, como no caso Hebe Camargo. A mesa da Assembleia Nacional Constituinte tentou processar a apresentadora por ter feito críticas em seu programa ao vivo no SBT, no dia 17 de fevereiro de 1987 (mesmo dia da charge) sobre o modo como os constituintes estavam conduzindo os trabalhos. “O direito de crítica nós temos. Se eles nos cercearem disso, então estamos numa legítima ditadura. Que democracia é essa?”, perguntava a apresentadora em reportagem publicada no dia 19 de fevereiro no *Correio Braziliense* (CONSTITUINTE ACIONARÁ HEBE CAMARGO, 1987, p.3).

#### 5.2.4.2. Significados construídos

A imagem reforça no leitor a percepção de que os constituintes não estavam levando a sério o trabalho de elaborar a Constituição. Contudo, como alertava o jornalista Leonardo Mota Neto, em texto publicado no *Correio Braziliense* em 24 de fevereiro de 1987, a lentidão dos parlamentares e o impasse em torno do regimento da Constituinte tinha um propósito: “o que os prendia era ter ou não ter uma brecha para abrirem a discussão legal sobre o mandato do presidente” (NETO, 1987, p. 2). O significado construído é que os parlamentares estavam brincando durante aquele momento que deveria ser histórico.

#### 5.2.5. 5ª charge do Correio Braziliense

**Data:** 26 de fevereiro de 1987.

**Notícia matéria-prima:** parlamentares do PFL, PDS e PTB se unem para impedir a aprovação do projeto de regimento do senador Fernando Henrique Cardoso, pois acreditavam que o texto abriria a possibilidade de diminuição do tempo de mandato do presidente.

**Autor:** Lopes

**Tipo de charge:** Política

**Personagens:** Pres. José Sarney e o dep. Ulysses Guimarães

**Crítica:** imposição dos interesses do executivo na Assembleia Constituinte

**Humor:** riso carnavalesco

**Número de cenas:** uma



Figura 30: Charge de Lopes, publicada no Correio Braziliense, 26 de fevereiro de 1987.  
Fonte: Correio Braziliense.

#### 5.2.5.1. Análise da linguagem verbal e visual

A percepção sobre os constituintes acatarem as exigências do presidente José Sarney é a crítica da charge, publicada por Lopes no dia 26 de fevereiro (figura 30).

A mensagem visual do desenho é rica em detalhes. Em um salão que representa o Congresso Nacional - mais precisamente a Câmara dos Deputados, pela reprodução da cúpula -, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, está trajado como barbeiro e pergunta ao cliente se ele quer barba e cabelo, uma referência a expressão popular “barba, cabelo e bigode”, que significa serviço completo. O humor está justamente na caricatura do cliente como o presidente José Sarney, de braços cruzados, como quem espera, entediado, um atendimento. Sua expressão com as sobrancelhas levantada e os traços labiais levemente para baixo, reforça essa representação de superioridade e arrogância. Detalhe para o bigode. Marca registrada do presidente, ele não seria feito pelo barbeiro Ulysses. É aí que se encontra a ruptura ou a surpresa que promove o riso na charge.

A ilustração é a maneira como o chargista interpretou os últimos acontecimentos sobre as manobras do presidente para garantir o tempo de seu mandato. No contexto, com o apoio do ministro da justiça, Paulo Brossard, e do líder do governo, Carlos Sant’Anna, os parlamentares do PFL, PDS e PTB se uniram contra o PMDB - partido de Ulysses - o PDT, o PT e os PCs para impedir a aprovação do projeto de regimento do senador Fernando Henrique Cardoso. Os conservadores acreditavam que o texto abriria a possibilidade de diminuição do tempo de mandato do presidente. Ao impedir a aprovação do projeto, Sarney, portanto, saiu vitorioso da primeira batalha e o acontecimento foi ressignificado pelo chargista.

#### 5.2.5.2. Significados construídos

A mensagem produz um significado de que, cada vez mais, os constituintes sediam a pressão de um constante jogo de poder, no qual o executivo é sempre o vitorioso. O regimento na mão de Ulysses Guimarães, personificado como a navalha do barbeiro, é um efeito visual usado pelo chargista para contribuir na decodificação da ilustração. No entanto, em sua polifonia, ele acaba sugerindo uma dúvida: a navalha como símbolo do regimento seria mesmo usada por Ulysses para oferecer um serviço completo e atender o jogo de interesse do executivo ou era um truque de Ulysses, que acabaria, futuramente, cortando o presidente da república? Esse era o drama vivido naquele momento e transformado em narrativa satírica gráfica pelo Correio Braziliense. Enredo este que tecia uma história que estava longe de acabar.

#### 5.2.6. 6ª charge do Correio Braziliense

**Data:** 27 de fevereiro de 1987

**Notícia matéria-prima:** Recesso para o Carnaval

**Autor:** Lopes

**Tipo de charge:** Político

**Personagens:** Constituintes

**Crítica:** Lentidão nos trabalhos da Constituinte e desinteresse dos parlamentares

**Humor:** Riso carnavalesco

**Número de cenas:** uma

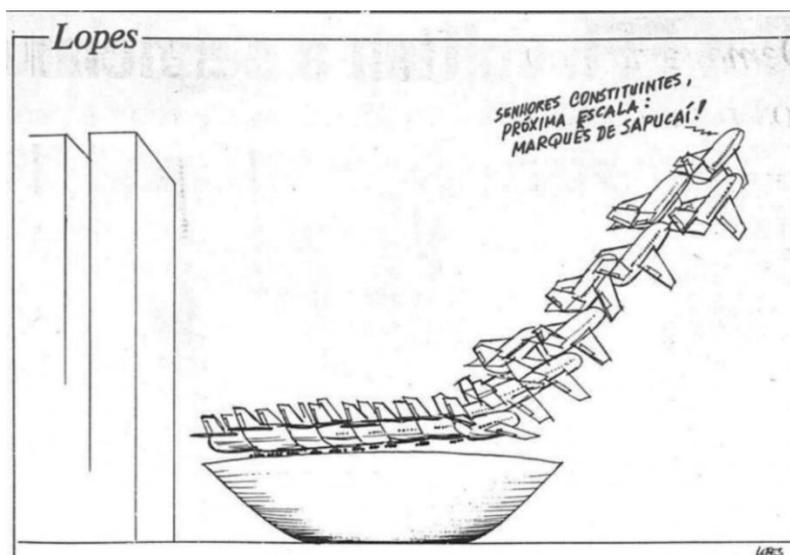


Figura 31: Charge de Lopes, publicada no *Correio Braziliense*, 27 de fevereiro de 1987.

Fonte: *Correio Braziliense*.

#### 5.2.6.1. Análise da linguagem verbal e visual

De autoria de Lopes, a imagem mostra metaforicamente os parlamentares, em fila, deixando o Congresso Nacional em aviões rumo a Marquês de Sapucaí, local no Rio de Janeiro onde acontecem os desfiles das escolas de samba. A linguagem verbal na cena é um recurso do chargista para orientar o leitor a interpretação da realidade aumentada que ele pretendia mostrar: “Senhores constituintes, próxima escala: Marquês de Sapucaí”, diz o piloto do primeiro avião, liderando os demais. A charge marca o contexto cronológico ou o tempo quantitativo: fevereiro, mês do Carnaval no Brasil. Naquele dia, a passarela do samba estaria oficialmente aberta para festa do rei Momo, portanto, o trabalho dos constituintes ou a aprovação do Regimento só aconteceria após o recesso.

O desenho é convergente com a charge da figura 29 e a reportagem “É Carnaval: sessão, sem quórum, acaba cedo”, publicada no mesmo dia no *Correio Braziliense*. Uma crítica ao desinteresse dos parlamentares em relação à elaboração das novas leis.

O debate sobre o comportamento dos constituintes consumiu os meses seguintes e dividiu opiniões. Na concepção de Barbosa, “pela primeira vez, a organização dos trabalhos internos da Constituinte foi tratada como uma questão pública. Não apenas os constituintes estavam interessados no problema do funcionamento da assembleia; também os constituintes dos constituintes voltaram sua atenção para esse desafio” (BARBOSA, 2012, p. 218).

Entretanto, como percebemos na charge, essa interpretação positiva de Barbosa não era unânime. O desenho de Lopes reforça outras percepções do jornal. A chamada de capa do *Correio Braziliense* no dia 10 de fevereiro, por exemplo, registrava que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, já encontrava dificuldades para abrir a sessão logo na primeira semana da Assembleia. “Ao ocupar a presidência, Ulysses constatou que não havia número regimental suficiente para dar início aos trabalhos, pois no Plenário encontravam-se apenas 71 parlamentares e o número mínimo exigido é de 94” (Capa do *Correio Braziliense*, 10 de fevereiro de 1987, n. 8702).

#### 5.2.6.2. Significados construídos

Ao interpretar e ressignificar o primeiro mês da Constituinte com todos os parlamentares em fila, saindo de avião para o recesso do carnaval, mesmo sem ter aprovado o regimento interno, o chargista reforçava no imaginário do leitor a ideia de que os parlamentares não trabalhavam em prol da Carta, estão sempre viajando e desinteressados com as necessidades do povo. Em sentido figurado, a palavra carnaval pode ainda significar trapalhada, folia ou confusão, conceitos esses que também poderiam ser empregados na representação daquele contexto.

Na história, o Regimento Interno da Assembleia Constituinte foi promulgado somente um mês depois, em 24 de março, na forma da Resolução nº 2, de 1987.

### 5.3. EPISÓDIO 2: VOTAÇÃO NA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DO SUBSTITUTIVO DO RELATOR BERNARDO CABRAL (PMDB-AM)

Com o Regimento Interno da Assembleia promulgado, decidiu-se que todos os parlamentares fossem membros da Constituinte, seguindo o modelo do chamado Congresso Constituinte, em que a Câmara e o Senado continuariam funcionando normalmente, e não o da Constituinte Exclusiva, na qual os representantes eleitos têm a missão exclusiva e temporária de elaborar uma Constituição. Para que todos participassem, criaram-se oito comissões, cada qual subdividida em três subcomissões. Os trabalhos dessas comissões seriam desenvolvidos de forma separadas e depois condensados em uma comissão central, chamada Comissão de Sistematização, sob a presidência do senador Afonso Arinos de Melo Franco, tendo como relator o deputado Bernardo Cabral.

Foi este o caminho seguido e adotado, que solucionou o problema participativo. Salvou também o caráter paritário da titularidade constituinte no exercício objetivo da função naquele momento inicial sem dúvida dramático. Mas não evitou o afluxo caudaloso de matérias, muitas estranhas à natureza constitucional, e nem por isso negativa sua inserção no debate e exame, porquanto consentiu a Assembleia analisar com toda opulência imaginável de dados disponíveis a vida da Nação em crise, por todos os ângulos possíveis e nos mais minudentes e diversificados aspectos (BONAVIDES; ANDRADE, 1991, p. 456).

No entanto, ao trabalharem separadamente, as comissões e subcomissões criadas causaram um problema de identidade ao texto, devido ao pluralismo extremamente fragmentário no que tange a valores, interesses, princípios e tendências de cada grupo, cuja homogeneização exigia um esforço extremo dos relatores, com prazos atropelados pela quantidade das emendas produzidas. Entre julho e agosto houve a apresentação de 20.791 emendas ao anteprojeto, entre as quais 122 populares, com 12 milhões de assinaturas estimadas. “Foi o período mais duro e agônico vivido pela Constituinte. Realmente, naquela ocasião, o público parecia perder a fé na idoneidade da tarefa executada” (BONAVIDES; ANDRADE, 1991, p. 457).

Durante esse período, tanto as charges da *Folha de S. Paulo* quanto as do *Correio Braziliense* destacaram o seguinte acontecimento: as manobras políticas do presidente José Sarney para garantir o seu tempo de mandato. De acordo com a Constituição em vigor, ele tinha direito a seis anos, mas como tinha sido eleito indiretamente durante o processo de transição, precisava da legitimação do novo texto constitucional. Na incerteza, o presidente José Sarney fez um pronunciamento em cadeia nacional de televisão no dia 18 de maio de 1987, anunciando a todos que abriria mão de um ano e ficaria com cinco. Uma tentativa de negociação política que acirrou ainda mais a guerra de poder que se formava nos bastidores da Constituinte.

No dia 15 de novembro de 1987, a Comissão de Sistematização do Congresso Constituinte manteve a proposta original do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) ao aprovar, por 48 votos a 45, a emenda do deputado Jorge Hage (PMDB-BA), que previa a redução do mandato do presidente José Sarney para quatro anos e ainda a implantação do sistema parlamentarista de governo já em março de 1988. A seguir, analisaremos como o acontecimento foi interpretado nas charges da *Folha de S. Paulo* e *Correio Braziliense*.

### 5.3.1. 7ª charge do Correio Braziliense

**Data:** 15 de novembro de 1987

**Notícia matéria-prima:** início da votação do substitutivo

**Autor:** Lopes

**Tipo de charge:** Político

**Personagem:** Presidente José Sarney

**Críticas:** Patrimonialismo, acordo e pressão do governo.

**Humor:** riso carnavalesco

**Número de cenas:** duas



Figura 32: Charge de Lopes, publicada no Correio Braziliense, 15 de novembro de 1987.

Fonte: Correio Braziliense.

#### 5.3.1.1. Análise da linguagem verbal e visual

A charge retrata a expectativa do presidente a essa votação na Comissão de Sistematização. De autoria de Lopes, a ilustração é composta por duas cenas. Na primeira, mostra José Sarney com um livro de admissões e demissões, e na segunda, apenas com o livro de demissões. A linguagem verbal orienta o leitor para a interpretação visual e reforça o significado construído pelo chargista.

- “Sou do tempo em que um fio de barba era a garantia da palavra empenhada... Por isso acho que meus amigos não vão me decepcionar”, diz o presidente José Sarney na primeira cena, preparando o interpretante para o cômico, que surge no segundo bloco:

- “Mas acho bom carregar logo a caneta pra mandar tinta nos traidores!”, conclui.

O jogo de linguagem criado com as expressões “fio de barba”, “garantia da palavra empenhada”, “meus amigos” e “não vão me decepcionar” se contrapõe na segunda cena com “mandar tinta nos traidores”, reforçando o poder do presidente da República em relação aos constituintes em caso de traição. Essa percepção fica ainda mais clara ao mostrar que, caso algo não saísse de acordo com os interesses do presidente, o “amigo” “levaria tinta”, ou seja, seria punido. E qual o castigo? A demissão. Mas um deputado não pode ser simplesmente demitido pelo presidente da República, portanto, é importante olharmos para a mensagem histórica da imagem.

Naquele contexto, o desemprego começava a ganhar força após o Plano Cruzado, saindo de uma taxa de 2,16% em dezembro de 1986 para 4,03% em setembro de 1987, durante o Plano Bresser (ARANDIA, 1991). Além disso, com o ministro da Fazenda Luís Carlos Bresser-Pereira, o governo decretava nova moratória e realizava grandes cortes de gastos e demissões no setor público. Ou seja, o desemprego estava em debate, tornando-se, novamente, um dos maiores medos dos brasileiros. Nossa interpretação é que ao fazer essa metáfora entre patrão e empregado, o chargista ressignifica o acontecimento de forma exagerada, mas retrata-o de uma maneira compreensível ao leitor de todas as classes sociais. Com esse efeito, além de trazer à tona a informação sobre a demissão no serviço público e o aumento do desemprego no país, o autor mostra, de forma clara, que haveria consequências sérias aos constituintes, caso Sarney fosse contrariado.

Observando a metanarrativa da cena, a percepção de Lopes recupera o conceito político amigo/inimigo de Carl Schmitt (1999), muito comum nas charges políticas. O conceito é visto em quase todas as cenas analisadas anteriormente, mas à medida que as votações na Assembleia avançavam, a tese ficava ainda mais nítida nas ilustrações em estudo.

Os efeitos criados por Lopes, tanto na linguagem verbal, quanto visual, intensificam uma característica da política brasileira que permanecia durante a elaboração da Constituição de 1988: o patrimonialismo, com trocas de favores, o recurso à influência, bem como o poder do Estado de, muitas vezes, se impor individualmente diante das causas públicas e comuns.

Muitos pesquisadores estudam as consequências do patrimonialismo na política brasileira. A pesquisadora Lilia Schwarcz (2020), por exemplo, afirma que o conceito e a corrupção são dois dos principais inimigos do país. Segundo a autora, ao lado do patrimonialismo, se afirma o personalismo político, “verdadeira manta de arranjos pessoais que

alimenta práticas de conchavo, de apadrinhamento, de mandonismo e de clientelismo, as quais se sobrepõem à regra pública” (SCHWARCZ, 2020, p. 75).

Esses significados estão muito presentes nas charges analisadas e se destaca na imagem em análise. Reforça que a ideia do “toma lá dá cá”, uma herança da história do Brasil, é também um registro do presente que o país não conseguiu se livrar mesmo depois de sua independência, em 1822. Pelo contrário, utilizava a prática em plena transição da democracia, contrariando o discurso oficial que profetizava mudanças.

Olhando para o passado da cultura política no Brasil, Schwarcz (2020) registra a prática desde a monarquia brasileira, quando, D. João VI, para ganhar a confiança dos comerciantes e proprietários de terras descontentes com o rumo que a nova configuração do governo estava tomando, distribuiu, de 1808 até o seu regresso para Portugal em 1821, “nada menos que 254 títulos: 11 duques, 38 marqueses, 64 condes, 91 Viscondes e 31 barões. Isso sem contar os 2.630 cavaleiros, comendadores e grã-cruzes da ordem de Cristo; 1422 da Ordem de São Bento de Avis e 590 da Ordem de Santiago” (SCHWARCZ, 2020, p. 82). A troca de favores entre os líderes políticos continuou após a independência brasileira (1822). “Durante todo o império, o total de títulos concedidos chegaria a 1.439” (SCHWARCZ, 2020, p. 85). Uma herança que chega aos dias atuais.

Durante Assembleia Constituinte, em vez de título de nobreza, o presidente José Sarney, na tentativa de conseguir aliados para garantir os cinco anos de mandato e o regime presidencialista, promoveu a maior distribuição de concessões de radiodifusão já registrado no Brasil. De acordo com dados do pesquisador Motter (2019), em três anos e meio do governo José Sarney (1985-1990), o presidente distribuiu 1.028 outorgas e superou os seus antecessores no número de licenças de emissoras de rádio e televisão concedidas. “Das 1.028 concessões outorgadas pelo governo Sarney até a promulgação da nova Constituição, 539 (52%) foram distribuídas nos últimos nove meses da Constituinte, precisamente de janeiro a outubro de 1988”, (MOTTER, 2019, p. 245).

Dos 91 constituintes que foram premiados com pelo menos uma concessão de rádio ou televisão, 84 (92,3%) votaram a favor do presidencialismo e 82 (90,1%) votaram a favor do mandato de cinco anos. Portanto, entre os parlamentares beneficiados com a distribuição de emissoras de rádio e televisão, o governo colheu uma cesta de votos suficientes para assegurar a folgada vitória obtida nas duas votações analisadas (MOTTER, 2019, p. 254).

Segundo o autor, o presidente Sarney levou ao paroxismo o clientelismo das concessões de radiodifusão, dando emissoras até para alguns dos seus ministros e ex-ministros, governadores, ex-governadores, amigos, parentes e até colunista social. “Nem a família real ficou de fora da distribuição de canais de rádio e televisão. De fato, a família Orleans e Bragança ganhou a Rádio Tribuna de Petrópolis Ltda. (FM), outorgada no dia 5 de setembro de 1988” (MOTTER, 2019, p. 265). Não nos cabe aqui estender o assunto, mas mostrar como a charge nos remete a essa permanente subordinação do interesse público aos interesses privados.

#### 5.3.1.2. Significados construídos

Ao assumir uma posição antagônica a postura do presidente José Sarney à espera do resultado da votação na Comissão de Sistematização, o chargista reforça a imagem de uma Constituinte submissa ao poder do jogo político comandado pelo governo e uma caricatura negativa do presidente da República, promovendo, novamente, o riso carnavalesco de Bakhtin (1981). Na imagem, a frase “meus amigos não vão me decepcionar” informa ao leitor uma articulação na qual o presidente José Sarney concentrava suas forças para garantir seu tempo de mandato e a continuação de um jogo político custe o que custar.

#### 5.3.2. 7ª charge da Folha de S. Paulo

**Data:** 16 de novembro de 1987

**Notícia matéria-prima:** Comissão de Sistematização aprova a emenda do deputado Jorge Hage (PMDB-BA), prevendo a redução do mandato do presidente José Sarney para quatro anos e a implantação do parlamentarismo.

**Autor:** Glauco

**Tipo de charge:** Política

**Personagens:** José Sarney e um constituinte

**Crítica:** Governo perde o jogo político e há prospecção de mudanças. Vitória do povo.

**Humor:** riso carnavalesco

**Número de cenas:** uma

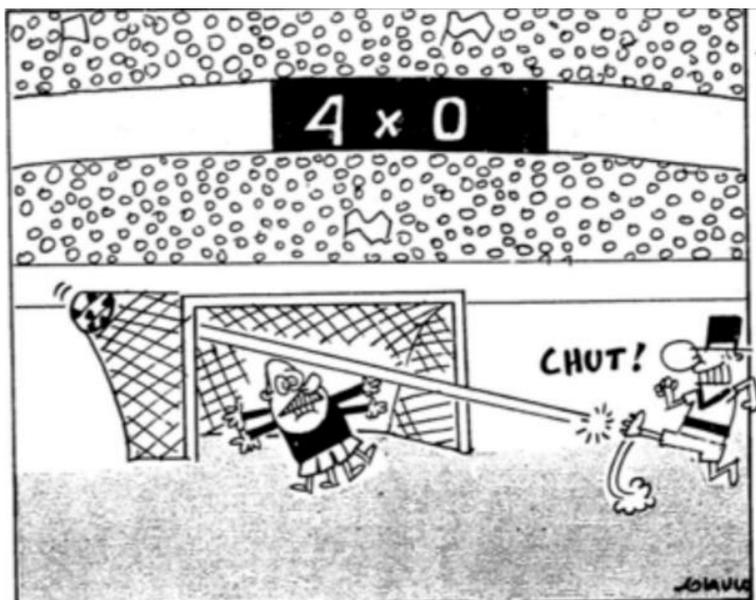


Figura 33: Charge de Lopes, publicada na Folha de S. Paulo, 16 de novembro de 1987.

Fonte: Folha de S. Paulo.

#### 5.3.2.1. Análise da linguagem verbal e visual

Publicada por Glauco no dia 16 de novembro de 1987, a ilustração (figura 33) mostra uma partida de futebol na qual o presidente, representado como goleiro, toma um gol. O jogador do time antagonista é um constituinte anônimo que ataca, consagrando a vitória em campo: 4 a 0. Rica em detalhes, a charge também ressignifica a votação na Comissão de Sistematização no dia 15 de novembro de 1987, que pretendia diminuir o mandato do presidente José Sarney para quatro anos. A mensagem se completa com o número em negrito no placar. Quatro também é a quantidade de braços e pernas do presidente, que, mesmo assim, não consegue defender a bola e perde a partida. Esses recursos conferem certa hiperbolização ao jogo enunciativo, tornando o desenho ainda mais sarcástico.

Ao fundo, no estádio lotado, nota-se que o público vibra e até levanta bandeiras. A mensagem tem relação direta com a pesquisa *Data Folha* publicada um dia antes na *Folha de S. Paulo*: para 80% dos brasileiros residentes em dez capitais brasileiras, o mandato do presidente José Sarney deveria ser reduzido para quatro anos, com a realização de eleições presidenciais diretas em novembro de 1988. A tese dos cinco anos de mandato, defendida pelo governo, tinha o apoio apenas de 11% dos entrevistados (POPULAÇÃO CONDENA SARNEY E ULYSSES, 1987, capa). Não é à toa que a charge de Lopes retrata essa euforia em um campo de futebol, paixão nacional do brasileiro. O 4 a 0 representava, portanto, a vitória do povo.

### 5.3.2.2. Significados construídos

Os recursos linguísticos usados pelo chargista – metáfora, hipérbole e ironia – ridicularizam o presidente e o resultado da votação, contribuindo para o efeito cômico e risível da charge. E mais: pela primeira vez, constrói um significado no qual a Constituinte parece ceder à pressão popular e vira o jogo. Nesse momento, surge nos traços da *Folha de S. Paulo* um sentimento de euforia e esperança. No desenho, a mensagem é de que Constituição continuará sendo a tábua de salvação do país, pois além de contar com o apoio dos brasileiros, agora tem no mesmo time os políticos que não cederam à pressão de Sarney.

## 5.4. EPISÓDIO 3: CENTRÃO IMPÕE MUDANÇA NO REGIMENTO INTERNO

O episódio da votação na Comissão de Sistematização no dia 15 de novembro de 1987, prevendo a alteração no tempo do mandato do presidente da República, foi na verdade o estopim para uma grande reviravolta na história da Constituição Federal de 1988. A partir de então, durante os meses de novembro e dezembro de 1987, a Assembleia agitou-se ao redor de uma reforma de regimento. Nesse momento, entra em cena um novo e importante personagem: o Centrão. Grupo conservador e contrário às muitas teses progressistas que estavam sendo debatidas na Assembleia, o bloco ficou conhecido por dar apoio ao presidente José Sarney que, além de outros interesses, ainda lutava para manter a duração do seu mandato presidencial para cinco anos. Durante a Assembleia, no dia 3 de dezembro de 1987, o Centrão impôs uma alteração no regimento na qual era preciso reunir a maioria absoluta para garantir a permanência dos dispositivos aprovados em comissão. Em vez dos 280 votos anteriormente necessários no regimento para rejeitar um item do projeto, agora era preciso 280 votos para manter um determinado dispositivo da proposta na Comissão de Sistematização. Essa inversão do ônus de quórum beneficiou o Centrão, que manteve a maioria dos interesses do governo.

#### 5.4.1. 8ª charge da Folha de S. Paulo

**Data:** 7 de dezembro de 1987

**Notícia matéria-prima:** Articulação do Centrão impõe mudança no regimento interno da Constituinte, garantindo a possibilidade de se oferecer emendas a todos os dispositivos do projeto de Constituição votado pela Comissão de Sistematização.

**Autor:** Glauco

**Tipo de charge:** política

**Personagens:** Centrão e o presidente José Sarney

**Crítica:** Manobra política, virada de jogo político e a vitória do governo.

**Humor:** Riso efeito libertador. Espécie de reforço que anula algum sentimento doloroso ou raiva em relação ao que não se pode mudar facilmente.

**Número de cenas:** uma



Figura 34: Charge de Glauco, publicada na Folha de S. Paulo, 7 de dezembro de 1987.

Fonte: Folha de S. Paulo.

#### 5.4.1.1. Análise da linguagem verbal e visual

Na *Folha de S. Paulo* (figura 34), a chegada do Centrão na narrativa é retratada de forma bem pitoresca. Ele entra na história vestido de Papai Noel, com cinco pernas, segurando um bolo de aniversário com os dizeres: 5 anos. Essa hiperbolização do número cinco realça o efeito de real criado pelo autor.

A expressão de alegria do presidente com a chega do Centrão de cinco pés e sua pergunta, “Papai Noel?”, intensifica a mensagem e dá o tom sarcástico final a cena, garantido a zombaria e a ridicularização do episódio. Como a vitória do presidente representava a negação dos interesses da maioria do brasileiro, se há o riso, ele é percebido mais próximo do sentido “válvula de escape”. Um efeito libertador, diante da triste situação em que se encontra e que não é possível mudar tão facilmente. Ou ainda, como uma espécie de reforço que anula algum sentimento doloroso ou raiva (FREUD, 1927). É essa mensagem que a charge de Glauco representa. Seu humor condena, alerta e transforma em riso nervoso o sentimento de repulsa e ódio da população contra as artimanhas do executivo no controle da Constituinte.

#### 5.4.1.2. Significados construídos

Por meio da hiperbolização do número cinco e da expressão de felicidade do presidente Sarney, a charge sugere que o movimento do Centrão é, na verdade, uma manobra política para garantir o tempo de mandato de cinco anos pretendido por Sarney. De forma irônica, os elementos explícitos e implícitos colaboram para que o sujeito interpretante associe a vitória de Sarney como algo inacreditável na fase que a Constituinte já se encontrava.

### 5.4.2. 8ª charge do Correio Braziliense

**Data:** 6 de dezembro de 1987

**Notícia matéria-prima:** a articulação do Centrão

**Autor:** Lopes

**Tipo de charge:** Político-social

**Personagens:** Centrão e o povo brasileiro

**Crítica:** negação ao movimento do Centrão na Constituinte

**Humor:** Efeito libertador

**Número de cenas:** uma



Figura 35: Charge de Lopes, publicada no *Correio Braziliense*, 6 de dezembro de 1987.

Fonte: *Correio Braziliense*

#### 5.4.2.1. Análise da linguagem verbal e visual

No *Correio Braziliense*, a representação negativa do Centrão é ainda mais clara. O chargista se posiciona contra a manobra do grupo na Constituinte ao transformá-lo em um sapato que pisa no povo brasileiro. Na cena, é importante prestarmos atenção nos recursos visuais oferecidos pelo autor ao sujeito interpretante. O Centrão não apenas pisa, como está centralizado, é maior e agressivo. Sua figura se contrasta com a do brasileiro, pequeno e insignificante naquele cenário, reforçando o argumento do autor.

Nesse sentido, enquanto a *Folha de S. Paulo* representa como consequência da articulação do Centrão a vitória do presidente José Sarney e a possível manutenção do seu tempo de mandato em cinco anos, o *Correio Braziliense* interpreta o fato como um abuso a democracia e aos interesses da população. O elemento verbal enfatiza o desgosto popular:

- “Quando é que vai acabar essa transição democrática?”, pergunta o homem ao ser esmagado.

A mensagem da charge é convergente com a pesquisa realizada pelo *Data Folha*, publicada no dia 8 de novembro de 1987, na *Folha de S. Paulo*. De acordo com os dados, quando perguntados sobre o que era melhor para o país naquele momento, 62% dos paulistanos eram a favor da aceleração do processo de transição com eleições presidenciais diretas até novembro de 1988; 18% eram a favor da interrupção do processo de transição com a volta dos militares ao comando do país; e apenas 15% aprovavam aquela continuidade de transição. O apoio à realização de eleições presidenciais em 1988 crescia à medida que se elevava o grau de

escolaridade e o nível sócio econômico dos entrevistados. “Quanto mais cultos e com maior renda são os consultados, maior é a taxa de aceleração da transição para a democracia” (UM TERÇO DA POPULAÇÃO..., 1987, p. A.6).

#### 5.4.2.2. Significados construídos

Até então, o texto constitucional tinha tendência liberal e progressiva, mas o movimento do Centrão fez surgir um forte temor que as inovações e avanços já introduzidos fossem por água a baixo. A charge, portanto, reforça no leitor essa inquietação. Retrata a impaciência da opinião pública para acabar com a transição e inaugurar o quanto antes o começo da estabilidade que o país clamava. A cena do brasileiro sendo esmagado pelo grupo suprapartidário sugere ainda que a Constituição não era tão cidadã como era chamada.

#### 5.4.3. 9ª charge da Folha de S. Paulo

**Data:** 31 de dezembro de 1987

**Notícia matéria-prima:** fim do primeiro ano da Constituinte

**Autor:** Spacca

**Tipo de charge:** político

**Personagens:** Constituintes do PMDB conhecidos como “grupo histórico”

**Crítica:** a desorganização dos constituintes na missão de elaborar a Constituição

**Humor:** riso carnavalesco

**Número de cenas:** duas



Figura 36: Charge de Spacca, publicada na Folha de S. Paulo, 31 de dezembro de 1987.

Fonte: Folha de S. Paulo.

#### 5.4.3.1. Análise da linguagem verbal e visual

A instabilidade da Constituinte não era percebida apenas entre o governo e o povo, mas também dentro dos próprios blocos políticos, levando Spacca a interpretar o momento histórico de forma bem criativa, como podemos ver em sua charge publicada no dia 31 de dezembro de 1987, na *Folha de S. Paulo* (figura 36).

Com humor, a última sátira de 1987 ridiculariza o PMDB, o bloco mais numeroso da Constituinte. Conhecido como “o grupo histórico”, capaz de liderar o Brasil na transição democrática, na charge, o momento torna-se “histérico”. A palavra deriva de histeria, definida no dicionário *Michaelis* como psicose que se caracteriza por falta de controle dos atos, emoções e variedade de outros sintomas, que muitas vezes simulam doenças orgânicas (supunha-se que tinha origem no útero). A partir desse conceito, histeria coletiva é compreendida como manifestação de sintomas emocionais e/ou físicos de natureza idêntica, que se apresenta em forma de um comportamento irracional de um grupo de pessoas diante de um acontecimento.

Na psicanálise, Dunker (2005) explica que, enquanto a pesquisa freudiana compreende a histeria como um trauma, o psiquiatra francês Jean-Pierre Falret, em 1866, já chamava a loucura histórica de “loucura moral” e a caracterizava pela sua versatilidade emotiva, espírito de contradição, tendência à mitomania, à mentira, impulsividade, devaneio, tirania e excentricidades. Na contemporaneidade, pelo viés de Lacan, ela não está mais associada exclusivamente à mulher e a neurose obsessiva, tal como observava Freud, mas está relacionada

a todos os gêneros, tendo como base de compreensão e características: desorientação, loucura, teatralização, fantasias e o questionamento da própria identidade. “A relação entre o sujeito e o outro está marcada pela impotência, o que traduz o tema da insatisfação estrutural do desejo na histeria”, (DUNKER, 2005, p. 51).

Ao recorrermos a psicanálise, percebemos o quanto de simbolismo carrega a palavra nessa imagem e o quanto ela representa como significado ao contexto retratado. Ao fazer o trocadilho entre histórico e histérico, o chargista não apenas causa o efeito de humor, mas promove o que consideramos nesta tese como “realidade aumentada pelo traço”, ou seja, complemento de recursos criativos a fatos reais para trazer mais informações ao leitor e fortalecer a argumentação de uma ideia.

#### 5.4.3.2. Significados construídos

O fato de a publicação da charge ter ocorrido no dia 31 de dezembro de 1987 também é simbólico. Ela faz uma “retrospectiva” dos fatos que aconteceram no ano - prática muito comum no campo jornalístico -, e condensa, em uma só imagem, diferentes notícias, significados e todas as demais charges acima. Em suma, podemos dizer que histérico era o sentido que Spacca usou para resumir aquele momento. O seu ponto de vista e argumentação sobre o resultado do primeiro ano da Assembleia, reforçando no imaginário do leitor o embate político, a fragilidade, a loucura, o teatro e a desorganização dos constituintes na missão de elaborar o texto da nossa futura Constituição.

## 5.5. EPISÓDIO 4: APROVAÇÃO DO PRESIDENCIALISMO

Em 22 de março de 1988, uma euforia tomou conta do plenário da Assembleia. Com a presença de todos os 559 membros da Constituinte e apoio decisivo do Centrão, foi aprovado, por 344 votos contra 212 e três abstenções, a manutenção do regime presidencialista. Foi a primeira vez que a Constituinte conseguiu ver todos os membros reunidos.

### 5.5.1. 10ª charge da Folha de S. Paulo

**Data:** 23 de março de 1988

**Notícia matéria-prima:** Aprovação do presidencialismo

**Autor:** Glauco

**Tipo de charge:** político

**Personagens:** Ulysses Guimarães e Presidente José Sarney

**Crítica:** Constituinte como disputa pelo poder e a vitória do governo

**Humor:** riso carnavalesco

**Número de cenas:** uma



Figura 37: Charge de Glauco publicada na Folha de S. Paulo, 23 de março de 1988.

Fonte: Folha de S. Paulo.

#### 5.5.1.1. Análise da linguagem verbal e visual

Nesta narrativa satírica gráfica, o plenário da Constituinte é metaforicamente transformado em um ringue de box. Nele, o presidente da República, José Sarney, comemora sua vitória em uma luta contra o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Na cena, enquanto Sarney, sorridente, tem o braço direito levantado pelo juiz, semelhante ao que acontece em disputas de tipo, Ulysses é caricaturado com os olhos roxos, nocauteado sobre as cordas de proteção do ringue. A exclamação “Mais que Tyson!” é uma referência ao boxeador norte-americano Mike Tyson, considerado um dos maiores lutadores nesse tipo de esporte.

A charge é convergente com o título da matéria publicada pela *Folha* no mesmo dia, na editoria de Política: “Sarney derrota Ulysses e aprova o presidencialismo”. Mas na charge, o presidente Sarney é “mais que Tyson”, ou seja, ele vai muito além do que o melhor lutador poderia fazer. É um recurso de hipérbole e ironia, criado pelo chargista para chamar atenção do leitor para uma mensagem clara: Sarney não apenas conseguia a aprovação do presidencialismo, como também que a Constituinte decidisse pelo mandato de cinco anos aos futuros presidentes. Embora esta última decisão não envolvesse, naquele momento, o mandato de Sarney, que só seria definido alguns meses depois, nas disposições transitórias, a vitória do presidencialismo já era considerada pelo chargista indicativa de que os constituintes acabariam conferindo a Sarney o mandato de cinco anos. Portanto, a expressão “mais que Tyson” tem como sentido essa dupla vitória do presidente, a qual os parlamentaristas atribuíam como resultado das pressões internas desencadeadas pelo governo. Ainda como recurso linguístico criado pelo autor, o uso da paronomásia “Mais que Tyson/Mike Tyson”, aproximação de palavras diferentes com sons parecidos, também colabora para promover o efeito de real e o humor no desenho.

#### 5.5.1.2. Significados construídos

A charge não tem intenção de ridicularizar o presidencialismo diretamente, mas o duelo entre o governo e os constituintes, que se venderam para atender as exigências e os interesses do presidente. Satiriza, em segundo plano, a famosa frase “é dando que se recebe”, proferida pelo líder do Centrão na ocasião, o deputado do PMDB Roberto Cardoso Alves. Uma releitura da oração de São Francisco de Assis para defender e justificar as barganhas dos parlamentares em troca de votos no Congresso.

Ao caricaturar o presidente José Sarney “mais que Tyson” e fazer essa referência à luta entre partidos e interesses da classe, a charge de Glauco recupera, novamente, o sentido

político amigo/inimigo adotado por Schimitt (1999). No desenho, nota-se ainda a expressão de tristeza do público do lado esquerdo, enquanto o lado direito, em menor número, comemora sorrindo. Todos esses efeitos de sentidos reforçam no leitor a problematização dos interesses partidários, levando-o a questionar se a Constituição que estava sendo construída alcançaria o futuro democrático almejado ou apenas atenderia as veemências de uma minoria dominante no poder.

### 5.5.2. 9ª charge do Correio Braziliense

**Data:** 23 de março de 1988

**Notícia matéria-prima:** Aprovação do presidencialismo

**Autor:** Lopes

**Tipo de charge:** Político-social

**Personagens:** Povo brasileiro

**Críticas:** a Constituição, que deveria ser cidadã, não incluía, de fato, os interesses do povo.

**Humor:** Riso como efeito libertador ao que não se pode mudar facilmente

**Número de cenas:** uma

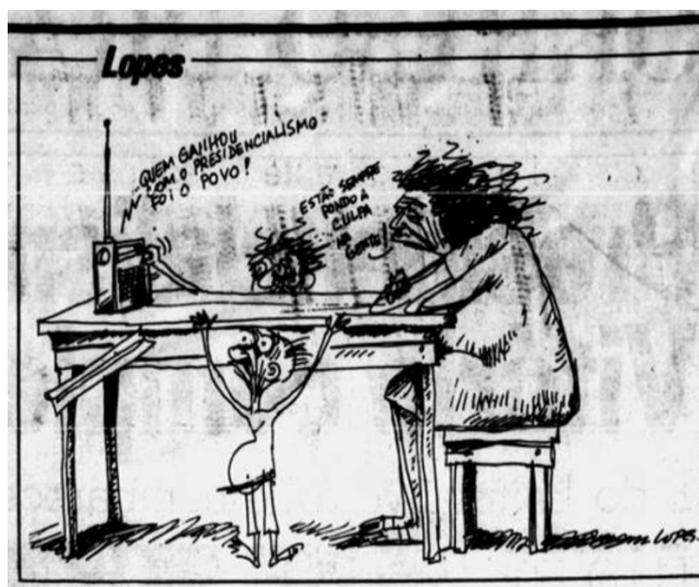


Figura 38: Charge de Lopes publicada na Correio Braziliense, 23 de março de 1988.

Fonte: Correio Braziliense.

### 5.5.2.1. Análise da linguagem verbal e visual

Ao retratar a vitória do presidencialismo, a charge de Lopes, publicada no *Correio Braziliense*, no dia 23 de março de 1988 (figura 38), faz referência direta ao abismo entre a população e os governantes, bem como a desconfiança que havia a respeito do novo texto constitucional em processo.

A imagem mostra uma mãe pobre, mal vestida, com aspecto de cansaço, sentada em uma mesa improvisada de madeira, sem comida e ao lado de dois filhos. Um deles sintoniza o rádio e escuta:

- “Quem ganhou com o presidencialismo foi o povo!”
- “Estão sempre pondo a culpa na gente!”, responde a mãe ao ouvir a notícia.

A charge é uma resposta divergente ao texto “Compromisso resgatado”, publicado na capa do *Correio Braziliense* na edição do mesmo dia. Na notícia, o jornal não só afirma que “a vocação presidencialista do povo brasileiro foi manifestada”, como também relembra que a forma parlamentar de governo, adotada pelo Congresso em 1961, foi esmagadoramente rejeitada pelo povo em histórica manifestação plebiscitária:

A decisão histórica da Assembleia Nacional Constituinte de manter a forma presidencial de governo corresponde à execução do mais importante compromisso celebrado com a soberania popular pela liderança política da nação. Com efeito, a vocação presidencialista do povo brasileiro manifestou-se de maneira inequívoca na campanha civilista em favor das eleições diretas para a presidência da República, ao cabo da qual a sociedade veio às urnas para eleger o colegiado constituinte encarregado de legar ao País uma nova ordem constitucional. Privar a nação de escolher um presidente munido de poderes suficientes para o ofício crítico do Governo da República constituiria intolerável usurpação de prerrogativas. Agiram, também os portadores da delegação constituinte na linha das tradições nacionais que abarcam quase um século de regime presidencialista. Por igual, situaram-se com nitidez no plano histórico, eis que a forma parlamentar de governo, adotada pelo Congresso em 1961, foi esmagadoramente rejeitada pelo povo em histórica manifestação plebiscitária. Em consequência, a recusa da Constituinte ao sistema parlamentarista, por decisão tomada com a presença de todos os constituintes e por margem significativa de votos, vincula a futura Constituição às aspirações legítimas e transparentes da sociedade nacional. É desta legitimidade que a Carta Magna precisa, com tónus vivificador de sua existência para amparar instituições duradouras e, por meio delas, fomentar a estabilidade política de que tanto carece o Brasil para realizar o seu destino de grandezas (COMPROMISSO RESGATADO, 1988, capa).

No sentido oposto ao da reportagem, percebe-se que, pela primeira vez durante essa análise, o chargista do *Correio Braziliense* se posiciona contra o texto do próprio jornal. Embora a imagem não se seja diretamente a favor ou contra o regime de governo adotado, ela critica a

maneira como o povo brasileiro é invocado pelos governantes, sempre que esses tentam justificar os interesses políticos pessoais da classe para manter a ordem social.

A polifonia da charge nos direciona ainda para outra reflexão: o envolvimento do cidadão no contexto da elaboração das novas leis. Apelidada de Constituição Cidadã, não se pode negar que a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 propiciou uma oportunidade inédita de participação política ao povo brasileiro, visto que o mesmo não ocorreu em nenhuma das constituições brasileiras anteriores, mas é importante analisar a diferença e a qualidade de interação em cada grupo social. Na charge, por exemplo, a figura da mãe representada de braços cruzados, desmotivada e distante do Congresso Nacional, bem como o seu comentário negativo a respeito dos políticos, passa ao leitor a mensagem que ela não se envolvia ativamente no processo. Ou seja, seria um absurdo tratar todo o conjunto dos brasileiros como sendo uma população cujos membros disporiam todos igualmente do mesmo grau de politização e participação.

Essa tese é comprovada com ajuda do banco de dados do Sistema de Apoio Informativo à Constituinte (SAIC), que coletou e armazenou as 72.719 sugestões emanadas da população brasileira à Assembleia. Embora não sejam 100% bases sólidas, visto que o arquivo mostra que cerca de 16% dessas sugestões foram duplicadas, ou seja, enviadas por pessoas que já haviam contribuído, há informações importantes: 65,7% das pessoas que enviaram sugestões para a Constituinte de 1987 eram homens, 34,3% mulheres e 88,6% moradores da zona urbana. Os números mostram ainda que apenas 0,9% da população do SAIC é analfabeta, enquanto 39,3% das pessoas que enviaram sugestões tinham II grau completo e 29% ensino superior (MONCLAIRE, 1991). Quando percebemos que em 1988 o Brasil tinha cerca de 144 milhões de habitantes e 25% eram analfabetos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os dados do SAIC nos indicam, portanto, que essa participação não atingia nem mesmo a grande massa iletrada. Mostram que o povo a qual a Constituinte se refere era, na verdade, uma parcela da opinião pública, representada pela articulação de lobbies ou grupos de interesses organizados, como sindicatos e corporações. Conforme registram Bonavides e Andrade (1991), “os lobbies, que nunca existiram em outras Constituintes, se tornaram uma presença familiar, e os grupos de pressão, tanto do meio empresarial como das classes obreiras e respectivas organizações sindicais, já mais se mostraram tão ativos e assíduos no Congresso quanto neste período” (BONAVIDES; ANDRADE, 1991, p.491).

Por outro lado, a pluralidade de informação dessa charge de Lopes também não nega, por completo, a politização de sua personagem. Nota-se que, mesmo não participando

ativamente do processo histórico, a mulher está em casa, ouvindo o que se passa na Constituinte, tendo o rádio como meio de comunicação, outro recurso do chargista para retratar a classe social na cena. Na imagem, a personagem não está lendo um jornal escrito, o que deixa em aberto se ela é ou não analfabeta, e também não está assistindo televisão, meio de comunicação mais caro e menos acessível ao cidadão comum naquele contexto. Entretanto, a charge documenta um importante dado histórico: a tentativa da Assembleia Nacional Constituinte de divulgar ao máximo o trabalho dos constituintes. Além da mídia tradicional na época (revistas, jornais, rádios e televisões privadas, que passaram a ter acesso à informação), só a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás) divulgou 763 programas sobre a tramitação da Constituição. O programa de rádio e TV Diário da Constituinte informava as discussões no Congresso Nacional e foi uma experiência que levou Senado e Câmara dos Deputados a criarem departamentos de rádio e TV permanentes.

#### 5.5.2.2. Significados construídos

Em suma, a imagem de Lopes faz duas críticas importantes: mostra os interesses do governo e de particulares acima do coletivo, mas sempre colocando a culpa no povo; e alerta para o fato de que, mesmo naquele contexto de acontecimento histórico, o fenômeno da politização é uma situação social complexa, onde cada indivíduo sofre múltiplas influências que lhe condicionam um maior ou menor grau de motivação.

Nesta concepção, em meio à campanha de uma Constituição Cidadã, a charge mostra que essa cidadania não atingia a grande massa popular. Pelo contrário, reforça a estratificação social e a perversidade que separa os brasileiros pobres dos ricos dominantes. Enquanto esses manipulam o povo para continuarem no poder, aos marginalizados cabem apenas explosões catárticas ou expressões indiretas de sua revolta. Segundo Darcy Ribeiro, “estão resignados ao seu destino, apesar da miserabilidade em que vivem, e por sua incapacidade de organizar-se e enfrentar os donos do poder” (RIBEIRO, 2015, p. 158):

Essas duas características complementares – as distâncias abismais entre os diferentes estratos e o caráter intencional do processo formativo – condicionaram a camada senhorial para encarar o povo como mera força de trabalho destinada a desgastar-se no esforço produtivo e sem outros direitos que o de comer enquanto trabalha, para refazer suas energias produtivas, e o de reproduzir-se para repor a mão de obra gasta (RIBEIRO, 2015, p. 160).

Portanto, sobre a aprovação do presidencialismo, enquanto a charge da *Folha de S. Paulo* destaca o jogo político, o *Correio Braziliense* relaciona o acontecimento aos problemas do povo brasileiro, cada vez mais frustrado e distante da realidade da construção da nova Constituição. De modo geral, é essa ideia que vai se formando no imaginário do leitor à medida que a tramitação da Constituição de 1988 avança: a percepção de uma Constituinte fragmentada e submissa a um governo que invoca a democracia apenas para atender seus interesses e da classe aliada. É a mesma história, que se repete desde os tempos do Brasil colônia ou sua primeira Constituição, em 1824. No desenho, o humor construído tem efeito libertador tal como descrito por Freud (1927). Um riso de nervoso, sobre algo que não se pode mudar facilmente.

## 5.6. EPISÓDIO 5: APROVAÇÃO DO MANDATO DE CINCO ANOS PARA O PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

A força do presidente José Sarney na Constituinte, que até o levou a ser caricaturado como Tayson na charge da *Folha de S. Paulo* (Figura 37), é novamente confirmada três meses após a aprovação do presidencialismo. No dia 2 de junho de 1988, finalmente, a duração do tempo de seu mandato foi decidida. Com 328 votos favoráveis, os constituintes aprovaram o mandato de cinco anos para o presidente, garantindo sua permanência no poder por mais 21 meses e 13 dias. Terminava aqui o desenrolar de um suspense chave na narrativa das charges analisadas, principalmente na história da *Folha de S. Paulo*, que a esta altura já havia transformado o drama “quem vencerá?” no principal conflito. A seguir, veremos como cada jornal ressignificou o acontecimento.

### 5.6.1. 11ª charge da Folha de S. Paulo

**Data:** 3 de junho de 1988.

**Notícia matéria-prima:** aprovação do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney

**Autor:** Glauco

**Tipo de charge:** Político

**Personagens:** Centrão e o presidente José Sarney

**Crítica:** patrimonialismo e grupos de conchavo presentes na elaboração da Constituição

**Humor:** Riso carnavalesco

**Número de cenas:** uma



Figura 39: Charge de Glauco, publicada na Folha de S. Paulo, 3 de junho de 1988.

Fonte: Folha de S. Paulo.

#### 5.6.1.1. Análise da linguagem verbal e visual

Na charge da *Folha de S. Paulo* sobre esse acontecimento (figura 39), publicada no dia 3 de junho de 1988, Glauco retrata de forma criativa o presidente comemorando com seus aliados em um “trenzinho da alegria”, termo para se referir aos servidores públicos não concursados. Veja que o humor se forma justamente nessa referência. Não necessariamente ao concurso, mas uma crítica à legitimidade de José Sarney, um presidente que, mesmo sem ser eleito diretamente pelo povo, acabava de ser efetivado pela Constituinte. O elemento verbal do texto reforça e direciona o leitor para o sentido pretendido pelo chargista:

- “É cinco anos tchá-tchá-thá. É cinco anos tchá-tchá-tchá”.
- “Disfarça, pessoal! Trenzinho da alegria a gente comemora depois!”.

Há na imagem uma hiperbolização do número cinco, tanto quando é dito ou cantado verbalmente, como na caricatura dos cinco personagens, que têm cinco pernas. No discurso, portanto, predomina a ridicularização, a ironia e a ambiguidade. Todos esses elementos pictóricos formam o riso ambivalente e carnavalesco de Bakhtin (1981), marcado pela afirmação e ao mesmo tempo negação da autoridade presidencial.

### 5.6.1.2. Significados construídos

A mensagem principal da charge é a vitória do governo custe o que custar. A cena da comemoração entre amigos se articula com as demais charges analisadas anteriormente – inclusive com outros veículos de comunicação, como a ilustração de Lopes publicada no Correio Braziliense no dia 15 de novembro de 1987 (Figura 32) – e reafirma a ideia do patrimonialismo, clientelismo e grupos de conchavo presentes na elaboração da Constituição de 1988.

### 5.6.2. 10ª charge do Correio Braziliense

**Data:** 4 de junho de 1988

**Notícia matéria-prima:** aprovação do mandato de cinco anos para o presidente. Entrevista concedida por José Sarney logo após os resultados.

**Autor:** Kácio

**Tipo de charge:** político-social

**Personagens:** Povo brasileiro e o presidente José Sarney

**Crítica:** o Brasil sem perspectiva de um futuro promissor.

**Humor:** Rindo de nervoso. Efeito libertador ao que não se pode mudar facilmente

**Número de cenas:** uma



Figura 40: Charge de Kácio, publicada no Correio Braziliense, 4 de junho de 1988.

Fonte: Correio Braziliense.

### 5.6.2.1. Análise da linguagem verbal e visual

Na charge do *Correio Braziliense*, publicada em 4 de junho de 1988 (figura 40), Kácio segue os traços de Lopes (figura 38) e retrata o acontecimento pela percepção do brasileiro. A cena mostra o presidente da República na televisão, acenando ao povo e formando o número cinco com a mão, uma referência ao tempo de seu mandato. A expressão de superioridade de Sarney se contrasta com a fisionomia de angústia e descontentamento do telespectador, um homem de classe média, que mostra o bolso vazio.

- “Mas a única garantia que eu tenho até 1990 é meu TV Planaltisubishi”, diz o telespectador.

A palavra “garantia” e a expressão “até 1990”, em negrito, se completam pelo efeito visual do bolso vazio. Em crise econômica, o homem na cena, com olhar desiludido, não tem nenhuma certeza do seu futuro. Outro recurso criativo usado pelo autor é a mão do presidente Sarney saindo da tela da televisão. Em um movimento dinâmico, ela se aproxima do espectador, ganha mais visibilidade e promove um efeito de real ainda maior. Com todos esses traços, a imagem ridiculariza e contradiz o discurso de vitória do presidente, que prometia, a partir de então, “mudanças profundas para mudar o país”. Em entrevista concedida logo após os resultados, Sarney prometia devolver o país a sua linha histórica de crescimento, comprometeu-se em trabalhar para manter o desenvolvimento econômico, evitar a recessão e reintegrar o Brasil na comunidade financeira internacional. Segundo o presidente, o objetivo após a decisão de seu mandato era reparar a nação para os desafios do século XXI.

“Vou exercer o mandato agora com maior responsabilidade ainda, que o da confiança que a Assembleia Nacional Constituinte acaba de me dar, entregando-me a obrigação de concluir a transição democrática como estou fazendo, com grandes dificuldades, mas sem perder a esperança e com a certeza de que nós vamos chegar, sem dúvida, a um bom porto”. Palavras do presidente, que garantiu ainda a realização de eleições municipais a 15 de novembro deste ano, porque elas são irreversíveis. E também as eleições presidenciais no próximo ano e a posse do seu sucessor a 15 de março de 1990, conforme decidiu a Constituinte (SARNEY FICA MAIS 21 MESES, 1988, capa).

### 5.6.2.2. Significados construídos

A mensagem da charge é de um futuro marcado por incertezas. Ela reforça no imaginário do leitor que a Constituição de 1988 não é mais confiável como garantia de um Brasil promissor. Essa ideia é reforçada por Kácio na próxima charge, publicada no dia 22 de junho de 1988 (Figura 41).

### 5.6.3. 11ª charge do Correio Braziliense

**Data:** 22 de junho de 1988

**Notícia matéria-prima:** o desenrolar da Constituinte após aprovação do mandato do presidente

**Autor:** Kácio

**Tipo de charge:** político

**Personagens:** Ulysses Guimarães e a Constituição como elefante branco

**Crítica:**

**Humor:** Riso carnavalesco

**Número de cenas:** uma



Figura 41: Charge de Kácio, publicada no Correio Braziliense, 22 de junho de 1988.

Fonte: Correio Braziliense

### 5.6.3.1. Análise da linguagem verbal e visual

Publicada no dia 22 de junho de 1988, a charge de Kácio representa o deputado Ulysses Guimarães empurrando, com muito esforço, a Constituição, representada na cena como um elefante branco, termo utilizado na política para se referir a obras públicas sem utilidade. A expressão tem origem na Tailândia, onde o elefante branco era raro e considerado sagrado. Segundo Riboldi (2009), lá, quando alguém o encontrava, deveria entregá-lo imediatamente ao rei, que presenteava algum cortesão. Quem recebia o tal “agrado” não poderia recusá-lo, nem passar adiante, pois, afinal, era o presente de um rei. O problema era que cuidar do animal, dar alimento e banho, por exemplo, era oneroso e não havia nenhuma utilidade prática. É com esse o mesmo sentido que a Constituição estava sendo percebida por muitos naquele momento, inclusive o presidente Sarney, como veremos no próximo episódio. Ao fazer a analogia com o ditado popular, o chargista ridiculariza e destrona a própria Constituição, como no riso carnavalesco de Bakhtin (1981).

### 5.6.3.2. Significados construídos

A poucos meses de promulgação da Constituição, a charge tem um importante significado. Ela sugere ao leitor que o texto constitucional, o qual a princípio deveria trazer resultados prósperos ao país, na verdade, da maneira como estava sendo conduzido, acabaria causando mais custo, problemas e prejuízo ao Brasil. Ou seja, o otimismo de Kácio que aparece em sua primeira charge (Figura 26), publicada no segundo dia de Constituinte, 2/2/1987, quando ele representa a transição como um “passaporte para terceiro milênio”, agora sugere dúvidas quanto à capacidade da nova Constituição de responder às expectativas nela depositadas. No entanto, vimos ao longo da narrativa que essa mudança de percepção nas charges do Correio Braziliense não acontece de uma hora para outra. Ela vai se construindo, à medida que surgem novos episódios e conflitos. Curiosamente, essa charge de Kácio vai dialogar com mensagem do presidente José Sarney, proferida dias depois, em 26 de julho de 1988, quando ele discursa em cadeia nacional de televisão, tecendo críticas ao projeto de Constituição. A previsão presidencial era que a Carta tornaria o país “ingovernável”. A discussão desse acontecimento será feita a seguir.

### 5.7. EPISÓDIO 6: PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY EM CADEIA NACIONAL DE TV TECENDO CRÍTICAS AO PROJETO FINAL DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

A atuação do presidente José Sarney como um dos personagens principais da história da elaboração da Constituição não terminou no episódio da fixação de seu mandato. Após esse acontecimento, surge um novo conflito. Em 26 de julho de 1988, ele discursa, em cadeia nacional de rádio e televisão, tecendo críticas ao projeto de Constituição que já estava em fase final de votação. A previsão presidencial era que a Carta tornaria o país “ingovernável”, caso os constituintes mantivessem, sem alteração, o texto aprovado no primeiro turno com todas as reivindicações corporativas e desbalanço entre poder e dever. Segundo o presidente, com o alto custo para manter os direitos e regras estabelecidos nas novas leis, haveria aumento de impostos e do déficit público, com recessão e desemprego, causando ao Tesouro ônus insuportável, com reflexo imediato sobre o Orçamento Geral da União, sujeito a uma sobrecarga equivalente a 12 bilhões e 600 milhões de dólares. Por conta desse acontecimento, “ocorreu uma das mais graves crises da Assembleia, decorrente do estremecimento de relações entre aquela Casa e o Planalto” (BONAVIDES; ANDRADE, 1991, p. 464).

No dia seguinte, 27 de julho de 1988, Ulysses Guimarães, também em cadeia nacional de rádio e televisão, respondeu a fala presidencial em uma enérgica defesa ao projeto de Constituição. Ao referir-se à acusação de que o texto tornaria o país ingovernável, o deputado afirmou que a Constituição seria a guardiã da governabilidade:

A Constituição, com as correções que faremos, será a guardiã da governabilidade. A governabilidade está no social. Esta constituição, o povo brasileiro me autoriza proclamá-la, não ficará como bela estátua inacabada, mutilada ou profanada. O povo nos mandou aqui para fazê-la, não para ter medo. Viva a Constituição de 1988! Viva a vida que ela vai defender e semear! (ULYSSES REBATE CRÍTICAS DE SARNEY, 1988, p. 5).

Na mesma noite do discurso de Ulysses, a Constituinte, vivendo um de seus maiores dias, aprovou por 408 votos contra 18 e 55 abstenções, o projeto de Constituição elaborado em primeiro turno. Um dia depois do mais duro e causticante ataque que o presidente Sarney desferiu contra o texto. Após esse acontecimento, os constituintes tinham pela frente a discussão de 1.744 destaques, mas lhes confortavam a vitória do sim.

Mas o discurso do presidente José Sarney criticando a Constituição causou desgosto e incomodou a maioria dos parlamentares. O ministro da Previdência Social, Renato Archer, chegou a pedir demissão. Havia medo de uma virada de jogo do governo ou até o fechamento da Assembleia. Nos jornais, as charges também acompanhavam o episódio.

### 5.7.1. 12ª charge da Folha de S. Paulo

**Data:** 27 de julho de 1988

**Notícia matéria-prima:** pronunciamento do presidente

**Autor:** Glauco

**Tipo de charge:** Político

**Personagens:** presidente José Sarney

**Crítica:** crítica ao pronunciamento e a postura do governo

**Humor:** riso carnavalesco

**Número de cenas:** uma

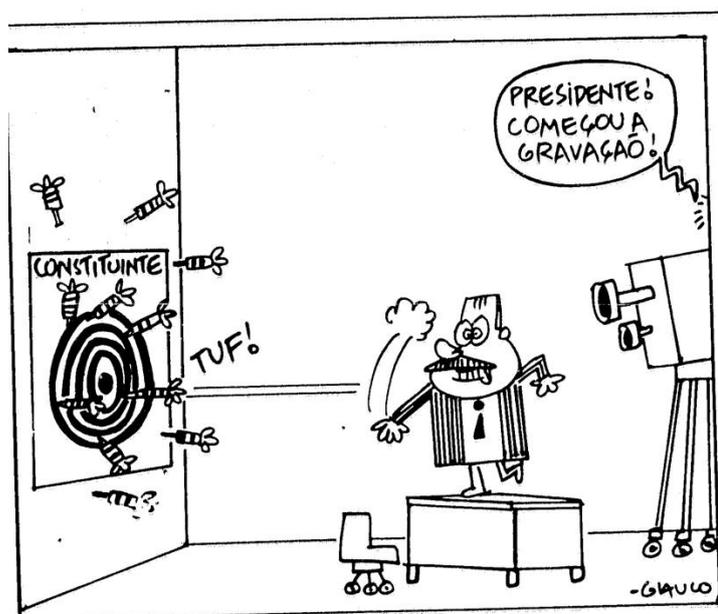


Figura 42: Charge de Glauco, publicada na Folha de S. Paulo, 27 de julho de 1988.

Fonte: Folha de S. Paulo.

#### 5.7.1.1. Análise da linguagem verbal e visual

Na Folha de S. Paulo, a ilustração de Glauco, publicada no dia 27 de julho faz uma sátira ao episódio (figura 42). O texto visual mostra o presidente José Sarney jogando dardos, tendo como alvo a Constituinte. Nota-se que ele chega a subir na mesa para se destacar e acertar o centro, mas erra em todas as tentativas. Cinco flechas, inclusive, estão completamente fora da margem limite, simbolizando que nenhuma das jogadas do presidente alcançaram o alvo ou seu

objetivo. A linguagem textual do balão direciona o leitor para a interpretação pretendida pelo chargista e marca o tempo da narrativa:

- “Presidente! Começou a gravação”.

A cena acontecia minutos antes do seu pronunciamento na televisão, quando o presidente da república atacava publicamente a Constituinte e o projeto de Constituição.

No desenho, é importante observamos ainda a repetição do gesto e do movimento relacionado ao jogo de dardo como recurso para retratar o ócio no trabalho. Usado aqui na imagem de Glauco, a mesma referência ao jogo foi encontrada na charge de Lopes, publicada no Correio Braziliense, no dia 17 de fevereiro de 1987 (figura 29). Um exemplo de Pathosformel (WARBURG, 2015), como explicamos no capítulo II dessa tese: elementos visuais que permanecem no tempo e se repetem. Ou seja, dois chargistas diferentes usaram o mesmo recurso de linguagem, mas em tempos e situações distintas.

#### 5.7.1.2. Significados construídos

Neste contexto, o desenho de Glauco ridiculariza, de forma criativa e bem-humorada, a postura do governo. Apresenta-se como um texto irônico ao discurso do presidente José Sarney e seu embate com a Assembleia. Duelo este que vem sendo desenhado pouco a pouco durante toda a história, fomentando a representação de uma Constituinte cada vez mais cerceada pelo jogo político dominante. Reforça o ataque do Sarney aos constituintes e as leis que estavam sendo elaboradas. O significado que sobressai é de um futuro ainda incerto para uma Constituição que era sempre alvo do presidente.

#### 5.7.2. 12ª charge do Correio Braziliense

**Data:** 27 de julho de 1988

**Notícia matéria-prima:** pronunciamento do presidente

**Autor:** Kácio

**Tipo de charge:** Política

**Personagens:** Presidente José Sarney e o povo brasileiro

**Crítica:** ao pronunciamento e postura do governo

**Humor:** riso carnavalesco

**Número de cenas:** uma



Figura 43: Charge de Kácio, publicada no Correio Braziliense, 27 de julho de 1988.

Fonte: Correio Braziliense.

#### 5.7.2.1. Análise da linguagem verbal e visual

Publicada no dia 27 de julho de 1988, a ilustração de Kácio (figura 43) mostra o presidente José Sarney como um símbolo da *TV Globo*. É importante lembrarmos que, em 1988, uma das vinhetas da emissora era justamente “é um choque o que vem por aí”. A onomatopeia do “Plim! Plim”, efeito sonoro conhecido como a marca do canal, reforça a paródia e o sentido de realidade. O humor é construído nessa semelhança entre a fala do presidente e a vinheta da *Rede Globo*, relacionando-a ao projeto da nova Constituição, que, segundo o governo, seria um choque ao futuro do país. Como efeito a esse choque, a população, representada na imagem por cinco personagens sentados no sofá da sala (o mesmo número do tempo do mandato do Sarney), estão de cabelo em pé, um artifício para promover o riso.

#### 5.7.2.2. Significados construídos

Ridiculariza o discurso do presidente José Sarney sobre a nova Constituição tornar o Brasil um país ingovernável, mas, por outro lado, também oferece ao leitor a reflexão se o novo texto Constitucional realmente causaria mais danos que salvação à população.

## 5.8. EPISÓDIO 7: A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

No desfecho da narrativa, após as críticas do presidente Sarney na televisão em julho, a atmosfera da crise que se respira por conta da tensão instalada entre a Constituinte e o Executivo impulsionou um esforço concentrado nas votações. Isso porque havia medo que a Assembleia fosse fechada ou ainda que as próximas votações não fossem adiante por falta de quórum. Nesse cenário, depois da aprovação do projeto de Constituição em 27 de julho, o segundo turno de tramitação prosseguiu em um ritmo acelerado de tal forma, que fez possível a promulgação da Constituição no dia 5 de outubro de 1988.

A festa para celebrar o grande acontecimento começou logo pela manhã, com um culto ecumênico, e às 15h30, o presidente da Constituinte declarou aberta a sessão solene. Cumprido os atos protocolares, foram proferidos dois discursos: um por Ulysses Guimarães e outro por Afonso Arinos de Melo Franco, presidente da Comissão de Sistematização. Em seu discurso, Ulysses destacou a mudança na definição dos poderes e na cidadania. Afirmou que a Constituição não é perfeita e enfatizou a importância de sua obediência. Enalteceu as 61.020 emendas apresentadas, bem como as 122 emendas populares:

Hoje. 5 de outubro de 1988, no que tange à Constituição, a Nação mudou. (Aplausos). A Constituição mudou na sua elaboração, mudou na definição dos Poderes. Mudou restaurando a federação, mudou quando quer mudar o homem cidadão. E é só cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa. Num país de 30 milhões, 401 mil analfabetos, afrontosos 25 por cento da população, cabe advertir a cidadania começa com o alfabeto. Chegamos, esperamos a Constituição como um vigia espera a aurora. A Nação nos mandou executar um serviço. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo. A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito. Rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio e o cemitério. Quando após tantos anos de lutas e sacrifícios promulgamos o Estatuto do Homem da Liberdade e da Democracia bradamos por imposição de sua honra. Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania aonde quer que ela desgrace homens e nações. Principalmente na América Latina. Foi a audácia inovadora, a arquitetura da Constituinte, recusando anteprojeto forâneo ou de elaboração interna. O enorme esforço admissionado pelas 61 mil e 20 emendas, além de 122 emendas populares, algumas com mais de 1 milhão de assinaturas, que foram apresentadas, publicadas, distribuídas, relatadas e votadas no longo caminho das subcomissões até a redação final. A participação foi também pela presença pois diariamente cerca de 10 mil postulantes franquearam livremente as 11 entradas do enorme complexo arquitetônico do Parlamento à procura dos gabinetes, comissões, galeria e salões (Trecho do discurso do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães na sessão solene de promulgação da Constituição. Fonte: site Senado).

No dia anterior, o evento contou ainda com uma cerimônia realizada pelo Ministério da Agricultura e pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), num terreno localizado atrás da praça dos Três Poderes, transformado em Bosque dos Constituintes. No local, foram plantadas 600 mudas de 20 espécies de árvores brasileiras, cada uma com o nome dos 559 constituintes ou suplentes que participaram do processo ao longo dos 20 meses. O ato marcava a inclusão no novo texto constitucional de um artigo inteiramente dedicado à preservação ambiental, o de número 225, que estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Uma inovação, já que o Brasil era um dos primeiros países do mundo a tratar de questões ambientais em um texto constitucional.

No evento, Ulysses plantou uma muda de “Pau-Ferro” e foi esse o acontecimento escolhido pelo chargista Glauco para retratar, em sua narrativa satírica gráfica, a promulgação da Constituição de 1988 (figura 44).

### **5.8.1. 13ª charge da Folha de S. Paulo**

**Data:** 5 de outubro de 1988

**Notícia matéria-prima:** promulgação da Constituição Federal de 1988

**Autor:** Glauco

**Tipo de charge:** Político

**Personagens:** Ulysses Guimarães e jornalistas

**Crítica:** Constituição como falácia

**Humor:** Riso carnavalesco

**Número de cenas:** uma



Figura 44: Charge de Glauco, publicada na Folha de S. Paulo, 5 de outubro de 1988.

Fonte: Folha de S. Paulo.

#### 5.8.1.1. Análise da linguagem verbal e visual

A charge mostra o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, no centro da imagem, de joelhos, plantando uma árvore e cercado de jornalistas. A construção do humor e o efeito do riso carnavalesco de Bakhtin com o “destronamento” e a ridicularização do deputado, é evidente em vários elementos.

O efeito visual já é depreciativo não somente pela posição corporal, mas também pela expressão facial de Ulysses. Os olhos para baixo e o sorriso envergonhado demonstram um embaraço, bem diferente do entusiasmo que ele afirmava estar sentindo na ocasião, conforme publicado na página A.5 da *Folha de S. Paulo*, edição do mesmo dia da charge:

Na primeira das quatro oportunidades em que se viu cercado por repórteres e câmeras de TV, Ulysses Guimarães, presidente do Congresso Constituinte, disse se sentir “como uma noiva”, na véspera da promulgação do novo texto constitucional. E foi mais longe: “Uma noiva muito emocionada, partindo para um casamento tão duradouro quanto as instituições. Um casamento monogâmico e indissolúvel (NATALI, 1988, p. A5).

Outro recurso visual utilizado pelo chargista para o “destronamento” de Ulysses é o cenário da narrativa. Ao fundo, o Congresso Nacional é representado pela cúpula voltada para cima, ou seja, a que abriga o Plenário da Câmara dos Deputados. Esse efeito visual não está ali por acaso e sugere que aquela seria sua última cena como presidente da Constituinte, já que os trabalhos teriam terminados. Após a cerimônia, ele deveria retornar aquela Casa, ao seu posto de deputado.

Mas a análise dos elementos pictóricos da charge demonstra que o autor vai além e zomba até mesmo do novo texto constitucional. Para isso, ele usa como recurso de linguagem as falas dos personagens:

- “Dr. Ulysses, que árvore o senhor está plantando?”, pergunta um jornalista.
- “Pé de abobrinha!”, responde Ulysses.

O diálogo orienta o leitor para a relação intertextual da imagem com o acontecimento, mas também é onde se concentra o inusitado e o cômico da narrativa. Enquanto no verdadeiro evento Ulysses plantou uma muda de “Pau-Ferro”, cuja a própria expressão simboliza algo forte e duradouro, na charge o que o deputado diz que está plantando é um “pé de abobrinha”, cujo, na cultura popular, quer dizer asneira, coisa sem sentido, sem nexos ou sem noção. É esse o efeito surpresa que Glauco coloca em sua charge para causar o riso.

#### 5.8.1.2. Significados construídos

De forma irônica e bem-humorada, a charge de Glauco na *Folha de S. Paulo* questiona a durabilidade e os efeitos na nova Constituição, interpretando o acontecimento histórico como uma grande falácia em vez de um resultado promissor, em um período em que se almejava por democracia.

#### 5.8.2. 14ª charge da Folha de S. Paulo

**Data:** 6 de outubro de 1988

**Notícia matéria-prima:** promulgação da Constituição

**Autor:** Spacca

**Tipo de charge:** político

**Personagens:** Ulysses Guimarães, Presidente José Sarney e constituintes.

**Crítica:** Desobediência do governo as leis que ele acabava de promulgar

**Humor:** riso carnavalesco

**Número de cenas:** uma



Figura 45: Charge de Spacca, publicada na Folha de S. Paulo, 6 de outubro de 1988.

Fonte: Folha de S. Paulo.

#### 5.8.2.1. Análise da linguagem verbal e visual

Ainda na *Folha de S. Paulo*, no dia seguinte a promulgação, Spacca também faz uma crítica a Constituição (figura 45). Publicada no dia 6 de outubro de 1988, o desenho mostra o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, assinando o texto, quando falta tinta em sua caneta.

A linguagem verbal utilizada pelo narrador reforça o efeito de sentido pretendido:

“Neste momento, Dr. Ulysses vai assinar a Carta...”

- “Ih! Não escreve!”, diz o deputado.

- “Oba! Dá tempo de assinar mais alguns decretos-lei!”, exclama sorridente o presidente Sarney quando, rapidamente, começa a assinar mais folhas.

Além do dêitico “neste momento”, as expressões corporais e os traços limpos utilizados pelo chargista dão movimento, ritmo e marcam a temporalidade da cena. Um momento histórico, aguardado por toda a nação, no qual nada poderia sair errado. Mas, na história contada pelo chargista, não há tinta na caneta e o efeito de humor acontece justamente pela quebra dessa expectativa, quando o presidente da República, José Sarney, aproveita o intervalo para assinar mais decretos-lei.

Apesar do exagero criado pelo autor ao inserir na cena a falta de tinta na caneta, que na realidade não aconteceu, a imagem é convergente e tem como objetivo reforçar e alertar o público para a reportagem “Como este, nunca houve”, publicada um dia anterior na *Folha de S. Paulo*. Segundo a notícia, na última hora antes da promulgação da Constituição, José Sarney dedicou boa parte de seu tempo sancionando decretos-lei que não apenas reestruturavam o executivo em função da nova Constituição, como pretendiam contratar inúmeras pessoas sem concurso público e ainda contornar prováveis entraves que este poder sofreria a partir da promulgação do novo texto:

Pelo que sabe desta exurrada de decretos, grande parte, senão a maior, determina a reestruturação de ministérios e outras entidades governamentais. Sua finalidade, porém, nada tem com reestruturação. Esta foi apenas a cobertura adotada para a criação de incontáveis cargos a serem preenchidos por nomeações que independem de concurso. A nova Constituição transfere para as responsabilidades do Congresso a criação, transformação e extinção de cargos públicos, para cujo preenchimento passa a ser exigido concurso (FREITAS, 1988. p. A.5).

Mas se a charge é convergente ao texto jornalístico, ela diverge do discurso do presidente e o transforma em piada. Em pronunciamento transmitido em cadeia nacional de rádio e televisão no dia 4 de outubro, José Sarney dizia o oposto do desenho e prometia lutar pelo êxito da nova Constituição. “Eu a convoquei, serei o primeiro a jurá-la”, disse o presidente:

A Constituição não deve mais ser discutida. Eu a critiquei, sempre com espírito público, na fase de elaboração. Amanhã será lei. Ela é a história. Serei o seu maior servidor. Eu a convoquei. Serei o primeiro a jurá-la. Convoquei a Constituinte dei-lhe condições de trabalhar em paz e liberdade. A Constituição nasce com um país em paz. (PARA SARNEY, CARTA CONSAGRA O ESTADO DE DIREITO NO PAÍS, 1988. p. A.5).

#### 5.8.2.2. Significados construídos

Ao parodiar a promulgação da Constituição com algo criativo e imaginário, a charge da *Folha de S. Paulo* ressignifica um acontecimento real e reforça a postura do presidente José Sarney como antagonista da história até nos últimos capítulos. Com humor, ela projeta uma realidade aumentada dos fatos e provoca no leitor a inquietude e a reflexão se haveria, realmente, obediência do governo às leis que ele acabava de jurar.

### 5.8.3. 13ª charge do Correio Braziliense

**Data:** 5 de outubro de 1988

**Notícia matéria-prima:** promulgação da Constituição

**Autor:** Kácio

**Tipo de charge:** político

**Personagens:** Ulysses Guimarães

**Crítica:** Constituição como salvação para todo o caos, ao mesmo tempo em que critica seu peso na sociedade, significando que não será um processo simples e fácil aceitação.

**Humor:** Riso carnavalesco

**Número de cenas:** uma

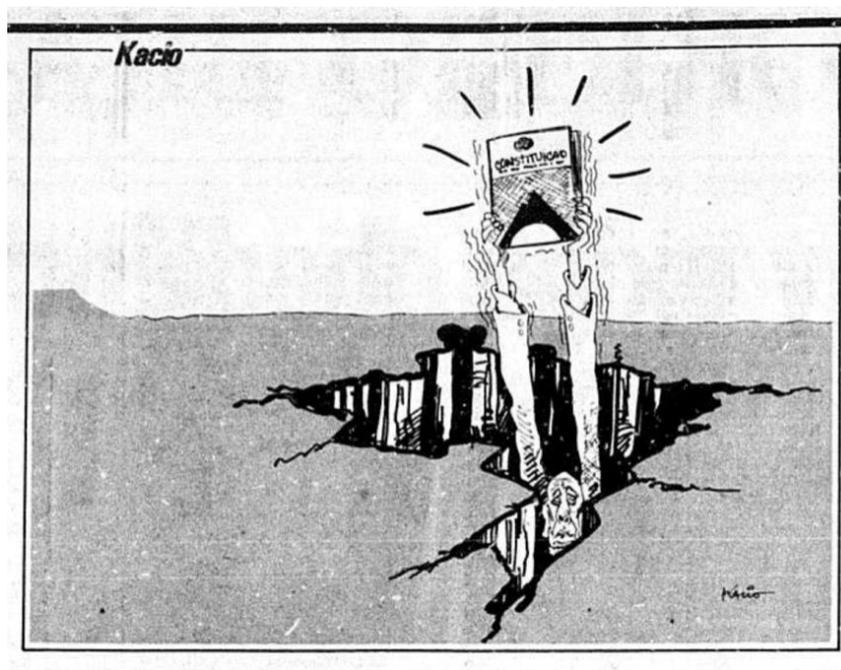


Figura 46: Charge de Kácio, publicada na Correio Braziliense, 5 de outubro de 1988.

Fonte: Correio Braziliense.

### 5.8.3.1. Análise da linguagem verbal e visual

Já no *Correio Braziliense*, a charge que retrata a promulgação da Constituição fica por conta de Kácio. Publicada no dia 5 de outubro de 1988 (figura 46), a imagem é uma reinterpretação de uma fotografia estampada na capa do mesmo jornal, no dia 4 de outubro de 1988 (figura 47), mas que é ressignificada, revelando o contexto histórico do país, não dito na imagem.



Figura 47: Capa do Correio Braziliense, publicada em 4/10/1988.

Fonte: Correio Braziliense

Na charge, o deputado Ulysses Guimarães é representado dentro de um buraco no formato do mapa do Brasil, sem o sorriso da foto original, mas com os olhos cansados, levantando a Constituição como um troféu e com as mãos trêmulas. Foi essa a maneira como o chargista interpretou o acontecimento e o reverberou.

A representação do mapa do Brasil em ruínas amplia a temporalidade da imagem e nos remete a realidade do país na época: transição política após o golpe militar de 1964; a pressão por eleições diretas; a morte de Tancredo Neves (PMDB) antes da posse presidencial; a crise econômica; os altos índices inflacionários; a dívida externa, entre outras notícias negativas que estampavam os noticiários diariamente. Por conta deste contexto econômico conturbado, houve tentativas de reformas e diversos planos econômicos foram adotados, como o Plano Cruzado,

Plano Bresser e Plano Verão, mas todos eles fracassaram e a crise econômica se agravou no final do governo Sarney, com uma escalada da inflação anual que chegou a um patamar maior que 1.800%, em 1989 (CANCIAN, 2006).

É nesse contexto que a realidade brasileira se aflora na charge. Uma crise política, econômica e social, metaforicamente representada por um mapa de um país deteriorado, onde as rachaduras são visíveis e acentuadas nos traços.

Mas a narrativa satírica gráfica é polifônica e rica em informações. No desenho, os traços que Kácio utiliza em torno do livro para destacar a Constituição, por exemplo, sugerem ao leitor que ela seria um milagre, a salvação para todo esse caos. No entanto, conforme notamos pelas mãos trêmulas de Ulysses, ao mesmo tempo ela é representada como um peso.

Na história, além da euforia, havia muitas dúvidas sobre o funcionamento, obediência e eficácia da nova Constituição. Uma reportagem publicada no dia 5 de outubro pelo *Correio Braziliense* é um exemplo. Com o título “Direitos sociais ainda criam expectativas”, o especial trouxe um texto da jornalista Maria Lima, da editoria de política, onde muitos trabalhadores e empresários questionavam a nova Constituição. Entre os entrevistados, a reportagem contava a história de Leila Magalhães Caminha, professora e assessora de gabinete do Ministério da Saúde, que estava grávida, mas não queria usar os 120 dias de licença maternidade a que tinha direito porque estava com medo de perder o emprego. “Eu já ouvi dizer que já existem empresas exigindo atestado de ligadura de trompas no ato da contratação”, diz. (LIMA 1988, p. 10). “Trabalhador nunca teve direito mesmo no Brasil! Não será agora que irá ter”, completava o vigilante bancário Juvenal Menezes, na entrevista sobre as novas leis trabalhistas (LIMA, 1988, p. 10). Desta forma, ao buscar no imaginário e na criatividade, o chargista constrói uma estratégia polifônica divergente da foto original de Ulysses Guimarães no plenário. Ele vai além e promove uma “realidade aumentada pelo traço”, levando o leitor a uma reflexão sobre o passado brasileiro, o presente e o futuro da Constituição.

A repetição dos gestos de Ulysses Guimarães também ocorre na charge publicada no dia 9 de outubro (Figura 48) e pode ser vista como um exemplo ao conceito *Pathosformel* de Aby Warburg (2015), discutido no capítulo 2. Uma fórmula de emoção que se repete para transmitir uma ideia por meio de uma associação já conhecida do leitor. Ou seja, refazer o movimento de Ulysses levantando o Palácio do Planalto em vez da Constituição, tem como objetivo passar levar o interpretante a ver a constituição no lugar do Planalto. Um recurso do chargista para dizer que, em sua concepção, a Constituição não passava de um caminho construído por Ulysses para chegar à presidência do país. Esse raciocínio é reforçado por Kácio

em sua charge publicada no dia 21 de outubro, quando ele, de fato, desenha a Constituição como uma ponte que tem como objetivo levar o deputado ao Palácio do Planalto.



Figura 48: Charge de Kácio, publicada no Correio Braziliense, 9 de outubro 1988.

Fonte: Correio Braziliense.



Figura 49: Charge de Kácio, publicada no Correio Braziliense, 21 de outubro de 1988.

Fonte: Correio Braziliense.

### 5.8.3.2. Significados construídos

Como resultado, as charges do Correio Braziliense sobre a promulgação da Constituição têm significados diferentes. Ao mesmo tempo em que o chargista aponta o novo texto como a salvação para todo o caos, também sugere que o caminho não será simples e critica o interesse do deputado Ulysses Guimarães em se beneficiar do acontecimento histórico para tentar chegar à presidência da República. De fato, em outubro de 1988, ele dava início a sua campanha presidencial pelo país, reforçando a teoria de que muitas de suas decisões tomadas na Assembleia foram pensadas para chamar atenção do povo e garantir a sua eleição.

## 5.9. EPISÓDIO 8: EFEITO IMEDIATO PÓS-PROMULGAÇÃO

Chegamos ao último episódio da narrativa. Parte da história em que mostra as consequências e o desfecho do clímax, e se em uma narrativa literária, o final pode ser bom ou negativo, dependendo das decisões do escritor ao contar o ápice da história, o mesmo acontece nas narrativas factuais, como as charges. É a experiência, a maneira como o autor observa, interpreta e expõe os fatos é que definirá o seu resultado. Nesse sentido, compreender como cada jornal concluiu a história da elaboração da Constituição Federal é o nosso último movimento. Para isso, analisaremos a seguir as charges nos dois jornais que retrataram os primeiros acontecimentos pós-promulgação: efeito imediato do novo texto constitucional brasileiro.

### 5.9.1. 14ª charge do Correio Braziliense

**Data:** 19 de outubro de 1988

**Notícia matéria-prima:** greve do funcionalismo

**Autor:** Kácio

**Tipo de charge:** Política

**Personagens:** Políticos

**Crítica:** efeitos da Constituição

**Humor:** riso carnavalesco

**Número de cenas:** uma

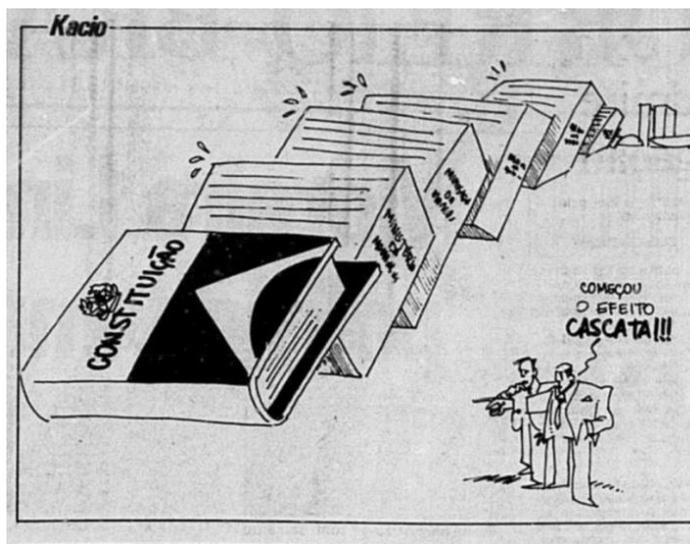


Figura 50: Charge de Kácio, publicada no Correio Braziliense, 19 de outubro de 1988.

Fonte: Correio Braziliense.

#### 5.9.1.1. Análise da linguagem verbal e visual

Polifônica, a imagem mostra a Constituição de 1988 derrubando os ministérios como efeito dominó e representa o *day after* da promulgação e seus efeitos. No contexto histórico, entre as reações causadas logo após a promulgação estava o direito de greve, o qual levou a uma das maiores paralisações que o Brasil já teve. Reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo*, em 21 de outubro de 1988, afirma que, em Brasília, só a paralisação do funcionalismo já atingia, naquele momento, 16 de um total de 22 ministérios.

Na charge, a frase “começou o efeito cascata!!!” marca o tempo da narrativa. É o começo da democracia, a qual todos esperavam. Logo, é importante observarmos dois efeitos de sentido criados pelo autor. O apontar do dedo, sugerindo acusação, e o significado ambíguo da palavra “cascata”, podendo tanto representar que novos episódios estariam por vir por conta das novas leis e direitos adquiridos pelos cidadãos, como também significar “mentira” ou “conversa fiada”, sentido que a palavra cascata também tem no contexto popular brasileiro. É essa leitura ambivalente que causa o riso na narrativa.

Além disso, é preciso olhar as pessoas na cena. Vestindo terno, gravata e usando lenço no paletó, o personagem principal sugere a representação de um político que aponta o dedo para Constituição e mostra suas implicações. Se pensarmos o personagem como um parlamentar crítico às novas conquistas, poderíamos até relacioná-lo a um constituinte do Centrão, como já explicado nesse estudo, grupo contrário a muitas teses progressistas debatidas na Assembleia Constituinte.

### 5.9.1.2. Significados construídos

Como se tratava de uma Constituição que buscava romper as estruturas, ao caricaturar a constituição como efeito dominó, talvez o chargista pretendesse mostrar que realmente as novas leis tivessem pontos inovadores, capazes de provocar uma mudança drástica de comportamento das autoridades, ou um caos generalizado, devido a prever benefícios, os quais o Estado brasileiro não fosse capaz de prover, nem o povo brasileiro saber lidar com tantos direitos e uma nova democracia. Contudo, nesse novo cenário, de acordo com o desenho, o Congresso Nacional seria o último a ser atingido pela mudança de paradigma.

### 5.9.2. 15ª charge da Folha de S. Paulo

**Data:** 21 de outubro de 1988

**Notícia matéria-prima:** greve do funcionalismo

**Autor:** Glauco

**Tipo de charge:** Política

**Personagens:** Presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães

**Crítica:** Tentativa de inaplicabilidade do governo sobre os dispositivos constitucionais recém-promulgados

**Humor:** riso carnavalesco

**Número de cenas:** duas



Figura 51: Charge de Glauco, publicada na Folha de S. Paulo, 21 de outubro de 1988.

Fonte: Folha de S. Paulo

### 5.9.2.1. Análise da linguagem verbal e visual

A *Folha de S. Paulo* também retrata o primeiro efeito Constituição com uma charge sobre a greve do funcionalismo (Figura 51). Desenhada por Glauco e publicada no dia 21 de outubro de 1988, a imagem mostra duas cenas sequenciais. Na primeira, o presidente da república, José Sarney, liga para o deputado Ulysses Guimarães e pergunta sobre a greve:

- “Ulysses? E a greve do funcionalismo?”
- “Tô resolvendo, tô resolvendo”, responde o deputado.

O humor e a crítica se revelam justamente na segunda cena com a fala de Ulysses, divergente com a imagem. Enquanto ele diz ao presidente que está resolvendo, na verdade, ele está escondido debaixo da cama.

Entretanto, o desenho não pretende levar o leitor ao riso, mas a reflexão. Logo, percebe-se no discurso a negação do presidente José Sarney ao direito de greve e a tentativa do governo de se esquivar de suas obrigações em relação ao novo texto constitucional. Tanto que o próprio presidente pede a ele que resolva, como se o executivo não tivesse nenhuma responsabilidade e as consequências de greve serem culpa do Ulysses Guimarães, que liderou a Constituinte e agora deve se responsabilizar pelos novos direitos.

### 5.9.2.2. Significados construídos

Há na charge uma referência explícita ao discurso de Sarney, proferido em cadeia nacional no dia 26 de julho de 1988, analisado aqui nas figuras 42 e 43, no qual ele diz que a nova Constituição tornaria o país ingovernável e uma mensagem de tentativa de inaplicabilidade dos dispositivos constitucionais pelo governo. Isso porque a Constituição Federal de 1988 garante aos funcionários públicos o direito de greve. Portanto, não cabia ao presidente ajuizar como crime qualquer movimento dos trabalhadores, embora estivesse livre de ter seu ajuizamento sobre as reivindicações e o modo de conduzi-las. A generalização, como na narrativa satírica gráfica em destaque, implica ao leitor mais um ataque formal à lei básica que sua defesa.

Observando o plano da meta-narrativa, análises de crises como essa constituem um dos temas fundamentais da história social brasileira. Utilizando como referência os estudos de Sérgio Buarque de Holanda (1995), por exemplo, percebemos que as raízes de conflitos como esses podem estar, não só na relação confusa existente no Brasil entre o público e o privado,

mas também na mudança do regime de trabalho das velhas corporações para o empregador moderno, que acarretou um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos até hoje.

A visão de Holanda corrobora com a de Darcy Ribeiro (2015) ao afirmar que o ruim e efetivo fator causal do atraso no Brasil é o modo de ordenação da sociedade, desde sempre sangrada para servir a desígnios alheios e opostos aos seus. Segundo Ribeiro, nunca houve no Brasil um povo livre, regendo seu destino na busca de sua própria prosperidade. “O que houve e o que há é uma massa de trabalhadores explorada, humilhada e ofendida por uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formação e manutenção de seu próprio projeto de prosperidade” (RIBEIRO, 2015, p. 330). Para o autor, esse abismo entre os diferentes estratos sociais, desde o processo formativo da nação, condicionou a camada senhoril a encarar o povo como mera força de trabalho “destinada a desgastar-se no esforço produtivo e sem outros direitos que o de comer enquanto trabalha, para refazer suas energias produtivas, e o de reproduzir-se para repor a mão de obra gasta” (RIBEIRO, 2015, p. 160).

### **5.9.3. 16ª charge da Folha de S. Paulo**

**Data:** 27 de outubro de 1988

**Notícia matéria-prima:** greve do funcionalismo

**Autor:** Glauco

**Tipo de charge:** Político

**Personagens:** Presidente Sarney e parlamentares

**Crítica:** Tentativa de inaplicabilidade do governo sobre os dispositivos constitucionais recém-promulgados

**Humor:** riso carnavalesco

**Número de cenas:** uma

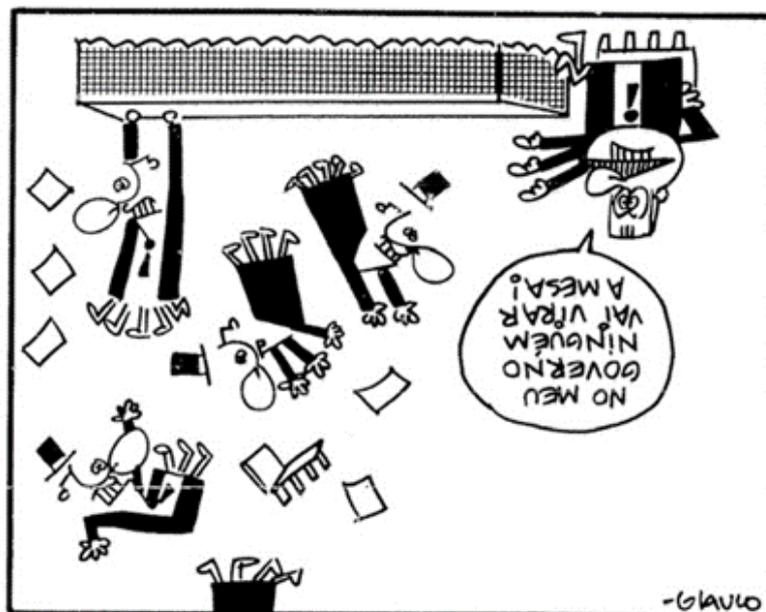


Figura 52: Charge de Glauco, publicada na Folha de S. Paulo, 27 de outubro de 1988.

Fonte: Folha de S. Paulo.

#### 5.9.3.1. Análise da linguagem verbal e visual

As charges acima documentam que, em 1988, o país que já passava por uma grave crise, ficou ainda pior logo após a promulgação da Constituição. Cicatrizes do autoritarismo levaram a cogitar que, sem um pacto social ou econômico entre o governo, trabalhadores e empregados, haveria até mesmo um retrocesso político logo após 5 de outubro de 1988, levando o presidente José Sarney a declarar na imprensa, duas semanas depois da promulgação, que ninguém viraria a mesa:

Nós vamos prosseguir na consolidação da democracia no Brasil até o fim do meu mandato. Vamos ter que conviver com esse período de acomodação. Naturalmente que no meio de toda transição existem sempre aqueles que querem se aproveitar do novo texto Constitucional para ocupar áreas aproveitando as janelas que a Constituição abriu (SARNEY GARANTE: NINGUÉM VIRA A MESA, 1988, p. 3)

Com humor, a charge de Glauco, publicada na *Folha de S. Paulo* no dia 27 de outubro de 1988 (figura 52) retrata esse acontecimento. Ela mostra, por meio de um recurso visual criativo, Sarney proferindo sua frase histórica, enquanto a sua mesa já está virada para o leitor. Essa brincadeira que o chargista faz entre a fala do presidente e a realidade brasileira, que já está de pernas para o ar, como os demais personagens em cena, é o que cria o sentido humorístico do desenho, divergente com a postura da fala do presidente. Se na imprensa, Sarney defende a Constituição e afirma que ninguém virará a mesa, ele mesmo já está com a sua virada.

Uma representação irônica e divergente a intenção do presidente da República na mídia, de levar a consolidação da democracia no Brasil até o fim do meu mandato.

#### 5.9.3.2. Significados construídos

A pluralidade da charge, vista por uma temporalidade dilatada, se encaixa muito bem na representação do super poder que o executivo manteve na Constituição de 1988, como vimos ao longo da narrativa. Além do regime presidencialista, a Constituinte transformou o decreto-lei em medida provisória, reservou áreas de legislação à iniciativa exclusiva do presidente, que passou a controlar o orçamento e a dispor da prerrogativa de enviar propostas de emendas constitucionais ao Congresso, entre outros instrumentos da agenda legislativa. Como observam os pesquisadores Arantes e Couto (2019) sobre o assunto, é fato que o Congresso recuperou o poder perdido sob o autoritarismo, a ponto de ter afastado dois dos quatro presidentes eleitos diretamente entre 1989 e 2014, mas a despeito desses dois processos de impeachment “a interação com o executivo produziu cooperação pela maior parte do tempo, no que se convencionou chamar de presidencialismo de coalizão” (ARANTES; COUTO, 2019, p. 35). Criada pelo cientista político Sérgio Henrique Abranches, a expressão sugere a união de dois elementos: sistema político presidencialista mais a existência de coalizões partidárias e alianças para alcançar determinados objetivos. Como resultado, esse regime de governança permitido pela Constituição Federal de 1988, reservou à presidência um papel crítico e central. Se o termo “virar a mesa” é inconstitucional e significa “rasgar a Constituição”, em uma visão menos pessimista dos fatos, no mínimo, a charge faz um alerta e crítica a esse fortalecimento de poder mantido durante a transição. Poder esse que, como registra a história brasileira, nem sempre se curvou a democracia.

#### 5.9.4. 15ª charge do Correio Braziliense

**Data:** 28 de outubro de 1988

**Notícia matéria-prima:** greve do funcionalismo

**Autor:** Kácio

**Tipo de charge:** político

**Personagens:** Deputado Ulysses Guimarães, constituintes e o ministro da Fazenda Maílson Nóbrega.

**Crítica:** incertezas sobre a funcionalidade e obediência anova Constituição

**Humor:** riso carnavalesco

**Número de cenas:** uma

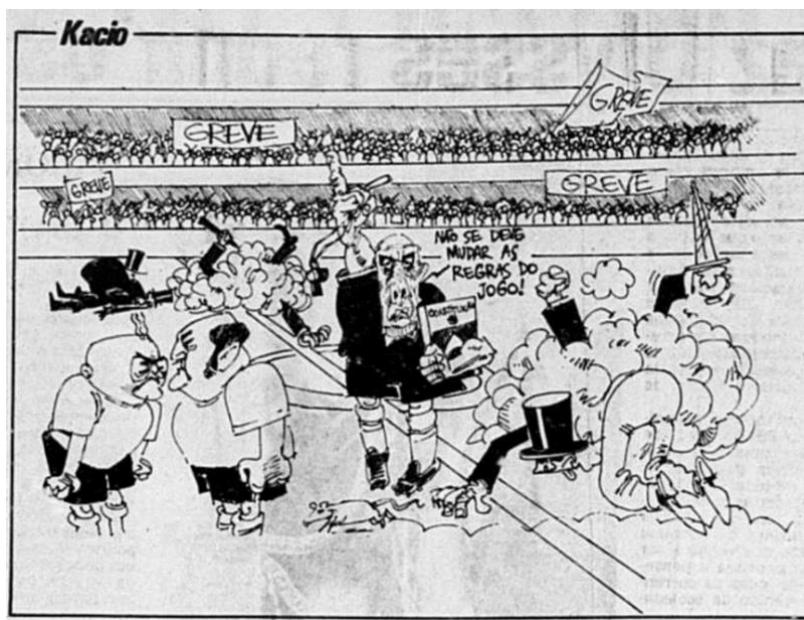


Figura 53: Charge de Kácio, publicada no Correio Braziliense, 28 de outubro de 1988.

Fonte: Correio Braziliense.

#### 5.9.4.1. Análise da linguagem verbal e visual

A incerteza sobre a obediência à nova Constituição pelos poderes dominantes era vigente e também foi tema da charge de Kácio, publicada em 28 de outubro de 1988, no *Correio Braziliense* (figura 53), nossa última ilustração analisada. A cena, rica em detalhes, mostra novamente o jogo político como uma partida de futebol.

A leitura deve ser feita de fora pra dentro, observando primeiramente o público do estádio lotado, segurando os cartazes escrito a palavra “greve”. É esse o principal artifício do chargista para dar sentido a realidade da sátira.

Outro efeito de real são os personagens brigando entre si, representando as disputas ideológicas e políticas que já existiam na Constituinte e se acentuaram após a promulgação. Alguns lutam armados com espada e até mesmo um rato passa correndo na imagem, criando a hiperbolização da paródia. No canto esquerdo, a caricatura do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, é uma referência a um acontecimento naquele momento. Ele estava em atrito com a Justiça do Trabalho, que acabava de dar ganho de causa aos funcionários em greve do Banco do Brasil. E quando Kácio traz esse acontecimento verídico para a charge, mesmo com elementos imaginários e criativos, ele cria uma realidade aumenta em sua imagem e documenta.

No centro, em destaque, o deputado Ulysses Guimarães, representado como juiz, tenta separar o conflito e afirma segurando a Constituição:

- “Não se deve mudar as regras do jogo”.

A frase colocada na charge tem um importante significado. Olhando para o passado, o fato é que o Brasil sempre fora o país do golpe de Estado, do insubordinado e das mudanças autoritárias das regras do jogo. Desde que Floriano Peixoto deixou de convocar eleições presidenciais ao suceder Deodoro da Fonseca, até a Emenda Constitucional nº 1/1969, quando os militares impediram a posse do vice-presidente Pedro Aleixo, o golpismo parece ser um fantasma da República.

#### 5.9.4.2. Significados construídos

A caracterização do deputado como o juiz da partida reforça a mensagem final de uma história que estava apenas começando. Nesse jogo de poder, a partir de então, a bola é passada ao poder judiciário, cabendo a este interpretar as leis elaboradas pelo Legislativo, garantir sua execução e a defesa dos direitos dos cidadãos. Ao Supremo Tribunal Federal é confiado o poder de controlar a constitucionalidade de leis e arbitrar os conflitos políticos e sociais de maior envergadura.

## 6. ANÁLISE DO RESULTADO: A SÍNTESE NARRATIVA

Neste estudo, cada charge analisada sobre a tramitação da Constituição de 1988 é uma micronarrativa que se torna parte de uma história integral. Cada desenho é uma unidade que documenta e revela, a sua maneira, um episódio, o contexto e a circunstância em que o novo texto foi elaborado, mas que, como uma sinapse celular, se conecta entre si em sequência e cadeia, capaz de registrar informações mais ricas e completas ao leitor. O que antes parecia relativamente solto ou meio perdido, ganhou continuidade, coesão e coerência. Pela unidade, a história se completa com introdução, desenvolvimento e final, alcançando a maturidade.

O que os chargistas da *Folha de S. Paulo* e *Correio Braziliense* construíram é o que chamamos na narrativa de *Storytelling*: arte de contar, desenvolver e adaptar longas histórias com criatividade, capacidade de conectar-se com o leitor por meio da emoção e levá-lo a uma verdadeira jornada. Isso porque uma notícia escrita de forma tradicional pelo *habitus* jornalístico – com objetividade e respondendo às perguntas quem, onde, quando e por que? – oferece uma quantidade de conhecimento e informação ímpar ao leitor, mas que ele aprenderá e captará até certo ponto. Por outro lado, se a leitura permite uma reação emocional, faz ele rir, se sentir entusiasmado, triste, confuso e assim por diante, ele pode reter ainda mais conhecimento e se envolver em um nível mais próximo da narrativa. O resultado é um significado mais denso e memorável.

Para entendermos a síntese narrativa sobre a tramitação da Constituição Federal de 1988 proposta neste estudo, resgatamos o passado de nossas leis e discutimos conceitos capazes de nos guiar pelo caminho metodológico. Ao recortamos o objeto de pesquisa, organizamos os acontecimentos em sequências lógicas, os limites dos episódios parciais, as intrigas, os pontos de viradas e os personagens. Debruçamos o olhar atento nas principais críticas e reflexões abordadas, estudamos a maneira única com que cada autor criou o seu efeito de humor e drama, a fim de prender a atenção do público por cerca de 20 meses.

Como parte conclusiva da metodologia, resta agora respondermos as perguntas deste estudo: qual o significado da Constituição Federal de 1988 nas charges dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Correio Braziliense*? Como essas imagens projetaram o sentido de mudança idealizado? Quem são os protagonistas e os antagonistas desta grande narrativa? Afinal, o que predomina como documento histórico?

Na *Folha de S. Paulo*, a história da tramitação da Constituição Federal de 1988 começa pelo suspense. Uma pergunta que mais parece ser do próprio povo brasileiro que de fato do deputado Ulysses Guimarães: “como vamos escrever a nova Constituinte com essa crise?” –

documentando a profunda inquietação social, econômica e política no Brasil na época. Entretanto, à medida que a narrativa se desenrola, a tramitação da Constituição deixa de ser o foco principal e passa ser o pano de fundo para um enredo ainda maior: a disputa do executivo para se manter no poder. Ou melhor, a luta do presidente José Sarney para conseguir os cinco anos de mandato e o presidencialismo como regime de governo. Nessa trama, os chargistas Glauco e Spacca constroem uma narrativa com continuidade nítida, tanto pelos efeitos visuais, que se assemelham entre si, como pelos artifícios criados pelos dois autores para chamar atenção do seu público. Seus desenhos leves, com mensagens claras e objetivas, são tão parecidos que, muitas vezes, é difícil de saber quem é o autor da imagem.

Mais do que expedir uma opinião pessoal, os chargistas apresentam-se como os intérpretes de uma visão dos acontecimentos, que não é neutra, nem o pretende ser. É mais um caminho para compreender e interpretar a realidade. Neste sentido, as críticas predominantes percebidas nas imagens de Glauco e Spacca sobre a tramitação da Constituição Federal de 1988 são: falta de um projeto constitucional como ponto de partida; o improvisado do político brasileiro, acostumado a buscar sempre soluções de última hora e ao sabor das circunstâncias; as dificuldades dos constituintes em lidar com as ideias inovadoras pretendidas com o novo texto, como no caso da igualdade de gênero e avanços das leis feministas; forças políticas fragmentadas, principalmente dentro dos próprios partidos; e a intromissão excessiva do executivo na elaboração das novas leis. Este último ponto os chargistas deixam em evidência desde o primeiro desenho (figura 20), quando o presidente José Sarney tenta escrever ele mesmo a Constituição, passando de coadjuvante ao protagonista da história. A partir daí, na *Folha de S. Paulo*, sua caricatura vai se desenhando aos poucos como um vilão. Uma crítica ao jogo político orquestrado pelo Estado. É uma crítica também à interferência do poder executivo no poder legislativo.

A chegada do Centrão, representado como Papai Noel, é o ponto de virada da narrativa. No entanto, é também o momento em que a Constituinte deixa de ser histórica para se tornar histérica, como definiu um dos chargistas, reforçando ainda mais a instabilidade e desarmonia que havia entre os parlamentares. Como um grupo constantemente ridicularizado, que não conseguia nem mesmo entrar em acordo entre si, poderia escrever uma Constituição capaz de conduzir realmente um país à democracia? Que credibilidade teria o novo texto constitucional, quando depois de 10 meses em discussão, é vencido por uma manobra política com compras de votos e favores, tendo o seu regimento interno alterado no meio do jogo? São essas as principais

reflexões que os chargistas vão discutindo com o leitor, prendendo a atenção do público e criando expectativas para o desenrolar de novos episódios.

Nessa trama de emoções, se por um instante o governo parece perder força, como na imagem em que ele leva uma goleada de 4 a 0 (figura 33), a charge da figura 37, no qual o presidente José Sarney é representado dentro de um ringue de box, nocauteando o presidente da Constituinte, é o ponto de ataque, um dos momentos mais importantes nas charges da *Folha de S. Paulo*. É a cena que resolve o suspense e enaltece a vitória de Sarney no jogo político. Deitado na corda do ringue, Ulysses Guimarães é a representação do leitor, que acaba de levar mais um golpe do Governo, como uma das charges revela. Nessa interpretação, a mensagem do triunfo do presidente sugere um caso de “ao vencedor as batatas!”, em que a sobrevivência do mais esperto não trará glória a nenhum dos combatentes, apenas “batatas”, como afirma Machado de Assis em seu clássico *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881). Ou seja, assim como a solidão era o prêmio por uma luta sem sentido na obra de Assis, a vitória de Sarney, naquele contexto, representava a perda da confiança do cidadão nos mecanismos e agentes do sistema democrático, como o governo e o Congresso Nacional.

Contudo, a construção do personagem de Ulysses Guimarães na narrativa da *Folha de S. Paulo* merece uma conclusão mais profunda. Alçado como a figura mais importante desse marco histórico, líder da transição democrática, sua representação nas charges de Glauco e Spacca não é nada mais além de um anti-herói. Não chega a ter características desprezíveis ou espertas de um vilão, mas é o personagem no qual se concentra a sensação de decepção por parte do leitor. Frágil, manipulável e de caráter duvidoso, o presidente da Constituinte é representado como alguém que ora defende a Constituição, ora os interesses do governo. Não é bom, nem de todo mal, mas perturba por não saber lidar corretamente com os problemas mais graves enfrentados durante a elaboração das novas leis. A imagem que prevalece na *Folha de S. Paulo* é de seu nocaute (figura 37) e queda diante da elite do poder. Traços da frustração do brasileiro.

As atrapalhadas de Ulysses, criadas pelos chargistas com efeito de hiperbolizar e chamar atenção aos reais problemas internos da Assembleia, evidenciaram sua fragilidade até no último ato de promulgação da Constituição, quando, em uma cena fictícia, falta tinta em sua caneta na hora de assinar o documento (figura 45). Ou ainda quando o deputado se esconde debaixo da cama para fugir da responsabilidade de resolver a situação do direito de greve recém constituído (figura 51). Todos esses elementos são imaginários, mas, quando colocados em um contexto verídico, colaboram para interpretação real dos acontecimentos.

Essas críticas dão o tom sarcástico do humor engajado nas narrativas satíricas gráficas da *Folha de S. Paulo*. Com o efeito predominante do riso carnavalesco de Bakhtin (1981), as imagens ridicularizam a maneira como os líderes políticos conduzem a tramitação da Constituição Federal de 1988. Na expectativa de uma transição democrática capaz de mudar o país para melhor e superar a crise política, social e econômica que assolava a nação, a construção das novas leis logo despertou incertezas se a Constituição Federal de 1988 estava sendo levada a sério por seus elaboradores, se ela realmente mudaria o país positivamente e até quando ela seria obedecida.

Na tristeza e defesa de se livrar do que é penoso, daquilo que nos traz decepção, os chargistas da *Folha de S. Paulo* desenvolveram sátiras com humor sarcástico carnavalesco e efeito libertador. O mesmo sentido defendido por Freud, no qual “o humor não é resignado, mas rebelde. Significa não apenas o triunfo do ego, mas também o do princípio do prazer, que pode aqui afirmar-se contra a crueldade das circunstâncias reais” (FREUD, 1927, p. 100). Ou seja, são charges que, no contexto da tramitação da Constituição Federal de 1988, tinham como objetivo muito mais que apenas criticar, mas rejeitar a realidade existente e subverter o poder dominante. Ridicularizar e castigar os constituintes, denunciando a maneira como eles e os demais líderes políticos conduziam a elaboração das novas leis.

Esse temor que percorre toda a narrativa tem um viés histórico. Só para citar alguns momentos, como vimos no primeiro capítulo deste estudo, são memórias de acontecimentos que ocorrem desde nossa primeira Constituição, em 1824, quando D. Pedro I discorda do texto que estava sendo elaborado e simplesmente dissolve a Constituinte, ou na transição da Monarquia para a República, quando o Marechal Deodoro da Fonseca assume a presidência (1889), mas renuncia logo depois, em 23 de novembro de 1891, resultado na posse do seu vice, o Marechal Floriano Peixoto. O problema era que, naquela época, a Constituição de 1891 previa que os mandatos interrompidos antes de dois anos deveriam ser sucedidos por novas eleições diretas, dessa maneira, o vice-presidente não poderia ser empossado. Na luta para permanecer no poder, Floriano instituiu, no dia 12 de abril de 1892, o estado de sítio e a suspensão dos direitos constitucionais durante o período de 72 horas e ficou conhecido como “Marechal de Ferro”. A história pode não ter o mesmo cenário de 1988, mas se parece muito com a do presidente José Sarney: um vice que buscava legitimidade e aceitação popular após uma eleição indireta e morte do presidente Tancredo Neves. O fato de Sarney ter apoiado a ditadura, ter sido senador pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido político criado em 1965 como adesão ao regime militar, e naquele momento ser o presidente do Brasil, responsável pelo

acontecimento histórico de consolidar a transição democrática por meio de uma nova Constituição, transformou-se, no mínimo, em comédia. Um rindo de nervoso, no qual o fantasma da ditadura ou de um golpe pelo governo era uma ameaça constante.

O lado negativo é que na tentativa de tornar público e transparente os bastidores da tramitação das novas leis, concentrando suas críticas no jogo de poder, as charges da *Folha de S. Paulo* deixaram de lado muitos avanços que o novo texto alcançou. A Constituição Federal de 1988, representada em seu último capítulo como “pé de abobrinha”, por exemplo, não enaltece as inovações e mudanças conquistadas, como o restabelecimento das eleições diretas; o fim da censura; o racismo como crime inafiançável; melhoria nas leis trabalhistas, incluindo jornada reduzida de 48 para 44 horas semanais e o direito de licença maternidade de 120 dias. Quando alguns desses direitos aparecem nas charges, como o de greve na figura 51, ele é posto em dúvida e representado, novamente, pelo viés da intromissão do Estado que tenta sufocá-lo. Na contramão de pesquisadores como Barbosa, o qual afirma ter a “Assembleia Nacional Constituinte de 1987 representado uma ruptura profunda na tradição jurídica brasileira, atingindo diretamente os pilares do autoritarismo constitucional” (BARBOSA, 2012, p. 365), qual o significado de tantas representações negativas nas charges da *Folha de S. Paulo*?

A arte não é diferente da vida. Em um país onde sempre se buscou nas leis não o caminho, mas o desvio, narrativas satíricas como essas nos mostram o tanto que a memória coletiva é da ordem da vivência, da experiência. Enquanto o constitucionalismo democrático é percebido por muitos estudiosos do direito como “a ideologia vitoriosa do século XX, derrotando diversos projetos alternativos e autoritários” (BARROSO, 2012, p. 1), as charges da *Folha de S. Paulo* descontrolam esse discurso e apontam que, no Brasil, a Constituição Federal de 1988 não nasceu somente em meio à euforia e entusiasmo de recuperação das liberdades públicas e conquistas de direito, mas também entre percepções pessimistas e céticas de uma sociedade que ainda sentia o cheiro do autoritarismo e carregava as marcas da ditadura. Um povo que logo percebeu que a democratização não resolveria automaticamente os problemas mais graves do país e, principalmente, que a transição carregava com ela as velhas práticas políticas, como centralização do Estado, compras de votos e corrupção. Enquanto essa soberania estivesse sob controle, ninguém viraria a mesa, a não ser o próprio governo. Essa cultura orientada mais para o Estado do que para o povo é o que Carvalho chama de “estadania”, em contraste com a cidadania. Representa o cenário no qual “o Estado é sempre visto como o todo-poderoso, na pior hipótese como repressor e cobrador de impostos; na melhor, como um distribuidor paternalista de empregos e favores” (CARVALHO, 2014, p. 221).

É essa a principal mensagem que a síntese da narrativa satírica gráfica da *Folha de S. Paulo* nos revela sobre a tramitação da Constituição Federal de 1988: uma percepção de continuidade com o regime de governo anterior mais forte que a de ruptura. Uma crítica ancorada à tradição brasileira, cuja política esteve continuamente sob uma dimensão patrimonialista e centralizada no poder do Estado, sempre capaz de submeter o povo à sua vontade, e um Legislativo fraco, inábil, sujeito a vender seus ideais em troca de favores e interesses. Em suma, se por um lado autores como Barroso afirmam no século XXI que a Constituição de 1988 “promoveu uma transição democrática bem-sucedida e assegurou ao país estabilidade institucional, mesmo em momentos de crise aguda” (BARROSO, 2012, p. 6), as charges da *Folha de S. Paulo* mostram que, no contexto de sua promulgação, o direito constitucional brasileiro deveria, primeiramente, superar o seu passado.

Já a análise das charges no *Correio Braziliense* sobre a tramitação da Constituição Federal de 1988 nos revela uma história ambígua e em movimento. No início, as imagens representam a expectativa de uma lei maior capaz de mudar o futuro do país e ser até mesmo o “passaporte do terceiro milênio”. Contudo, com o desenrolar da narrativa surgem os primeiros obstáculos e as dúvidas sobre a efetividade dos trabalhos dos constituintes começam a ganhar traços. A partir de um futuro promissor, destacado na primeira charge analisada do *Correio Braziliense* (figura 26), o jornal desenvolve uma narrativa em que a primeira intriga é justamente o confronto entre o arcaico e o moderno, o passado e o futuro das leis jurídicas no país. Mas seria possível construir e desconstruir ao mesmo tempo?

Se no primeiro desenho, Kácio prospecta a alvorada de um novo dia (figura 26), na sequência, (figura 27), ele questiona se haverá de fato ruptura com as normas do passado. É o mesmo questionamento da *Folha de S. Paulo*, mas no *Correio Braziliense* a mensagem é ainda mais clara. Na figura 28, por exemplo, Lopes chega a personificar a Constituição como a deusa Libertas para expulsar as ideias ditatoriais que ameaçavam a elaboração da nova Constituição.

Assim como na imagem descrita acima, o uso da metáfora é um artifício predominante nas charges do jornal. Diferente das ilustrações da *Folha de S. Paulo*, em que a linguagem verbal aparece em todas as imagens, em seis charges do *Correio Braziliense* (figuras 26, 28, 29, 46, 48 e 49) não há sequer nada escrito, o que exige do leitor mais atenção aos acontecimentos e conhecimento histórico para evitar interpretação errônea ou subjetividade. O humor sarcástico, presente em todas as charges da *Folha de S. Paulo* como ideia de punição ao poder dominante, também é um traço tímido nas narrativas satíricas gráficas de Lopes e Kácio.

Destaque para os personagens. Enquanto a *Folha de S. Paulo* começa sua narrativa pelo suspense, caricaturando o presidente da República, José Sarney, e o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, por não saberem por onde começar os trabalhos da elaboração do novo texto, o *Correio Braziliense* inicia sua história com uma charge do tipo político-social, se desvinculando da análise puramente política para colocar em primeiro plano a figura do brasileiro e sua expectativa com a nova Constituição. Esse artifício nos leva a perceber que, se tivermos que definir um herói na narrativa do *Correio Braziliense* ele seria o cidadão, em busca de seus direitos e liberdade democrática. É ele que, desde o primeiro capítulo, percorre toda a jornada do herói, encontra inimigos, enfrenta desafios, aprende as regras e o funcionamento desse novo mundo a ser construído. Vai de um futuro promissor, enaltecido na primeira imagem, ao fundo do poço, sofrendo transformações e expectativas em relação à nova Constituição. Com base nessas mudanças de comportamento, da caminhada em família rumo ao Congresso Nacional (figura 26) ao cidadão sendo pisoteado por grupos políticos (figura 35), a mensagem transmitida sobre a recusa dos vícios históricos abandonarem o âmbito da vanguarda emociona e impacta a audiência. Reforça que democracia não é simplesmente o governo das maiorias, como ocorre também nos regimes fascistas e populistas, mas “um governo do Estado de direito, que responde às preferências da maioria sem deixar de garantir os direitos das minorias” (SCHWARTZMAN, 2014, p. 5).

Logo, uma pergunta se sobressai nas charges do *Correio Braziliense*: se a Constituinte tinha como ineditismo a participação popular, por que nessas charges o povo brasileiro foi retratado com sofrimento ou – em uma perspectiva menos dramática – frustrado com as novas leis que estavam sendo elaboradas? O que se vê nas imagens é uma representação divergente da teoria da Constituição Cidadã. Cenas em que as velhas práticas políticas, incluindo a corrupção e as compras de votos, escureciam aos poucos o sonho de mudanças e esperança de um futuro mais justo e democrático. A metáfora da imagem do Centrão como um sapato pisando no povo brasileiro (Figura 35) tem um importante significado e mostra que a percepção da falta de representatividade, que tanto é falada na segunda década do século XXI, já estava presente durante a elaboração da Constituição.

Quanto aos demais personagens, nas charges do *Correio Braziliense*, o presidente da república, José Sarney, não é retratado com o mesmo humor sarcástico e de risível audível presente nos desenhos da *Folha de S. Paulo*, mas permanece como o vilão da história. Logo, essa semelhança nos traços e na percepção dos autores, nos mostra não ser um valor subjetivo, mas um consenso estruturante e aceito, dado ao momento histórico mencionado: a maneira

como ele alcança o poder, administra o país e lida com os problemas da Constituinte. Já o deputado Ulysses Guimarães tem um desfecho revelação. Nos últimos desenhos, as sátiras argumentam que seu real interesse com a Constituição Federal de 1988 era transformá-la em ponte para o Planalto Central. Um holofote para permanecer no centro do debate, ganhar a confiança da população com o jogo político que se trilhava naquele momento e tornar-se presidente da República. Na imagem final, nem mesmo o líder da transição democrática escapava da cultura política do patrimonialismo e personalismo político no Brasil, na qual os interesses pessoais daqueles que detém o poder se sobressaem às necessidades do coletivo.

Em suma, a interpretação da Constituição Federal de 1988 nas sátiras do *Correio Braziliense* é ambígua, mas menos pessimista que na *Folha de S. Paulo*. Uma mistura de incertezas com expectativas de mudanças. Nas imagens de Lopes e Kácio, se em alguns momentos a Constituição é vista como um elefante branco, extensa e confusa, no qual prevalece os interesses do Estado, deixando muitas vezes o cidadão de lado, a mensagem final também sugere ao leitor, ruptura e inovações, como o direito de greve dos trabalhadores, representando uma quebra de paradigma, capaz de mexer com a estrutura do governo. Em contrapartida, uma das principais críticas percebidas nos traços é que a Constituição brasileira é pesada, trata de assuntos demais e o faz de maneira excessivamente detalhada e confusa. Embora moderna e diferente das anteriores, sua aplicação não seria simples e também não resolveria os problemas do país da noite para o dia. Representada como bola de futebol na última charge, ela estaria, a partir de então, nas mãos do Juiz.

Na prática, principalmente nas hipóteses em que a Constituição tenha criado direitos subjetivos – políticos, individuais, sociais ou difusos – o poder judiciário, como consequência, passou a ter atuação decisiva na efetivação da Constituição. Ele expressa, a partir de então, o papel de destaque desse poder na história, cuja essência do seu trabalho é tornar as normas constitucionais aplicáveis direta e indiretamente, na extensão máxima de sua densidade normativa. O que está na Constituição é para ser cumprido. É essa a regra do jogo e “não se deve mudar”, afirma Ulysses no último desenho. Contudo, sua fala na charge, proferida durante uma transição que deixa para trás a ditadura, reforça a importância das cláusulas pétreas, normas bases e fundamentais inseridas no art. 60 da Constituição de 1988, as quais incluem a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais. Instrumento de preservação dos ideais e valores do poder constituinte originário, são elas que dão identidade a Constituição Federal e ideia de continuidade. É o núcleo de matérias intangíveis no fundamento constitucional do direito

brasileiro, ou seja, o que não pode ser abolido ou suprimido do texto constitucional, ou ainda, leis que não podem ser deturpadas, sob pena de desvio de finalidade e abuso de poder.

Isso não significa dizer que o texto ficaria para sempre como o original. Pelo contrário, o conflito dos personagens na última charge do *Correio Braziliense*, bem como a metáfora da mesa virada na última charge da *Folha de S. Paulo* terminam a história deixando em evidência que a Constituição Federal de 1988 nasceu num campo de disputa constante. Ela não se limitou a estabelecer regras do jogo, direitos fundamentais e estruturais cruciais do Estado, mas o ambiente de incertezas sobre seu futuro democrático também previu possibilidades de atualizações ao longo dos anos por meio de emendas. Atributos que convidam os atores políticos à permanente renegociação do marco constitucional. Como consequência, na concepção dos pesquisadores Arantes e Couto (2019), para o bem ou para o mal, em vez de uma Constituição repositório das origens nacionais, com suas relíquias restauradas de tempos em tempos pelo exercício judicial da reinterpretação, como ocorre no clássico exemplo norte-americano, o que se tem aqui é um terreno frequentemente remexido pelo processo de emendamento. Modificado inúmeras vezes por meio de emendas constitucionais, em 2018, seu texto já era 44% maior. “Desde 1992, quando foi aprovada a primeira emenda constitucional, até 2018, não se passou ano sem que a Constituição tivesse sido alterada pelo menos uma vez ou que novos elementos tivessem sido a ela acrescentados por meio de emendamento constitucional” (ARANTES; COUTO, 2019, p. 14). A metáfora da Constituição como colcha de retalhos na charge de Spacca, publicada na *Folha de S. Paulo* no dia 24 de fevereiro de 1987 (figura 25) já previa esse cenário.

Para finalizar, ambos os jornais documentam ainda um importante valor naquele momento histórico brasileiro: a importância do humor e das sátiras políticas. No Brasil, as charges sempre tiveram como alvo privilegiado o campo do poder. Nelas, o autor concentra sua alegria, mas, principalmente, sua raiva e indignação. Foi assim com o surgimento e apogeu das charges durante o período imperial, depois na transição para a República, na mudança com a Era Vargas, na imposição da ditadura militar de 1964 e tantos outros conflitos em que o humor se posiciona como arma de subversão e denúncia. Logo, essa expressão artística, que também é uma expressão cívica e de cidadania, pois não é neutra, e fica mais afiada sempre quando o país atravessa momentos de crise, dilemas e dificuldades, também exerceu papel fundamental durante a elaboração da Constituição de 1988, quando, no apagar das luzes de um Estado autoritário, os chargistas revelaram os bastidores políticos e colocaram em xeque a moral e os reais interesses dos constituintes. Por meio da sátira, paródia e ironia, questionaram o discurso

oficial de “Constituição Cidadã” e mostraram que o *status quo* do antigo regime ainda ameaçava. Uma arma de ataque conhecida e enraizada na cultura.

Já se diz que o brasileiro acha graça em tudo e não leva nada à sério. No riso, esse homem cordial e emotivo, movido pelo coração (HOLANDA, 1995), encontra uma das maneiras de libertar-se do seu pavor à hierarquia, à divisão entre o público e o privado e estabelece a intimidade. Um povo que pelo humor - seja de zombaria, carnavalesco ou libertador - se diverte, samba, acolhe, mas também lida com as mazelas do dia a dia, dá o troco, inverte os papéis, destrona o poder e transforma-o em condição de mero cidadão. Ri dele, dos outros, da desgraça, da felicidade, da anarquia... ri até chorar, chora de tanto rir. Isso nos leva a compreender que o importante no humor não é o riso, mas seu mistério, que abriga sentimentos insondáveis.

Para finalizar, além de todo o registro aqui recuperado, as narrativas satíricas sobre a tramitação da Constituição Federal de 1988 completam mais uma mensagem: na incerteza sobre as novas leis capazes de conduzir o país à democracia, pelo menos um direito o brasileiro garantia: a liberdade do humor. Aquele que aponta, castiga, induz a pensar, refletir, diverte e coloca todas as camadas sociais no mesmo nível. Seja rico ou pobre, tirano ou democrata, governo ou cidadão, o humor é um dos poucos momentos em que todos são iguais perante a lei.

## CONCLUSÃO

O que a análise das charges pode nos ensinar sobre a Constituição de 1988 que outro tipo de fonte não consegue fazer? O que elas acrescentam ao nosso conhecimento sobre o assunto? Ao percorrermos o caminho metodológico desde estudo, vimos que a charge é uma imagem sobeja de tudo que a notícia ou a fotografia consegue e não consegue, pode ou não mostrar. São narrativas satíricas gráficas muitas vezes convergentes com essas fontes tradicionais, mas nunca apenas complementos visuais, pois têm vida própria, indo até mesmo contra, desmistificando e subvertendo a linguagem escrita. Um empreendimento de demolição contra o poder. Uma revolta necessária, que ganha força, principalmente, nos momentos de crises e esperanças. E se o ilustrador não pode abandonar o sentido de atualidade, pois dela depende o efeito que sua obra produzirá, uma vez registrados, esses acontecimentos e personagens contemporâneos se tornam documentos e memórias. Isso nos leva a confirmar que, tal como os jornalistas são historiadores do presente ao escrever uma narrativa no calor dos acontecimentos, também são os chargistas ao transformar em imagem a síntese da notícia produzida nas redações.

No nosso caso, interrogar e estudar os significados produzidos pelas charges sobre os acontecimentos que envolvem a interpretação de um período histórico sobre o Brasil, como a tramitação da Constituição Federal de 1988, não é apenas olhar o passado para refletir sobre o presente, mas juntar os acontecimentos difusos e desordenados do tempo jornalístico para entendermos a origem e as circunstâncias do nosso texto constitucional. É perguntar de onde viemos e como nos tornamos o que somos. É revisar e compreender as representações e conhecimento de mundo, posições e ideias, tendo como ponto de partida e chegada à consciência histórica de um momento importante ao país: a reabertura política após anos de regime militar.

Se a constante cultura visual que nós vivemos também pode nos fornecer ilusões ou sombras distorcidas dos fatos, como explica Platão, essa tese propõe que a charge tem a função de luz, espaço de esclarecimento e ampliação da verdade. A polissemia deste signo é rica, mas pertence a nós olharmos além do traço e compreendermos melhor como ele nos conta sua versão da história. É esse o papel da Análise Crítica da Narrativa. Foi este o objetivo desde trabalho como pesquisa.

Neste estudo, vimos que as charges não são reflexos passivos da realidade. Pelo contrário, são culturas visuais complexas que dilatam o presente, nos revelam o passado e as tradições nas quais estão inseridas, informando, muitas vezes, com mais facilidade, rapidez e

alcance que as palavras. São diferentes das demais fontes de pesquisa justamente por permitirem características próprias, como humor, ironia, hipérbole..., mas, principalmente, por admitirem o recurso da realidade aumentada pelo traço, quando o chargista, ao mostrar sua interpretação dos fatos, amplia os significados, mas sempre ancorados, na verdade, nos acontecimentos jornalísticos e na cultura de um povo. E se por um lado isso é positivo, do outro, devemos admitir que um dos problemas encontrados nessa pesquisa foi perceber a dificuldade em descobrir todas as suas camadas de sentidos, tão rica e reveladora é essa expressão como linguagem.

Um exemplo claro é na charge em que Kácio faz uma paródia da promulgação da Constituição. Ao mostrar o deputado Ulysses Guimarães levantando o texto pesado, dentro de um mapa do Brasil destruído e em ruínas, o chargista vai além da própria fotografia de capa, que posada, feita em um local e fundo escolhido especificamente para ilustrar o episódio, acaba por não dizer um universo de associações, convenções e decorrências que aquele momento histórico evocava. Em contrapartida, a charge de Kácio condensa, em uma única imagem, todo o cenário do Brasil em crise e sentimentos de esperança e frustração no qual a nova democracia emergia. Em sua sátira, o autor consegue descrever em uma única cena, todo o percurso e resultado dos trabalhos dos constituintes, desde a instalação da Assembleia até o resultado. É justamente a maneira como essa visão particular sobre os acontecimentos é apresentada - direta, rápida, livre, crítica e hiperbólica, intensificando as emoções para chamar atenção do leitor -, que torna a charge uma diferente fonte de pesquisa.

Portanto, olhar para este objeto de estudo e recuperar a narrativa do presente da sétima Constituição brasileira é parte da nossa história contemporânea. São significados construídos em 1988 que permanecem. Ao logo do nosso trabalho, vimos que as charges nos contam muito sobre o que realmente aconteceu durante a elaboração da Constituição Federal de 1988, fornecendo elementos importantes para compreendermos os bastidores, as representações, posições e ideias durante o processo histórico de redemocratização.

Por meio da Análise Crítica da Narrativa, percebe-se que a intensa memória na época de um Estado autoritário, intolerante e violento teve forte influência nos traços dos chargistas, que pouco retrataram as virtudes das leis que estavam sendo elaboradas ou os direitos civis e sociais adquiridos. Em contrapartida, por meio de um humor engajado, áspero e inteligente, o qual o jornalismo recuperava aos poucos após a ditadura, os autores carregaram na tinta a representação de uma constante disputa política partidária, interesses próprios e atitudes patrimonialistas, que permanecem até os dias atuais. Alegorias essas que, como percebemos,

nem sempre foram desenhadas para fazer rir, mas também para alertar e revelar o temor, a fúria e a frustração que o processo de transição democrática provocava em muitos cidadãos. Em que outras fontes sobre o tema podemos perceber esses sentimentos de forma tão clara, simples, direta e reveladora?

Nas charges da *Folha de S. Paulo*, as principais críticas destacam a falta de um anteprojeto como ponto de partida para elaboração do texto constitucional e a cultura política brasileira do improviso, da falta de gestão, deixando tudo para última hora e ao sabor das circunstâncias. Soma-se a isso, a força do patrimonialismo e corporativismo em contraste com os grupos políticos fragmentados, as dificuldades dos constituintes em lidar com as ideias inovadoras, além da intromissão excessiva do Estado até nos últimos desenhos. Nessa concepção, nas narrativas satíricas do referido jornal, o sentido de continuação com o regime anterior é muito maior que o de ruptura. Não foi um gesto revolucionário, mas uma transição pactuada, preparada e conduzida pelos militares, visto que o presidente Sarney também foi um dos apoiadores desse grupo político. Neste cenário, o Estado se torna o ator protagonista da história e a ele lhe confere a importante dinâmica de participação e negociação de um documento que atende, primeiro a grupos de interesse, e só depois olha para o coletivo. Em contraste com a cidadania, nas imagens, prevalece a ideia de *estadania*, “cultura orientada mais para o Estado do que para a representação” (CARVALHO, 2014, p. 221).

Essa crítica é fortemente construída nas charges da *Folha de S. Paulo*, inclusive, percebida pela carência de atores civis em suas imagens. Mesmo nos acontecimentos de decisões históricas e viradas de cenas, a figura do cidadão, quando aparece em alguma imagem, é secundária ou serve apenas como pano de fundo. Em contrapartida, o Estado assume a postura central na relação entre o poder público e a sociedade. Desta forma, as charges da *Folha de S. Paulo* em estudo sugerem que, durante a transição, mesmo com o nome de Constituição Cidadã, a política em torno da elaboração das novas leis não funcionava com a finalidade principal de resolver os problemas que assolam a maioria da população, mas sim, para atender os interesses políticos partidários, grupos corporativos e as exigências do Estado. Um descompasso entre a teoria e a prática, normatividade e realidade. É essa a representação que prevalece nas charges da *Folha de S. Paulo* sobre a elaboração da Constituição de 1988.

Já as charges do *Correio Braziliense* procuram manter uma balança entre o passado e o futuro ao construírem um conflito entre o mundo das aparências e o mundo das ideias verdadeiras. Enquanto sua primeira charge destaca a fase utópica da Constituição, símbolo maior de esperança pela busca de um Estado democrático de direito e uma nova chance de

transformação, com o desenrolar dos fatos e novos episódios, a representação da Constituição de 1988 começa a ganhar traços que permitem o questionamento de sua obediência, funcionalidade e incertezas se o Estado seria realmente capaz de cumprir com as promessas constitucionais.

Percebe-se que, ao contrário da *Folha de S. Paulo*, o cidadão ganha espaço nas imagens do *Correio Braziliense*. No entanto, em todas as cenas nas quais ele aparece como figura central, é para ridicularizar sua condição de cidadania, participação e questionar os rumos da nova democracia. A imagem que se sobressai não é de uma Constituição Cidadã, de envolvimento popular, mas a de um brasileiro mobilizado, ignorado e desrespeitado, sendo pisoteado pelo poder dominante - como na charge da figura 35 -, justamente no momento em que ele mais apostava suas esperanças na passagem para um terceiro milênio mais justo e participativo. O quanto de simbolismo carrega essa imagem? Ela sugere que, na doutrina brasileira da efetividade, o direito, desde a elaboração da Constituição de 1988, não incidia da mesma maneira sobre todos os cidadãos. Pelo contrário, no cenário de uma transição, continuava a ideia de garantia de direitos apenas para a mesma elite. Uma democracia de privilégios e conservadora.

Nesse sentido, se de um lado a *Folha de S. Paulo* documenta, principalmente, o jogo político durante a elaboração da Constituição de 1988, do outro, o *Correio Braziliense* reforça os sentimentos de expectativas *versus* medo, angústia, e frustração do povo brasileiro diante das novas leis. Traços de uma transição traumática que parecia não ter fim. Uma transição parada em uma encruzilhada entre o passado e o futuro, onde a manutenção e os benefícios do poder parecem ter sido mais importantes para o governo, que acabou priorizando temas de impacto eleitoral em detrimento de atividades mais complexas, menos visíveis e de longo prazo.

Todo esse contexto de disputa política apresentado nas charges ajuda explicar uma Constituição longa, na tentativa de atender blocos de interesses, dar conta dos problemas políticos, sociais e econômicos brasileiros que assolavam o país após a ditadura e ainda conferir ao Estado o papel de protagonista. Além disso, as últimas charges analisadas sobre a greve do funcionalismo, logo após a promulgação das novas leis, retratam um país que inicia sua redemocratização já com problemas de administração pública. Em vez de um ambiente institucional pautado por uma gestão eficiente e de qualidade, as últimas charges registram um funcionalismo em greve. Uma máquina de governo burocrática e já desestimulada em agir a serviço da sociedade, efetivar os direitos dos cidadãos e promover o desenvolvimento do país. Na luta para vencer os obstáculos, a mensagem final é a de que a Constituição brasileira não

“ficou pronta” em 5 de outubro de 1988. O que temos ao longo desses anos é uma constitucionalização ainda em percurso, modificada inúmeras vezes por meio de emendas constitucionais.

Fica claro na análise da narrativa que as charges estudadas exacerbaram os defeitos da Assembleia Constituinte e não deixaram florescer as virtudes das novas leis. A extensão da Constituição brasileira, muitas vezes criticada por ser a terceira maior do mundo, não se explica apenas por conta do sistema político, do hiperpresidencialismo e as práticas de favorecimentos em meio as diferentes pressões que o texto passou durante sua elaboração, como vimos na maioria dos desenhos. Foi também produto de um processo inclusivo e necessário após 20 anos de ditadura militar, quando muitos direitos foram tomados. Não podemos deixar de registrar que, em alguns traços, como na primeira charge analisada do *Correio Braziliense*, houve esperança e é nessa mensagem que gostaríamos de encerrar esse trabalho.

Olhando para a Constituição de 1988 três décadas depois, é possível perceber que, mesmo com tantos percalços e ainda incontáveis débitos, como os problemas dramáticos de desigualdade, moradia, segurança, saúde e educação, ela também promoveu avanços em muitos aspectos, como o fim da censura; o direito de todos os cidadãos votarem em seus representantes políticos; a estabilidade monetária, após um contexto econômico de hiperinflação, no qual os preços oscilavam diariamente; transformou a tortura e o racismo em crimes inafiançáveis; ampliou às leis trabalhistas; incluiu o mandado de injunção; inclusão social; direitos às minorias; avanços dos direitos fundamentais, entre outros.

O fato é que, em uma democracia, política é gênero de primeira necessidade. O mundo e o Brasil viveram experiências históricas devastadoras com tentativas de governar sem política e com a ajuda de militares. Como recorda Schwartzman (2014), funcionando bem ou mal, a democracia, ao garantir os valores como direito de ir e vir, a liberdade de expressão, a negociação de conflitos, a proteção das pessoas e da propriedade contra o arbítrio do Estado e a igualdade de todos diante da lei, “é uma forma superior de organização social da qual não podemos abrir mão e tem se mostrado, ao longo da história, mais capaz de produzir benefícios para a sociedade do que outras formas de governo”. (SCHWARTZMAN, 2014, p. 1). No mundo inteiro, os países mais ricos e desenvolvidos são também os mais democráticos. Entretanto, como observa Schwartzman (2014) e podemos perceber com as charges analisadas, a competência da democracia e o futuro promissor de um país não deriva automaticamente de sua adesão aos valores democráticos: “ela depende de um trabalho permanente de construção institucional, na busca de formatos e mecanismos que possam, ao mesmo tempo, fortalecer e

dar expressão plena aos princípios democráticos e desenvolver a capacidade dos governos de lidar com as agendas econômicas, sociais e ambientais das sociedades contemporâneas” (SCHWARTZMAN, 2014, p. 5).

No Brasil, esse caminho já foi apontado pela Constituição de 1988: as transformações apenas serão possíveis pela ampliação da cidadania. Andamos, no geral, na direção certa, embora não na velocidade desejada, mas ao longo dos anos, a sétima Constituição brasileira mostra que é uma boa bússola. Mas precisamos de muito mais. Após trinta anos de democracia, há ainda uma imensa demanda por integridade, idealismo e patriotismo na sociedade brasileira e esta é a energia que muda paradigmas e empurra a história. Nesse sentido, ao olharmos o passado para projetarmos o futuro, percebe-se que a vigilância para termos um governo mais transparente e responsivo na execução das nossas leis deve ser constante e participação de todos é fundamental. Inclusive a do humor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo**. 1. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- AGOSTINHO. (354-430). **Confissões**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- AGRELA, Lucas. Estes são os dez países que mais usam o Instagram. **Exame**, 12 mai. 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/tecnologia/estes-sao-os-dez-paises-que-mais-usam-o-instagram/>>. Acesso em: 10 ago. 19.
- ALBA, Victor. The Mexican Revolution and the Cartoon. *In: Comparative Studies in Society and History*, v. 9, n. 1, p. 121–136, jan. 1967.
- ALMEIDA, Paulo Henrique Soares; MOTA, Célia Ladeira. A charge na representação do cotidiano do século XIX: uma análise da Semana Ilustrada. **Mídia e Cotidiano**, v. 8, n. 8, p. 103-121. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9769/6897>>. Acesso em: 10 ago. 19.
- ARANDIA, Alejandro Kuajara. O mercado de trabalho frente à crise dos anos 80 e aos Planos de Estabilização. **Revista Fundação de Economia e Estatística**, v. 18, n. 4. 1991. Disponível em: <<https://revistas.dee.sp.gov.br/index.php/indicadores/article/view/380/612>>. Acesso em: 30 dez. 2019.
- ARANTES, Rogério B.; COUTO, Cláudio G. 1988-2018: Trinta anos de constitucionalização permanente. *In: FILHO, Naercio Menezes; SOUZA, André Portela (orgs.). A Carta: para entender a Constituição brasileira*. São Paulo: Todavia, 2019. p. 13-52.
- AUMONT, Jacques. **A imagem: olhar, matéria, presença**. 3. ed. Lisboa: Texto & Fotografia, 2011.
- AZUMA, Ronald (1997). A Survey of Augmented Reality. *In: Presence: teleoperators and Virtual Environments*. v. 6, n. 4, p. 355-385, ago. 1997. Disponível em: <<https://www.cs.unc.edu/~azuma/ARpresence.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- BABO, Maria Augusta. Da imagem na linguagem. *In: Imagem e Pensamento*. MARTINS, Moisés de Lemos et al. (orgs.). Braga: Edições Húmus, 2017. p. 29-37.
- BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. **História Constitucional brasileira: mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós-1964**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.
- BARROSO, Luís Roberto. O constitucionalismo democrático no Brasil: crônica de um sucesso imprevisto. *In: GUERRA, Roberta Freitas; SILVA, Fernando Laércio Alves da; NERO, Patrícia Aurélia del. (coord.). Neoconstitucionalismo em perspectiva*. Viçosa: UFV, 2014. p. 27-61.

- BARTHES, Roland. **Análise estrutural da narrativa**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.
- BELMONTE. **Caricatura dos Tempos**. 1. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1948.
- BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Com-Arte, 1992.
- BENJAMIM, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERGSON, Henri. **O riso**: ensaio sobre a significação do cômico. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- BIRMAN, Joel. O rei está nu: contrapoder e realização de desejo, na piada e no humor. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 175-191. 2010. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0103-56652010000100011&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-56652010000100011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 30 dez. 2019.
- BONAVIDES, Paulo. A evolução constitucional do Brasil. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 14, n. 40, set./dez. 2000. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142000000300016](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300016)>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. **História constitucional do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**: história e sociedade. 2. ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRASIL. **Diário Assembleia Nacional Constituinte**. Brasília: Senado, nº 003, 4 fev. 1987. p. 20-37. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/N001.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2019.
- BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de (coord.). **Anuário brasileiro de segurança pública**. 13. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2017.
- CALDAS, Simone. Nova ordem brotará de direitos em confronto. **Correio Braziliense**, Brasília, 05 out. 1988. Edição especial da Constituição, p. 2.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Conheça a História da Assembleia Constituinte de 1823. **Agência Câmara de Notícias**, 17 out. 2018. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/546341-conheca-a-historia-da-assembleia-constituente-de-1823/>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

CANCIAN, Renato. Governo José Sarney (1985-1990): Nova Constituição e crise econômica. **UOL**, 02 nov. 2006. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-jose-sarney-1985-1990-nova-constituicao-e-crise-economica.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

CARDOSO, Fernando Henrique. Constituinte. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 fev. 1987, v. 66, n. 21.127. p. A2.

CARMONA, Darío Acevedo. La caricatura editorial como fuente para la investigación de la historia de los imaginarios políticos: reflexiones metodológicas. **Historia y sociedad**, n. 9, p. 151-173. 2003. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/hisysoc/article/view/23222>>. Acesso: 24 oct. 2019.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CARVALHO, Luiz. Maklouf. **1988: segredos da Constituinte: os vinte meses que agitaram e mudaram o Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CAVALCANTI-CUNHA, Maria Jandyra; MOTTA, Luiz Gonzaga. Jornalismo e a construção narrativa da história do presente. In: PORTO, Sérgio Dayrell; MOTA, Célia Ladeira (org.). **Hemenêutica e análise dos discursos em jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

COMPROMISSO resgatado. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 mar. 1988, capa.

CONSTITUIÇÃO exclusiva: uma decisão para hoje. **Correio Braziliense**, Brasília, 2 fev. 1987, n. 8700, p. 3.

CONSTITUINTE ACIONARÁ HEBE CAMARGO. **Correio Braziliense**, 19 fev. 1987, p. 3.

CONSTITUINTE EM TEMPO INTEGRAL. **Correio Braziliense**, 17 fev. 1987, n. 8715, capa.

COUPE, W. A. The German Cartoon and the Revolution of 1848. **Comparative Studies in Society and History**, v. 9, p. 137–167, jan. 1967.

CRISE MARCA ABERTURA DA CONSTITUINTE. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 fev. 1987, v. 66, n. 21.123. capa.

DA CRIAÇÃO do Jornal ao Futuro Digital: veja 9,5 marcos da história da Folha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 fev. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/asmais/2016/02/1744105-da-criacao-do-jornal-ao-futuro-digital-veja-95-marcos-da-historia-da-folha.shtml>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

DISCUSSÃO bizantina. **Correio Braziliense**, Brasília, 17 fev. 1987, n. 8715. p. 4

DITADURA não. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 fev. 1987. p. 4.

DULTRA, Eneida Vinhaes Bello. **Direitos das mulheres na Constituinte: de 1933-1934: disputas, ambiguidades e omissões**. 2018. Tese (Doutorado em Direito, Estado e Constituição) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. A loucura histórica e a psicose. **Mental**, Barbacena, v. 3, n. 5, p. 57-72, nov. 2005. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v3n5/v3n5a05.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2020.

É CARNAVAL: sessão, sem quórum, acaba cedo. **Correio Braziliense**, Brasília, 27 fev. 1987, n. 8725. Política, p. 3.

FERNANDES, Paulo Jorge. Caricatura e Cartoon em Portugal: Humor sem contensão no Portugal Contemporâneo”. In: **Humor, Direito e Liberdade de Expressão**. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2016. p. 215-235.

FERRARO, Alceu Ravello Ferraro. Analfabetismo no Brasil: desconceitos e políticas de exclusão. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 111-126, jan./jun. 2004.

FIGUEIREDO, Daniel de Oliveira. **Humor e resistência: as possibilidades políticas do humor nas charges do jornal o Pasquim**. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

FLÔRES, Onici. **A leitura da charge**. 2. ed. Canoas, RS: ULBRA, 2002.

FONSECA, Joaquim. **Caricatura: a imagem gráfica do humor**. 1. ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. O acontecimento como notícia: do conceito à prática profissional. In: BENETTI, M.; FONSECA, V P. S (orgs.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010. p. 167-185.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. **Galaxia**, São Paulo, n. 24, p. 10-21, dez. 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939/9406>>. Acesso em: 07 mar. 2020.

FREITAS, Jânio de. Como este, nunca houve. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 5 out. 1988, n. 21.735. Política, p. A5.

FREUD, Sigmund, **O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos**. 21. ed. Leipzig, Viena e Zurique: Internationaler Psychoanalytischer, 1927.

FREUD, Sigmund. El interés del psicoanálisis para la estética. In: **Múltiplos interés del psicoanálisis: obras completas**. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981.

FURTADO, Marba. Inspiração constitucional chega de fora. **Correio Braziliense**, Brasília, 05 out. 1988. Edição especial da Constituição, p. 6.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GARANTIAS indispensáveis. **Correio Braziliense**, Brasília, 02 fev. 1987. Opinião, p. 4.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Conceito de caricatura não tem graça nenhuma. *In: Domínios da Imagem*, Londrina, v. 1, n. 2, p. 7-26, mai. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/viewFile/19302/14698>>. Acesso em: 15 out. 19.

GERALDO, Scheila Cabo. **Fronteiras: arte, imagem, história**. 1. ed. Rio de Janeiro: Beco do Azougue Editorial, 2014.

GONÇALVES, Vitor. **Nos bastidores do jogo político: o poder dos assessores**. 1. ed. Coimbra: Minerva Coimbra, 2005.

GUERRA, Catarina. 40 mil cópias vão pelo Correio. **Correio Braziliense**, Brasília, 05 out. 1988. Edição especial da Constituição, p. 2.

HALL, Stuart (Org.). **Representation: cultural representations and signifying practices**. London: Sage Open University, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOFMEISTER, Naira. Chargista troca FHC por Lula e provoca inédita errata em Zero Hora. **Carta Maior**, 20 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Chargista-troca-FHC-por-Lula-e-provoca-inedita-errata-em-Zero-Hora/4/35356>>. Acesso em: 15 out. 19.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O homem cordial**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

JORNAIS NO BRASIL perdem tiragem impressa e venda digital ainda é modesta. **Poder 360**, 26 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/jornais-no-brasil-perdem-tiragem-impressa-e-venda-digital-ainda-e-modesta/>>. Acesso em: 09 mar. 2020.

JUNIOR, Silva Antonio Amaro. **Traços da história: controle e resistência nas vozes do humor gráfico braziliense**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Cultural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4022/1/2009\\_AntonioAmarodaSilvaJunior.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4022/1/2009_AntonioAmarodaSilvaJunior.pdf)>. Acesso em: 09 mar. 2020.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. 1. ed. Bauru, SP: EDUCS, 2001.

KERN, Maria Lúcia Bastos. Imagem manual: pintura e conhecimento. *In: FABRIS, A.; KERN, M. L. B. (Org.). Imagem e conhecimento*. São Paulo: EDUSP, 2006.

LAFETA, Adriano. Nova Carta está aí. Agora, o país real. **Correio Braziliense**, Brasília, 05 out. 1988. Edição especial da Constituição, p. 1-2.

LANDIM, Estela. Constituinte esvazia-se na sexta. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 8705, 7 fev. 1987. Política, p. 3.

LEAL, Bruno Souza; VAZ, Paulo Bernardo; ANTUNES, Elton; ALTIVO, Bárbara Regina; SILVA, Júlio Márcio Oliveira; JÚNIOR, Vicente Cardoso. Agendamento, enquadramento e

noticiabilidade. *In*: BENETTI, Márcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (orgs.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2016.

LEGROS, Patrick; MONNEYRON, Frédéric; RENARD, Jean-Bruno; TACUSSEL, Patrick. **Sociologia do Imaginário**. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

LIMA, Herman. **História da Caricatura no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

LIMA, Maria. Direitos Sociais ainda criam expectativas. **Correio Braziliense**, Brasília, 05 out. 1988. Edição Especial da Constituição, p. 10.

LUSTOSA, Isabel. Humor e política na Primeira República. *In*: **Revista USP**, v. 3, p. 53-64. 1989. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25480/27226>>. Acesso em: 15 ago. 19.

LUSTOSA, Isabel. **Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

MAGGIONI, Fabiano. **A charge jornalística: estratégia de imagem em enunciações de humor icônico**. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6311/MAGGIONI%2C%20FABIANO.pdf?sequencia=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

MAGNO, Luciano. **História da caricatura brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Gala Edições de Arte, 2012.

MARCELINO, Daniel.; BRAGA, Sérgio Braga; DOMINGOS, Luiz. Parlamentares na Constituinte de 1987/88: uma contribuição à solução do “enigma do Centrão”. **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 2, p. 239-279. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3844/3148>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

MELO, José Marques. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. Campos do Jordão, SP: Mantiqueira, 2003.

MENDONÇA, Ricardo. Design consagrado da capa da constituição foi criado em apenas uma manhã. **Folha de São Paulo**, 05 mai. 2013. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/10/1352303-design-consagrado-da-capa-da-constituicao-foi-criado-em-apenas-uma-manha.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Charge: uma prática discursiva e ideológica. **9ª Arte - Revista Brasileira de Pesquisas em Histórias em Quadrinhos**, v. 1, p. 37-48. 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/nonaarte/article/view/99622/98065>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Charge editorial: iconografia e pesquisa em História. **Domínios da Imagem**, Londrina, v. 8, n. 16, p. 133-145, jun./dez. 2014.

MITCHELL, W. J. T. O que as imagens realmente querem? *In*: ALLOA, Emmanuel (org.). **Pensar a imagem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 165-190.

MONCLAIRE, Stéphane (coord.). **A constituição desejada**. Brasília: Senado Federal, 1991.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOTA, Célia Maria Ladeira. A narrativa semiótica da imagem. *In*: MOTA, C. M. S. L.; MOTTA, L. G.; CUNHA, M. J. (orgs.). **Narrativas midiáticas**. Florianópolis: Insular, 2012.

MOTA, Célia Maria Ladeira; ALMEIDA, Paulo Henrique Soares de. Acontecimento e debates nas redes sociais. *In*: PORTO, Sérgio Dayrell; MOTA, Célia Ladeira (orgs.). **Hermenêutica e análise dos discursos em jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2017. p. 142-157.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. 1. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

MOTTER, Paulino. **A batalha invisível da constituinte**: interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz: Edições Livres, 2019.

MOULLAUD, Maurice. **O jornal da forma ao sentido**. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2012.

NATALI, João Batista. Carta entra em vigor; acaba a transição democrática. **Folha de São Paulo**, 5 out. 1988. Política, p. A5.

NETO, Leonardo Mota. Impasse pelo mandato presidencial. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 fev. 1987, n. 8722. p. 2.

NOGUEIRA, Octaciano. **Constituições brasileiras**: 1824. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2012.

NOVO prazo de emendas esvazia as 2 sessões. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 fev. 1987, n. 8722. p. 2.

PARA SARNEY, Carta consagra o Estado de Direito no país. **Folha de São Paulo**, 5 out. 1988. Política, p. A.5.

PARAÍSO, Isabel. Teoría psicoanalítica de la caricatura. **Monteagudo**, n. 3, p. 95-104. 1997. Disponível em <<https://revistas.um.es/monteagudo/article/view/76991/74451>>. Acesso em: 20 out. 19.

PARNAIBA, Cristiane dos Santos; GOBBI, Maria Cristina. Charge jornalística: definição, histórico e funções. CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN, 12, Lima. **Anais** [...] Lima: ALAIC, 2014. Disponível em: <<http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/09/vGT17-Cristiane-Parnaiba-Maria-Cristina-Gobbi.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

PARNAIBA, Cristiane dos Santos. **Demochargia**: Dilma Rousseff e seu primeiro ano de mandato pelas charges jornalísticas. 2014. Dissertação (Mestrado em comunicação) - Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/123829/000820529.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 out. 19.

PAULISTANOS não acreditam em mudanças. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 fev. 1987, n. 21.123. capa.

PFL adia votação do Regimento Interno. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 fev. 1982, n. 21.145. capa.

POPULAÇÃO condena Sarney e Ulysses: 80% querem 4 anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 nov. 1987, n. 21.410. capa.

PROPP, Vladimir. **Comicidade e riso**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1992.

QUEIROS, Eça de. (1845-1900). **Uma campanha alegre**: das farpas. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1890-1891.

REGIMENTO desagrada a maioria. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 fev. 1987, n. 8721. capa.

RIANI, Camilo. **Tá rindo do quê?** um mergulho nos salões de humor de Piracicaba. 1. ed. Piracicaba: UNIMEP, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3 ed. São Paulo: Global, 2015.

RIBEIRO, Renato Janine. (1949). **A democracia**. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2013.

RIBOLDI, Ari. **O bode expiatório 2**. Porto Alegre, RS: AGE, 2009.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**: a intriga e a narrativa histórica. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. *In*: TRAQUINA, N. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja, 1993. p. 27-33.

ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge jornalística**: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de São Paulo. 1. ed. Maringá: EDUEM, 2000.

ROSSI, Clóvis. Uma obscena República bananeira. **Folha de São Paulo**, 23 mar. 1987. p. 2.

SARNEY diz que só sai em 90 e não quer mais discussão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 mai. 1987, n. 21.230. p. A-6.

SARNEY fica mais 21 meses. **Correio Braziliense**, Brasília, 3 de junho de 1988, n. 9178. capa.

SARNEY garante: ninguém vira a mesa. **Correio Braziliense**, Brasília, 27 out. 1988. Política, p. 3.

SHELLER, Fernando. 'Fiscais do Sarney' inauguraram defesa do consumidor no país. **G1**, São Paulo, 2007. Disponível em: <[http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL11350-9356,00-FISCAIS+DO+SARNEY+INAUGURARAM+DEFESA+DO+CONSUMIDOR+NO+PAIS.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL11350-9356,00-FISCAIS+DO+SARNEY+INAUGURARAM+DEFESA+DO+CONSUMIDOR+NO+PAIS.html)>. Acesso em: 22 dez. 2019.

SCHMITT, Carl. **El concepto de lo político**. 3. ed. Madri: Alianza, 1999.

SCHWARTZMAN, Simon. **A via democrática**: como o desenvolvimento econômico e social ocorre no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

SCULLY, Richard; QUARTER, Marian. Using Cartoons as Historical Evidence. In: **Drawing the Line**. Australia: Monash University ePress, 2009.

SENADO FEDERAL. Constituições Brasileiras. **Agência Senado, Senado Notícias**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoes-brasileiras>>. Acesso em: 20 set. 2018.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. **A operação midiográfica**: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o golpe de 1964. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2011.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiaticização. In: **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2009. p. 19-31.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SPACCA, João. **Manifesto Cartunista**: a esquerda na mira do humor. 1. ed. São Paulo: Humorphobia, 2017.

STREICHER, Lawrence. On a theory of political caricature. In: **Comparative Studies in Society and History**. Cambridge University, v. 9, n. 4, jul. 1967. p. 427-445.

TAVARES, Rodrigo Rodriguez. O humor contra Vargas: desenhos comunistas do período da campanha eleitoral ao suicídio (1950-1954). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 18, p. 68-101, maio/ago. 2016.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. O traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930. In: **Coleção Papéis Avulsos**. 38. ed. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2001.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **Sentidos do humor, trapanças da razão**: a charge. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

THE NOITE. SBT. 18 ago. 2017.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TRANSIÇÃO sem fim. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 mar. 1987. p. 2.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Uma introdução ao estudo do humor pela linguística**. **Delta: Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 6, n. 1 p. 55-82. 1990.

ULYSSES pretende permanecer à frente do partido. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 fev. 1987, n. 21.129. Editoria de política, p. A5.

ULYSSES Rebate críticas de Sarney. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 jul. 1988, n. 19.972. O País, p. 5.

UM TERÇO da população tem saudade dos governos militares. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 nov. 1987. Política, p. A6.

VIANNA, Pacheco Kacio. **Um ano cheio de graça**. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 2003.

VILLA, Marco Antônio. **A história das constituições brasileiras: 200 anos de luta contra o arbítrio**. 1. ed. São Paulo: Texto Editores, 2011.

WARBURG, Aby. **Histórias de fantasmas para gente grande**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

WIKE, Richard Wike; SILVER, Laura Silver; CASTILLO, Alexandra. Many Across the Globe Are Dissatisfied With How Democracy Is Working. **Pew Research Center**, 29 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/global/2019/04/29/many-across-the-globe-are-dissatisfied-with-how-democracy-is-working/>>. Acesso em: 22 dez. 2019.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

ZWEIG, Stefan. **Brasil: o país do futuro**. Porto Alegre: L&PM, 2013.